

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

GEORGEA SUPPO PRADO VEIGA

**HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DO PATRONATO DE MENORES SÃO JOSÉ EM
PARANAÍBA-MT (1953-1963)**

UBERLÂNDIA

2014

GEORGEA SUPPO PRADO VEIGA

**HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DO PATRONATO DE MENORES SÃO JOSÉ EM
PARANAÍBA-MT (1953-1963)**

Tese apresentada ao programa de Doutorado em Educação, da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência parcial à obtenção do título de Doutor em Educação.

Área de concentração: História e historiografia da Educação

Orientador: Prof. Dr. Geraldo Inácio Filho

UBERLÂNDIA

2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

V426h
2014 Veiga, Georgea Suppo Prado, 1971-
 História da educação do Patronato de Menores São José em
 Paranaíba-MT (1953-1963) / Georgea Suppo Prado Veiga. - 2014.
 219 f. : il.

 Orientador: Geraldo Inácio Filho.
 Tese (doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa
 de Pós-Graduação em Educação.
 Inclui bibliografia.

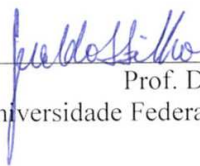
 1. Educação - Teses. 2. Patronato de Menores São José (Paranaíba -
 MT) - Teses. 3. Educação - História - Teses. 4. Historiografia - Educação
 - Teses. I. Inácio Filho, Geraldo. II. Universidade Federal de Uberlândia,
 Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

CDU: 37

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DO PATRONATO DE MENORES SÃO JOSÉ EM
PARANAÍBA-MT (1953-1963)

Tese apresentada ao programa de Doutorado em
Educação, da Universidade Federal de Uberlândia,
como exigência parcial à obtenção do título de
Doutor em Educação.

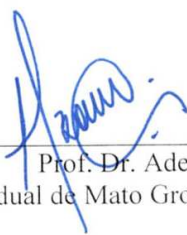
Uberlândia 06 de junho de 2014.



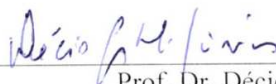
Prof. Dr. Geraldo Inácio Filho
Universidade Federal de Uberlândia – UFU



Profa. Dra. Maria Aparecida da Silva
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – CEFET/MG



Prof. Dr. Ademilson Batista Paes
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS



Prof. Dr. Décio Gatti Júnior
Universidade Federal de Uberlândia – UFU



Prof. Dr. Sauloêber Tarsio de Souza
Universidade Federal de Uberlândia – UFU

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao meu tesouro mais precioso, João Otávio Veiga de Mello, filho amado. Um menino, rapaz, homem que sempre está pronto a me atender, me espera com sorriso, tem o melhor abraço e o melhor cheiro. Meu bem maior.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus e aos amigos da Espiritualidade Maior que me sustentaram emocionalmente para que pudesse levar a pesquisa adiante, mesmo com tantas intempéries acontecidas no decorrer do processo.

Particularmente, aos sujeitos desta investigação, que confiaram em ceder suas entrevistas e o fizeram com imensurável riqueza de detalhes.

Aos meus entes queridos, pai, mãe e avó que mesmo no plano espiritual puderam com os seus valores, a mim passados em vida, contribuir com minha perseverança.

Aos meus tios Alba e Heraldo que são meu ponto de referência, meu eixo central.

Ao meu irmão que compartilhou e cuidou de tudo sozinho, em nossa casa, enquanto eu estava ausente.

Ao meu querido amigo e incentivador Ademilson Batista Paes, sem ele não teria iniciado esse percurso da pesquisa científica. Aos demais colegas de profissão que em algum momento também contribuíram com a pesquisa.

Ao meu orientador Prof. Dr. Geraldo Inácio Filho que soube conduzir a pesquisa com tranquilidade, permitindo que eu pudesse amadurecer durante o trabalho. Ao Prof. Dr. Décio Gatti Júnior e ao Prof. Dr. Saloueber os quais contribuíram na qualificação de forma decisiva.

Aos meus Professores e Amigos de turma do doutorado que, cada um da sua forma, contribuiu com a minha formação.

Ao especial James, que sempre está pronto a nos atender e orientar, sem mencionar sua simpatia e tranquilidade.

E a todos aqueles que, de alguma maneira, participaram desse processo. Obrigada.

*"Embora ninguém possa voltar atrás e fazer um novo começo,
qualquer um pode começar agora e fazer um novo fim."*

Chico Xavier

http://pensador.uol.com.br/autor/chico_xavier/

RESUMO

Esta pesquisa situa-se no campo da História das instituições Educativas, a qual faz parte da linha de pesquisa História e Historiografia da Educação. Seu objetivo é analisar o processo de constituição do Patronato de Menores São José, na cidade de Paranaíba – MT. Trata-se de uma instituição confessional criada pela Ordem dos Frades Menores, os quais chegaram ao Brasil em 1938, vindos da Alemanha. Primeiramente permaneceram em São Paulo, para em seguida seguirem para diversos estados brasileiros, nos quais atuaram como missionários na evangelização e também na educação. Metodologicamente, utilizamos os seguintes procedimentos: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental em relação à implantação do processo educativo franciscano em Paranaíba e a história oral, como instrumento para realizar as entrevistas com fundadores, alunos e professores do período estudado. O período escolhido 1952 a 1963 corresponde ao momento de sua criação até quando a ordem dos franciscanos deixa a cidade, no entanto a escola funcionou nos anos de 1961 a 1963. As fontes utilizadas para a realização da pesquisa foram: diário oficial do estado, registro de certidões, relatórios, cadernos de professores, livro de matrícula, livro de frequência, listagem de conteúdo escolar e outros, encontrados de forma bastante diversificada, alguns no arquivo histórico, no museu, outros com os próprios donos em arquivos pessoais e a maioria armazenada em caixas de papelão no porão da instituição, durante todos esses anos. As entrevistas foram realizadas com alunos, professores, caseiros e o único membro fundador que se encontra vivo. A história do Patronato São José de Paranaíba é marcada por contradições. Ao analisar a parte documental que ainda resta, dizemos que foi uma instituição na qual se atenderiam crianças ‘abandonadas e desajustadas’, com o propósito de ensinar fundamentos relacionados ao cultivo da terra, por ser um patronato. Porém ao confrontar os próprios documentos com depoimentos chegamos à conclusão que a instituição se apropriou do nome patronato para conseguir recursos para sua construção. O atendimento a crianças menos favorecidas não aconteceu e tampouco os ensinamentos agrícolas. A instituição foi um internato para meninos, na sua maioria filhos de fazendeiros da região e funcionou como escola primária, mas nem por isso deixou de ter um papel de relevância para a sociedade local. Acontecimento este que deixa indícios que a evangelização cristã na fé católica era o seu maior objetivo.

Palavras-Chave: História da Educação. Patronato. Instituição Escolar. Cultura Escolar.

ABSTRACT

This research lies in the field of History of Educational Institutions, which is part of the line of research History and Historiography of Education. The main purpose is to analyze the process of formation of the Patronage of Minors St. Joseph, in the city of Paranaíba – MT, likewise, uncovering its genesis. This is a confessional institution created by the Franciscan Order of Friars Minors who arrived in Brazil in 1938, came from Germany. At first, they stayed in São Paulo and then went ahead for several Brazilian states, where served as missionaries in evangelization and also in education. Methodologically, we used the following proceedings: bibliographical research, documentary research in relation to the implementation of the franciscan educational process in Paranaíba and oral history as an instrument to conduct interviews with founders, students and teachers of the period studied. The selected period 1952-1963 corresponds to the moment of its inception, when the Order of Franciscans leaved town, despite the school functioned during 1961-1963. The sources used for the research were: official journal of the state, registration certificates, reports, teacher's books, registration book, book rate, school listings and others, found in diversified ways, some in the historical archive in the museum, some with the owners personal files and the majority of it, stored in cardboard boxes left in the basement of the institution, for all these years, which would be discarded by priests who are ahead of the Catholic Church in the city today. Interviews were conducted with students, teachers, housekeepers and the only founding member who is alive. The history of the Patronage St. Joseph of Paranaíba is marked by contradictions. By analyzing the remaining documents, the conclusion would be that it was an institution that would attend 'abandoned and dysfunctional' children and the purpose of it was teaching the grounds of land cultivation (agricultural), because it was a patronage. However, confronting the documents with testimonials we may conclude that the institution used the name patronage to get grant for its budget. The charity for the less fortunate children not happened and neither the agricultural teachings. The institution was a boarding school for boys, mostly sons of local farmers, and worked as a primary school, despite of that, it has played a relevant role for the local society. This event has leaved evidence that Christian evangelization in the Catholic faith was the biggest purpose.

Keywords: History of Education. Patronage. School Institution. School Culture.

FIGURAS

Figura 1 - Walter Faustino.....	36
Figura 2- Mapa do Mato Grosso do Sul	58
Figura 3 – Mapa do Mato Grosso do Sul: divisão em municípios	59
Figura 4 - Frei Pedro Holz.....	63
Figura 5 - Santa Missa.....	72
Figura 6 - Terreno doado para construção do Patronato São José.....	79
Figura 7 - Planta do terreno doado para construção do Patronato São José.....	80
Figura 8 - Construção do Prédio Patronato – 1958.	83
Figura 9 - Construção do Prédio do Patronato.	83
Figura 10 - Construção do Patronato São José – 1959.....	84
Figura 11- Patronato São José em Construção-1960.....	85
Figura 12 - Refeitório.	86
Figura 13 - Vista do fundo do Patronato e da casa dos caseiros ao fundo	87
Figura 14 - Vista frontal do Patronato – 1961.....	87
Figura 15- Vista lateral do Patronato São José.....	88
Figura 16 - Lembrança de turma obtenção de conclusão do ensino primário.....	106
Figura 17 - Mapa com a localização das cidades que enviavam alunos para o Internato	107
Figura 18 - Time de Futebol dos alunos do Patronato.....	111
Figura 19- Time de Futebol dos alunos do Patronato junto com o caseiro João.....	112
Figura 20 - Dias letivos registrados no livro de matrícula referente ao mês de maio.	122
Figura 21 - Caderno de planejamento, 1963 – prof: Geraldo Paiva Pires.....	132
Figura 22 - Caderno de planejamento, 1963 – prof: Ignácio José da Silva.....	133
Figura 23 - Caderno de planejamento, 1963 – prof: Geraldo Paiva Pires.....	133
Figura 24- Caderno de planejamento, 1963 – prof: Ignácio José da Silva.....	136
Figura 25 - Caderno de planejamento, 1963 – prof: Geraldo Paiva Pires	137
Figura 26 - Cadernos de planejamento, 1963 – prof: Geraldo P. Pires e João P.de Lima. ...	139
Figura 27 - Caderno de planejamento, 1963 – prof: Ignácio José da Silva.....	141
Figura 28- Caderno de planejamento, 1963 – professores: Geraldo P. Pires, Ignácio J. da Silva e João P. de Lima.....	144
Figura 29 - Orientação Metodológica 1961.....	147
Figura 30 - Cadernos de planejamento, 1963 – professores: João Pereira de Lima e Ignácio José da Silva.	148

Figura 31- Cadernos de planejamento, 1963 – professores: João Pereira de Lima e Ignácio José da Silva.	150
Figura 32 - Professor José Ignácio da Silva	154

QUADROS

Quadro 1 – Atestados de funcionamento.....	75
Quadro 2 – Número de alunos internos.....	76
Quadro 3 - Quadro de profissões dos Pais/ alunos PSJ.....	103
Quadro 4- Alunos matriculados 1961.....	103
Quadro 5 - Alunos matriculados 1962.....	105
Quadro 6- Alunos matriculados 1963.....	107
Quadro 7 - dias letivos dos anos estudados na pesquisa.....	122
Quadro 8 - Acervo: Arquivo e Museu Histórico de Paranaíba.....	123
Quadro 9 - Acervo: Arquivo e Museu Histórico de Paranaíba.....	123
Quadro 10 – Quadro comparativo entre os estados de Mato Grosso do Sul e São Paulo	128
Quadro 11 - Programa dos Grupos Escolares do Estado de Mato Grosso (Português).....	129
Quadro 12- Programa dos Grupos Escolares do Estado de Mato Grosso (Aritmética e geometria).....	134
Quadro 13- Programa dos Grupos Escolares do Estado de Mato Grosso (Geografia).....	138
Quadro 14- Programa dos Grupos Escolares do Estado de Mato Grosso (História).....	141
Quadro 15- Programa dos Grupos Escolares do Estado de Mato Grosso (Desenho).	143
Quadro 16 - Programa dos Grupos Escolares do Estado de Mato Grosso (Ciências naturais e físicas).....	145
Quadro 17 - Programa dos Grupos Escolares do Estado de Mato Grosso (Educação Cívica Moral e Social).	149
Quadro 18- Programa dos Grupos Escolares do Estado de Mato Grosso (Higiene).....	149
Quadro 19- Programa dos Grupos Escolares do Estado de Mato Grosso (cantos e hinos)....	150
Quadro 20- Programa dos Grupos Escolares do Estado de Mato Grosso (trabalhos manuais masculino e feminino).	151
Quadro 21- Programa dos Grupos Escolares do Estado de Mato Grosso (Educação Física).	152
Quadro 22- Programa dos Grupos Escolares do Estado de Mato Grosso (Caligrafia).....	153

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
1 OS FRANCISCANOS E A INSTITUIÇÃO EDUCATIVA	42
1.1 Missão Franciscana	42
1.2 Os franciscanos no Brasil	44
1.3 A missão franciscana da província de Santa Izabel da Turíngia (Alemanha) em Mato Grosso e as instituições educativas	46
1.4 Patronatos	51
1.5 Implantação do patronato na cidade de Paranaíba-MT	57
1.6 O estatuto do patronato de menores de Paranaíba, o regulamento do internato, certidões e relatórios	68
2 O PATRONATO SÃO JOSÉ: ARQUITETURA E ESPAÇO ESCOLAR	
2.1 Organização predial e espacial	78
2.2 A Educação influenciada pela arquitetura	79
2.3 O dormitório e a disciplina	88
3 ALUNOS E DOCENTES QUE FIZERAM A HISTÓRIA DO PATRONATO SÃO JOSÉ	90
3.1 A história da escolarização dos meninos do patronato São José.....	95
3.1.1 Função social do patronato São José	96
3.1.2 Alunos matriculados e sua origem	96
3.1.3 O lazer e a sala de aula	101
4 A ESCOLA PRIMÁRIA NO PATRONATO SÃO JOSÉ.....	110
4.1 A escola primária e o patronato São José.....	118
4.2 Os cadernos de planejamento e o programa escolar do patronato São José no período de 1961 a 1963	118
4.3 Qual era o perfil profissional do professor do patronato de menores São José.....	154
CONSIDERAÇÕES FINAIS	160
REFERÊNCIAS	166
ANEXOS.....	172
Anexo 1 - Diário Oficial do Estado de Mato Grosso – 1953	172
Anexo 2 - Continuação do Diário Oficial do Estado de Mato Grosso – 1953	173
Anexo 3 - Ata de Criação do Patronato São José. 1	174

Anexo 4 - Continuação da Ata de Criação do Patronato 2.....	175
Anexo 5 - Continuação da Ata de Criação do Patronato 3.....	176
Anexo 6 - Continuação da Ata de Criação do Patronato 4.....	177
Anexo 7 - Atestado de funcionamento - 1955.....	178
Anexo 8 - Atestado de Funcionamento – 1961	179
Anexo 9 - Atestado de Funcionamento 1962	180
Anexo 10 - Página de livro tombo nº01 contendo despesas do PSJ. – 1956.....	181
Anexo 11 - Página de livro contendo despesas do PSJ. – 1958.....	182
Anexo 12 - Certificado de Compra de parte do terreno para construção do PSJ	183
Anexo 13 - Certificado de compra de parte do terreno para construção do PSJ -cont...	184
Anexo 14 - Certificado de Compra de parte do terreno para construção do PSJ- cont.....	185
Anexo 15 - Plano de aplicação de subvenção - 1961.....	186
Anexo 16 - Modelo de Diploma de aluno do curso Primário.	187
Anexo 17 - Escritura de Doação de terreno – Maio/1956.....	188
Anexo 18 - Escritura de Doação de terreno – Maio/1956.....	189
Anexo 19 - Escritura de Doação de terreno – Maio/1956.....	190
Anexo 20 - Escritura de Doação de terreno – Fevereiro/1956.....	191
Anexo 21 - Escritura de Doação de terreno – Fevereiro/1956.....	192
Anexo 22 - Escritura de Doação de terreno – Fevereiro/1956.....	193
Anexo 23 - Estatística do Ensino Primário Geral – 1962.....	194
Anexo 24 - Estatística do Ensino Primário Geral – 1962.....	195
Anexo 25 - Frei Pedro Holz – título de cidadão Paranaibense.....	196
Anexo 26 - Lei Municipal que declara PSJ de utilidade pública.	197
Anexo 27 - Lei Estadual que declara de utilidade pública PSJ.....	198
Anexo 28 - PSJ e Educandário Santa Clara - relatório.....	199
Anexo 29 - PSJ e Educandário Santa Clara – relatório continuação anexo 26.....	200
Anexo 30 - Plano de ação de aplicação do dinheiro do PSJ. 1961.....	201
Anexo 31 - Regulamento do internato	202
Anexo 32 - continuação do regulamento.....	203
Anexo 33 - Plano de aplicação de verbas 1961.....	204
Anexo 34 - Relatório de atividades - 1958.....	205
Anexo 35 - Relatório de atividades - 1961.....	206

Anexo 36 - Relatório de atividades - 1962.....	207
Anexo 37 - Declaração de gastos - 1962.....	208
Anexo 38 - Resumo da Paróquia 1.....	209
Anexo 39 - Resumo da Paróquia - continuação.	210
Anexo 40 - Resumo da Paróquia continuação.....	211
Anexo 41 - Modelo de Boletim de aluno	212
Anexo 42 - Termo de abertura do Livro de matrícula – vol.I	213
Anexo 43 - Termo de abertura do livro de chamada – 1962.....	214
Anexo 44 - Aviso de aumento da mensalidade.	215
Anexo 45 - Período de Avaliação.....	216

INTRODUÇÃO

Os contornos da pesquisa

Quando se fala em infância, remetemos logo a criança que é algo encantador, instigante, merecedora de pesquisas e de atenção. Partindo dessa premissa, voltamos o olhar para compreender como crianças carentes foram atendidas em instituições confessionais no interior de Mato Grosso.

Assim, em leituras realizadas para analisar o processo de escolarização das crianças, algumas curiosidades começaram a borbulhar, com isso o desejo de pesquisar sobre instituições escolares que atendessem crianças desprovidas de possibilidade de ingressarem, no que convencionalmente, denominamos escolas.

A partir dessa inquietação, começamos a busca por um objeto, mais precisamente que envolvesse a cidade de Paranaíba, nessa discussão da escolarização da infância. Vimo-nos diante de dois caminhos, escolher se pesquisaríamos grupos escolares ou se enveredaríamos pelo caminho das instituições confessionais. Como já era do conhecimento que algo estava sendo feito sobre os grupos escolares da cidade, decidimos ficar com uma instituição confessional, melhor dizendo, um Patronato que atendeu somente meninos, seria um trabalho inédito relacionado a esta instituição. Sendo uma instituição educativa, esse seria um local permeado de representações e tradições, o que aguça ainda mais a vontade de descobrir como tudo aconteceu por lá.

Quando se escolhe pesquisar uma instituição educacional, várias questões passam pela cabeça do investigador. Será que é relevante saber sobre instituições escolares? Como será que se encontram os materiais, os documentos, a memória dessa ou daquela instituição? Após tantas indagações, procuramos obter respostas a tais questionamentos, escolhemos a instituição, buscamos fontes onde se acredita que seria possível encontrar. Conversamos em supermercados, em portas de escolas, em instituições bancárias, com amigos que pesquisam a mesma linha de estudos, brotando informações de onde menos esperávamos. Esse é o papel de um pesquisador que se propõe construir a história, buscar no improvável algo que contribua com sua pesquisa.

Naquele momento, tudo parecia distante, difícil, ou mesmo quase impossível, pois a instituição não funcionava mais como uma escola. Ficava fácil prever que o garimpo pelas fontes não seria tranquilo. Porém, o desejo de trabalhar com história da educação era fato

consumado. De longe já pressentíamos que um árduo trabalho de busca por registros estaria por vir.

Sabemos que as pesquisas atuais no âmbito da História da Educação Brasileira iniciaram, nos últimos anos, enfoques sobre tais institutos, como de Patronatos e Aprendizados Agrícolas, implantados no começo do século passado, em vários estados do país. Os Patronatos ou Aprendizados foram instituídos em duas vertentes, os de aspecto público (federal) e particular (confessional). No caso, o enfoque da pesquisa é sobre uma instituição particular criada numa cidade do interior de Mato Grosso Sul, à época, ainda estado de Mato Grosso.

Naquele momento, buscamos as pesquisas sobre esse tipo de instituição para assim tecermos considerações de como o atendimento aconteceu e o principal é se esse tipo de instituição conseguiu atender as suas finalidades projetadas. Buscando trabalhos já realizados sobre Patronatos, infância pobre, instituição escolar, encontramos Oliveira (2008), Silva (2009), Soares (2009), Nery (2006), Sanfelice (2002), Mendonça (2006), Gondra e Schueler (2008), Rizzini (2004) e Alves (2007) que dedicam suas pesquisas à caracterização do atendimento em internatos, asilos, patronatos e instituições similares.

Portanto, neste trabalho, o objeto é uma instituição confessional, denominada Patronato de Menores São José, administrada pela Ordem dos Frades Menores e, teve como objetivo compreender como aconteceu o atendimento às crianças lá matriculadas, a que tipo de crianças estava destinada a instituição, relacionar a atuação do Patronato São José no contexto social, político e religioso na cidade e no estado, bem como descrever a instituição observando seus aspectos físicos, geográficos e educacionais.

Conceito de instituição

O presente estudo aborda um campo vigoroso da historiografia da Educação Brasileira, as histórias das instituições educativas, nesse caso uma Instituição Confessional, mas antes de adentrar-se nesse aspecto é necessário que se situe para compreender o que é, e o porquê de estudar e pesquisar instituições escolares.

Primeiramente, buscamos o significado da palavra instituição em diferentes fontes. De acordo com o dicionário Aurélio, “é o ato ou efeito de instituir, a coisa instituída, associação ou organização de caráter social, religioso, filantrópico, etc.”. A partir dessa simples explicação, podemos criar alguns argumentos para discussão.

Quando se afirma que é um ato de instituir remete-se ao que será que a escola faz? Ela institui normas, valores, condutas? A Instituição é uma associação de caráter social? Passamos então, a buscar a compreensão da definição em um dicionário crítico de sociologia.

No sentido clássico, ‘instituir um povo’ é fazer um grupo de indivíduos, movidos por paixões que os isolam uns dos outros ou os opõem, passar do estado de natureza para o social, no qual reconhecem uma autoridade exterior a seus interesses e preferências. (BOUDON, 2002, p. 300).

Percebemos que a semelhança com o dicionário popular está presente, quando se afirma que vai se instituir algo em alguém, nesse sentido e ainda, esclarecendo o que é instituição, buscamos nos durkheimianos a sua definição para instituição “as instituições são maneiras de fazer, de sentir e de pensar ‘cristalizadas’, quase constantes, socialmente coercitivas e distintivas de um grupo social dado” (BOUDON, 2002, p. 300). Mesmo com essa concepção áspera, os durkheimianos acreditam que instituição é sinônimo de regulação social.

Sabemos que existe a necessidade de estudar a instituição como grupo social e para isso conceituamos dentro de uma visão das ciências sociais, para assim, delimitarmos o conceito de instituição no qual nos focaremos. A palavra Instituição como um verbete administrativo pode ser utilizado no sentido de uma organização que “se aplica a qualquer grupo de pessoas constituído para a realização de tarefa específica, de cunho econômico, social, político ou religioso” (DICIONÁRIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 1986, p.612). Já com sentido sociológico, instituição:

designa um elemento da vida social em que orientações de valor e interesses característicos, concentrando-se em aspectos sociais importantes (por exemplo, educação, casamento, propriedade), geram formas características de interação social ou as acompanham. Seu uso acentua fenômenos sociais importantes, relações de significância estrutural e estratégica. (DICIONÁRIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 1986, p.613).

Lucia Garay (1998, p. 111) pontua que:

As instituições – e particularmente as educativas – são formações sociais e culturais complexas em sua multiplicidade de instâncias, dimensões e registros. Suas identidades são o resultado de processos de interações, oposições e transformações de forças sociais e não de uma identidade vazia ou tautológica da instituição “consigo mesma”.

Para construirmos o conceito do que é uma instituição educativa, é relevante, levarmos em consideração todos os conceitos acima citados. Assim, podemos dizer que nessa pesquisa é um local onde valores, costumes, normas e regras de socialização estão presentes, com a finalidade de construir, formar e informar pessoas que lá estão, por meio de ensinamentos. André Chervel (1993, p. 192) propõe a ideia de que

Ensinar (enseigner), é, etimologicamente, “fazer conhecer pelos sinais”. É fazer com que a disciplina se transforme, no ato pedagógico, em um conjunto significativo que terá como valor representá-la, e por função torná-la assimilável.

A história, nesse momento tem importância fundamental, pois existe a possibilidade de analisar como se constituiu. A sua gênese pode ser percebida quando são observados todos os instrumentos da sua constituição. “Explicar uma instituição é tomar conhecimento dos diferentes elementos que servem para formá-la, é mostrar suas causas e sua razão de ser” (DURKHEIM, 2001, p.73). Para isso, descobriremos como essas causas se tornaram operantes e suscitaram sua formação, mas isso ocorreu num determinado passado, no ato de sua criação, portanto, a história é o elemento imprescindível para poder explicá-la.

Na instituição, estão presentes características políticas, religiosas, sociais e econômicas, características essas que são construídas de acordo com a localidade em que está, atendendo a interesses de um tempo determinado, ou seja, de uma sociedade, que para aquele momento, necessitava de um local no qual atendesse as necessidades específicas do lugarejo. Ao historiador cabe buscar nessas características a explicação para sua existência e qual era o seu valor social.

Elas são formadas por uma necessidade da sociedade e essa necessita dessa formalização do conhecimento, tanto do conhecimento científico como o de valores. Ela, a sociedade, cria o que podemos chamar de ‘instituições escolares’ com esse objetivo e esse fim. Instituições como Igrejas, associações, clubes mesmo que de forma não explícita também tratam da educação, porém as instituições escolares têm caráter específico nesse tipo de atendimento, ou seja, a educação é formal e de caráter permanente. Nessa perspectiva podemos assegurar que:

as instituições são, portanto, necessariamente sociais, tanto na origem, já que determinadas pelas necessidades postas pelas relações entre os homens, como no seu próprio funcionamento, uma vez que constituem como um conjunto de agentes que travam relações entre si e com a sociedade a que servem. (SAVIANI, 2007, p. 28).

Para Antonio Cândido (1978, p.109), “a maioria das escolas são instituídas; regem-se por normas estabelecidas segundo interesse de outros grupos”. No Patronato São José, podemos inferir que o grupo que tinha interesse na sua construção era o da Igreja, pois essa já possuía um internato feminino e assim monopolizaria o sistema de internato na cidade.

No Brasil, temos as públicas que são submetidas às regras do Estado e as privadas, confessionais ou não, também são reguladas da mesma forma. José Luis Sanfelice (p.79, 2007) diz “não há instituição escolar ou educativa que não mereça ser objeto de pesquisa histórica [...] não há instituição sem história e não há história sem sentido. O desafio é trazer à luz esse sentido e, com frequência, há boas surpresas”. No caso desta pesquisa, trata-se de uma instituição confessional vinculada a uma ordem religiosa, que teve uma missão e esteve impregnada de valores, costumes e normas voltadas para o catolicismo.

Por que pesquisar instituição escolar?

A historiografia da educação passou por um processo de renovação. Deixou de pensar em uma história eminentemente contada por meio de documentos escritos oficiais a qual visa observar somente a política e a sociedade e isso não mais satisfaz os pesquisadores. Hoje, buscam-se pesquisas que vão além de um trabalho previsível, intenciona-se buscar em outros meios, modos de narrar um episódio que seja substanciado por informações anteriormente não levadas em consideração, trabalha-se com hipóteses que precisarão ser elucidadas, como uma possibilidade de se contar um fato, de esclarecer sobre determinado assunto.

Esse terreno de trabalho em que enredam o texto, o livro e a leitura, podem-se formular várias proposições que articulam de maneira nova os recortes sociais e as práticas culturais. A primeira alimenta a esperança de levantar os falsos debates em torno da divisão, dada como universal, entre as objetividades das estruturas (que seria o território da história mais segura, que, ao manipular os documentos maciços, seriais, quantificáveis, reconstrói as sociedades tais como verdadeiramente eram) e a subjetividade das representações (a que se ligaria uma outra história dedicada aos discursos e situada à distância do real). (CHARTIER, 1991 p.182-183).

A partir dessa discussão, compreendemos que era necessário darmos vez a outras fontes, que as representações pudessem ser observadas nas análises desses documentos escritos num tempo e numa determinada situação da sociedade. É perfeitamente plausível que a história possa ser contada sob diferentes perspectivas, que a diversidade de documentos e

mesmo a história oral possam ser instrumentos a favor de uma forma diferenciada de se fazer história.

A história ao trabalhar sobre as representações, separa-se sem dúvida de uma dependência demasiadamente estrita de uma história social dedicada exclusivamente ao estudo das lutas econômicas, porém opera um retorno hábil também sobre o social, pois centra a atenção sobre as estratégias simbólicas que determinam posições e relações e que constroem, para cada classe, grupo ou meio, um ser percebido constitutivo de sua identidade. (CHARTIER, 1991, p. 183-184).

Isso não significa que a pesquisa será mais ou menos científica, mas que os documentos oficiais possam ser observados de forma diferenciada, que sejam dadas oportunidades de voz a quem sempre esteve silenciado. Sandra Jatahy Pesavento afirma que não mais satisfaz saber o resultado final da pesquisa ora posta.

A consolidação de determinados paradigmas conduzia até então a uma aparente confortável certeza: a de que tudo já estava predito, com o que se condenavam as explicações do real à fixidez dos modelos. Isso, em princípio, negava ao processo de construção do conhecimento sobre o mundo a aventura da descoberta. As respostas já estavam lá, pelas lógicas de explicação estabelecidas e consagradas, antes mesmo do trabalho de investigação ser iniciado. As hipóteses tornavam-se inócuas, porque de antemão as explicações já estavam dadas e sabidas, inviabilizando, dessa forma, a pertinência da pergunta. (PESAVENTO, 2008, p. 09).

Atualmente, a busca por fontes em diferentes contextos instiga o pesquisador à possibilidade de caminhos a percorrer que não era comum, a buscar respostas que não estão prontas. Para compreender esta afirmação, justificam-se os períodos em que aconteceram diferentes tipos de pesquisa buscando em Paolo Nosella e Esther Buffa (2009) o que classificam como diferentes momentos da história da educação brasileira. Os autores denominam como o primeiro momento aquele que antecedeu as pós-graduações, a pesquisa nesse momento era esparsa, existiam apenas pontos isolados que se dedicavam a esse tema. O segundo se dá após a criação das pós-graduações, nos anos de 1960, período militar, onde se pode perceber o aparecimento de pesquisas em história da educação. Mesmo com o movimento político que em nada as favorecia, as pesquisas estavam associadas ao ensino.

O materialismo histórico se propunha como a postura teórica que melhor dava conta da realidade brasileira, imersa, a partir de 1964 no autoritarismo de um regime militar que se estendeu até o lento processo de reabertura política dos anos 80. (PESAVENTO, 2008, p. 10).

Os pesquisadores que estavam na academia nesse período, vinculados ao marxismo, entendiam que o materialismo histórico além de dar conta da realidade brasileira e internacional, possuía um aparato teórico muito bem definido e com uma coerência que o colocava à frente de tudo e todos, ou seja, ele ficava bem à frente da Escola de Annales que, para a referida tendência, seria um referencial teórico inexpressivo.

As universidades do país abrigavam também um contingente significativo das formas mais antigas ou arcaicas de realizar história, por meio de posturas [...] que se aproximavam do que se poderia chamar de positivistas e que se caracterizavam por uma visão segundo a qual a história era concebida como um processo contínuo, retilíneo, linear, causal, inteligível por um modo racional [...] tais concepções brasileiras não se autodenominavam positivistas, entendendo-se apenas como científicas. (PESAVENTO, 2008, p. 11).

Precisa ficar claro que Nova História não é a mesma coisa que história cultural. Isso é uma identificação equivocada que se fez devido à forte influência da Escola de Annales, já que, por vezes acontecem atos confusos, achando que a história cultural é uma corrente francesa de fazer história, a nova história sim, faz parte da corrente francesa. Resumidamente, pode-se dizer que ela foi uma reação deliberada contra o paradigma tradicional.

A definição do conceito de história cultural é dificultado, mas isso se dá mais pela diferenciação da metodologia utilizada no momento do seu estudo, pois os historiadores deixam de lado estudos generalizantes e começam a pesquisar sobre grupos isolados, em lugares mais específicos.

Alguns historiadores culturais trabalham intuitivamente, como Jacob Burckhardt declarou fazer. Poucos tentam usar métodos quantitativos. Alguns descrevem seu trabalho em termos de uma procura de significado, outros focalizam as práticas e as representações. Alguns vêem seu objetivo como essencialmente descritivo, ou acreditam que a história cultural, como a história política, pode e deve ser apresentada como uma narrativa. (BURKE, 2008, p.09).

Pretendemos nesta tese narrar a história de uma Instituição Escolar de modo a contar a história de um grupo que não era ouvido, destacando particularidades que possibilitam desvendar situações que favoreçam o entendimento de seu contexto. Não se atém à veracidade dos fatos, mas sim à verossimilhança, pois sabe-se que não existe verdade dentro da ciência, mas uma compreensão do que aconteceu em determinados lugares e que isso pode ser contado

por diferentes sujeitos, sob óticas diversas. A verdade é uma categoria da filosofia e da teologia. Em ciência, o equivalente é objetividade. Não se pode falar em verdade.

O historiador pretende com a cumplicidade que tem, junto ao leitor, a busca da verossimilhança. Nessa empreitada, (re)constrói um tempo que é o passado ou seja, não foi vivido por ele, mas que busca com a sua narrativa, com as palavras que escolhe para construir argumentos que levem o leitor por meio de suas explicações a compreender o que aconteceu.

Sob a influência dos teóricos franceses da escola de *Annales*, as pesquisas brasileiras seguiram um novo curso e podemos dizer que esse é o momento atual, “foram deixadas de lado concepções de viés marxista, que entendiam a cultura como integrante da superestrutura, como mero reflexo da infraestrutura, ou mesmo da cultura como manifestação superior do espírito humano e, portanto, como domínio das elites” (PESAVENTO, 2008, p.14).

No período da segunda guerra mundial, momento que Hitler chegou ao poder, aconteceu a verdadeira diáspora dos pesquisadores, que deixaram a Alemanha e buscaram refúgio nos Estados Unidos da América (Cassirer e Panofsky) e na Grã Bretanha (Saxl e Wind). A partir daí, os estudos sobre cultura popular entraram em evidência, porém sob forte influência da história social. Com todo esse processo, levou certo tempo para que a história social criasse seu próprio sustentáculo para se solidificar como metodologia.

Nos anos de 1960 é que as contribuições de historiadores franceses passaram a convergir com os outros historiadores de diferentes países. Parafraseando Sandra Jatahy Pesavento (2008), podemos afirmar que se deixa de fazer pesquisas nas quais já se sabe os resultados e inicia-se em um novo projeto que possibilita a descoberta de novas fontes e com um final que muitas vezes surpreende o pesquisador. Segundo Peter Burke, “os historiadores têm de praticar a crítica das fontes, perguntar por que de um dado texto ou imagem veio a existir, e se, por exemplo, seu propósito era convencer o público a realizar alguma ação” (BURKE, 2008, p. 33). Ele passa a ser o ator que dará o tom para as informações colhidas ao longo da pesquisa, a partir de suas análises é que se constituirão as peças de um quebra-cabeça, as quais como um mosaico precisarão ser montadas para se obter um panorama específico do que se busca.

Se estamos em busca de retratar uma postura e uma intenção partilhada de traduzir o mundo a partir da cultura, é preciso descobrir os fios, tecer a trama geral deste modo de fazer História, prestar atenção em elementos recorrentes e, talvez, relevar as diferenças entre os autores, o que sem dúvida é um risco. (PESAVENTO, 2008, p. 17).

Podemos explicar que deixamos de olhar somente o macro da sociedade e buscamos uma interiorização, especificidades para maior compreensão que, embora não seja fácil, enriquece a pesquisa. Podemos também buscar no ponto de vista da antropologia que “quanto mais distante uma cultura está de nós, mais facilmente podemos tratar sua vida cotidiana como objeto de estudo” (BURKE, 2008, p. 51), vale dizer, com mais objetividade.

Portanto, entendemos que, de forma geral, “trabalhamos com a mesma idéia do resgate de sentidos conferidos ao mundo, e que se manifestam em palavras, discursos, imagens, coisas, práticas” (PESAVENTO, 2008, p.17) e foi assim que trabalhamos com as fontes.

A história propõe-se a buscar, na objetividade das fontes e dos depoimentos, reconstruir o passado. Dessa forma, relatar o que já aconteceu em determinado tempo, mas esse fato pode ser contado por historiadores que analisam a mesma situação em diferentes momentos e isso gera uma história que observa diferentes aspectos de um mesmo fato. “O discurso histórico, portanto, mesmo operando pela verossimilhança e não pela veracidade, produz um efeito de verdade: é uma narrativa que se propõe como verídica e mesmo se substitui ao passado, tomando o seu lugar” (PESAVENTO, 2008, p. 55). Podemos dizer que a história faz uso da ficção à medida que ela conta um fato já acontecido.. É assim que o historiador realiza sua investigação, ou seja, é um novo olhar sobre um mesmo objeto. Como diria Dominique Julia (2001, p.17), “o historiador sabe fazer flechas com qualquer madeira”.

Nas palavras de Sandra J. Pesavento (2008, p. 62), “resta, contudo, admitir que, se a história é uma forma de ficção, ela é uma ficção controlada: pelos indícios recolhidos, pela testagem a que submete esses indícios, pela recorrência ao extratexto¹”. Pensando dessa forma, buscamos uma metodologia para realizar essa história. O historiador necessita por meio de sua bagagem cultural ter um olhar e uma leitura sobre diferentes fontes de modo que faça ressignificações, ler um texto e ser capaz de se remeter a uma imagem que o represente, isso faz com que se multipliquem suas capacidades de representação. Sua linguagem deve ser capaz de realizar um entrelaçamento das fontes, demonstrando assim para o leitor a sua veracidade.

Tentando considerar o que é cultura, podemos utilizar o conceito do antropólogo que mais influenciou os historiadores, Clifford Geertz (1989, p.89), que diz que é

um padrão, historicamente transmitido, de significados incorporados em símbolos, um sistema de concepções herdadas, expressas em formas

¹ Extratexto é considerado como toda bagagem de conhecimentos que o historiador possui, referente a um contexto mais amplo, e pode intervir na estratégia de cruzamento com os dados em análise (PESAVENTO, 2008, p. 67).

simbólicas, por meio das quais os homens se comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e suas atitudes acerca da vida.

A antropologia não deixa marcas visíveis na nova história, mas entendemos que ela foi uma fonte de inspiração, não a única, pois a nova história “é mais eclética, tanto no plano coletivo como no individual” (BURKE, 2008, p.68).

A própria representação que “foi um dos primeiros conceitos a reorientar a conduta do pesquisador histórico foi a rigor, incorporada pelos historiadores a partir das formulações de Marcel Mauss e Émile Durkheim, no início do século XX” (PESAVENTO, 2008, p. 39). A representação, apesar da sua ambiguidade, norteia o pesquisador quando este a utiliza para escrever como determinada civilização se comportava frente a diversas situações. É evidente que, a cada momento que essa história for narrada, ela terá um modo diferente, pois é inegável que os fatos passam a ser contados em diferentes épocas com diferentes enfoques.

Roger Chartier (1991, p.83) também manifesta a ideia de que o

Retorno a Marcel Mauss e Emile Durkheim e à noção de “representação coletiva” autoriza articular, sem dúvida melhor que o conceito de mentalidade, três modalidades de relação com o mundo social: de início, o trabalho de classificação e de recorte que produz configurações intelectuais múltiplas pelas quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos que compõem uma sociedade; em seguida, as práticas que visam a fazer reconhecer uma identidade social, a exhibir uma maneira própria de ser no mundo, a significar simbolicamente um estatuto e uma posição; enfim as formas institucionalizadas e objetivadas em virtude das quais “representantes” (instâncias coletivas ou indivíduos singulares) marcam de modo visível e perpétuo a existência do grupo, da comunidade ou da classe.

O simbolismo que a representação traz nos fatos narrados enuncia e oculta ao mesmo tempo, como diria Sandra J. Pesavento (2008, p.41),

as representações são também portadoras do simbólico, ou seja, dizem mais do que aquilo que mostram ou enunciam, carregam sentidos ocultos, que, construídos social e historicamente, se internalizam no inconsciente coletivo e se apresentam naturais, dispensando reflexão.

Por isso, a pesquisa com instituição escolar, onde se privilegia “temas como cultura escolar, formação de professores, livros didáticos, disciplinas escolares, currículo, práticas educativas, questões de gênero, infância e obviamente as instituições escolares” (NOSELLA & BUFFA, 2009, p. 17), é permeada de representações e é exatamente isso que a torna rica em detalhes e situações que talvez não fossem observadas quando o único elemento a ser

analisado fossem as fontes oficiais, com isso a riqueza em poder contar com essas mais diversas fontes.

Décio Gatti Junior (2002, pp. 6-7) propõe que,

o grande questionamento pelo qual a história passou, no século XX, foi o da natureza e da qualidade do saber que ela produzia. As idéias de produção da verdade absoluta e do saber absoluto em história foram colocados em xeque. Formas de responder a esse colapso da idéia de verdade absoluta na história podem ser vislumbradas tanto na ruptura com a historiografia tradicional realizada sobretudo na França do entreguerras, pelo grupo que, posteriormente, ficaria conhecido como Escola do Anais, como no rompimento com a leitura marxista da história que ficou conhecido como ‘marxismo vulgar’, realizado na Inglaterra por diversos historiadores que se afastaram do partido Comunista oficial, em meados dos anos de 1950.

Nos anos de 1980, a história tinha um caráter de observar as singularidades existentes nos documentos. Essa ruptura da história antiga com a nova história, que trouxe para os pesquisadores uma nova forma de lidar com os fatos, contempla detalhes, especificidades que para muitos podem parecer insignificantes, mas que no contexto geral, contribuem para o entendimento de acontecimentos. É a voz de um povo que era silenciada. Essa história sempre existiu, porém não estava ao alcance das pessoas, não era registrada, não era contada. Seus pormenores viviam às sombras dos grandes vultos que eram preconizadas pela história positivista.

A história é, pois, convidada a reformular seus objetos (recompostos a partir de uma interrogação sobre a própria natureza do político), suas frequentações (privilegio concedido ao diálogo travado com a ciência política e a teoria do direito) e, mais fundamentalmente ainda, seu princípio da intelegibilidade, destacado do “paradigma crítico” e redefinido por uma filosofia da consciência. (CHARTIER, 1991, p.175).

A pesquisa histórica passa por transformações na sua constituição, no seu aporte teórico. Nos últimos tempos, tem-se levado em consideração não somente as fontes primárias escritas e oficiais, mas também outras evidências têm sido consideradas, como o campo da história oral, utilizada como metodologia de pesquisa com a finalidade de criar fontes históricas.

De acordo com Sonia Maria de Freitas (2006, p. 18), “história oral é um método de pesquisa que utiliza a técnica da entrevista e outros procedimentos articulados entre si, no registro de narrativas da experiência humana”.

Compreendemos que, nesse momento, o pesquisador quando se utiliza desse campo tem que considerar diferentes situações, pois quando alguém está buscando na sua lembrança algo e que isso possa contribuir para a busca de afirmações de como um determinado fato ocorreu, observa-se que essa memória já não é daquele tempo em que ocorreu o fato, e sim de uma pessoa, neste caso, um adulto, que tem lembranças, pois a vida seguiu seu curso e pode ter deixado marcas significativas, “aquele que lembra não é mais o que viveu. No seu relato já há reflexão, julgamento, ressignificação do fato rememorado” (PESAVENTO, 2008, p.95). Porém, essa memória é extremamente importante para o pesquisador, para que ele, junto com outras fontes possa perceber a veracidade de um acontecimento, de dados de uma fotografia, de um registro escrito, por exemplo: num livro de ocorrências ou livro-ata.

Por outro lado, as iconografias que são fontes reveladoras de características de um momento da sociedade, serão utilizadas como fontes para ilustrarem os depoimentos e informarem na pesquisa sobre fatos isolados da representação do cotidiano do patronato. Os prontuários de professores, cadernetas de alunos, boletim, programa escolar foram analisados, a fim de comporem o mosaico de como a instituição funcionou. Como assevera Décio Gatti Junior,

Pode-se concluir que a orientação teórica em vigor defende que o processo de construção de interpretações sobre o passado se faz no diálogo necessário entre nossas idéias e concepções com os indícios que conseguimos agrupar para corroborar nossas assertivas (2000, p. 140).

Portanto, tudo que conseguimos de fontes, informações extra oficiais, os depoimentos e o diálogo com a teoria existente, serve para formar um panorama do que se deseja, algo mais próximo possível do que aconteceu na instituição. Não é fácil fazer esse tipo de análise historiográfica, pois implica em cuidados ao analisar as fontes. As pesquisas em historiografia da educação têm avançado no intuito de captar novas interpretações com relação à cultura material, aos processos educacionais particulares e ao estudo sobre as mentalidades. Abandonamos a narrativa dos homens heróis, procurando dar voz aos personagens históricos que sempre estiveram à margem da sociedade, fugindo do padrão tradicional/positivista dos rankeanos de se fazer história.

No que se refere aos anos de 1980 e 1990, Justino Magalhães (2004, p. 91) afirma “a historiografia da educação não cessou de desdobrar-se em novos campos e objetos, procurando superar limitações metodológicas resultantes de uma análise estrutural estreita,

suportada por séries diretas e pela prevalência da fonte escrita”. Hoje, esse tipo de pesquisa que leva em consideração diferentes fontes consolidou-se.

Compreendemos que atualmente as pesquisas sobre instituições escolares avançam de forma promissora, isso possibilita que mais pessoas tenham acesso a como se constituiu esse panorama de educação no Brasil. José Carlos S. Araújo e Geraldo Inácio Filho (2005, p. 168) evidenciam que:

Estas pesquisas centram-se no intuito de compreender a gênese, sua trajetória, a cultura escolar constituída, sua projeção local e regional, suas concepções educativas e pedagógicas, enquanto se configuram como formadoras, bem como irradiadoras de posturas vinculadas ao ideário da escola pública, da escola privada confessional ou não. Nesse sentido, as instituições escolares são fontes fundamentais para a apreensão de uma cultura.

O estudo e a construção da instituição educativa como objeto de pesquisa compreendem “a construção do objeto; a construção do conhecimento; a elaboração/apresentação da ideia fundamental” (MAGALHÃES, 2005, p.134) e, com esses itens descritos acima, temos possibilidade investigativa.

Portanto, Lucia Garay (1998, p. 112) ressalta que

as instituições como campo de ação dos sujeitos individuais, dos grupos e dos coletivos, são sombreados labirintos. Produtos e produtoras de processo, inscritas na história social e na historicização singular: conhecê-las propõe desafios teóricos e metodológicos nem sempre solucionáveis.

Isso significa que as instituições estão permeadas de incógnitas que não temos como afirmar que serão todas descortinadas, mas que, de uma maneira geral, serão descobertos caminhos que irão possibilitar conhecer seu funcionamento.

Quando escolhemos pesquisar uma instituição de educação, observamos as singularidades que lá estão presentes e elucidamos com a pesquisa os motivos que a faziam funcionar daquela maneira, o que era exteriorizado e o que permanecia oculto. A “singularidade da história local ou regional não pode pretender substituir a perspectiva da totalidade, da qual é parte” (ARAÚJO; INÁCIO FILHO, 2005, p.183). Aproveitamos, novamente, para ressaltar que esse modo de fazer pesquisa, olhando e aceitando as singularidades e as especificidades, contribui para o entendimento e a construção do que foi, do que é e provavelmente de como caminhará para o futuro a educação brasileira. Essas

pesquisas sobre instituições escolares buscam entender e compreender como era o processo, como acontecia o ensino e a aprendizagem, naquele espaço, num dado momento.

Entre as principais facetas que permitem descrever, compreender e analisar as instituições educativas, revelam: os espaços e a estrutura arquitetônica; áreas organizacionais; estruturas física; administrativa e sociocultural; identidade cultural e educacional. (MAGALHÃES, 2004, p. 142).

Existe preocupação de pesquisadores imbuídos em construir a história das instituições de educação brasileira e, assim, consequentemente compreender como ela se fez. Nesse momento, podemos citar alguns pesquisadores para elucidar o crescente movimento na área, da região sudeste, Paolo Nosella, Esther Buffa, Rosa Fátima de Souza, Diana Gonçalves Vidal entre outros nomes; da região centro-oeste, temos Elizabeth Figueiredo de Sá, Ademilson Batista Paes e Alessandra Furtado; de Minas Gerais, Décio Gatti Júnior, Geraldo Inácio Filho, Luciano Mendes de Faria Filho e Sandra Cristina Fagundes de Lima.

Nas palavras de Esther Buffa (2002, p. 25):

Pesquisar uma instituição escolar é uma das formas de se estudar filosofia e história da educação brasileira, pois as instituições escolares estão impregnadas de valores e ideias educacionais. As políticas educacionais deixam marcas nas escolas. Assim, se bem realizadas, as investigações sobre instituições escolares apresentam a vantagem de superar a dicotomia entre o particular e o universal, o específico e o geral, o concreto e o conceito, a história e a filosofia.

Dentre tantas instituições que merecem ser pesquisadas, escolhemos uma instituição que teve um significado para a região, pois o estado de Mato Grosso do Sul, mais especificamente a cidade de Paranaíba tem que ser vista como um marco histórico, pela sua contribuição social e econômica para o estado de Mato Grosso.

Por Mato Grosso, passaram os Bandeirantes em busca de índios para a escravização. Na guerra do Paraguai, os militares saíram por Paranaíba e Visconde de Taunay immortalizou a cidade quando a registra em seu livro 'Inocência'. Não esquecendo, que os migrantes mineiros, goianos, paulistas que fundaram Campo Grande, hoje, capital do estado desbravaram estradas até chegarem a Campo Grande.

Portanto, cremos ser de relevância o estudo do Patronato de Menores São José situado numa região privilegiada, divisa com os estados de São Paulo, Goiás e Minas Gerais o que tem por si só um significado econômico, social e político que deve ser observado e também a função social educativa a que se propôs a instituição. É importante ressaltar que ao

pesquisarmos uma instituição educativa, buscamos relacionar suas particularidades que de algum modo contribuíram para o desenvolvimento da região, articulando-a com o cenário social da época.

Também para obter uma visão da Educação Brasileira, são de suma importância os trabalhos realizados ou em curso mapeando diferentes regiões e formando o mosaico da educação e a contribuição que as missões religiosas tiveram na formação dessas instituições.

O que pesquisar sobre o objeto instituição escolar

Após a escolha e a convicção de que esta instituição confessional, criada nos anos 1950, com o objetivo de atender meninos, numa região onde não havia escolas internas com essas características e com toda singularidade de um patronato, torna-se relevante seu estudo. Partimos para constituição do *corpus* do trabalho. Toda e qualquer instituição educativa merece ser olhada com criticidade, afinal ela fez parte de um determinado período, por esse motivo já deve fazer parte da história.

Portanto, é importante que se consiga durante a pesquisa contextualizá-la com a sociedade da época. É notório também que para ser pesquisada, necessita ter sido para a sociedade local um lugar onde verdadeiramente aconteceu um reconhecimento social, ou seja, é necessário que esta de alguma forma tenha contribuído para o desenvolvimento local, criando possibilidades para o avanço educacional da região. Ainda, podemos dizer que ela deve ter atendido aos objetivos a que se propunham os patronatos e cabe ao investigador por meio da sua investigação levantar esses dados e chegar a algumas conclusões.

Como o pesquisador deve fazer isso? Qual é a maneira de obter as fontes para que haja uma comprovação de sua intenção? O que estava por trás de sua criação? A quem deveria atender essa instituição? Crianças, adolescentes, meninos, meninas? Como era a questão da religiosidade? E como era desenvolvido o trabalho agrícola? Essas são perguntas que não calam quando fazemos esse tipo de pesquisa utilizando o referencial teórico da história oral como recurso.

O Historiador dispõe-se a fazer as coisas falarem, ele vê possibilidades onde a maioria das pessoas diria que dali não sairia nada. “Casas, prédios, monumentos, traçados das ruas, brinquedos, apontam no sentido de que as coisas materiais são detentoras de significados e se prestam à leitura” (PESAVENTO, 2008, p. 98). Essa possibilidade de os documentos ainda ‘virgens’ serem manipulados e analisados pela primeira vez, como é o caso desta pesquisa,

enriquece o estudo e cria novas fontes que posteriormente poderão ser utilizadas por público diverso.

A triangulação dos dados levantados pelo pesquisador, obtidos pelas fontes, é o que poderá possibilitar esse entendimento e a construção de como essa representação aconteceu. E por fonte, podemos entender tudo aquilo que nos oferece pistas de uma coisa que já aconteceu, “são traços, cacos, fragmentos, registros, vestígios do passado que chegam até nós revelados como documentos pelas indagações trazidas pela História” (PESAVENTO, 2008, p. 98).

Paolo Nosella e Esther Buffa (2009, p. 56) relembram “que um objeto de pesquisa nunca é dado; é construído”. O pesquisador não encontrará tudo arrumado, organizado para realizar seus levantamentos e sim terá que perceber quais são as possibilidades de realização dessa investigação, bem como construir aos poucos seu objeto. “A construção do objeto depende, de um lado, da formação, da experiência, da criatividade e dos valores do pesquisador e, de outro, da existência e do acesso às fontes” (NOSELLA; BUFFA, 2009, p. 57). O que possibilita a história ser uma ciência ampla é que ela pode perceber a instituição escolar com base em diversas perspectivas. Acreditamos que ao menor indício relacionamos o objeto na busca de pistas, de evidências pontuais, de sinalizações que permitam a construção do *corpus* a ser estudado.

O historiador não precisa formular questões somente dentro da sua matriz teórica, ele necessita de documentos históricos que possam permitir que tal análise aconteça, deve deixar de lado essa aversão a questões empíricas, pois elas contribuem de forma significativa com pesquisas dessa natureza. Ele nem sempre se depara com documentos ou fontes organizadas, mas, papéis e outras fontes desorganizadas e mal conservadas.

Atualmente, os pesquisadores da História ou da historiografia pouco têm se preocupado com questões relacionadas à filosofia da história, o que de acordo com Décio Gatti Junior (2002, p.05), evita “a permanência de discussões por demais abstratas e conduzidas, no mais das vezes, por interlocutores que pouco ou nada entendem do duro trabalho de lidar com o passado”.

Entretanto, reafirmamos que não significa que essa atitude tornou a escrita da história mais fácil, pelo contrário, isso implica num maior rigor metodológico, o que possibilitara um texto científico de melhor qualidade. Mesmo com a resistência de pesquisadores em ver em outras fontes, possibilidades concretas de investigação, esses procedimentos historiográficos são amplamente aceitos pela academia. O pesquisador nesse momento da análise das fontes deve esmerar-se em trabalhar com os dados (empíricos). Pois,

nessa medida, elas são fruto de uma renovada descoberta, pois só se tornam fontes quando contêm pistas de sentido para a solução de um enigma proposto. São, sem dúvida, dados objetivos de um outro tempo, mas que dependem do historiador para revelar sentidos. Elas são, a rigor, uma construção do pesquisador e é por elas que se acessa o passado. (PESAVENTO, 2008, p. 98).

Décio Gatti Junior (2002) afirma que num curto espaço, essas pesquisas que visam às instituições escolares tomarão uma maior dimensão, devido à produção e à qualidade das pesquisas com fontes primárias nas áreas de pesquisas *lato e stricto sensu*. Construir a história de uma nação é mais um motivo para se pesquisar instituições escolares, tentando assim, preservar a memória educacional do país.

Considerações sobre a metodologia

No que tange ao assunto em questão, instituição escolar, inferimos que a sistematização de conceitos possibilitou o desenvolvimento de novas pesquisas, fazendo-se necessário para que se compreenda como as instituições escolares se firmaram e ganharam um caráter de importância quando se refere ao assunto “educação”.

Quando elegemos como objeto de pesquisa uma instituição confessional, situada no interior do estado de Mato Grosso, esperamos contribuir com o registro de sua função para a sociedade local e regional, mais ainda, verificando se o que ela propôs como objetivo e meta foi alcançado.

Para tanto, o uso da História Oral foi pertinente nesse contexto de pesquisa, pois os documentos encontrados para a composição do panorama histórico não eram suficientes para abarcar as necessidades que tínhamos e que pretendíamos caracterizar, por isso, foi escolhida como potencializadora pois, “a História Oral possibilita o registro das reminiscências das memórias individuais, a reinterpretação do passado, enfim, uma história alternativa à história oficial” (FREITAS, 2006 p.80).

É perfeitamente plausível utilizarmos a História Oral nesta investigação como técnica visando complementar o estudo das fontes documentais. Isso não quer dizer que a história oral tenha sido utilizada como “muleta”: se não possuo documentos eu a utilizo, para poder caminhar. Conforme Gwyn Prins (1992, p.166), esse pensamento é errôneo “as fontes orais corrigem as outras perspectivas, assim como outras perspectivas as corrigem”. A história oral não pode ser vista como um instrumento a ser utilizado em segundo plano. Os depoimentos devem fazer parte da trama teórica da pesquisa.

De acordo com Verena Alberti (2011), o marco do início da História Oral é 1948, quando foram inventados o gravador e a fita. Em Nova York, Allan Nevins e Louis Starr fundaram o programa de História Oral da Universidade de Columbia, com a preocupação de deixar material para a pesquisa de gerações posteriores. A princípio, essas gravações eram realizadas com pessoas que tinham importância política, econômica e cultural para a sociedade norte-americana. Essa Universidade considerava a transcrição da entrevista como documento original.

Podemos elucidar que com a tecnologia e o avanço dos gravadores nos anos de 1960, as entrevistas de relatos de história de vida tornaram-se mais presentes, pesquisadores que queriam dar voz às minorias surgiram e fizeram uso dessa técnica. Podemos dizer então que havia dois grupos. O da Universidade de Columbia, que gerava as histórias de personalidades e outro grupo na Europa que narrava a história vinda de baixo.

Opondo-se à História positivista do século XIX, a História Oral tornou-se a contra-História, a História do local e do comunitário (em oposição a chamada História de nação). Por traz desse movimento, estava a crença de que era possível reconciliar o saber com o povo e se voltar para a História dos humildes, dos primitivos, dos sem História (em oposição à História da civilização e do progresso que, na verdade, acabava sendo a História das elites e dos vencedores). (ALBERTI, 2011, p.157).

Sabemos que o avanço para as ciências humanas foi importante nesse sentido, mas isso aconteceu depois de amplo movimento de transformação na maneira de enxergar a História e com o passar dos anos a academia acabou incorporando a História Oral.

A História Oral poderia distinguir-se como um procedimento destinado à constituição de novas fontes para a pesquisa histórica com base nos depoimentos orais colhidos sistematicamente em pesquisas específicas sob métodos, problemas e pressupostos teóricos explícitos. (LOZANO, 2006, p.17).

No Brasil, de acordo com Verena Alberti (2011), a História Oral passou a ser incorporada por nossos pesquisadores em 1975, naquele momento aconteceram eventos para a divulgação dessa metodologia. Foram criados programas de História Oral, centros de pesquisa e de documentação histórica. Fazer História Oral significava produzir conhecimentos históricos e não era somente realizar uma narrativa de uma experiência de outra pessoa.

Essa reconciliação da História Oral com a academia, notadamente a partir do decênio de 1990, se deve sobretudo ao fim da polarização maniqueísta entre vencedores e vencidos, nacional e local, escrito e oral, erudito e popular, e assim por diante.

A História Oral é hoje um caminho interessante para se conhecer e registrar múltiplas possibilidades que se manifestam e dão sentido a formas de vida e escolhas de diferentes grupos sociais, em todas as camadas da sociedade. Nesse sentido, ela está afinada as novas tendências de pesquisas nas ciências humanas, que reconhecem as múltiplas influências a que estão submetidos os diferentes grupos no mundo globalizado. (ALBERTI, 2011 p. 164).

Com tudo isso acontecendo, a riqueza dessa técnica e dessa metodologia é permitir que se possam pesquisar grupos, sujeitos que efetivamente contribuem com decisões e estratégias e experiências de vida.

O historiador oral é algo mais que um gravador que registra os indivíduos “sem voz”, pois procura fazer com que o depoimento não desloque nem substitua a pesquisa e a conseqüente análise histórica: que seu papel como pesquisador não se limite ao de um entrevistador eficiente, e que seu esforço e sua capacidade de síntese e análise não sejam arquivados e substituídos pelas fitas de gravação (sonoras e visuais). (LOZANO, 2006 p.17).

Vale notar então que o depoimento é uma fonte propositalmente produzida. “Para o historiador, essa fonte contribui para construir um discurso de interpretação histórica mais completo, mais rico e mais complexo” (RANZI, 2007 p.327), ela permite ao pesquisador conduzir a entrevista de tal modo que o entrevistado chegue ao assunto a que se deseja, negue ou afirme o ele está procurando.

Pensando desse modo, as entrevistas são um campo de investigação que possibilitam a descoberta de novos e múltiplos narradores. As entrevistas são capazes de nos revelar fatos desconhecidos de acontecimentos já acontecidos, mostrando aspectos que não haviam sido identificados ou mesmo inexplorados da vida das classes não hegemônicas. “Os depoimentos resultam em fontes históricas que são, por excelência, qualitativas, mas todo pesquisador deve-se valer de todas as fontes disponíveis, a fim de obter um quadro o mais enriquecedor possível, do período ou tema em análise”. (FREITAS, 2006 p.81).

Uma das principais vantagens da História Oral deriva justamente do fascínio da experiência vivida pelo entrevistado, que torna o passado mais concreto e faz da entrevista um veículo bastante atraente de divulgação de informações sobre o que aconteceu. Esse mérito reforça a responsabilidade e o rigor de quem colhe, interpreta e divulga entrevistas, pois é preciso ter claro que a entrevista não é um ‘retrato’ do passado. (ALBERTI, 2011 p.170).

A entrevista é um modo como o entrevistado percebeu determinado fato em determinada circunstância e mais ainda, quando rememora esse episódio, sofre influência de toda sua história de vida.

O pesquisador que utiliza a história oral, tanto como técnica, quanto como metodologia, tem que compreender que seus depoentes são pessoas e como tal expressam suas emoções, demonstram saudosismo positivo ou negativo, mas o entrevistador deve manter-se distante, no sentido de deixar que sejam o mais verdadeiros possível, sem interferir na fala do depoente. Vale notar que a situação de “lembrar o passado e escrever sobre ele já não podem ser consideradas atividades inocentes”(RANZI, 2007, p. 327) . “A história interessou-se pela ‘oralidade’ na medida em que ela permite obter e desenvolver conhecimentos novos e fundamentar análises históricas com base na criação de fontes inéditas ou novas” (LOZANO, 2006 p.16).

O entrevistador deve ter organizado mentalmente o que deseja com a entrevista, e permitir que o depoente fale o que deseja. Os entrevistados divagam sobre diferentes assuntos, mas o foco é sempre do pesquisador que tem que saber o que deseja e ficar atento a novos fatos que possam surgir durante a entrevista e somente assim ele conseguirá de forma satisfatória chegar ao que deseja descobrir.

É necessário que haja uma relação dialética entre as fontes orais e os demais documentos utilizados em uma pesquisa em história para que seja possível estabelecer a distância entre o dito e o não dito e entre o que foi dito ou escrito de maneira diferente. (RANZI, 2009 p.327).

Saber ouvir é uma característica fundamental do pesquisador que utiliza a história oral como recurso. Sonia Maria de Freitas (2006, p.92) diz que:

Uma entrevista é uma troca de experiência entre duas pessoas. É uma relação que estabelece entre pessoas com experiências, formação e interesses diferentes. São pessoas que, apesar de pertencerem a diversas faixas etárias e diferentes condições socioeconômicas e culturais, estarão dialogando e interagindo sobre uma mesma questão.

Com esteio nessa ideia, assumimos que a criação dessas fontes adquiridas por meio das entrevistas mais os documentos oficiais complementam-se. O entrevistador nesse momento tem grande importância, pois ele dirigiu, organizou e selecionou questões a serem feitas ao entrevistado. É desse conjunto de informações e nesse diálogo entre entrevistador e entrevistado que nasce uma nova fonte. A entrevista em si não pode ser considerada histórica, mas é a partir da análise realizada pelo pesquisador que se transforma em fonte histórica.

Por isso, o historiador deve considerar a

fonte oral em si mesma e não só como mero apoio factual ou de ilustração qualitativa. Na prática, eles colhem, ordenam, sistematizam e criticam o processo de produção da fonte, Analisam, interpretam e situam historicamente os depoimentos e as evidências orais. Complementam suas fontes orais com as outras fontes documentais tradicionais do trabalho historiográfico. Não se limitam a um único método e a uma técnica, mas as complementam e as tornam mais complexas. (LOZANO, 2006 p.23).

A História Oral fornece documentos para construir e legitimar uma história do presente, já que durante muito tempo entendeu-se que história era coisa do passado. “Utilizando a metodologia da História Oral produz-se uma documentação diferenciada e alternativa da história, realizada exclusivamente com fontes escritas” (FREITAS, 2006 p. 48). Trabalhar com história oral é um modo de recuperar as representações que os sujeitos têm de si e do grupo em que conviveram. Porém, consideramos que os usos de fontes documentais associados à História Oral enriquecem a pesquisa, possibilitam que as culturas que ainda são predominantemente orais tenham sua história registrada.

Nesse estilo de trabalho, a tarefa de produzir conhecimentos históricos se torna válida, especialmente rica e atual, já que implica: reflexão teórica, trabalho empírico e de campo; maior ligação e vínculo pessoal com os sujeitos estudados; um processo de constituição de uma fonte e um processo de produção de conhecimentos científicos, isto é, um processo que permite ao pesquisador se transformar no que sempre pretendeu ser, um historiador. (LOZANO, 2006 p.24).

Portanto, a história oral nessa pesquisa é utilizada como recurso e permitirá que se faça a triangulação dos dados, fato esse que fortalece, sustenta e consolida a metodologia. Atualmente, a história oral é um caminho que surpreende, pois tem a possibilidade de registrar múltiplas situações de vida de grupos sociais em toda camada da sociedade, estando assim afinada com as novas tendências de pesquisas nas ciências humanas.

Em seguida, partimos para a procura de documentos que possam também sustentar a pesquisa.

Em busca das fontes

Onde buscar as fontes? Essa foi uma das premissas para iniciarmos a pesquisa , pois sabemos que não é costume das instituições escolares manter esses tipos de documentos

organizados, ou mantê-los preservados. Muito pelo contrário, na maioria das buscas é o próprio pesquisador que tem que fazer essa seleção e, antes de iniciar a escrita do próprio texto, deve catalogar o que encontrou. O pesquisador compreende que as fontes são parte essencial da sua pesquisa,

Os historiadores da educação dependem, nas suas investigações, não apenas das questões formuladas dentro de certas matrizes teóricas, mas também dos materiais históricos com que podem contar. Não fazemos bons trabalhos na área sem respeitar a empiria contra a qual lutamos; e todos já nos deparamos com a dificuldade de recolher fontes impressas e arquivísticas, geralmente lacunares, parcelares e residuais. (NUNES; CARVALHO, 1993, p.23).

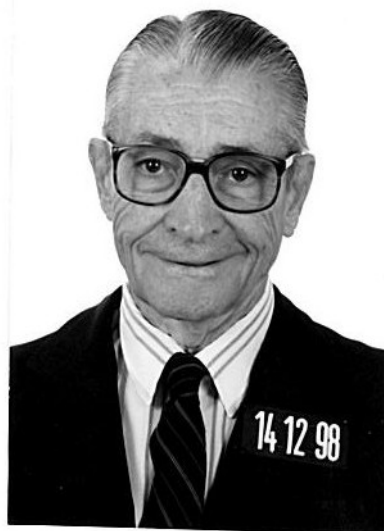
Fazer buscas em arquivos, prefeituras, câmaras, escolas, na própria Igreja, isso requer paciência, amadurecimento e principalmente um olhar sensível, despido de preconceitos, pois nessa incessante busca, muitas vezes, deparamo-nos com novidades e surpresas que não faziam parte do foco. Para tanto, é necessário que na leitura dessas fontes o aporte teórico esteja definido, que se perceba que o documento relata o que aconteceu num determinado tempo, com um determinado tipo de sujeito que atendia às necessidades de uma determinada época.

Nesta pesquisa, não aconteceu diferente da grande maioria realizada nesta vertente. As fontes não estavam esperando pelo pesquisador, melhor dizendo, não se tinha ideia de onde elas estavam. Por isso, “mapear as fontes é, portanto, preparar o terreno para uma crítica empírica vigorosa que constitua novos problemas, novos objetos e novas abordagens” (NUNES; CARVALHO, 1993 p.30). Em conversas informais com pessoas da cidade, surgiram indícios que levaram a um dos membros fundadores. Desfrutamos dessa possibilidade de existir algum dos membros que projetaram e fundaram a referida instituição e, mais que isso, de podermos dialogar com ele. Este seria o ponto de partida, ouvir um pouco sobre a história do local, para conseguir traçar metas para desenvolver a pesquisa e também ter um parâmetro de busca das fontes.

A riqueza do diálogo das fontes com as teorias é, portanto, a possibilidade de, além de problematizar a ambas, alterar as representações que temos não só delas, mas também da própria pesquisa histórica. É evidente que tais representações não são apenas criações do espírito, mas produtos da mentalidade de uma certa época, de certas categorias sociais e de determinados grupos. (NUNES; CARVALHO, 1993, p.32).

Encontramos o Senhor Walter Faustino, 95 anos, advogado, um dos membros fundadores e idealizadores do Patronato, líder político da cidade na época.

Figura 1 - Walter Faustino



Fonte: Arquivo pessoal Walter Faustino

Em alguns encontros gravados, foram passadas informações que certamente contribuíram para formar o *mosaico* que é a investigação sobre esta Instituição. Em seu depoimento, o senhor Walter afirma que na cidade já existia um internato que atendia meninas (Educandário Santa Clara, do qual ele era diretor), projetado e construído também pela Congregação Franciscana. Continua o relato e afirmou que ele e Frei Pedro Holz² sentiam que a região também necessitava de um local para internos do sexo masculino, pois naquele momento na cidade não existia nenhum lugar que pudesse abrigá-las. Então, eles se mobilizaram e buscaram outros membros da sociedade local para compartilharem seus planos e conta que foram recebidos com entusiasmo.

Percebemos pelo discurso do então idealizador, que era uma necessidade poder alojar essas crianças que ficavam sem estudo, por motivos de distância, já que a maioria da população era rural, e que a sociedade via que essa instituição seria útil para as necessidades do momento.

Como afirmam Paolo Nosella e Esther Buffa (2009, p.56), a instituição existiu, mas ela “não é um pacote fechado que o pesquisador abre e investiga. É um conjunto de possibilidades que o pesquisador percebe e desenvolve, construindo, assim aos poucos seu

² Padre alemão, residente à época em Paranaíba, pertencente à Ordem dos Frades Menores (Franciscanos), lidera a construção do Patronato. Ele é um dos que sofrem com a perseguição do governo sendo acusado de espião do governo da Alemanha.

objeto”. E o olhar sobre esse objeto, deve ser de um pesquisador que não fará julgamento de valores e sim construirá o panorama de como foi a educação naquele período.

Particularmente, não acreditamos no total afastamento do pesquisador de seu objeto, pois quem escreve sobre qualquer coisa tem seus valores, sua ideologia, o seu próprio conhecimento de mundo, portanto, dizer que isso não influencia o olhar talvez seja um tanto imaturo ou até mesmo ingênuo. As leituras e o conhecimento de mundo influenciam muito o modo de pensar e principalmente a maneira como se escreve. É necessário que se posicione com certo distanciamento, mas daí a dizer que as análises não terão nada dos pesquisadores, não é legítimo.

Sandra Jatahy Pesavento (2008, p. 42) propõe que “a rigor, o historiador lida com uma temporalidade escoada, com o não-visto, o não-vivido, que só se torna possível acessar através de registros e sinais do passado que chegam até ele”. Ao escolher as categorias que serão analisadas, já fica implícito como é que esse pesquisador pensa.

Não consideramos nesse tipo de pesquisa somente o documento escrito, ele é excelente fonte, mas outras também como as fotografias e a entrevista devem ser observadas, por isso precisamos ir a campo, para a busca de fontes primárias e secundárias que contribuam com a escrita da pesquisa.

Partindo para a incessante busca de fontes e, em seu depoimento, Walter Faustino apontou que os documentos relacionados ao Patronato deveriam estar arquivados na Igreja Matriz (Paróquia Sant’Ana) da cidade, pois recordava que no estatuto, que ajudou elaborar, existia um artigo que dizia que ao ser desativado o Patronato de Menores, seus documentos deveriam ser levados à paróquia. Buscamos por esses documentos, constatamos no Diário Oficial do Estado nº11622, de 1952, no Capítulo V, art. 19 que a afirmação feita anteriormente validava-se: “extinguindo o Patronato, o seu acervo pertencerá a paróquia de Sant’Ana do Paranaíba”.

Com esta informação, buscamos na casa paroquial o que se tinha sobre a referida instituição, pois essa já não funciona mais como escola. Atualmente, seu prédio é utilizado como residência dos padres locais, que já não são franciscanos.

Encontramos parcial receptividade por parte do pároco local, que num primeiro momento disse não saber onde estavam esses materiais e documentos, mas se propôs a procurar pedindo um tempo para essa busca. Após alguns dias, voltamos a procurá-lo e ele prontamente disponibilizou o que havia encontrado do Patronato, porém foi incisivo ao afirmar que nenhum destes documentos que se está analisando estava na paróquia, e sim,

estava dentro de caixas de papelão no porão do Patronato, abandonado aos ratos e às intempéries.

Logo em seguida, fizemos um tratamento dessas fontes, literalmente uma faxina, pois estava muito difícil lidar com papéis que há tanto tempo estavam jogados ao léu. Essa é uma tarefa árdua que exige dedicação e tempo. Após, certificarmos que dentre esses materiais havia fontes valiosíssimas, começamos o trabalho de garimpar o que podia ser útil, pois existia uma variedade de papéis guardados que precisavam ser classificados quanto a sua importância, já que por ora só interessavam os documentos que tratavam do Patronato como instituição educativa, que amparava menores e incentivava a recuperação dos desajustados e como internato.

No decorrer desta investigação, surgiram algumas surpresas. Não encontrávamos tudo o que gostaríamos que estivesse ali, quais sejam, documentos que pudessem estar relacionados à ação educativa, mas mesmo assim fontes importantes foram recuperadas. Dentre eles: livro de matrícula, livro de chamada, três cadernos de plano de aula, diversas certidões de nascimento, certidões das doações dos terrenos que compuseram o terreno geral para a construção do prédio, documentos da parte administrativa, programa escolar, regimento interno, boletim e livros tombo da paróquia. Com a leitura do livro de matrícula, foi possível detectar que ex-alunos ainda viviam na cidade e com isso surgiu um indício da possibilidade de trabalharmos com história oral. E mais ainda, com isso nasce a primeira hipótese de que o atendimento na instituição não aconteceu conforme o que estava escrito nos documentos oficiais. Porém, nesse momento era somente uma suspeita, muito deveria ser feito para se chegar a alguma conclusão.

Devido à má conservação desses materiais, a reprodução de todo acervo foi feita por meio de fotografias e escaneamento, guardados em arquivos digitais, com identificação da origem e do tipo de material, para posterior utilização em pesquisas vindouras.

Grande é a preocupação em não fazer dessa pesquisa somente uma descrição da instituição, pois sabemos que sua cientificidade depende de como com esse conjunto de informações iremos fazer os elos para que o cenário político, social da época seja levado em consideração. Ainda, saber quem foram os meninos que usufruíram dessa instituição e, o mais importante, verificar qual foi a contribuição dessa instituição para a sociedade da época, a quais interesses visava a construção de tão suntuoso edifício, em uma cidade distante da capital, pois ainda o estado não havia sido dividido, sendo ainda estado de Mato Grosso.

Concomitantemente ao levantamento das fontes documentais e das entrevistas, realizamos a revisão das fontes teóricas que iriam permitir a composição do texto e o contorno

que a pesquisa teria. Com esse avanço, a participação nas disciplinas oferecidas pelo programa de pós-graduação *stricto sensu* na Universidade Federal de Uberlândia, o compromisso com grupos de estudo e o mergulho nas leituras, o corpo da pesquisa formou-se, não de maneira tranquila e sem inquietações, pois as ideias, os conflitos geraram angústias intermináveis, o que de certo modo gerou momentos de oscilações emocionais que vão desde um grande entusiasmo quando se depara com um dado novo ou uma fonte que contribuirá com a pesquisa ou, um enorme desânimo sobre a legitimidade de se fazer ciência. O tempo escoa entre os dedos e o desespero aumentou a cada instante.

Com tudo isso acontecendo, o grande objetivo era contribuir de alguma forma para as pesquisas que vêm sendo realizadas em nível nacional sobre instituições escolares e, principalmente, contribuir para a construção da história da educação do estado de Mato Grosso do Sul. Não tivemos a preocupação de responder a todas as questões possíveis relacionadas a uma pesquisa sobre instituição escolar, tampouco fizemos somente uma descrição narrativa mas, tentamos interpretar os vestígios deixados pelos documentos, pelas entrevistas de como foi a ação franciscana no estado de Mato Grosso em específico na cidade de Paranaíba e as relações com a educação e com a comunidade.

Diante do exposto, a investigação ganhou relevo científico, pois pode contribuir para a construção ou reconstrução da história de uma instituição, já que podemos considerar que qualquer instituição tem sua história, o que diferencia uma da outra é que algumas têm suas particularidades registradas por meio de trabalhos científicos ou até mesmo de memorialistas, o que de certa forma a imortaliza, observando desde seu ato de criação em 1952 até o ano de 1963, quando a Ordem dos Frades Menores deixou a escola e a cidade.

A investigação

A pesquisa “História da Educação do Patronato de Menores São José em Paranaíba – MT (1952 – 1963)”, responde aos seguintes problemas: “Qual a finalidade da construção de um Patronato para Menores na cidade de Paranaíba, interior de Mato Grosso? Quais interesses estavam vinculados à construção da referida instituição? Como era o atendimento educacional oferecido pela Ordem dos Franciscanos aos meninos nesta instituição?”

Como **hipótese** inicial, pretendemos descobrir como era tratada a infância na cidade. A investigação tem como **objetivo** interpretar e investigar a atuação do Patronato São José no acolhimento, internação e instrução da infância em Paranaíba, sob a Direção da Ordem dos Franciscanos, no período de 1952 a 1963.

O presente trabalho foi dividido em quatro capítulos, buscando-se a articulação entre eles, como descrito em seguida.

No Capítulo I – Em “Os Franciscanos e a Instituição Educativa” temos a finalidade de expor aos leitores a vinda dos franciscanos para o Brasil, especificamente a missão Franciscana da Alemanha, a qual funda a instituição pesquisada. Em seguida, conceituamos o tipo de instituição que será pesquisada com suas características, levando em consideração sua finalidade e como foi implantada. Tentamos buscar resposta à questão: para quem era destinado seu atendimento e, sobretudo, seu objetivo social, se de fato atendia o que estava prescrito em seus documentos.

No Capítulo II – Em “O Patronato São José: sua arquitetura e seu espaço escolar”, discorremos sobre a construção do espaço físico da instituição e como a arquitetura pode influenciar na cultura escolar dos presentes alunos. Indícios de que a hipótese inicial não se perpetuará já estão postos na própria construção do prédio.

No Capítulo III – Alunos e docentes que fizeram a história do Patronato São José, a análise e a interpretação de documentos escritos que compunham o cenário educacional do Patronato, bem como a utilização dos depoimentos orais serviram para reconstruir as práticas e representações sociais dentro da instituição. Nesse momento, a desconstrução da hipótese inicial de atendimento à infância pobre se solidifica, então fica evidente que o atendimento não se destinava a essa parcela da sociedade.

No Capítulo IV – Em “A Escola Primária no Patronato São José”, apresentamos o atendimento aos discentes, levando em consideração os aspectos educacionais e religiosos, abordados principalmente na análise da cultura escolar. Enfocamos as disciplinas escolares tentando mostrar a influência que sofreu o Patronato São José na escolha de seu currículo. Para finalizar, tratamos do perfil dos docentes que compuseram o quadro da instituição

Nas Considerações Finais, objetivamos montar o ‘mosaico’ ao qual nos referimos anteriormente, fazendo um apanhado geral desde o momento de criação até o último ano em que a Ordem dos Frades Franciscanos ficou na cidade à frente da direção da instituição e alinhavar as práticas religiosas e educativas e suas representações. A confirmação de que a instituição não cumpria com o que estava proposto nos documentos fez com que a tese tomasse um novo formato, pois mesmo não atendendo a hipótese inicial ela teve um papel social importantíssimo para a sociedade local e para os alunos que frequentaram a instituição como um internato masculino.

Nas Referências, apresentamos as obras, os documentos e os depoimentos utilizados na realização da pesquisa.

Nos Anexos, encontram-se os documentos que foram utilizados para a realização da pesquisa. O fato de colocar esses documentos compondo a tese ocorre devido a dificuldade de encontrar as fontes e, a partir do momento que existe um estudo sobre determinada instituição, acreditamos ser de relevância que tais documentos a componham. Assim, para próximos trabalhos, esse material torna-se acessível, pois encontra-se compilado.

1 OS FRANCISCANOS E A INSTITUIÇÃO EDUCATIVA

Neste capítulo da pesquisa, temos a finalidade de expor aos leitores a chegada dos franciscanos ao Brasil e, especificamente, a Missão Franciscana da Alemanha, na Europa Central, especificamente da cidade de Turíngia, a qual fundou a instituição pesquisada. Objetivamos fazer a relação da Ordem Franciscana com a instituição fundada com o propósito de atender crianças ‘abandonadas’ e ‘desajustadas’ no município de Paranaíba-MT. Portanto, mencionar essa ordem acontece para justificar quais foram os religiosos que estavam no comando da Igreja no município nos anos de 1950 e 1960, período de criação da instituição.

Em seguida, conceituamos o tipo de instituição que será pesquisada com suas características, levando em consideração sua finalidade, como foi implantada e, de forma geral, o seu sentido social, tentando buscar resposta à hipótese de para quem era destinado seu atendimento e, sobretudo, seu objetivo social, se de fato atendia o que estava prescrito em seus documentos, se este lugar denominado como uma instituição que atenderia menores abandonados possibilitou de alguma forma, que as crianças que por lá passaram obtivessem, com sua permanência, a possibilidade de uma mobilidade social.

1.1 Missão Franciscana

Missão é o envio ou determinação de um território delimitado. Nos escritos deixados por Francisco³ não aparece esse termo. As missões aparecem com o intuito de enviar apóstolos, que são chamados a partir daí de missionários para levar o Evangelho para terra onde havia pagãos e infiéis. Elas têm o objetivo de trabalhar delimitando o território no qual irão atuar na evangelização.

Francisco, de acordo com o Dicionário Franciscano, começa a enviar seus frades para diversos lugares do mundo, ainda em vida, ou seja no século XIII. A primeira missão foi:

3 Consta que Francisco de Assis foi criado pelos seus pais, num contexto onde as vaidades do mundo prevaleciam, Deus teria visitado seu coração num momento de enfermidade, na sua juventude, a partir daí, ele começa a dar valor e enxergar coisas antes nunca vistas. Ainda, vivendo em mundo mundano, tenta mostrar aos amigos os verdadeiros prazeres da vida, muitos questionam se o que ele realmente queria era se casar e enriquecer, falando em parábolas. Grande poeta e cantor do “Irmão Sol”, admirava e contemplava a natureza e todos os seus fenômenos, no seu leito de morte celebrava as criaturas da natureza. Com pesquisas realizadas em livros que trazem para os pesquisadores, estudiosos da vida de Francisco e fiéis da Igreja Católica as informações que relatam a biografia de Francisco, é válido citar o biógrafo e eclesiástico Tomás de Celano.

Quando eles eram apenas em número de quatro (LTC33), repetiu-se quando chegaram a seis (LTC36-37) e depois a oito. Desta vez Frei Bernardo e Frei Egídio partiram para a Espanha, como membros da peregrinação a São Tiago de Compostela (1Cel 29:LM 3,7; JJ10). (DICIONÁRIO FRANCISCANO 1993, p. 437).

O critério para que esses frades saíssem em missão pelo mundo leva em consideração que os missionários deveriam ser pessoas idôneas. Somente assim, teriam permissão e seriam liberados para este fim.

A instituição de Francisco com sua imitação apostólica universal é a primeira Ordem Missionária, precursora dos hodiernos Institutos especificamente Missionários. Embora a Ordem franciscana seja essencialmente missionária, não o é, porém exclusivamente. Estende sua atividade a todas as almas remidas por Cristo e não unicamente ao mundo dos infiéis. Uma finalidade assim era inconcebível no século XIII quando as parcas noções geográficas restringiam em muito os confins do mundo. (DICIONÁRIO FRANCISCANO, 1993, p. 441).

Isso mostra que sair para levar a palavra de Cristo aos distantes era prática cotidiana entre os franciscanos, e também aponta caminhos para que se compreendam os motivos de existirem franciscanos espalhados por todos os continentes, inclusive em Mato Grosso. Eles participavam ativamente das grandes descobertas geográficas, talvez pelo seu modo de vida menos requintado tivessem maior facilidade de se adaptar às intempéries das situações. Buscando ainda a história dos franciscanos, é imprescindível dizer que

Em 1543 três frades acompanharam Cristovão Colombo na segunda viagem americana; em 1567, quatro frades estavam junto a Álvaro de Medaña de Neyra na viagem do Peru até a ilha Salomão e em 1605, outros seis, da mesma nação, acompanharam Pedro Fernández de Quiróz na Austrália. (DICIONÁRIO FRANCISCANO, 1993, p. 441).

Esse fato descrito acaba por mexer nas representações construídas nos tempos escolares em que foi ensinado que os jesuítas foram os primeiros a chegarem em terra brasileira, Franciscanos e Colombo chegam às Américas. Entretanto, esse é um assunto que não será abordado nessa pesquisa. Frei Pedro Knob (1988, p. 34) argumenta que

Segundo Frei Jordão de Jano, em 1219, S. Francisco enviou um grupo de frades à Alemanha. Mas essa primeira missão fracassou porque os frades desconheciam a língua do povo. Por isso, os frades, vendo que não conseguiam resultado na Alemanha, voltaram para a Itália.

Seria oportuno lembrar que essa polarização dos franciscanos pelos continentes dá uma dimensão de como eles se organizavam para ter sua ordem em diferentes lugares. Adiante veremos como eles voltam e se preparam para ir a terras tão distantes e desconhecidas, sobretudo, com dialetos que não dominavam. O objetivo era tornar cristão qualquer povo, independente da sua cultura, o que acaba por desrespeitar as diferenças, querendo uma homogeneização da raça.

Os franciscanos, ao chegarem ao Brasil e antes de se distribuírem pelo país, preocuparam-se, primeiramente, em aprender a língua portuguesa para que seu contato com os cristãos na evangelização surtisse mais resultados.

1.2 Os franciscanos no Brasil

É fundamental que se compreenda a estrutura organizacional da Ordem Franciscana para assim entender como funcionavam as instituições. Ela é composta pela Ordem Primeira (observantes, conventuais, capuchinhos e regulares); Ordem Segunda (as damas pobres ou clarissas); Ordem Terceira ou Ordem Franciscana Secular (integrada em geral por leigos). O Patronato São José, que é a instituição pesquisada, foi administrado pela Ordem Primeira.

Os franciscanos foram os primeiros missionários a chegarem em terras brasileiras, fato imortalizado na tela de Victor Meirelles, que faz parte do Museu de Belas Artes do Rio de Janeiro, onde retrata a Primeira Missa.

Porém, devido ao seu modo de viver, seu silêncio evangélico, não se preocuparam em registrar seus feitos. Em Paranaíba não ocorre diferente, talvez por esse motivo, os arquivos da instituição não tenham sido preservados, pois o hábito não era o de armazenar documentos que iriam compor a história dos missionários enquanto educadores. De modo geral, independente da sua filiação religiosa, em grande parte, foram educadores, com isso contribuíram de forma decisiva para a formação cultural do povo. É comum ouvir que os franciscanos escreveram sua história na areia, por isso a falta de documentos escritos que regulamentem e regularizem sua situação enquanto educadores, o que torna possível compreender porque a instituição existiu e não deixou sua marca para a história. Luiz Fernando Conde Sangenis (2006, p. 186) afirma que:

Foram os franciscanos os fundadores da primeira escola em território brasileiro, os iniciadores das missões junto aos indígenas, os sistematizadores de línguas nativas, os idealizadores de uma igreja autenticamente ameríndia, os estudiosos de nossa história, de nossa flora e de nossa fauna, os propagadores de um cristianismo confraternizante, os promotores da educação e da cultura.

De acordo com Sangenis (2006, p. 29), “a primeira ‘escola’ do Brasil foi fundada por dois franciscanos, Frei Bernardo de Armenta e Frei Alonso Lebron, em Mbyaça, Laguna dos Patos, Santa Catarina, no ano de 1538, portanto, onze anos antes da chegada de Nóbrega e de Anchieta”. Após esse feito, estiveram presentes em diversas localidades, sempre atribuindo maior ênfase à educação. Além de fundarem várias escolas, serem mestres requisitados, eles ainda prestavam serviços ao ensino superior e também em casas de estudo para formação religiosa. Sangenis (2006, p. 36) destaca que

Raro exceções, os frades pertencentes às províncias brasileiras não iam a Portugal realizar seus estudos, como o faziam frequentemente, os sacerdotes seculares. Toda a formação recebiam nas casas de estudo da própria ordem.

Portanto, a Ordem Franciscana sente o peso do poder do Estado quando não tem a liberdade de agir, pois muitas vezes era obrigada a seguir determinações régias. O sustento das missões adivinha dos cofres da coroa portuguesa. No período pombalino, essa situação se agrava, “mas foi sob o Império brasileiro que a Ordem Franciscana quase extingui-se” (SANGENIS, 2006, p. 36). O autor aponta como causa

A indébita interferência do poder temporal nos negócios da Ordem, a lei da Alternativa e os títulos e isenções conferidos aos frades que, não raro, feriam a disciplina monástica, são apontadas como causas da decadência que atingiu não apenas os franciscanos, mas todas as ordens religiosas estabelecidas no Brasil. (SANGENIS, 2006, p. 36).

Contudo, os franciscanos sobrevivem a essa pressão e a sua influência na área educacional se dá em todos os níveis escolares. Ainda hoje,

a presença dos franciscanos na educação brasileira é um tema quase intocado. Para vir a lume, é mister juntar pedaços, reconstruir fragmentos, identificar e valorizar indícios considerados secundários, reler documentos e fontes, sob nova perspectiva, estabelecer conexões entre acontecimentos nacionais e supranacionais. (SANGENIS, 2006, p. 39).

Por isso, pensamos na relevância dessa pesquisa que se propõe a estudar uma instituição escolar, da Ordem dos Franciscanos, em um estado no qual tiveram expressividade, pois participam da formação educacional de meninos num período pouco explorado que é a República. Também instiga a curiosidade em descobrir novas fontes que possam explicar o silenciamento dos franciscanos na história da educação brasileira. Talvez o fato de que os jesuítas tiveram uma maior visibilidade e um maior vínculo com os colonizadores tenha feito com que “entrassem” para a história e os franciscanos não.

1.3 A missão franciscana da província de Santa Izabel da Turíngia (Alemanha) em Mato Grosso e as instituições educativas

O subtítulo inicia-se com uma curiosidade referente à origem do nome do estado Mato Grosso, que se dá devido ao espanto dos sertanistas que, ao saírem do Paraguai frente ao Amazonas, mostram entusiasmo diante daquela densa mata, ‘mato grosso’.

Isso aconteceu no século XVIII e, então, a província passa a ser conhecida como Capitania do Mato Grosso e do Cuiabá. Segundo o Tratado de Madrid, Mato Grosso pertencia à coroa espanhola, porém os espanhóis que adentraram pelo Paraguai sofrem constantemente com os portugueses que vieram de São Paulo, até que são totalmente expulsos e a coroa portuguesa passa a dominar também a região de Mato Grosso. Essa briga acontece sobretudo devido ao grande número de tribos indígenas que existiam e a vontade das duas coroas do aprisionamento desses índios.

Em 1938, os Frades Missionários da Província Franciscana da Turíngia, na Alemanha, chegavam ao Mato Grosso para fundar um Comissariado, lugar onde pudessem atender as pessoas. Nesse período, por toda Europa acontecia a avassaladora guerra deixando um rastro de destruição por todos os lugares. A esses frades é oferecido, pela Província Imaculada Conceição de São Paulo, o estado de Mato Grosso. Nesse momento, no Brasil, o Superior da Missão era Frei Eucário Schmitt que, em carta enviada aos seus confrades em 1939, dizia:

nas circunstâncias atuais, torna-se evidente para todos que a nossa Missão no Mato Grosso faz parte do plano da Providência Divina. Por isso devemos corresponder ao plano de Deus e realizar as esperanças que a Província e, principalmente, o Pe. Provincial depositaram em nós. (KNOB, 1988, p. 09).

De acordo com Frei Pedro Knob (1988), os franciscanos da Turíngia foram amparados pelos franciscanos da Província Imaculada Conceição de São Paulo, e da Província São

Francisco de Assis, do Rio Grande do Sul. Essa ajuda aconteceu no ano de 1937, quando a Província da Imaculada Conceição do Brasil cedeu a área do estados de Mato Grosso, para serem cuidadas por eles.

Perseguidos pelos nazistas, refugiaram-se no Brasil, na tentativa de manter a Ordem dos Frades Menores em atividade. A função deles, ao chegarem ao Brasil, primeiramente foi de aprender a língua, por isso, passaram alguns anos em São Paulo, distribuídos em alguns conventos para que aprendessem o português. Após esse período, já estariam preparados para sair em busca de catequizar os pretensos fiéis e para, em seguida, assumir o estado de Mato Grosso como missionários.

Passando o mundo por momentos políticos conturbados, a Missão Franciscana consequentemente sofre com todas essas pressões e perseguições. Assim, a vinda deles ao país tinha finalidade missionária de catequizar os índios aqui existentes, bem como a população local dos lugarejos.

A divisão eclesiástica no estado de Mato Grosso aconteceu da seguinte maneira:

Em 1745, foi criada a Prelazia de Cuiabá, que abrangia toda a Província do Mato Grosso. Só em 1826 foi elevada a Diocese. Havia então no Mato Grosso 14 freguesias eclesiásticas, já citadas, que eram ao mesmo tempo também civis. Em 1850, havia 13 párocos encomendados e 2 estavam vagos. Em 1910, Cuiabá foi elevada à categoria de Arquidiocese tendo por sufragâneas as Dioceses de Corumbá e São Luís de Cáceres, criadas da Terceira Ordem Regular de São Francisco. Em 1914, foi criada a Prelazia de Registro do Araguaia, entregue aos Padres Salesianos e elevada à Diocese de Guiratinga em 1981. Em 1929, foram criadas mais duas Prelazias no Mato Grosso: a de Diamantino, entregue aos Padres Jesuítas, que foi elevada a Diocese em 1979 e a Prelazia de Guajará-Mirim, confiada aos cuidados da Terceira Ordem Regular de S. Francisco, sendo elevada à categoria de Diocese também em 1979. Em 1940, foi criada a Prelazia de Chapada dos Guimarães, cuja sede foi transferida em 1962 para Rondonópolis, tornando-se Diocese em 1986. Até o ano de 1957, todo o atual território de mato Grosso do Sul era uma só Diocese, a de Corumbá, que fora criada em 1910. Em vista do desenvolvimento de Campo Grande e Dourados, D. Orlando Chaves, então Bispo de Corumbá, tratou da criação de mais duas Dioceses com sede em Campo Grande e Dourados. Em 1978, Campo Grande foi elevada a Arquidiocese, tendo como Dioceses sufragâneas: Corumbá, Dourados, Jardim (criada em 1981), Três Lagoas (criada em 1978) e a Prelazia de Coxim (criada em 1978). (KNOB,1988, p. 16).

Desde o século XVII, os franciscanos de Turíngia tiveram como missão exercer suas atividades na “cura de almas”, no ensino e na diáspora. Conforme Frei Pedro Knob (1988, p. 35), “levado pelo espírito missionário dos seus membros, em 1937, a Província de Santa Isabel da Turíngia igualmente procurou e assumiu um novo território de Missão no Estado de

Mato Grosso, no Brasil”. Isso aconteceu devido à perseguição que estavam sofrendo pelos nazistas; com medo de serem exterminados resolvem se fixar em outro lugar, para assim não deixar que a ordem na Turíngia desaparecesse e quando as coisas estivessem mais calmas voltariam para a Alemanha.

Foi oferecido aos franciscanos alemães o estado de Mato Grosso, aceitaram acreditando que era um estado onde ainda não havia franciscanos instalados e existiam os nativos para serem colonizados, por isso julgavam que teriam um bom campo de trabalho.

A grande preocupação do Provincial era que eles não teriam recursos para investir em construção, pois a Província tinha que cumprir as leis alemãs e estava proibida a saída de dinheiro da Alemanha para o exterior. Com todas as preocupações que pairavam em torno de uma decisão tão importante são escolhidos os quatro primeiros missionários, que partiram com a finalidade de fundar uma nova missão da Turíngia, são eles: “padres Frei Eucário Schmitt, Frei Wolfram Passmann, Frei Antônio Schwenger e Frei Francisco Brugger. A princípio, instalaram-se em São Paulo para familiarizarem-se com o clima, dali foram para Mato Grosso. “Atualmente, a custódia ocupa uma área total de 1.264.965,6 Km² para uma população de 4.582.354. A sede da custódia fica em Campo Grande” (disponível em: <<http://www.franciscanos.org.br/v3/carisma/cfmb/mm.php>>, acesso em 22 fev. 2012).

Em Paranaíba, a Ordem Franciscana chega em 1940 com a missão de colaborar com o desenvolvimento religioso, a construção de uma nova Igreja e a preocupação com a educação local. Depois de fundarem por várias localidades os comissariados, implanta-se em Paranaíba a sexta fundação, portanto:

A sexta fundação do comissariado foi a Paróquia de Santa Ana do Paranaíba. Em 8 de janeiro de 1940, o[PE.] Comissário Frei Eucário Schmitt com os Padres Frei Vunibaldo Talleur e Frei Bruno Kelber e o irmão Frei Leto Döppenchmidt, partiu de São Paulo rumo à nova fundação de Paranaíba. No mesmo dia que chegaram, os missionários iniciaram a novena de S. Sebastião... A paróquia de Santana do Paranaíba era muito antiga, mas estava praticamente vaga. Contava na época perto de 20.000 fiéis e quanto ao tamanho era umas das mais extensas do Mato Grosso. (KNOB, 1988, pp. 64-65).

Na ata de posse do Reverendíssimo Vigário Frei Vunibaldo Talleur OFM, constatamos, no Livro Tombo da Igreja nº 01, ocorreu no dia 14 de janeiro de 1940, às oito horas da manhã na Matriz de Santana, com a presença do Comissário de Cuiabá Frei Eucário Schmitt. Conforme registro, tudo acontece com normalidade, sem nenhum protesto; estiveram presentes na posse do novo vigário e assinaram a ata como testemunhas os senhores

Frei Eucário Schmitt, Alberto de Oliveira Cardoso, Geraldo Amaral Arruda, Roberto de Almeida, Edu Queiroz Neves, João Ferreira Leal, Antônio Modesto da Cunha, Francisco de Freitas Silveira, Napoleão Amaral, Guiomar R. de Rezende, Joaquim Severino da Cunha, João de Mendes, Joaquim Evaristo de Queiroz, Diomário Faustino Dias, homens considerados líderes na sociedade da época.

De acordo com o Livro Tombo nº 01, da Paróquia de Paranaíba, a Missão Franciscana começa a perceber que o auxílio de irmãs poderia ser bem vindo, pois eles tinham muito trabalho e acreditavam que elas deveriam se envolver com o cuidado das almas e a educação de meninos e meninas em escolas primárias, mas o problema não se resume somente a isso, uma vez que a grande questão era de onde viriam essas irmãs para realizarem o trabalho? Frei Eucário Schmitt, querendo atender o desejo da população, pronuncia aos seus confrades

Não há que se duvidar: precisamos de escolas que estejam sob nossa influência. Elas são uma condição prévia para uma atividade frutosa. Por isso vamos fundar em todos os nossos lugares um colégio, uma escola paroquial de ensino primário, de 5 anos, para meninos e meninas, com internato para meninas. Essa escola será inteiramente confiada às Irmãs, nós mesmos não teremos nada a ver com ela[...] não interessa, porém, nenhum estabelecimento de ensino secundário. (KNOB, 1988, p. 73).

Esse anúncio acima do Frei Eucário demonstra que atender crianças era mais vantajoso, pois são mais fáceis de lidar e, conseqüentemente, a conversão religiosa é mais garantida. É interessante também porque fala em escola e não em patronato. Para que aprendam o catecismo, é preciso saber ler e escrever. Esse pode ter sido um dos motivos pelo qual não se tornou uma instituição somente para caridade.

De acordo com Frei Pedro Knob (1988), o Pe. Provincial da Turíngia, Frei Vicente Rock, não consegue nenhuma congregação alemã para realizar a implantação desses colégios no Brasil, pois a legislação brasileira, naquele período, não permitia que professores estrangeiros ministrassem aulas no país, era necessário que estivessem já há um tempo residindo no país, bem como era preciso passar por uma avaliação de língua portuguesa. Getúlio Vargas era o, então, presidente do país.

Portanto, os franciscanos decidem que devem buscar congregações femininas no Brasil. Mais um indício de que pretendiam mesmo abrir escolas e não instituições para ‘menores desajustados’ somente.

Frei Eucário Schmitt, não conseguindo outra congregação no Brasil disposta a trabalhar no Mato Grosso, recorreu ao Pe. Frei Irineu Schönherr, em Nova Iorque. Frei Irineu encontrou uma Congregação americana, disposta a mandar Irmãs para o Mato Grosso. Foram as Irmãs Bernardinas, de fundação polonesa, cuja casa-mãe ficava em Reading, Pensilvânia. (KNOB, 1988, p. 74).

Dessa congregação com sede no Rio Grande do Sul, seis irmãs foram destinadas a virem para o Mato Grosso, “3 para Rosário Oeste e 3 para Paranaíba”(KNOB, 1988, p. 74). Durante esse período, eles criam o Colégio São José (1941) que é administrado pelos frades alemães e pelas irmãs franciscanas bernardinhas.

A preocupação dos padres na cidade com a cristianização, educação e a evangelização fica claramente evidenciada no relato no Livro Tombo⁴ da paróquia nº 01, quando eles mencionam que:

Todos os domingos, depois da missa às 8:30 horas, há na igreja aulas de doutrina cristã para as crianças, dadas pelo pároco. Também nas escolas reunidas locais, duas vezes na semana, o vigário consagra quarenta minutos de ensino religioso. (Livro Tombo nº 01, 1940, p. 37).

Isso demonstra que a preocupação em evangelizar estava presente nos atos dos franciscanos e que o horário logo após a missa dominical explica por si só que teriam um público maior de ouvintes e os pais ou responsáveis não teriam desculpa para a não permissão da frequência a essas aulas.

No ano seguinte, 1942, a cidade de Paranaíba acorda em alvoroço, pois surge a notícia que os padres que aqui estavam eram espiões do governo alemão.

No domingo , 22 de março de 1942, fomos acordados às 5horas da madrugada por soldados e intimados a ir à Delegacia Policial desse lugar. Por favor especial do 1º Tte. Silvio Schlaerder, o Vigário Frei Pedro, podia rezar uma missa às 7 horas na matriz, onde já havia muita gente curiosa. Os outros, também o Vigário de Aparecida do Taboado, que esteve aqui em visita, tiveram de ficar na Delegacia de Policia. Às 2 horas da tarde, houve uma busca na nossa casa paroquial, prendendo-se o rádio das Irmãs Franciscanas e uns livros. Depois de uns dias, durante os quais foram ouvidas testemunhas, no dia 26 de março, fomos levados ao Quartel de Três Lagoas. Ali hospedamo-nos no Hospital Militar. Fomos tratados muito bem. A nossa estada na prisão levou 6 semanas e nós fomos postos em liberdade no dia 3 de maio, sendo que não se pôde apurar nada contra nós. Foi provada claramente a nossa inocência. Boatos correram por aia a vontade: Frei Antônio, de Aparecida do Taboado, é aviador alemão; Frei Valfrido é oficial do exercito alemão; Frei Pedro é capitão da marinha etc. Disseram que nós

4 - Para as citações dos documentos utilizados neste trabalho foram mantidas a grafia original, de acordo com a época em que foram produzidos.

tínhamos uma radioemissora para a Alemanha, um subterrâneo que abrigava uma companhia inteira, um esconderijo com metralhadoras etc., que nós tínhamos tomado cerveja festejando o afundamento de navios brasileiros. (Livro Tombo nº 01, 1940, p.40v-41).

Com todo o rebuliço político, esses sofrem muitas perseguições pelo governo brasileiro. As irmãs fecham a escola paroquial por falta de alunas e recursos e deixam Mato Grosso em 1944, devido ao contexto financeiro e político da época. De acordo com o Livro Tombo nº 01 da paróquia de Paranaíba, “as Irmãs religiosas de São Bernardo deixavam esta paróquia no dia 28 de abril, depois de terem trabalhado no collegio e na enfermagem”.

Após a saída das irmãs bernardinhas, os frades franciscanos da Turíngia em Paranaíba recebem as irmãs franciscanas de Siessen, vindas do convento de Agudos-SP, que assumem o Educandário Santa Clara (1951), colégio interno feminino, para ajudar tanto nos trabalhos escolares como na ‘cura das almas’. Em seguida, fundam o Patronato de Menores São José (1953), instituição para meninos internos.

Pretendemos com esse relato ter esclarecido como aconteceu a chegada desses religiosos no país, não se aprofunda nas questões religiosas porque, apesar da instituição pesquisada ser um instituição confessional, um patronato mais especificamente, ela não sofre influências específicas da educação franciscana. Esses eram tão somente os religiosos que se encontravam à frente da Igreja na cidade. No entanto, foi possível notar sua intenção de criarem escolas primárias. A seguir trataremos do que é um patronato, bem como de suas especificidades conceituais.

1.4 Patronatos

No século XIX, existia a preocupação da sociedade em assistir as crianças que perambulavam pelas ruas. Nesse momento, aparece a Igreja como principal condutora desse trabalho de retirar essas crianças de locais inóspitos, não deixando que as mazelas das cidades ficassem à mostra para a sociedade. À Igreja é dada essa função não exclusivamente por merecimento, mas porque o Estado não conseguia assumi-la, sozinho, preferindo assim delegar. Junta-se, então, a Igreja na realização dessa tarefa de escolarização do povo. O que, de certo modo, fica gravado no imaginário da época, pois quando se falava em uma missão ou ordem religiosa logo se pensava na instituição escolar que essa poderia trazer para determinada localidade.

A preocupação com a caridade e a higienização era muito presente, contudo essa assistência prestada à criança perde espaço e foi substituída pela educação voltada ao trabalho, que via aí a possibilidade de imprimir condutas morais e valores a essas crianças e ainda oportunizavam o aprendizado de um ofício, mesmo que esse ofício fosse sempre pautado na submissão dessas crianças ao filho de pessoas que possuíam uma situação financeira privilegiada. Com tudo isso, os pais dessas crianças pobres entendiam que com esta situação, seus filhos tinham alguma possibilidade de futuro e reconheciam esse atendimento como muito benéfico.

Aparecem em diversos estados brasileiros instituições que atendiam as crianças pobres, órfãs, da zona rural, as desabrigadas e desajustadas, as maltratadas e que prestavam esse tipo de serviço a infância brasileira. Dentre essas, podemos citar as rodas dos expostos, que têm início no Brasil no século XIX e têm sua última roda fechada em 1950; o Instituto de Proteção e Assistência à Infância do RJ (IPAI), fundado em 1899; instituições que atendiam as crianças do sexo masculino, que foram os Aprendizados Agrícolas e os próprios Patronatos, objeto desta pesquisa.

No Brasil, os Patronatos de Menores foram associações criadas por juristas em 1906, no Distrito Federal, os quais tiveram seus estatutos aprovados em 1908. Historicamente, os patronatos estavam vinculados a dois objetivos, o de regenerar e o de formar essas crianças pobres, sendo que a problemática da regeneração era bem maior que a da formação. As instituições preocupavam-se em recuperar as crianças por meio do ensino de um ofício, pois acreditavam que essas se transformariam caso lhes fosse possibilitado aprender algo ensinado por tal instituição.

Tentando compreender qual foi a função do patronato é que estamos fazendo essa retrospectiva para justificar o motivo que nos leva à escolha desse objeto. Dando continuidade à justificativa e à importância de pesquisar instituições escolares, delimitamos o campo de pesquisa. Passamos agora ao conceito da palavra patronato, já que esse tipo de instituição educativa é o objeto da pesquisa. Quando se pensa em conceituar algo, logo surge Reinhart Koselleck (1992) que trabalha com a história de conceitos das palavras, e dele podemos inferir que

A história dos conceitos coloca-se como problemática indagar a partir de quando determinados conceitos são resultado de um processo de teorização. Essa problemática é possível de ser empiricamente tratada, objetivando essa constatação, por meio do trabalho com as fontes. (KOSELLECK, 1992 p. 13).

Quando pensamos em patronato já nos remetemos a uma instituição com atendimento que irá promover o ensino do cultivo da terra a seus alunos. Reinhart Koselleck (1992, p. 136) defende a hipótese

De que todo conceito é sempre concomitante Fato (Faktor) e Indicador (Indikator). Todo conceito é não apenas efetivo enquanto fenômeno lingüístico; ele é também imediatamente indicativo de algo que se situa para além da língua.

Portanto, quando buscamos conceituar um termo, pretendemos relacioná-lo a algo. No Dicionário Aurélio encontramos:

s.m. Patrocínio. / Autoridade de patrão. / Proteção concedida por pessoa poderosa a um inferior. / Sociedade oficial ou privada que tem por fim readaptar à vida social os ex-condenados ou liberados condicionais. / Organização destinada a zelar pela infância abandonada. / Local onde essas sociedades têm sede.(<http://www.dicionariodoaurelio.com/Patronato>).

Como uma organização destinada a zelar pela infância abandonada, o patronato tinha, então, como finalidade essa meta, ou seja, proporcionar aos meninos que lá residiam o ensino de um ofício, o que possibilitaria sua reintegração na sociedade. Mais uma vez, “um conceito relaciona-se sempre àquilo que se quer compreender, sendo portanto a relação entre conceito e o conteúdo a ser compreendido, ou tomado inteligível, uma relação necessariamente tensa” (KOSELLECK, 1992 p. 136).

Considerando o que abordamos anteriormente sobre o conceito de instituição, que significa instituir algo a alguém e que cabe ainda dizer que instituição tem função social, fica evidente que os patronatos foram criados, também, com essa finalidade social tanto de readaptação como de cuidado a crianças e jovens.

Buscando na legislação a regulamentação e o tipo de serviço que deve ser oferecido pelos patronatos, encontramos o Decreto nº 13.706, de 25 de julho de 1919, que afirma:

Art. 1.º Os patronatos agrícolas instituídos por decreto n.12.893, de 28 de fevereiro de 1918, são exclusivamente, destinados às classes pobres, e visam a educação moral, cívica, física e profissional de menores desvalidos e daqueles que, por insuficiência da capacidade de educação na família, forem postos, por quem de direito, à disposição do Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio.

Reafirma-se com este decreto e, especificamente com esse artigo, que a finalidade ora posta pelo governo era de realmente amparar e legitimar o direito desse “ser” de usufruir de uma instituição que possibilitasse sua inserção na sociedade, desde que sua família, por impossibilidade, não pudesse educá-lo.

Art. 2.º Os patronatos agrícolas constituem, em seu conjunto de assistência, protecção e tutela moral dos menores compreendidos no art.1.º do presente regulamento, recorrendo para esse effeito ao trabalho agrícola, sem outro intuito que não o de utilizar sua acção educativa e regeneradora, com fim de o dirigir e orientar, até incorpora-los no meio rural.

Podemos observar que, de acordo com o referido artigo, o trabalho era visto como regenerador e que possibilitaria a recuperação dessa criança para possível reintegração à sociedade, tendo todo o seu desenvolvimento observado e vigiado, para garantir a sua recuperação. Acreditava-se que com o trabalho aplicado aos meninos ‘desajustados’, eles se reabilitariam de seus erros e poderiam, a partir de uma profissão aprendida, ser úteis e reintegrar-se à sociedade rural.

No Brasil, funcionaram desde o século XX vários patronatos, com diferentes enfoques políticos e metodológicos, mas sempre com a finalidade ideal de atendimento a crianças desfavorecidas.

Seria oportuno lembrar que a base da criação dos patronatos foi o atendimento e a recuperação de crianças ‘desajustadas’, ‘desabrigadas’ e ‘desamparadas’, isso feito concomitantemente com o trabalho agrícola, ou seja, a criança aprenderia a fazer fazendo, já que a esta era imposta toda uma rotina de trabalho.

Continuando com a análise do Decreto nº 13.706, de 25 de julho de 1919, que regulamentou o funcionamento dos patronatos, observamos que essas instituições deveriam ficar a cargo da Diretoria de Povoamento e que sua organização seria composta de acordo:

art. 4.º Com o fim de auxiliar a inspecção permanente dos patronatos agrícolas, haverá um inspector e um ajudante de inspector, imediatamente subordinados á Directoria do Serviço de Povoamento, cujas as funcções serão reguladas por instrucções do respectivo director.

Os patronatos deveriam funcionar como divulgação de métodos culturais de trabalho na zona rural que servissem e produzissem o que fosse concernente àquele local. Deveria ser escolhido o enfoque na cultura da terra que mais fosse condizente com o local, ou seja, poderia se escolher entre: cultura de plantas; horticultura e jardinagem; pomicultura; pecuária

e indústria animal. Essa escolha dependeria da área que essa instituição possuísse e do maquinário disponível para sua realização.

O decreto propunha ainda o método de ensino a ser utilizado nos patronatos agrícolas, o qual vinha descrito em quatro artigos que cabem ser referidos aqui para a seu tempo comparar com o patronato, objeto dessa pesquisa. Assim, temos como verificar se a finalidade proposta é condizente com a finalidade real:

Art. 10.º O ensino ministrado nos patronatos agrícolas é intuitivo, prático e limitado á condição do pequeno cultivador ou do trabalhador rural, compreendendo noções rudimentares de agricultura em seus diferentes ramos, mecanica agricola, criação, hygiene, tratamento, alimentação dos animaes domesticos e industrias ruraes.

O método intuitivo, ou também como foi conhecido como lição das coisas, pressupunha um ensino que partisse do concreto para o abstrato, do que estava próximo do educando para o que estava mais distante, tinha no seu bojo a valorização dos sentidos. Seus propositores europeus dizem que “o método intuitivo é entendido como um instrumento pedagógico capaz de reverter a ineficiência do ensino escolar, assim pontuada: forma alunos com domínio insuficientes de leitura e escrita e com noções de cálculo insatisfatórias” (VALDEMARIN, 2006 p. 90). O decreto é de 1919, mas a partir da década de 20, o ensino intuitivo acabou por ser muito criticado e considerado tradicional, o que deu espaço ao escolanovismo, sobretudo após 1930. O capítulo IV abordará o conteúdo escolar e o planejamento dos professores revendo-se o método, nesse momento então explicaremos o que se tem como normativas para os patronatos.

Portanto, cabe pensar que à criança pobre era dada a oportunidade de sempre estar na condição e situação de ‘servir o senhor’ como mão de obra especializada e barata. No artigo 10, fica evidente que a educação não era vista como uma promoção social, mas sim como meio de ensinar a essas crianças que continuassem na mesma situação social, não mais como desabrigadas, mas como servas.

Art.11. As noções theoricas sobre os assumptos referidos no artigo anterior ou em relação a qualquer materia accessoria, serão ministradas objectivamente, sob a fórmula de lições de cousas, durante os trabalhos praticos, excursões a propriedades agricolas, museus, fabricas, mercados, exposições, com o fim de melhor esclarecer e guiar os alumnos nos mistéres da vida agricola.

Art.12. Haverá simultaneamente cursos primarios para menores analphabetos ou de instrucção primaria deficiente, assim como officinas para o ensino profissional elementar, apropriadas a dar-lhes habilidade manual

nos officios que mais se relacionem com as necessidades do tamanho e cultivo do sólo, como sejam os do ferreiro, carpinteiro e selleiro.

Art. 13. Os patronatos agricolas velarão pela educação moral e pela cultura physica dos alumnos, servindo-se no ultimo caso da gymnastica sueca e jogos sportivos ao ar livre, tendo sempre em vista a idade, resistencia organica, o estado geral da saude e o desenvolvimento progressivo da intelligencia e do caracter individual.

Percebemos que com a Reforma Leôncio de Carvalho em 1879, teve grande influência o método intuitivo ou lição das coisas e, juntamente com isso, a preocupação de se alfabetizar as crianças menores também se fazia presente, do mesmo modo que a preocupação com o ensino de um ofício e de que esses alunos pudessem ter contato direto com uma aprendizagem concreta. Era importante que esses alunos tivessem oportunidades de excursionar por locais onde sua aprendizagem pudesse ser efetuada. Conforme Diana Vidal (2007, p. 512), “o método intuitivo, baseado no princípio de que a educação deveria recapitular no indivíduo o processo de evolução da humanidade, atrelava a pedagogia ao evolucionismo spenceriano”.

O conhecimento, por esse método, deixava de ser transmitido pelo professor e agora emergia do aluno, deixando de acontecer meramente pela memorização. O que se pretendia era que o ensino passasse por um processo de concretização, por uma racionalidade a fim de adequar-se às exigências sociais da época. Esse método mantém-se como referência durante a Primeira República.

Valdemarim (2006, p. 104) diz que

Com a adoção do método intuitivo, pretende-se educar a criança a partir de novos padrões intelectuais, que se fundamentam numa nova concepção sobre o conhecimento, que postula a origem das idéias nos sentidos humanos e que, aplicada ao ensino, pretende formar indivíduos que usem menos a memória e mais a razão e que valorizem a observação e o julgamento próprios como meios de construção do conhecimento e da implementação das atividades produtivas.

Portanto, na gênese dos patronatos brasileiros foram todos esses aspectos, conceituais, sociais, educacionais e morais que prevaleceram, sendo que com o passar dos anos esses passaram a ter enfoque não somente agrícola, apesar de ainda estarem vinculados ao Ministério da Justiça e da Agricultura e, de modo geral, no Brasil, foram criados para a infância pobre.

O caráter utilitário do ensino esteve presente para a formação do trabalhador, angariando destaque nos discursos políticos. No Brasil, cabia à escola ensinar conhecimentos variados, conhecimentos técnicos e o conhecimento profissional. Essa postura era vista como

possibilidade de construir a nação brasileira, onde seriam combatidos maus hábitos e costumes, vício e indolência e o método intuitivo cabia nessa perspectiva.

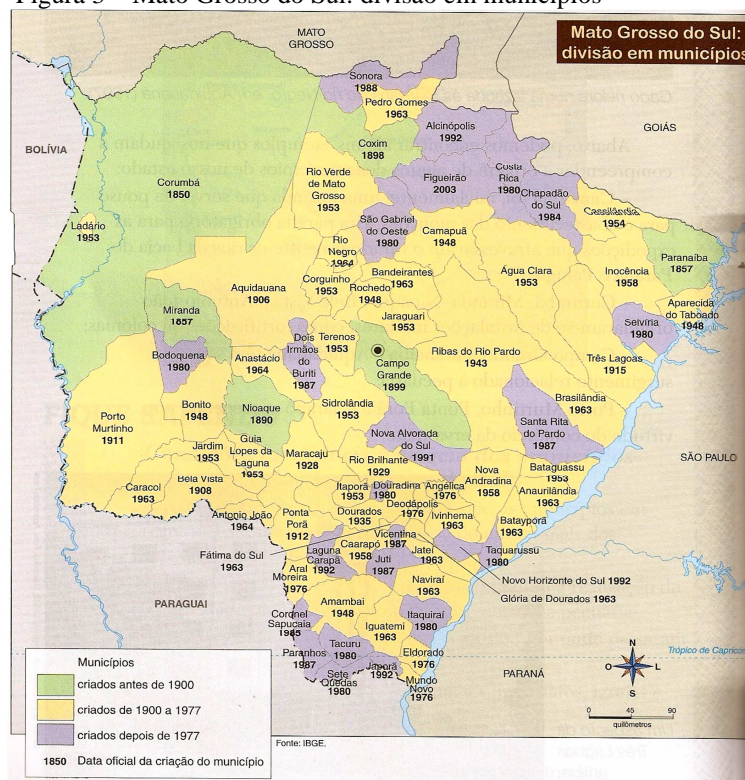
Posto como deveria ser constituído, respeitando o decreto que o regulamentava, passamos a descrever como foi a implantação do Patronato São José em Paranaíba-MT, qual método educativo ele contemplava, a que ele se destinava e analisar se atendia sua maior especificidade, que era abrigar e educar crianças ‘abandonadas e desvalidas’.

1.5 Implantação do patronato na cidade de Paranaíba-MT

Na cidade de Paranaíba, situada na região do bolsão sulmatogrossense, região geograficamente privilegiada por fazer fronteira com os estados de São Paulo, Minas Gerais e Goiás e territorialmente extensa, observa-se sua fundação em 1829, quando,

os Garcia Leal começaram a fundar posses ao longo do rio Santana e a explorar o vácuo (como era conhecido o Bolsão) ocupando, com a participação de numerosas famílias imigrantes, a área que, em 1850, constituía a freguesia de Santana do Paranaíba, cujo perímetro era estabelecido pelo rio Pardo (da foz, no Paraná, hoje no Porto 15 de Novembro), até suas cabeceiras em Camapuã; destas, por uma linha, até as nascentes do Araguaia (acima de Costa Rica hoje); daí, por uma linha, às do rio Corrente (hoje em Goiás); por este e pelo Paranaíba, até o Paraná e, por este até a foz do Pardo. (CAMPESTRINI, 2002, p. 209).

Figura 3 – Mato Grosso do Sul: divisão em municípios



Fonte: IBGE, 2012

Com o desenvolvimento econômico da cidade de Paranaíba, que tinha nesse período uma concentração de renda com base na pecuária, surge o interesse de se criarem instituições educativas. Naquele momento, ainda era marcante a presença da Igreja Católica assumindo a função que o Estado, então, não conseguia suprir. Funda-se uma instituição⁵ confessional, com o nome de Patronato de Menores de Paranaíba, também conhecido como Patronato São José, vinculado à Ação Social Franciscana.

Temos que pensar na criação do Patronato e tentar situá-lo dentro do período político em que se encontrava a cidade de Paranaíba, o estado de Mato Grosso e o País. O estado de Mato Grosso, desde os anos 1930, passava por uma crise política para seu possível desmembramento e lideranças políticas ajeitavam-se em grupos de resistência.

Nesse pelotão de resistência, entre os constitucionalistas, cabe citar o Coronel Gustavo Rodrigues, homem popular que propõe uma cidade próspera, portanto, toda essa resistência foi em vão como podemos verificar,

5 O prédio ainda existe e, atualmente, é utilizado como residência dos padres locais.

Os constitucionalistas de Paranaíba não tinham como resistir. Embora tivesse organizado um batalhão patriótico, com cerca de quatrocentos homens (como noticiava o *Três Lagoas*, de 11-08-1932), o cel. Gustavo não conseguiu mais que 120 fuzis, o que somado a inexperiência dos voluntários, impedia uma resistência mais eficaz. Por isso, os revoltosos retiraram-se para a ponte sobre o Santana e, daí, para o rio Quitéria, onde receberam reforços (principalmente militares) de Campo Grande. (CAMPESTRINI, 2002, p. 179).

O tão importante desmembramento só vem a acontecer em 1977 com a Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro, passando então a Estado de Mato Grosso do Sul, sendo a capital Campo Grande e o governador Harry Amorin Costa. De acordo com Marisa Bittar (2009, p. 16),

Mato Grosso do Sul nasceu a 11 de outubro de 1977 depois de longa jornada separatista protagonizada pelos grandes proprietários rurais do sul de Mato Grosso uno, a contar do final do século XIX. A sede da capital no “norte” gerava inconformismo nos grupos latifundiários sulistas que, na década de 1930, já contestavam: “Sabe-se que existe Mato Grosso pelo talão do imposto”. Ou então: “o Sul possui tudo, menos administração”.

Esse inconformismo gerava disputas entre as lideranças políticas que viam possibilidade do Sul gerar seu próprio desenvolvimento, porém o outro lado não pretendia que valores financeiros tão substanciais fossem perdidos. Marisa Bittar (2009) elucida que o autor intelectual da divisão separatista, considerado pela elite agrária sulista, era Paulo Coelho Machado. A região Sul existia e sobrevivia com seu próprio ritmo, de forma independente por

Determinantes socioeconômicos e políticos distintos; distanciamento do sul em relação à capital do estado; falta de comunicação eficiente entre as duas regiões do estado, bem como o sentimento de não pertencer a “Cuiabá”, além do controle da burocracia pelo norte, foram fatores que propiciaram o nascimento de idéias divisionistas no sul. Na verdade, tão logo se consolidou o povoamento branco na região, teve início o regionalismo, de tal forma que as raízes históricas da divisão de Mato Grosso aí se encontram. (BITTAR, 2009 p. 61).

Existia grande dificuldade de comunicação dentro do estado, devido ao seu extenso território o que por si só já contribuía para o desejo da divisão do estado. A locomoção das pessoas era bastante difícil, não existiam estradas, somente picadas que eram feitas no lombo de mulas e cavalos. O maior tráfego se dava por meio fluvial. A primeira estrada trafegável, de acordo com Marisa Bittar (2009, p. 38), acontece no começo do século XX, nas décadas de

1910, com “o grande marco: a inauguração da estrada de ferro Noroeste do Brasil, ligando São Paulo ao Sul de Mato Grosso”.

Marisa Bittar (2009 p. 39) relata que:

De forma mais sistemática, a rodovia alcançaria Mato Grosso na Década de 1950, época das políticas desenvolvimentistas e da interiorização do Brasil, acentuadas na presidência de Juscelino Kubitschek (1956-1961). Decorrente dessas diretrizes, Campo Grande foi ligada a São Paulo por rodovia asfaltada, ao findar a década de 1960, ao passo que, com Cuiabá, sua capital, só foi interligar-se por asfalto na metade da década seguinte. Antes disso, as duas principais cidades de Mato Grosso começaram a ligar-se por estrada de terra na década de 1930, todavia, de forma bastante precária.

Compreendemos, assim, que o isolamento de uma região em relação à outra não era uma questão fictícia. Pelas dificuldades de comunicação e de transporte, desde os tempos da colonização portuguesa, o sul de Mato Grosso esteve mais em contato com o Paraguai, São Paulo e Minas Gerais do que com Cuiabá.

Isso posto, temos a intenção de demonstrar o quão difícil tornava-se a comunicação entre Paranaíba e, na época da fundação do Patronato São José, a capital Cuiabá. É evidente que a cidade sofria com o isolamento geográfico e político.

Já no Brasil, temos Getúlio Vargas frente à Presidência, quando da criação do Patronato. O país encontra-se num período com uma tendência política nacionalista e que buscava conciliar a demanda popular com as exigências das acelerações do crescimento econômico, além de atender ao pacto político que garantiria a permanência de Vargas no poder.

O Patronato de Menores de Paranaíba foi fundado no ano de 1952. A cidade de Paranaíba, naquele momento, era administrada pelo prefeito eleito Cristovão Pereira dos Santos, do Partido Social Democrático (PSD). Em setembro de 1952, autoridades reuniram-se na sala da residência paroquial para tratar da elaboração do estatuto e da fundação dessa instituição, ficando assim determinado que esta devesse funcionar a partir de primeiro de janeiro de 1953, provisoriamente em uma das salas da residência paroquial.

Assim, de 1953 até 1960, o patronato deveria funcionar na casa paroquial e na escola Educandário Santa Clara. Desse período de funcionamento do patronato, entretanto, não conseguimos nenhum registro escrito, indício ou mesmo documentos de que alunos tenham sido atendidos. Porém, o subsídio do governo estadual e federal foi recebido e utilizado na construção do prédio. As fontes existentes, como caderno de professor, livro de matrícula e de chamada, diploma, programa escolar aplicado no ensino primário e declarações de efetivo

funcionamento são documentos datados do período de 1961, ano em que o Patronato começa a funcionar em sua sede própria.

Conforme documento pesquisado no Educandário Santa Clara, encontramos um histórico feito sobre o Patronato São José, no qual consta a benção que aconteceu no dia 09 de abril de 1961 feita pelo Frei Pedro Holz e a missa de inauguração da instituição oficiada por Frei Barnabé Geissner.

Ao analisar a ata de fundação do Patronato de Menores de Paranaíba, publicada no Diário Oficial do Estado⁶ nº 11.662, p. 07, no ano de 1952, podemos afirmar que algumas pessoas encontravam-se reunidas na Casa Paroquial para deliberar sobre tais providências que se faziam necessárias para a criação da referida Instituição, que atenderia meninos, pois a cidade já contava com atendimento às meninas. Consta no D.O. do Estado de Mato Grosso que

Aos vinte dias do mês de setembro de 1952, na sala da residência paroquial de Paranaíba, reuniram-se para tratar da Fundação e do Estatuto do Patronato de Menores de Paranaíba, o vigário desta paróquia, que convocou esta reunião, seus dois coadjutores e as demais pessoas abaixo assinados. (D.O nº11622, p. 07, 1952).

Art.17 – O Patronato filiar-se-á a Missão Franciscana da Primeira Ordem de São Francisco em Mato Grosso, com sede em Campo Grande, ou a sociedade em que esta última venha a converter-se. (D.O nº11622, p. 08, 1952).

Na sala da casa paroquial, encontravam-se reunidas pessoas da sociedade paranaibense que, por algum motivo particular, tinham interesse na construção de uma instituição que por ora traria para a cidade um atendimento que supriria as necessidades do seu povo e, consequentemente, isso deixaria a comunidade local satisfeita, o que remete à compreensão de que a escola tem um papel importante nesse período civilizatório. Eram essas pessoas: Frei Pedro Holz (secretário ad-hoc); Frei Liberato Ketterer (coadjutor); Dr Tongaté de Almeida Rodrigues e sua esposa Irene Arruda de Almeida Rodrigues; Martinho de Palma e Oliveira; Walter Faustino Dias e sua esposa Nancylta Salgueiro Dias; João Rodrigues de Mello; José Francisco Sales; Waldemar da Rocha Dias; Autogamis Rodrigues da Silva; Tereza Maria Garcia.

De acordo com pesquisa realizada, sabemos que o decreto que regulamenta a criação dos patronatos data de 1908, mas um novo decreto entrou em vigor regulamentando tais

⁶ Esse Diário Oficial do Estado encontra-se em nossa posse, como alguns dos demais documentos que citaremos. O Pároco local confiou-nos tais documentos até que a pesquisa fosse concluída. Em contrapartida digitalizaremos tais documentos e os organizaremos de forma que outras pessoas tenham acesso a eles.

instituições em 25 de julho de 1919; isso nos leva ao seguinte questionamento: por que somente depois de três décadas, a partir de 1919, pensou-se em construir um Patronato na cidade de Paranaíba? Por qual situação estaria passando a cidade, que a sociedade local viu a necessidade da construção de tal instituição? Quais eram os interesses, naquele momento, que mobilizavam essas pessoas na efetiva construção do patronato?

Figura 4 - Frei Pedro Holz



Fonte: Acervo do Museu e Arquivo Histórico de Paranaíba.

Foi na busca desses pequenos indícios que tentamos construir a história da instituição, para que se possa compreender e registrar para a posteridade. Não com a intencionalidade de exorcizar o passado, mas sim, compreender, para explicar fatos e fenômenos que, no caso específico, envolvem a história de um patronato, investigado em seu conjunto.

O historiador cria os seus materiais, ou, se se quiser, recria-os: o historiador que não vagueia ao acaso pelo passado, como um trapeiro à procura de

achados, mas parte com uma intenção precisa, um problema a resolver, uma hipótese de trabalho a verificar. (FEBVRE, 1977, p. 24).

Quando nos decidimos por um objeto, fizemos escolhas do que desejaríamos investigar, são propósitos que aparecem, para que a tese se construa.

O essencial do seu trabalho consiste em criar, por assim dizer, os objectos da sua observação, com o auxílio de técnicas muitas vezes bastante complicadas. E, uma vez adquiridos esses objectos, ‘ler’ os seus cortes e as suas preparações. Tarefa singularmente árdua; porque descrever o que se vê, ainda vá; o difícil é ver o que é preciso descrever. (FEBVRE, 1997.p. 24).

Além disso, a História permite a busca por fontes e a releitura de documentos que por ora parecem desinteressantes, ou menos importantes. É a partir desses vestígios e indícios que reconstruímos todo contexto de atendimento dessa instituição, pois na busca dessas fontes é que produzimos conhecimento sobre o passado. Os

Patronatos Agrícolas (PAs) criados em 1918, em resposta à conjuntura gerada pela Primeira Guerra. Rurais por necessidade e agrícolas mais por conveniência do que por vocação - já que o trabalho no campo era tido como o único meio de preservar sua auto-subsistência e manutenção - os Patronatos destinavam-se à infância desvalida das cidades, atendendo aos interesses de segmentos urbano industriais empenhados em construir uma imagem “moderna” e “profilática” do Rio de Janeiro, capital do país. Associando as noções de ensino prático e defesa militar, a lei que criava os PAs deixava claro seu escopo, malgrado a retórica filantrópica que os justificava: eles consistiam numa alternativa às instituições prisionais urbanas, vistas como degradantes e infames. Entretanto, produziram outro tipo de “detento”, terapeuticamente disciplinado por essas “escolas de trabalho” que “serviam de freio às tendências anárquicas intoleráveis” que eram atribuídas ao novo ator social, o proletariado. Os Patronatos eram núcleos de ensino profissional que habilitariam seus internos em horticultura, jardinagem, pomicultura, pecuária e cultivo de plantas industriais, mediante cursos profissionalizantes, com uma clientela composta por menores órfãos, entre 10 e 16 anos, recrutados pelos Chefes de Polícia e Juízes da Capital Federal. (MENDONÇA, s/a p. 05).

A partir desses dados, começamos a busca por documentos que pudessem colaborar com a pesquisa e evidenciar o motivo pelo qual esse patronato fora construído.

Sabemos que, atualmente, a preocupação dos pesquisadores que atuam com pesquisas de cunho historiográfico encontra-se em desvendar como a cultura escolar era vivenciada pela instituição e pelos alunos da época.

A escola não é apenas, com efeito, um local onde circulam fluxos humanos, onde se investem e se gerem riquezas materiais, onde se travam interações sociais e relações de poder, ela é também um local- o local por excelências nas sociedades modernas- de gestão e de transmissão de saberes e símbolos. (FORQUIN, 1992, p. 28).

Por isso, o grande interesse em compreender como a cultura escolar era posta, do que ela era constituída, como esse “conjunto de saberes, das representações das maneiras de viver que têm curso no interior desta sociedade e são suscetíveis, por isso de dar lugar a processos (intencionais ou não) de transmissão e de aprendizagem” (FORQUIN, 1992, p. 31).

Entendemos ainda que o conceito de cultura escolar vem sendo utilizado por diversos autores no intuito de colaborar com a História da Educação.

Para Jean Claude Forquin (1992, p. 167), a expressão cultura escolar “refere-se ao conjunto dos conteúdos cognitivos e simbólicos que, selecionados, organizados e ‘normalizados’, ‘rotinizados’, sob o efeito dos imperativos da didatização, constituem habitualmente o objeto de uma transmissão deliberada no contexto das escolas”

Já Dominique Julia (2001, p. 10-11) entende por cultura escolar

[...] um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, em um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente socialização). Normas e práticas não podem ser analisadas sem se levar em conta o corpo profissional dos agentes que são chamados a obedecer a essas ordens e, portanto, a utilizar dispositivos pedagógicos encarregados de facilitar sua aplicação, a saber, os professores primários e os demais professores.

Com esses conceitos de cultura escolar, enveredamo-nos num mundo no qual é necessário conhecer a história local, para assim podermos contribuir com a construção da História da Educação Brasileira.

Trata-se de investigar e interpretar as práticas e os saberes escolares brasileiros (...), a fim de construir referenciais que permitam a implementação de uma prática educacional mais consciente, pondo o olhar inquiridor em aspectos pouco observados. O diferencial entre os estudos sobre cultura escolar e outras abordagens históricas da educação consiste, principalmente, em sua força interpretativa que provém da agregação de conhecimentos de outros campos que confluem para uma compreensão mais rica, e provavelmente mais fiel, da vida escolar. (VALDEMARIN; SOUZA, 2000, p. 09).

Com os conceitos citados não podemos pensar que a escola deva ser considerada soberana, nem

um império dentro de um império ou como a matriz onde a cultura das sociedades modernas encontraria uma espécie de começo absoluto, mas que é preciso ao menos reconhecer a autonomia relativa e a “eficácia” própria da dinâmica cultural escolar com relação às outras dinâmicas que coexistem no campo social, com todas as relações de especificação ou de generalização, de diferenciação distintiva ou de imitação assimiladora, de contaminação, de condensação, de transposição e de sobre determinação que isto implica. (FORQUIN, 1992, p. 37).

Na busca por documentos que demonstrem o valor social da instituição, encontramos na administração do Senhor Prefeito eleito Cristovan Pereira dos Santos, do PSD, que no dia dezesesseis de abril, ano de 1953, apresentou à Câmara Municipal de Paranaíba um projeto de lei que iria considerar o Patronato de Menores de Paranaíba como sendo de utilidade pública, lei esta aprovada e decretada no dia vinte e três de maio de 1953, sob o nº 49:

Art.1º - Fica considerado de utilidade pública a sociedade civil de orientação católica, denominada Patronato de Menores de Paranaíba, sediada nesta cidade.

Art.2º - A presente lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nesse propósito, podemos observar o envolvimento do poder público em contemplar o Patronato de São José, já que este fez parte da sociedade civil, embora tenha orientação católica, realizada pelos padres franciscanos. A Câmara Municipal, nesse momento, vê o trabalho dos padres franciscanos como um bem para a sociedade local.

Ao longo da pesquisa fica claro que a intenção social do Patronato São José era uma, mas que a intenção real era outra, pois verificamos que o atendimento na instituição não ocorreu conforme o escrito nos documentos regimentais, os meninos lá atendidos não contemplavam o propósito do documento, uma vez que deveriam ser ‘abandonados’ e ‘desajustados’.

Essa observação fica mais evidente, sobretudo, se comparada ao depoimento de um dos membros fundadores, Walter Faustino. Questionado sobre o atendimento a crianças abandonadas, ele é enfático ao afirmar: “não houve isso... a construção do Educandário e do Patronato foi um esforço e uma ação em favor da instrução” (Entrevista 17/01/2011).

Com o documento citado, fica claro no depoimento que a intenção social do Patronato São José era uma e a real era outra, pois ao longo da pesquisa, verificamos que o atendimento

na instituição não ocorreu conforme o escrito nos documentos regimentais, os meninos lá atendidos não contemplavam o propósito do documento, uma vez que deveriam ser ‘abandonados’ e ‘desajustados’.

A instituição também é reconhecida pelo governo estadual no ano de 1955, em Cuiabá, sob a Lei nº 806 de 07 de dezembro. O então governador Fernando Corrêa da Costa declara: “Artigo 1º: Ficam declarados de utilidade pública o estabelecimento de ensino Educandário Santa Clara, as sociedades filantrópicas, Patronato de Menores e Abrigo à Velhice Desamparada de Paranaíba” (CERTIDÃO, 1973).

Esta lei foi publicada no Diário Oficial do estado de Mato Grosso, no dia 14 de dezembro de 1955. Cabe citar aqui, para compreender que não era uma ação isolada da cidade de Paranaíba a criação dessas entidades. Existia também no estado uma preocupação em corroborar com a efetivação dessas ações, mesmo que na realidade não contemplassem o que era previsto regimentalmente. Até porque essas instituições, para se manterem financeiramente, necessitavam das verbas ordinárias, extraordinárias e das subvenções oferecidas pelo próprio estado. Dizer que era realizado um atendimento a abandonados supostamente abria portas para a obtenção de recursos financeiros.

Portanto, é inquestionável a importância que observamos após análise dos documentos e entrevistas do que foi a construção do Patronato São José para a cidade. A organização que a sociedade da época se propôs a fazer, o compromisso político que se pode observar por meio das notas das verbas que foram destinadas para amparar a construção da referida instituição, das festas promovidas pela comunidade local para angariar fundos que pudessem erguer a instituição, bem como a própria doação dos terrenos por parte da sociedade local para a sua construção.

O que buscamos, a partir desse momento, é responder às seguintes questões: realmente o Patronato de Menores de Paranaíba exerceu sua finalidade de atendimento a crianças desabrigadas? Como foi esse envolvimento com a função agrícola, já que isso era uma das principais características dos patronatos? Alguns indícios já apareceram no sentido de responder ao primeiro questionamento. Para a compreensão do que foi e como foi essa instituição passamos a realizar uma minuciosa análise no Estatuto (de 1952), no Regulamento Interno do Patronato de Menores de Paranaíba, em certidões e relatórios.

Portanto, analisamos no subtítulo a seguir a organização geral da instituição, buscando nas fontes primárias e nos depoimentos colhidos como acontecia esse fazer.

1.6 O estatuto do patronato de menores de Paranaíba, o regulamento do internato, certidões e relatórios

O próprio nome Patronato de Menores remete a pensar que o atendimento destina-se à criança pobre e desvalida. Isso acontece devido ao que foi estabelecido no Código de Menores de 1927, quando esse cria categorias para as crianças pobres e as classifica em menores abandonados e menores delinquentes. “O Código de 1927 será um marco na linha política e ideológica que conduzirá, de forma hegemônica, o padrão brasileiro de proteção à infância até meados dos anos de 1980” (NUNES, 2005 p. 74). Abandonado e menor delinquente passam a ser vistos como um padrão de proteção social.

Durante os anos de vigência da política da “menoridade”, o reconhecimento social da infância, que era alvo do sistema de proteção social, oscilou entre práticas que cristalizaram a idéia do abandonado como vítima da família e da sociedade e do delinquente como ameaça a ambas. Essa concepção advém da materialidade de dois tipos distintos de práticas sociais: uma, de responsabilidade de ações da esfera privada de assistência envolvendo, sobretudo, as instituições filantrópicas, que se propunham a atender os abandonados e outra, de responsabilidade pública, com forte presença do Estado, voltada para os chamados delinquentes. (NUNES, 2005, p. 74).

A população brasileira, no início dos anos de 1930, preocupava-se em formar o homem do amanhã, aquele homem que ama e serve à pátria. O Patronato de Menores tem explicitado no bojo de seu atendimento amparar os abandonados e ajudar na recuperação dos desajustados, bem como formar trabalhadores com habilidades em técnicas agrícolas. De acordo com Deise Nunes (2005, p. 83),

O abandonado era aquele concebido como um vitimado, deixado por seus pais, culpabilizados pelo abandono e pela situação de carência e risco social a que era submetido. O abandonado, como vítima desprotegida, deveria submeter-se à proteção dada pela sociedade e a ela ser eternamente grato.

É importante levarmos em consideração o momento político e histórico no qual encontrava-se o país e a própria cidade de Paranaíba, em consonância com o que se espera de um internato e observando ainda o que consta no artigo segundo do estatuto do patronato, que vem para afirmar que ‘abandonados e desajustados’ necessitam de um atendimento diferenciado, conforme citado no Diário Oficial do Estado

Art 2 – O Patronato, tem por objetivo amparar os menores abandonados e incentivar a recuperação dos desajustados, ministrando-lhes a necessária assistência educacional, profissional, social e médica, em estreita colaboração com as autoridades do poder público (serviço de assistência ao menores e Juizado de Menores). (D.O E. nº 11622, p. 07, 1952).

Percebemos que a sociedade naquele tempo acreditava que a reclusão era um fator que contemplaria a formação de um homem bom, que sua regeneração dependeria do trabalho por ele aprendido. Então, esses meninos deixariam sua infância pobre e passariam a fazer parte de um mundo que dividia a infância em duas categorias: crianças ricas e os ‘menores’, pois era assim que a sociedade se referia a eles.

O internato foi uma experiência vivida no território colonial, sobretudo por intermédio da ação das Santas Casas de Misericórdia e dos recolhimentos e asilos. Ao longo do século XIX, porém, a experiência dos internatos conhecerá formas e finalidades diversas para públicos distintos, classificando, distinguindo e hierarquizando a população para a qual se destinava. (GONDRA; SCHULER, 2008, p. 112).

Ingressar num patronato já era uma medida de recolhimento e regulação para as crianças pobres da sociedade, “supõe a submissão a sua disciplina, dentre elas a que prevê a exclusão do incorrigível” (GONDRA; SCHULER, 2008, p. 119).

Alguns profissionais, como os médicos higienistas, não viam o internato com bons olhos, pois acreditavam que a criança é retirada prematuramente do convívio familiar e ingressa num local no qual as pessoas que lá estão pouco sabem da sua história e que isso pode acarretar em frustrações, já que a disciplina e as exigências com relação às visitas são duras e inflexíveis. Porém, os padres acreditavam que os internatos eram capazes de domesticar as crianças, ensinando condutas, valores morais e religiosos, que essas levarão consigo na sua vida adulta.

[...] o internato vai se firmando como modelo educativo e/ou reeducativo, uma tecnologia inventada para a sociedade para proteger a infância pobre, preparando-a para o mundo do trabalho. Curiosamente, essa fórmula também é adotada para bem educar a infância rica. Ainda que não tenha se tornado dominante, este modelo persiste, mantido pelo aparelho do Estado ou pela iniciativa privada. A sobrevivência desta forma escolar se constitui em sinal de que tal equipamento ainda embala os sonhos de que a reclusão total se constitui na melhor estratégia para interferir no curso da vida, formando trabalhadores e dirigentes exemplares. (GONDRA; SCHULER, 2008, p. 124).

Nessa perspectiva, Justino Magalhães (2004, p. 116) pondera que

Quando funcionando em regime de internato, a instituição escolar é uma instância educativa total, na qual é possível: considerar, entre outros, os fatores de integração e de acompanhamento; analisar as instâncias de socialização, alteridade, autonomização, mobilização; reconsiderar os conceitos de aprendizagem, ativismo pedagógico, experiência emocional.

De acordo com o Regimento Interno do Patronato São José, a finalidade da Instituição era dar “uma esmerada educação – religiosa, moral e física – sólida instrução primária que constitui a base de um proveitoso curso de humanidade”. Quanto a essa finalidade humanística, reportaremos à preocupação com o ensino da leitura, escrita, matemática e também com a formação moral e higiênica.

O Patronato de Paranaíba atendia crianças de oito a catorze anos. Em 1953, quando começa o seu funcionamento, tem-se a escola primária “destinada à maioria da população que deveria difundir os saberes elementares e os rudimentos das ciências físicas, naturais e sociais” (SOUZA, 2008 p. 19). No regimento, não é abordado o tipo de currículo, o método que seria utilizado para o ensino das crianças, porém, no capítulo IV, quando estivermos escrevendo sobre os sujeitos que frequentaram o patronato, abordaremos esse currículo, pois existem documentos, bem como caderno de plano de aula de professores, nos quais buscaremos essas informações.

O regulamento do internato reverencia a educação no que tange à parte religiosa e de comportamento. Fica clara a defesa da ideia que

O Internato de São José deseja ser para os alunos como um prolongamento do lar. A disciplina portanto é paternal, baseado no espírito da Igreja Católica. Exige-se obediência e respeito aos padres e professores, dedicação ao estudo e honestidade de conduta. Nos recreios, a liberdade é ampla e sadia, sob o olhar atento de vigilantes. (REGULAMENTO INTERNO, 1961).

A instituição nesse momento passa a ser referenciada no regimento como um internato e não como um patronato, o que demonstra e evidencia mais uma vez sua intencionalidade educativa.

Nessa perspectiva de um segundo lar, está implícita a vigilância, pois caso a disciplina imposta pela diretoria não fosse cumprida, providências deveriam ser tomadas, uma vez que no lar os pais possuem essa autoridade, de corrigir por meio da punição. Assim, se os internos percebessem o local como prolongamento do lar, nada demais teria se estes fossem punidos

por motivo de desobediência ou algazarra. A inculcação dos valores morais acontece de acordo com os valores da própria Igreja Católica.

O regulamento do internato é enfático ao afirmar o caráter religioso a que se destina quando faz essa ressalva:

O Internato de São José, sendo colégio religioso, não só ensina a religião como também exorta insistentemente os seus internos a que a pratiquem. Espera portanto, o colégio que os Srs. Pais e responsáveis façam todo o empenho para que os alunos, se possível, cumpram fielmente o dever sagrado à Santa Missa aos domingos e dias santos de guarda que passarem em casa. No santo sacrifício da missa pais e filhos vão haurir as forças e graças para os estudos da semana vindoura (REGULAMENTO INTERNO, 1961).

Nessa passagem do regulamento, temos alguns elementos para uma argumentação que possa desencadear reflexões sobre o funcionamento dessa instituição. Em primeiro lugar, a religião católica está posta e tem caráter de ordem e disciplina, no momento que se elucida que os internos têm por obrigação deveres com a Santa Missa e com as datas referentes a comemorações religiosas e católicas; a família que internasse seu filho ali, necessariamente deveria cumprir com as obrigações católicas.

Até aí, não há muita novidade, pois a maioria das instituições confessionais católicas ou não assim orientavam e os pais, ao optarem, sabiam também dos seus deveres. Provavelmente, os pais que não fossem católicos omitiriam isso na entrevista para garantir o ingresso do filho. Não encontramos em nenhum documento escrito e nas entrevistas, nada que falasse sobre perseguição caso o educando tivesse outro credo religioso. Porém, também nos registros de matrícula não foi encontrada menção a outra religião.

Dentre as fontes fotográficas, aqui utilizadas como ilustração, chama atenção, apesar dos poucos registros iconográficos resgatados, as crianças frequentando a missa. Também no depoimento dos alunos entrevistados, todos lembram como era importante o comportamento, era utilizado até como premiação, pois o menino que se comportasse, tirasse boas notas, seria escolhido para ser coroinha e ajudar na missa e não ficaria suspenso das atividades físicas.

Figura 5 - Santa Missa



Fonte: Acervo do Museu e Arquivo Histórico de Paranaíba.

Em segundo lugar, um chamamento à responsabilidade dos pais para o cumprimento do dever religioso de seus filhos e, sobretudo, a responsabilidade que esses deveriam ter de, ao colocarem seus filhos no internato, estar conscientes de suas obrigações com a religião e de que o não cumprimento dessa tarefa seria motivo para a não permanência do educando no internato. Não temos registro de nenhum fato desobrigando alguma criança - que não fosse da religião católica - de permanecer nos cultos, também no livro de matrícula não consta que nenhum desses meninos tenha sido expulso por não pactuar da religião ora posta pelos párocos.

Como terceira observação, o que mais intriga e, de certa forma, levanta algumas interrogações é que se este Patronato se destinava a ‘abandonados’ e ‘desajustados’ como se propunha algo à família? Qual era o sentido deste item? Ou será que essa instituição atendia também crianças que não estavam dentro desse perfil de abandono? Aqui temos mais uma vez fortes indícios que a função social do patronato não era a mesma que a função real.

Por último, por que o regimento trata a instituição como colégio, se era ofertado aos alunos somente o ensino primário? Outra dúvida, porém, é que talvez se usasse o termo “colégio” por hábito, mas que não significa de fato o que o termo designa para aquele momento.

No decorrer da análise dos documentos, algumas das dúvidas levantadas anteriormente começam a tomar vulto. Com o regulamento, fica evidente que os internos eram formados por pouquíssimos meninos ‘abandonados e/ou desajustados’, ou mesmo nenhum, é evidente a presença de crianças que efetivamente possuíam família, mas que residiam distantes da

cidade, fato que impossibilitava que esses meninos frequentassem a escola. Chegamos a essa conclusão com esse outro item do regulamento:

O Internato informa mensalmente as famílias, em forma de boletim do procedimento do aluno. O boletim escolar entrega-se a cada semestre. Um aluno que em três boletins obtiver nota 2 (dois) em procedimento e aplicação não pode continuar no internato no ano seguinte. (REGULAMENTO INTERNO, 1961).

No tocante à disciplina, as exigências eram por vezes duras e cruéis, os pais eram avisados sobre o período de experiência a que seriam submetidos os alunos:

O Internato São José não sendo um instituto disciplinar corretivo, não recebe meninos rebeldes, avessos à ordem à disciplina ou ao estudo, nem pode conservar aqueles que se tornarem tais. As matrículas concedidas em boa fé, ficarão sem efeito logo fique patente o novo aluno possuir as condições requeridas e não dar mostras de ser corrigível. Os senhores pais que querem internar seus filhos neste Internato atentem bem para este ponto do regulamento. (REGULAMENTO INTERNO, 1961).

Neste momento, quando o regimento menciona que meninos rebeldes não seriam bem quistos pela instituição, temos novamente outro indício de que ele não atendia meninos desajustados, pois não dá para se esperar docilidade de uma criança desajustada.

A ordem disciplinar, a obediência e o respeito eram fatores primordiais para a garantia da permanência na instituição, o que evidencia que não era uma instituição que atendia crianças com problemas disciplinares. Quando analisarmos mais adiante o livro de matrícula, isso irá ficar bem evidente no item que trata o motivo do desligamento do interno, chegando à via de punição para os internos que não cumprissem as regras:

O aluno que incidir em qualquer das seguintes faltas, será afastado do colégio: reincidência em furto, falta grave contra a moralidade, abandono do colégio sem autorização, insubmissão grave e repetida, aversão habitual ao estudo. Nestes casos serão avisados os pais imediatamente. (REGIMENTO INTERNO, 1961).

O que intriga é que no documento de fundação do Patronato de Menores de Paranaíba, o Estatuto de 1952, fica claro que a instituição iria atender ‘abandonados e/ou desajustados’, por outro lado o Regulamento do Internato de 1961 coloca praticamente na sua íntegra que os alunos que lá estavam pagavam pela sua estadia e, mais ainda, cobrava-se um valor em dinheiro, chamado de pensão, para esses meninos. Conforme discriminado também no

regimento, era ofertado um desconto para quem possuísse irmão interno. Chama a atenção, sobretudo, o item do regimento que se refere a comportamento, quando este afirma que a instituição não é correcional.

Não encontramos nenhum item no regulamento que a instituição destina-se ao atendimento das crianças ‘abandonadas e/ou desajustadas’. No depoimento de um de seus idealizadores, Walter Faustino, ele relata que eram atendidas algumas crianças carentes da cidade e região, não exatamente criança ‘abandonada’, e de fato não conseguimos vislumbrar em nenhum momento no regimento que tais crianças fossem atendidas.

O que talvez acontecesse fosse os dois tipos de atendimento, alunos com familiares presentes na sua criação e crianças privadas do convívio familiar. Por isso, a existência de um regulamento para crianças com família. Porém, retorna aqui a dúvida, onde estariam esses documentos que falam do atendimento a essa categoria de criança dita ‘desabrigada e desajustada’? Não encontramos nos documentos pesquisados nada que se referisse a algum outro regimento, ou ao menos um decreto ou portaria que dissesse como isso deveria acontecer. Praticamente todos os pontos referem-se à família, inclusive estipulando horários de visita. O que novamente nos faz inferir que esse atendimento inicialmente previsto não acontecia.

As saídas gerais são só uma vez por mês, sempre no último domingo. Os Srs. Pais podem tirar os meninos às 9 horas deste domingo. Os alunos devem voltar até às 11 horas da segunda-feira (hora do almoço). Este dia de visita e saída geral quer servir o colégio para informar aos pais sobre o procedimento e aproveitamento dos alunos. (REGULAMENTO INTERNO).

De novo, o regulamento referir-se à instituição como colégio pode ser uma apropriação inadequada do termo ou mesmo desconhecimento da função de um colégio. Como existiam visitas e saídas programadas, concluímos que esses meninos tinham pessoas responsáveis por eles fora do internato.

Quadro 1 – Atestados de funcionamento.

Documento	Ano	Tipo de atendimento	Órgão emissor	Assinatura
Atestado de funcionamento	1955	Amparar menores abandonados, recuperar desajustados	Promotoria de Justiça	Evandro Eurico Salgueiro – promotor de justiça.
	1961	Idem ao anterior	Coletoria das Rendas Federais – Paranaíba/MT	Milton Garcia Leal – coletor federal
	1962	Idem ao anterior	Coletoria Estadual de Paranaíba/MT	Azarias Alves de Freitas – coletor estadual
	1968	Idem ao anterior	Coletoria das Rendas Federais Paranaíba/MT	Milton Garcia Leal – coletor federal
	1969	Não menciona	Prefeitura Municipal de Paranaíba/MT	Ozires Vieira de Souza – prefeito municipal
Fonte: Documentos fornecidos pelo Pároco local				

A sociedade, manifestando interesse em tornar a cidade moderna e com o espírito de desenvolvimento no qual se encontrava, via-se envolta na possibilidade de ter uma escola que atendesse e formasse crianças e adolescentes. Contudo, as dificuldades estavam em evidência, como foi possível verificar, e levando-se em consideração o quão distante é a cidade de Paranaíba dos grandes centros da época, havia a dificuldade de as camadas populares permanecerem na instituição, a própria manutenção de professores e a manutenção de tão dispendioso ensino.

Ao analisar os relatórios de atividades, os planos de aplicação de subvenção que eram enviados para o Ministério da Justiça e os atestados emitidos pelo governo local e pela coletoria federal e estadual, é notória a descrição de atendimento a menores e alunos internos que não se encontravam nessa situação de abandono.

No relatório de atividades do ano de 1958⁷, Frei Pedro Holz, então presidente do Patronato, menciona que a construção da sede da instituição caminhava lentamente devido aos poucos recursos obtidos, porém seria uma obra de grande vulto, haja vista que esta teria a “alta missão de amparar os menores abandonados e incentivar a recuperação dos desajustados”. Nesse período, o patronato deveria funcionar em salas cedidas pelo Colégio Educandário Santa Clara. Deste período de funcionamento que menciona o Educandário Santa Clara, como uma sede que provisoriamente cedeu salas aos alunos do Patronato, não encontramos nenhum registro de matrículas, nem documentos que mostrem que esse atendimento de fato ocorreu, o que nos leva a suposição que os padres, para justificar a vinda de verbas dos governos federal

⁷ Este relatório encontra-se na íntegra nos anexos do trabalho.

e estadual, simulavam esse atendimento e utilizavam os recursos somente na construção do prédio. No depoimento tanto dos professores como dos alunos e dos caseiros do patronato, esses não mencionam que a instituição tenha funcionado anteriormente ao prédio oficial.

Dentre os documentos cedidos pelo pároco local, encontramos três relatórios que datam de 1958, 1961 e 1962. Nesses relatórios que eram enviados ao governo federal e estadual, existe muita semelhança no que era relatado de um ano para o outro. Eles são de essencial importância no que se refere a como as verbas ordinárias e extraordinárias eram empregadas, bem como a queixa feita pelo Frei Pedro Holz de que determinadas verbas com que o Patronato tinha sido contemplado, ainda não haviam chegado, o que tornava a realização da obra mais dificultosa. Era uma maneira sutil de realizar cobrança e justificar a demora na conclusão do prédio. Percebemos como o dinheiro público acabava sendo utilizado em instituições privadas, devemos observar, porém, que o Estado delegava à iniciativa de particulares o que seria sua obrigação.

Nos mesmos relatórios, existem outros indícios que são importantes para a pesquisa, como data de início da construção do prédio próprio da instituição, quantitativo de aluno atendido, contratação de professor, o que era comprado com as verbas (mantimento, carteiras, armários, cama, etc.). Seria oportuno ressaltar que os três relatórios falam do número de internos atendidos e quantos eram subsidiados com essas verbas, que eram oriundas do Ministério da Justiça e Negócios Interiores e do Ministério da Educação e Cultura. Aqui, mais uma vez, apontamos outro indício de que se forjava um atendimento subsidiado pelo internato, que na prática não ocorria.

Com esses três relatórios, percebemos avanço no atendimento às crianças, porém, torna-se evidente também que a finalidade social a que se propunha o patronato, que deveria atender menores ‘abandonados e desajustados’, não acontece na mesma proporção. Será que na região não havia esse tipo de problema? Todas as crianças tinham sua família constituída? Ainda precisamos avançar um pouco mais para obter respostas a esses questionamentos.

Quadro 2 – Número de alunos internos.

Ano	Alunos Internos	Menores Internos (financiados pelo governo)
1958	25	06
1961	30	04
1962	74	10
Total	129	20
Fonte: Documentos fornecidos pelo Pároco local		

Entretanto, de acordo com as análises até aqui realizadas, entendemos que a escolha do nome “patronato” para a instituição está mais ligada à possibilidade de comoção dos

governos, e até mesmo da população, do que de fato para a sua correta utilização. O conceito da palavra patronato, nessa pesquisa, não obedece ao que convencionalmente deveria ser utilizado. Torna-se mais fácil buscar dinheiro junto aos governos municipal, estadual e federal, do que a própria Igreja arcar com todo esse dispendioso investimento. Contudo, esse prédio construído com dinheiro público faz parte atualmente do patrimônio da Igreja.

2 O PATRONATO SÃO JOSÉ: ARQUITETURA E ESPAÇO ESCOLAR

Neste capítulo, discorreremos sobre a construção do Patronato e sua toda trajetória, desde a doação do terreno à efetiva construção do prédio. As pesquisas que abordam a arquitetura das instituições têm como objetivo mostrar a importância e a influência que o espaço escolar tem na formação das pessoas que lá se encontram.

Pensar como o espaço físico influencia na realidade educativa, no aprendizado significa dizer que este deve ser analisado, pois sabemos que o local influi muito na organização curricular bem como nas práticas cotidianas. Depoimentos das pessoas que compuseram o corpus da instituição serão utilizados para fazer as pontes necessárias com as questões levantadas sobre a arquitetura. Esses depoimentos são memórias de um tempo distante, neles estão implícitos condutas morais desse período e o próprio saudosismo da infância.

A organização espacial interna da instituição será observada com o intuito de verificar a distribuição do espaço, o uso das dependências e se as atividades estão relacionadas com esse espaço. Isso é muito importante, uma vez que os espaços educativos possuem significados e transmitem grande quantidade de conteúdos e valores, ao mesmo tempo em que se impõem como organizações disciplinares.

As pesquisas que observam a arquitetura e a relacionam com a educação intencionalmente buscam respostas para as práticas e o cotidiano escolar. Existem poucas pesquisas já realizadas com esse enfoque. Nessa pesquisa, especificamente neste capítulo, abordamos a questão do espaço como lugar de ensino, não esquecendo que “é a sociedade que produz a escola e, portanto, a escola tem as feições que a sociedade lhe imprime” (BUFFA, 2007, p. 157). Assim, está impresso no cotidiano dessa instituição o que a sociedade daquela região esperava da educação para seus rebentos.

2.1 Organização predial e espacial

Figura 6 - Terreno doado para construção do Patronato São José.



Fonte: Acervo do Museu e Arquivo Histórico de Paranaíba.

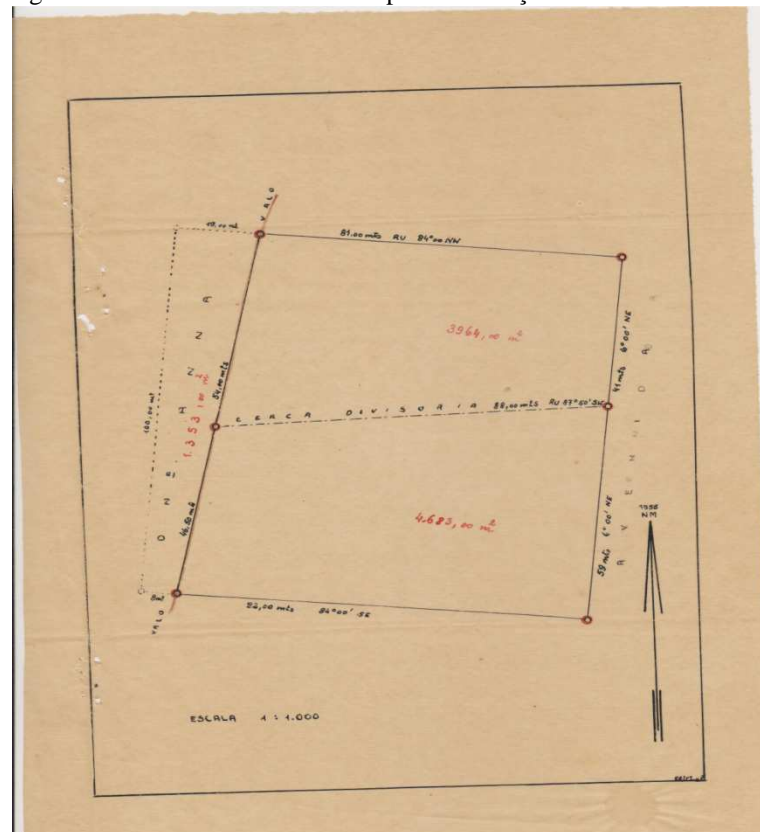
O Patronato São José representou para os alunos que lá estudaram uma opção ímpar. Desde a primeira ideia para sua criação, tinha-se como propósito atender alunos da zona rural, especificamente filhos de pecuaristas da região, que necessitavam de escolarização. Bem diferente do que é proposto para um patronato, isso já torna a pesquisa misteriosa e incita o historiador a compreender a teia do seu funcionamento, o jogo de interesses que estava subjacente à sua edificação.

Começamos com a ilustração do terreno no qual foi construído o prédio do Patronato São José e, logo em seguida, o mapa com as delimitações do terreno. As iconografias foram utilizadas para que se possa compreender que, de fato, o Patronato foi uma instituição que teve seu começo realmente conforme os relatos feitos pelos entrevistados, foi uma instituição pensada por algumas pessoas da sociedade local que sentiam e percebiam que a cidade necessitava de uma obra desse porte.

Observando o mapa, já nos deparamos com a questão da função do patronato ser uma instituição agrícola, tal espaço demonstra que não era possível que se desenvolvessem práticas agrícolas em terreno tão pequeno, a não ser que fosse incentivada somente a cultura de hortaliças, apesar do prédio ter sido construído nas limitações da cidade, este não cumpre com o seu conceito e função. É possível demonstrar com isso, que a intenção desde o princípio era

mesmo a construção de um prédio (espaço físico), onde se instalaria uma escola (internato), local para permanência das crianças lá matriculadas.

Figura 7 - Planta do terreno doado para construção do Patronato São José.



Fonte: Documento particular do Acervo da Paróquia local.

Em terreno doado no mês de maio do ano de 1956 pelos outorgantes Tomás de Aquino Garcia e sua esposa Maria Severina Garcia; Achilles de Palma Mello e sua esposa Walkíria Grande Melo; Evandro Eurico Salgueiro e sua esposa Lucíola Rodrigues Salgueiro; Osmar Pires da Silva e sua esposa Florinda Cândida da Silva; medindo oitenta e seis ares e quarenta e sete centiares (0,86,47 ha.)⁸ começa assim a construção do Patronato. Sabemos o quanto é importante analisar-se o aspecto predial, pois ele diz muito do que a instituição pretende como currículo e educação. Atualmente, como assevera Antonio Viñao Frago (2001, p. 11), a preocupação tanto com o espaço e o tempo escolar tem levado pesquisadores a enxergarem o espaço como uma categoria que deve ser analisada, uma vez que

8 Dados retirados da Escritura Pública de Doação, fls. 21, Livro n.º 3, do Cartório de 3º Ofício em Paranaíba.

[...] o uso e a distribuição do espaço escolar, sua transformação em lugar, começa a estar na mira tanto daqueles que se preocupam com as questões organizativas, curriculares e didáticas, quanto daqueles que a partir das ciências sociais, analisam os tipos de organização e distribuição espacial que as instituições educacionais oferecem e as outras, fechadas ou demarcadas, com as quais elas guardam certas semelhanças.

Como se sabe, o espaço para a educação nem sempre foi fixo, em alguns momentos ele foi itinerante, em outras situações ocorreu em espaços improvisados para atender uma determinada situação e, em alguns momentos, esse espaço estava limitado simplesmente à presença de um mestre e alguns discípulos. Contudo, a Igreja Católica que, no Brasil e também em outros países, por longos anos esteve ligada à educação de crianças e jovens, viu que era necessário um espaço próprio para que acontecesse o ensino. Por isso, os prédios ligados a ordens religiosas costumam ter certas características que são comuns entre eles, fato que possibilita pesquisas que comparem a atuação e a influência da arquitetura na educação das pessoas que por lá passaram.

Assim como os prédios de escolas primárias, os ginásios e as escolas normais teve em sua arquitetura uma imponência peculiar, pois a educação e o ensino passaram a ser vistos como possuidores de um local próprio que seria a escola e o conhecimento científico deveria ter um lugar no qual pudesse ser ministrado, nesse momento pensa-se a educação em um espaço fechado e limitado. Antonio Viñao Frago (2001, p. 69) pontua que

Instituição escolar e o ensino só merecem esse nome quando se localizam ou se realizam num lugar específico. E, com isso, quero dizer num lugar especificamente pensado, desenhado, construído e utilizado única e exclusivamente para esse fim.

Isso não acontece de forma diferente no Patronato pesquisado, que tem sua forma arquitetônica em “U”. Sabemos que esse tipo e modelo é que caracteriza, do ponto de vista arquitetônico, o controle e a vigilância, então a maioria das instituições escolares a partir do século XIX são construídas respeitando esse formato. De acordo com Antonio Viñao Frago (2001, p. 97), no edifício em forma de U, como é o caso do Patronato São José, “predomina a fachada, o sentido do espetáculo e a ostentação. Busca impressionar aquele que o contempla e oculta seu interior”. Essa foi uma das características observadas nas construções nas quais a Igreja Católica estava à frente. Corredores compridos que permitiam que as crianças fossem observadas de forma discreta, janelas grandes que possibilitavam um ambiente arejado, dormitórios coletivos nos quais um número grande de crianças ficavam alojadas.

Durante a sua construção, o Patronato conta com “mão de obra dos frades franciscanos, o que enseja economia extraordinária em seu rendimento”, conforme assinalado no Livro Tombo da Paróquia local, fato elucidado para enfatizar que os párocos estavam empenhados em ajudar. A planta do Patronato é assinada pelo engenheiro Cássio de Figueiredo, porém não se sabe qual o motivo da escolha desse engenheiro, não se obtiveram informações da procedência deste. Ao ser indagado sobre esse engenheiro, o entrevistado e idealizador Walter Faustino disse não se recordar da origem daquele homem.

Nesse momento, seria oportuno relembrar, já que se está descrevendo como essa instituição foi construída, que no Estatuto, capítulo II, artigo 5, consta que o patrimônio do Patronato é constituído:

- a) pelos bens móveis e imóveis adquiridos com os recursos próprios ou doados por entidades públicas ou particulares;
- b) pelas contribuições dos sócios;
- c) pelos rendimentos de festas e donativos (D.O. do Estado nº11.622, 1952).

Portanto, todos os bens e doações passam a fazer parte do patrimônio da Igreja. Cabe ressaltar que, em visita ao 1º Cartório de Serviço Notarial e Registral do 1º Ofício de Paranaíba/MS para consultar sobre a certidão da construção da instituição, foi informado que naquele local não consta nada construído, o único documento é o de doação do terreno para a Igreja Católica.

De acordo com as iconografias, nos anos de 1958 a 1960, o prédio estava avançando na sua construção. As imagens são necessárias como ilustração, pois são documentos que demonstram como o processo estava acontecendo.

Figura 8 - Construção do Prédio Patronato – 1958.



Fonte: Acervo do Museu e Arquivo Histórico de Paranaíba.

Figura 9 - Construção do Prédio do Patronato.



Fonte: Livro Tombo nº 1 do Acervo da Paróquia de Paranaíba

A instituição foi projetada por seus sócios, que eram subdivididos de acordo com o Estatuto em:

fundadores (os que deliberaram na assembléia de sua fundação); contribuintes (os que concorrem mensalmente para o Patronato a critério do Presidente); benfeitores (os que fizeram doação de um só ato de quantia ou valor igual ou superior a Cr\$ 5.000,00); protetores (que fizeram doação de um só ato de quantia ou valor igual ou superior a Cr\$ 20.000,00); beneméritos (os que prestarem serviços relevantes ao Patronato dentro de sua finalidade filantrópica) e colaboradores (os que não pertencendo a quaisquer outras categorias, trouxeram ao Patronato seu concurso e esforço

pessoal, a critério da diretoria) com o objetivo central de amparar os menores ‘abandonados’ e incentivar a recuperação dos ‘desajustados’.

Firme em seu propósito de amparo, os documentos esmeram-se por afirmar algo que parece não acontecer, o atendimento a crianças ‘abandonadas e desajustadas’.

Figura 10 - Construção do Patronato São José – 1959.



Fonte: Acervo do Museu e Arquivo Histórico de Paranaíba.

Houve empenho dos Padres Franciscanos juntamente com a comunidade local para angariar fundos por meio de festividades e junto aos ministérios do Governo Federal para a construção de um prédio próprio que deveria abrigar tais meninos, pois somente com o dinheiro da comunidade isso não seria possível.

Na análise dos documentos fornecidos pelo pároco Pe. Manoel⁹ há indícios claros da origem dos recursos, como por exemplo do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, Ministério da Educação e também de deputados do estado, via subvenções de Assembléia Legislativa. Também, tais recursos foram utilizados na compra de materiais permanentes, como: carteiras, armários, escrivaninhas, dentre tantos outros.

Ainda na investigação desses documentos, encontramos recibos que datam de 1954 e que descrevem a futura construção de uma praça de esportes dentro do pátio do Patronato de Menores. Porém, após busca incessante em outros documentos e no depoimento de ex-alunos,

9 Padre Manoel – responsável pelo arquivo histórico do Patronato de Menores de Paranaíba. Como não se guardaram os documentos de forma devida, estes estão bastante deteriorados, porém o padre, com o propósito de colaborar com a pesquisa, me confiou uma caixa contendo todos os documentos que por ele foram encontrados quando assumiu a paróquia de Santana.

concluímos que essa praça de esportes não saiu da planta. O que os alunos tinham era um campinho de futebol de terra improvisado pelo caseiro da instituição, o qual aparece nos depoimentos em vários momentos.

Figura 11- Patronato São José em Construção-1960.



Fonte: Acervo do Museu e Arquivo Histórico de Paranaíba.

O Patronato São José, de acordo com sua arquitetura, possuía um espaço amplo, arejado e bem distribuído. Prédio com dois andares tendo na parte superior o dormitório dos padres, professores e alunos e os banheiros. Na parte inferior, havia quatro salas de aula, uma direção, um refeitório, cozinha, sala de estudos, uma escadaria que dava acesso ao hall de entrada e banheiros. A escadaria, comum em diversas instituições, tinha a função de demonstrar o poder. Percebemos isso no instante que a instituição fica acima do nível da rua, colocando-se numa situação de superioridade. Logo no hall, encontra-se a sala da direção, espaço permitido somente aos párocos, pais e visitantes; os alunos só deveriam entrar nesse local se convidados, ficam implícito a hierarquia e o poder. Conforme depoimentos, esse era o local onde os internos recebiam visitas. A instituição com isso delimitava o espaço de acesso podendo assim controlar o que acontecia. Quando não se permite a entrada dos responsáveis no interior do internato, demonstra-se a forma que era utilizada para se controlarem as ações das crianças e dos pais. Forma bastante comum de receber, assim a instituição mostrava a eles o que era do seu particular interesse; o cotidiano escolar sempre foi mantido em sigilo, prática essa que ainda hoje encontra-se em determinadas instituições.

A grande quantidade de janelas deve-se, provavelmente, à questão da preocupação com a higiene: iluminação e ventilação. No estado de São Paulo, por exemplo, na época das construções dos edifícios das escolas normais e dos grupos escolares havia normas e regulamentos para isso e as orientações eram regidas pela questão da higiene dessas construções: os prédios deveriam ser bem arejados, iluminados e salubres.

Figura 12 - Refeitório.



Fonte: Acervo particular de Olídia Ribeiro de Jesus (caseira do Patronato São José).

Observando a ilustração acima do refeitório, podemos notar que o espaço era amplo e arejado. Percebemos também que as crianças estavam vestidas de diferentes maneiras, algumas trajando vestimentas mais formais, outras completamente de forma casual e o que mais chama a atenção é um aluno ao centro sem camisa, o que comprova que o rigor com a disciplina não era tanto.

As mesas de refeição eram compridas de um lado e outro tinha cadeira, a gente sentava de frente um para o outro, a comida era razoável, era boa, na medida do possível, por que as coisas naquela época eram muito difíceis. (Entrevista Alaor Batista Ferreira Leal, 2011).

A entrevistada Olídia disse que os meninos tinham o hábito de ajudar na arrumação do refeitório e, conforme o depoimento, podemos afirmar que de fato havia participação e colaboração desses alunos na rotina da instituição.

No pátio externo havia um campo de futebol de areia, uma lavanderia, uma enorme caixa d'água, banheiros e uma casinha modesta onde ficavam alojados os caseiros com suas famílias.

Figura 13 - Vista do fundo do Patronato e da casa dos caseiros ao fundo



Fonte: Acervo do Museu e Arquivo Histórico de Paranaíba.

Figura 14 - Vista frontal do Patronato – 1961.



Fonte: Acervo do Museu e Arquivo Histórico de Paranaíba.

Ligada ao Patronato, existia a capela a qual os alunos e os padres tinham acesso pelo fundo da escola e também pela porta principal. Vale ressaltar que, após busca por compreender como funcionavam os patronatos da época, bem como o de objeto desta pesquisa, podemos perceber que ele atendia os meninos da região em forma de internato e semi-internato, porém não tinha enfoque agrícola e tampouco atendia de forma substancial crianças ‘abandonadas e desajustadas’. Foi uma escola primária em regime de internato, que

utilizou a denominação patronato, provavelmente, para receber ajuda de custo do Governo Federal para sua construção, pois como o estado não tinha condições de atender a todos, abria brechas para essas situações.

Naquele momento, a cidade não contava com nenhuma outra instituição que pudesse atender tais crianças nesse regime, então a instituição vem para corroborar com a sociedade da época.

2.2 A Educação influenciada pela arquitetura

Passamos, em seguida, a pensar na influência que a arquitetura como espaço educativo desses colégios tinha na formação do aluno, pois quando se pensa em pesquisar qualquer instituição educativa deve-se considerar o espaço escolar como fundamental na constituição do seu *corpus*. “A arquitetura escolar, além de ser um programa invisível e silencioso que cumpre determinadas funções culturais e pedagógicas, pode ser instrumentada também no plano didático” (ESCOLANO, 2001, p. 47), ou seja, a arquitetura influencia no modo de educar, no comportamento que a própria estrutura física impõe aos que lá estão presentes.

Figura 15- Vista lateral do Patronato São José.



Fonte: Acervo do Museu e Arquivo Histórico de Paranaíba.

O Patronato São José tem um estilo arquitetônico comum às instituições educativas da época. Apesar de ser um prédio grandioso, seu formato em “U” era muito comum e bastante utilizado. Era uma característica da Igreja querer causar esse impacto nas pessoas, pois um

prédio majestoso traz imponência e demonstra importância e poder para quem o frequenta. Até hoje, sua arquitetura grandiosa incita a curiosidade em descobrir o que existe por trás daquelas grandes paredes. Atualmente, o prédio é utilizado como residência dos párocos locais, não mais utilizada como instituição educativa.

O aspecto religioso nessa instituição era muito valorizado, em depoimento os alunos relatam a cobrança a que eram submetidos:

O ensino da religião era nas aulas normal. Tinha missa todo domingo. (ENTREVISTA UBALDO DE FREITAS e OLIVEIRA, 2011).

A religião era puxada, tinha que rezar, na época, tinha capela, todo dia antes de dormir tinha que rezar o terço, ia às missas no domingo, era sagrado, tinha que ir mesmo, não tinha como escapar. Na missa a gente tinha que comportar direitinho, a gente tinha a capela, geralmente a missa era aqui no Patronato mesmo, era muito difícil ir até a matriz. (ENTREVISTA ALAOR BATISTA FERREIRA LEAL, 2011).

A capela da instituição fica à frente, logo na entrada, o que demonstra sua importância. Suas características físicas diferem do Patronato no formato das janelas. Ao observarmos as iconografias, verificamos que na escola as janelas são retangulares, enquanto que na igreja, são arqueadas. O aspecto religioso era um eixo que deveria impregnar toda vida escolar dos internos. As premiações com santinhos e bíblias acontecem no sentido de obter-se controle sobre a conduta moral dessas crianças. Justino Magalhães (2004, p.116) enfatiza que “a influência da instituição educativa vai para além dos seus muros e difere-se no tempo, seja pelas transformações de caráter material, seja especificamente como representação, referência e memória dos indivíduos e dos grupos”.

O espaço escolar, para Agustin Escolano (2001, p.26), “tem de ser analisado como constructo cultural que expressa e reflete, para além de sua materialidade, determinados discursos”. A forma arquitetônica vem demonstrar, talvez até de uma forma silenciosa, o que se espera dos alunos que lá estão com longos corredores para tornar mais fácil o controle e a ordem dos alunos e prédio de dois andares que separa a escola dos dormitórios. Essa descrição de Agustin Escolano e de Justino Magalhães sobre as características dos prédios escolares pode ser observada também na instituição pesquisada.

Na parte inferior do prédio funcionava a escola, o refeitório e a ala administrativa, na parte superior, os dormitórios dos párocos e dos alunos, sendo que, de acordo com os depoimentos, os quartos dos alunos eram separados dos quartos dos párocos. Fato que deve ser observado, pensando que já existia preocupação como a qualidade de vida dos internos, é a quantidade de janelas nos dormitórios, o que demonstra preocupação com questões

relacionadas à higiene. O ambiente deveria ser bem arejado para que não houvesse proliferação de doenças.

O espaço da sala de aula era amplo, os alunos sentavam em carteiras individuais, segundo depoimento, e enfileirados, deste modo, percebemos que o controle disciplinar estava presente.

2.3 O dormitório e a disciplina

O dormitório e a disciplina são categorias que aparecem nas entrevistas e merecem ser analisadas sendo colocadas ambas no mesmo tópico porque aparecem muito ligadas nos depoimentos.

De acordo com os internos, no dormitório as camas eram colocadas em fila, maneira utilizada também como forma de controle. Existiam dois quartos para os internos, um para os meninos mais novos, outro para os mais velhos. A rotina da organização desse lugar era feita pelos alunos, que deviam arrumar seu leito, deixando-o limpo e em ordem. O horário para se recolherem era estipulado pelo pároco, sendo que existia uma pessoa que os supervisionava.

[...] era dormitório mesmo, cada aluno arrumava a sua cama, aquele que não arrumasse os caras pegava no pé, só que você sabe né, tem uns desorganizados mesmo, então era nós mesmos que organizava, só que o padre de vez em quando fazia a vistoria, não era todo dia, mas se achasse a cama de um aluno desarrumada ele chamava a atenção. (ENTREVISTA ALAOR BATISTA FERREIRA LEAL, 2011).

[...] era um dormitório só para todos. Os dormitórios eram por ordem escolar ou por idade. No começo meu irmão ficou perto de mim depois ele mudou. Nos dormitórios na hora que dava o sinal todo mundo tinha que ir dormir, dormia mesmo, por que não tinha nada pra fazer. (ENTREVISTA JOSÉ SILVIO MARIANO DE OLIVEIRA, 2010).

Quando o aluno diz “era dormitório mesmo” na situação acima, entendemos que ele está querendo afirmar que não havia proximidade com um ambiente familiar, ali era um lugar onde eles estavam abrigados para receber instruções educacionais, por um determinado período. Os alunos tinham um dormitório amplo, que não era individual, eram separados por faixa etária e ao lado de cada cama havia um criado mudo para guardarem os pertences pessoais e deixarem a morninga com a água. Deste ambiente não se tem registro iconográfico, talvez isso se deva à particularidade e intimidade que esse ambiente demonstra, ou seja, a

privacidade deles não deveria ficar à mostra, ou também pode-se pensar na possibilidade deste local não ser tão hospitaleiro, o que significa que é melhor não ficar exposto.

O ambiente não tem o aconchego do quarto de casa. Por mais que as famílias deleguem essa educação à escola, esse ambiente é diferente da vida privada que existe no seio familiar. Antoine Prost (2009, p.70) aponta a ideia de que

A liberalização da educação familiar faz com que a família transfira para a escola o aprendizado da vida em sociedade. A escola recebe a incumbência de ensinar os filhos a respeitar as obrigações do tempo e do espaço, as regras que permitem viver em comum e encontrar a relação justa e adequada com os demais. E essa socialização não diz respeito apenas aos anos de adolescência: toda a escolarização concorre a ela.

Nesse sentido, fica claro que a função de educar, de ensinar valores ficava delegada à instituição escolar, pois a família não se enxergava com tal competência; porém as crianças sentiam ambientes diferentes, uns com regras, onde os espaços necessitam ser respeitados, outros de forma mais liberal, no qual elas se sentiam menos presas às regras, o que não significa que não obedecessem e respeitassem os pais. Em um dos depoimentos, o aluno diz que quando os pais escolheram colocá-lo no Patronato era para que esse parasse de dizer palavrões, ou seja, a família não consegue coibir uma atitude indesejada e delega a instituição escolar para que o faça.

O relacionamento dos alunos internos com os párocos era relatado como respeitoso, mas na realidade observamos uma situação de coação, embora não se tenha em nenhum momento queixa dos alunos com relação ao rigor da disciplina, permeado de castigos. “A intensidade e a qualidade das sanções variam no tempo espaço; e, numa mesma comunidade, segundo os ideais educacionais dominantes” (CÂNDIDO, 1978 p. 126). Podemos observar que o respeito e o medo caminhavam lado a lado, as representações construídas no imaginário das crianças ao serem ameaçadas com determinadas sanções as fazem agir de um determinado modo.

Tinha um quartinho escuro em cima da escada. O Padre ameaçava as crianças que se desobedecessem iriam para esse quartinho. Mas graças a Deus eu nunca vi isso acontecer, eu nunca vi nem castigos. Mas tinha uns meninos muito bagunceiros, principalmente os daqui da cidade. Os castigos eram modestos, ficar sem ir ao lanche, sem jogar futebol, mas castigos rígidos não tinha. (ENTREVISTA OLÍDIA RIBEIRO DE JESUS, 28/09/2012).

Este modo de sentir o castigo, de tê-lo como representação demonstra que para eles, somente a dor física era ruim, não tinham a percepção que as palavras causam tormento, são capazes de incutir medos que de algum modo são tão ou mais aterrorizantes que o castigo físico.

Era um ambiente, segundo eles, tranquilo, no qual os alunos tinham suas obrigações religiosas, estudantis e da própria organização da instituição, ou seja, existiam as regras de como arrumar esse espaço que era usado por todos e que, então, deveriam ser observadas na sua utilização.

[...] eu ainda acho que os padres tinham muita tolerância também, aguentar esses 60,70 meninos não era brincado num internato. As peraltices tinham de todo jeito que você pensar: uns corriam pelos corredores, trombavam no outro, era aquela coisa. Mas não tinha aluno mal, uns olhavam os outros. (ENTREVISTA ALAOR BATISTA FERREIRA LEAL, 2011).

[...] Frei Barnabé era uma pessoa boa, homem muito justo, era alemão. Ele chegou a ir à fazenda do meu pai, que era muito difícil, ele chegou a ir à fazenda eu penso que era para ver a estrutura do nosso lar, ele queria saber, conhecer como eram as famílias dos alunos do colégio deles. (ENTREVISTA HILÁRIO CARLOS DE OLIVEIRA, 2011).

No momento do depoimento do aluno Hilário mencionando que o padre foi até à fazenda para conhecer a estrutura da família, fica explícito mais uma vez o indício de que no papel a instituição se propôs a realizar um tipo de atendimento dedicado a ‘abandonados’ e ‘desvalidos’, quando na realidade exercia outro tipo de atividade, que era atender as crianças do meio rural que não tinham local para realizar os seus estudos. Sob essa óptica, é claro que o atendimento nessa instituição se dava a crianças que tinham família. Elas estavam distantes, a grande maioria na zona rural, porém existiam e zelavam pela educação dos filhos contribuindo não só financeiramente, mas com alimentos.

Os pais quando vinham visitar entravam para entregar a comida que traziam: eram doces, biscoitos. Os alunos guardavam as comidas no armário individual. O padre pedia na Alemanha mantimento, vinha farinha de trigo, leite em pó, fubá e açúcar tudo no saco grande, quando isso chegava, eu tinha que desmanchar, para fazer as coisas para os meninos comerem, bolo e bolinho. O povo das fazendas que eram católicos davam meia leitoa, quarto de vaca, às vezes dava inteiro, ele buscava e trazia para as crianças, era uma coisa muito gostosa, ele ficou com a gente uns três ou quatro anos. (ENTREVISTA OLÍDIA RIBEIRO DE JESUS, 28/09/2012).

Os alunos relatam que existiam sim castigos, mas esses são sempre descritos e vistos como uma punição “justa”, em nenhum momento eles falam de castigos aterrorizadores, que poderiam ter causado nos depoentes algum incômodo ao ponto de pensarem em abandonar os estudos ou mesmo de maldizerem os párocos. Obedeciam sim, por medo ou respeito, o que na lembrança é difícil de ser classificado. Eles não dizem que obedeciam por medo, mas afirmam que os padres eram bravos, e se não andassem conforme o que era estabelecido pelas regras, recebiam punições.

Tinha alguns castigos na época, se você fizesse arte ficava de joelho, aluno que não tirava nota que aprontava, tinha até palmatória para aluno mais peralta, a gente tinha um medo danado dos padres. Eu me lembro de um fato que num dia estávamos no dormitório e entrou um morcego, fechamos a janela e a porta e aquelas crianças umas 60 ou 70 tentando matar aquele morcego com travesseiro, chinelo, sapato e o professor chegou e foi aquele auê, todo mundo de castigo de joelho, porque estava brincando no dormitório, ficamos mais de horas porque estávamos brincando, no dormitório. (ENTREVISTA JOSÉ SILVIO MARIANO DE OLIVEIRA, 2010).

Nesse período, conforme afirma o aluno, os castigos físicos como palmatória e ajoelhar no grão de milho não condizia mais com a época e tampouco com os métodos de ensino utilizados, os castigos e as punições já haviam sido abolidos, porém sabemos que na prática ainda podiam acontecer, mesmo que de forma oculta e velada.

Vale notar que esses alunos, nas entrevistas, buscam nas memórias situações que foram relevantes e que, de alguma forma, essa representação ficou marcada na sua formação enquanto ser humano e pessoa.

São muitas as influências e entrecruzamentos entre o espaço e o tempo. Mas ao menos em relação ao passado, não captamos a duração em si mesma; podemos medi-la, segmentá-la, mas carecemos de memória acerca da duração. O que recordamos são espaços que levam dentro de si, comprimido, um tempo. Nesse sentido, a noção do tempo, da duração, nos chega através da recordação de espaços diversos ou de fixações diferentes de um mesmo espaço. De espaços materiais, visualizáveis. O conhecimento de si mesmo, a história interior, a memória, em suma, é um depósito de imagens. De imagens de espaços que, para nós, foram, alguma vez e durante algum tempo, lugares. Lugares nos quais algo de nós ali ficou e que, portanto, nos pertencem; que são, portanto, nossa história. (VIÑAO FRAGO, 1990, p.63).

Com este capítulo buscamos descrever como foi a construção da instituição pesquisada, levando em consideração a influência que a estrutura predial tem na formação dos alunos que lá estiveram, bem como a intencionalidade e a forma de se construir uma instituição

educativa. No tratamento das informações obtidas com a análise documental, concluímos que a arquitetura influencia de maneira substancial a formação dos alunos, bem como tem a capacidade de mostrar para o exterior, ou seja, a sociedade, a que ela veio, qual era o seu objetivo educacional.

O Patronato foi a única instituição na região que tinha a função de internato masculino, fato que possibilitou a vários meninos poderem prosseguir seus estudos no ensino primário, já que na região as escolas rurais eram escassas e não conseguiam atender a população.

No capítulo seguinte, enfocaremos como esses alunos e docentes agiam dentro da rotina escolar já pré-estabelecida com a forma arquitetônica da instituição, a cultura escolar desenvolvida por uma instituição que tinha uma denominação de ‘patronato’, mas era um internato com escola primária.

3 ALUNOS E DOCENTES QUE FIZERAM A HISTÓRIA DO PATRONATO SÃO JOSÉ

Neste capítulo, pretendemos mapear o que acontecia na instituição e o que a sociedade que usufruía dela, esperava da educação oferecida por esse tipo de instituição de caráter religioso. Juntamente com as memórias levantadas durante as entrevistas, faremos a triangulação das fontes para compreender como acontecia a educação nesse local.

Potanto, pretendemos discorrer sobre as características pessoais dos alunos que eram internos, considerando o que está descrito no Livro de Matrícula, observando sua origem, profissão do seus responsáveis, dentre outras. Dos docentes, utilizamos os depoimentos como forma de complementar e agregar informações aos documentos existentes, bem como o fomento para compreender o que era proposto no ensino aos alunos internos.

Os relatos orais sobre o passado englobam explicitamente a experiência subjetiva. Isso já foi considerado uma limitação, mas hoje é reconhecido como uma das principais virtudes da história oral: fatos pinçados aqui e ali nas histórias de vida dão ensejo a percepções de como um modo de entender o passado é construído, processado e integrado à vida da pessoa. (CRUIKSHANK, 2006, p.156).

No entanto, o trabalho com história oral possibilita a produção de um conhecimento capaz de levantar indícios que muito tem contribuído para a realização e construção do panorama histórico das instituições escolares. Compreendemos também que o fato de realizar a triangulação das fontes não é motivo para pensar em menor importância para a história oral. Entendemos que ela tanto pode ser utilizada sozinha, como metodologia, podendo ser utilizada para corroborar com o incremento de outros dados, pois “a realização de depoimentos pessoais permite captar, a partir das reminiscências, o que as pessoas vivenciaram e experimentaram” (FREITAS, 2006. p. 48).

Os alunos e os docentes que frequentaram o patronato têm papel fundamental nessa pesquisa pois, como se sabe, as instituições não têm e não tinham o hábito de organizar os seus documentos, não registravam o seu cotidiano, o que dificulta as pesquisas de cunho histórico. Cabe ao pesquisador angariar tais fontes para compor o quadro das instituições brasileiras para que, futuramente após pesquisas, com esse propósito metodológico se possa delinear de uma forma mais ampla a educação brasileira; sabemos que cada escola, é singular, tem sua particularidade, seu jeito próprio de conduzir o ensino, porém todas são norteadas com documentos que servem de parâmetro para seu funcionamento.

O objetivo é identificar, por meio do discurso e das representações dos alunos, categorias eleitas para serem averiguadas, como foi a cultura escolar vivenciada, as normas educativas, a disciplina proposta pela ordem religiosa no cotidiano escolar e os momentos de lazer desses alunos, confrontando com os documentos escritos oficiais.

Relacionamos as pesquisas já existentes sobre instituições escolares com os depoimentos dos alunos, levando em consideração o período histórico, os aspectos políticos, religiosos, sociais e educacionais, para podermos comparar e também para averiguar se o Patronato de Paranaíba oferecia um atendimento como os outros patronatos existentes no país.

3.1 A história da escolarização dos meninos do patronato São José

Por meio do trabalho com história oral, buscamos evidências da cultura escolar nas entrevistas com alunos que estudaram no Patronato de Menores São José de Paranaíba, no período de 1953 a 1963, durante a direção da Ordem Franciscana e também nas entrevistas com os docentes que ministraram aula nesse período. Escolhemos o período dirigido pelos franciscanos, pois acreditávamos que existiria uma formação religiosa e educacional com mais especificidades da própria Ordem, fato que não ocorreu.

Para compreender e analisar como esses meninos foram atendidos, na sua formação religiosa, moral e escolar, pretendemos por meio do estudo da instituição delinear o cotidiano da escola, pois entendemos que por cultura escolar deve-se observar a formação dos docentes, as normas e finalidades da instituição, bem como os conteúdos ministrados com sua prática, ou seja, necessita-se que se dê ênfase sobre as particularidades e singularidades da instituição: como eles percebiam sua relação com os professores e os párocos nesse período, como era o contexto de sua educação para a sua formação.

3.1.1 Função social do patronato São José

Primeiramente, descrevemos quem foram os alunos que usufruíram do Patronato, a realização da análise com relação aos depoimentos e a representação que a memória tem nesses ex-alunos, que hoje são homens formados, cidadãos que contribuem com o desenvolvimento da economia do nosso país. De acordo com Justino Magalhães (2004, p. 96), “toda produção científica e, como tal, a produção historiográfica, legitima-se, argumenta e demonstra, se difunde e evolui com base em registros escritos. A escrita sob forma de relatório, narrativa ou ensaio é parte integrante da produção científica”.

O enfoque na história oral dá-se por nossa escolha em traçar um paralelo com os documentos escritos e as memórias dos referidos alunos. Abordamos depoimentos realizados com alunos do sexo masculino que cursavam o ensino primário, no período de 1961 a 1963, apesar da instituição ter sido fundada em 1953, o início das atividades com discentes acontece em 1961. Esse período foi escolhido propositalmente, pois foram os anos que a Ordem Franciscana dirigiu a instituição.

Entrevistamos alunos que de fato frequentaram a instituição, já que existe um Livro de Matrícula que referencia essas informações. Como pretendemos trabalhar com a triangulação dos dados, é importante e valiosa a utilização desse documento como fonte.

Politicamente, o país passava do período do Nacional Desenvolvimentismo para o tão conturbado período Militar; esses meninos no interior de um estado ainda em franco desenvolvimento pouco sabiam e não tinham acesso a informações, pois estavam muito distantes da então capital Cuiabá-MT. Dermeval Saviani (2008, p. 336) pontua que “a década de 1960 foi uma época de intensa experimentação educativa, deixando clara a predominância da concepção pedagógica renovadora”, ou seja, do escolanovismo.

Também é sabido e comprovado pelos depoimentos que esses meninos, mesmo com a distância que tinham dos pais, viam na instituição um local de aprendizado e um degrau para a sua formação futura. De acordo com Hilário¹⁰.

minha ida para estudar no Patronato foi porque meus pais moravam na fazenda [...] Eu já fui fazer o 3º ano primário, o meu irmão Wilson Roberto que era o aluno nº10 foi fazer o primeiro ano primário. Então os pais ficaram sozinhos na fazenda e os filhos vieram estudar [...] Naquele instante foi uma dádiva divina existir aquele colégio que aceitasse alunos naquela situação que não tinha como estudar e ficar na cidade. (ENTREVISTA COM HILÁRIO CARLOS DE OLIVEIRA, 2011).

As crianças sentiam-se agradecidas por terem um local onde pudessem continuar seus estudos, pois a maioria da população da região encontrava-se na zona rural, o que dificultava o acesso e permanência na escola. Em tal perspectiva, Elizabeth Figueiredo de Sá (2007, p. 144) afirma que “à escola cabe a tarefa de conformar a criança com os hábitos e valores da sociedade em que está inserida para a sua atuação na própria sociedade e, mais especificamente, no mundo do trabalho”. Por isso, talvez, não se queixavam de ficar distantes da família.

¹⁰ Hilário Carlos de Oliveira: aluno do Patronato São José nos anos de 1961 e 1962.

A obediência e o respeito aos pais não permitiam que esses alunos opinassem sobre sua internação, embora pudessem até demonstrar com o corpo sua insatisfação. Em alguns relatos, eles dizem que adoeciam porque sentiam falta de casa.

No depoimento da caseira, ela retrata momentos de tristeza nos alunos, a vida mais livre na fazenda perto dos familiares permitia maior interação, “o relacionamento do Frei Barnabé com as crianças era muito gostoso, mas as crianças sentiam sim falta de casa, pois nas fazendas tinha muita fartura diferente da cidade” (Entrevista Olídia Ribeiro de Jesus, 28/09/2012). Por essa fala da entrevistada, temos a sensação que a comida na instituição era regrada, ou talvez, os meninos não tinham liberdade para comerem fora do horário estipulado. Ao ser questionada sobre quantas refeições as crianças realizavam, essa afirma que faziam as refeições normais, que pressupõe: café da manhã, almoço, merenda e jantar. O que, de certo modo, pode parecer suficiente, mas para as crianças, não poder escolher o que e a que horas comer significa a existência de regras que deveriam ser respeitadas. De acordo com depoimento de aluno, “tinha muita falta assim, nós crianças sentíamos, às vezes que o cozinheiro era despreparado, daí fazia comida ruim quando trocava de cozinheiro e você não tinha nem com quem reclamar e nem podia” (Entrevista de José Silvio Mariano de Oliveira, 2010).

Em análise ao Estatuto do Patronato e comparando os depoimentos, levantamos novamente uma situação intrigante, pois o Estatuto, publicado no Diário Oficial do Estado, diz, conforme já citado anteriormente, que o Patronato tem por objetivo amparar menores ‘abandonados’ e incentivar a recuperação dos ‘desajustados’, mas conforme os depoimentos dos alunos, a maioria dos internos não era nem abandonada e nem estava ali para se recuperar de algum ato de infração, mas sim filhos de fazendeiros, agricultores da região de Paranaíba, Minas Gerais, Goiás, fato que comprovamos também ao analisar o Livro de Matrícula. Poucos eram os alunos da própria cidade e o suposto atendimento a crianças carentes poderia acontecer concomitante aos outros, conforme depoimentos:

Geralmente os alunos eram da zona rural, não tinha como vir para cidade, então colocava lá. Tinha alguns alunos que eram carentes, eu lembro de dois de Minas Gerais, acho que eles não pagavam, eram carentes, não me lembro o nome deles (ENTREVISTA ALAOR BATISTA FERREIRA LEAL, 2011)¹¹.

[...] eu lembro que menino pobrezinho o Edilson que veio com o padre e nosso diretor, que era o único padre lá, Frei Barnabé da irmandade Franciscana (ENTREVISTA HILÁRIO CARLOS DE OLIVEIRA, 2011).

11 Alaor Batista Ferreira Leal – aluno do patronato 1962 a 1965 - entrevista 03/01/2011.

[...] não me lembro de aluno carente não. Nós externos não pagávamos nada, já os internos não sei. Eram quase todos de outras cidades (ENTREVISTA UBALDO FREITAS E OLIVEIRA, 2011)¹²

[...] eu me recordo que o padre pegava aqui na cidade mesmo, algumas crianças carentes e elas estudavam com a gente, mas era muito pouco era coisa de quatro a cinco crianças mais humildes, a maioria era filho de fazendeiro da cidade, de Goiás de Minas e daqui do estado. (ENTREVISTA JOSÉ SILVIO MARIANO DE OLIVEIRA, 2010).

Observando o depoimento da caseira, comprovamos o mesmo fato

[...]Os alunos de fora pagavam mensalidade, porque eles comiam, dormiam ficavam lá o tempo todo. Eu me lembro de uma família que o Frei Barnabé ajudava, porque eram muito pobres, e dois filhos dessa família estudaram lá com a gente. Um era o José Vitor, não sei o sobrenome, esse quando o padre foi embora levou ele, era um filhão, o menino era muito agarrado com ele, até chorava. (ENTREVISTA OLÍDIA RIBEIRO DE JESUS, 28/09/2012).

Lendo nas entrelinhas desses depoimentos, percebemos que os meninos que frequentavam o Patronato São José tinham perfil sócioeconômico diferente, ou seja, na maioria das vezes ele atendia a necessidade da sociedade local, que era rural, fugindo do que é proposto pelo Estatuto. Apesar de constar em relatórios escritos pelo presidente Frei Pedro Holz que a instituição tem

Na alta missão de amparar os menores abandonados e incentivar na recuperação dos desajustados [...] no ano de 1961 deu inteira assistência a 06 internos (cama, comida, lavagem de roupa e assistência médica) entre os seus 25 meninos internos, completamente grátis. (RELATÓRIO DE ATIVIDADES, 1961).

No mesmo relatório, ele afirma que cada um desses alunos carentes custou mensalmente à instituição o valor de CR\$ 3.000,00 (três mil cruzeiros), porém não encontramos nada referente a isso no Livro de Matrícula e também isso não aparece no depoimento dos alunos. Qual seria o motivo desses alunos não aparecerem em nenhum registro da instituição? Não existiriam de fato?

Quando os ex-alunos são questionados sobre os alunos carentes, no depoimentos, alguns dizem achar que eles existiam sim, mas não foi possível identificar esse importante testemunho em nenhuma fonte escrita. Estranhamente, eles afirmam a existência de alguns alunos carentes, mas que não estão registrados nos livros.

Em consonância, podemos afirmar que:

12 Ubaldo de Freitas e Oliveira – aluno do patronato 1961 a 1963 – entrevista 07/01/2011.

Os documentos que descrevem ações simbólicas do passado não são textos inocentes e transparentes; foram escritos por autores com diferentes intenções e estratégias, e os historiadores da cultura devem criar suas próprias estratégias para lê-los. (HUNT, 2001, p. 18).

Por isso, é possível afirmar que o fato do Estatuto ter um artigo que contempla crianças ‘abandonadas’ e ‘desajustadas’ pode ser entendido como um subterfúgio para a própria legalização da instituição e obtenção de recursos financeiros junto aos governos estaduais e federais. Entendemos que, para construir uma instituição educativa naquele período, necessitava-se de algo mais do que só oferecer educação, então a necessidade de contemplar o atendimento a crianças carentes.

A criação de um patronato para a época em que vivia o país era um fato comum, por isso compreendemos que esse argumento fora utilizado como um convencimento para as autoridades da época. André Chervel (1990, p. 187) argumenta que

A sociedade, a família, a religião experimentaram, em determinada época da história, a necessidade de delegar certas tarefas educacionais a uma instituição especializada, que a escola e o colégio devem sua origem a essa demanda, que as grandes finalidades educacionais que emanam da sociedade global não deixaram de evoluir com as épocas e os séculos, e que os mandatários sociais da escola conduzem permanentemente os principais objetivos da instrução e da educação aos quais ela se encontra submetida.

Essa leitura possibilita compreender que a instituição escolar pesquisada tinha em sua configuração documental um caráter e na sua prática atendia a outro tipo de necessidade da sociedade local.

Em relatórios de atividades enviados aos ministérios pelo presidente Frei Pedro Holz, para a vinda de recursos, podemos pontuar que novamente se tentam justificar ações que em momento algum presenciamos nos depoimentos dos alunos. A instituição era uma escola primária com regime de internato, não existia nenhum fundo de ensino agrícola ou algo que assemelha-se a isso, entretanto, em dois relatórios, um no ano de 1959, quando ainda a instituição não funcionava em prédio próprio é citado

No setor agrícola, nada se fez, havendo maior esperança neste ano. Eis que se adquiriu na Alemanha um trator “unimog” com recursos angariados por este presidente, quando em viagem de férias e de tratamento de saúde, na sua terra. (FREI PEDRO HOLZ, 1959).

Há outro no ano de 1963, quando o presidente relata que

pretende também o Patronato no ano de 1963 inaugurar o serviço de agricultura no seu próprio terreno, nos arredores da cidade, dando aos seus alunos não somente os conhecimentos do ensino primário, como também os do trabalho manual e de agricultura, estando a disposição do patronato um Irmão leigo Franciscano como mestre diplomado. (FREI PEDRO HOLZ, 1963).

Após esses depoimentos, inferimos que talvez tenha existido uma intencionalidade, um desejo por parte da direção em transformar essa instituição em um local de formação de força de trabalho agrícola, porém não são esses os fatos exibidos e comprovados.

Por isso, não podemos nos esquecer de que quem trabalha com história das instituições escolares não pode olvidar da análise documental; tornam-se imprescindíveis a reunião, a comparação, a organização e sobretudo a transformação desses documentos em monumentos e artefatos necessários à análise historiográfica.

O papel aceita que se escreva qualquer coisa, mas os fatos e os depoimentos servem para que se possa validar ou não o que está escrito. Nessa situação, o que percebemos é que isso não ocorreu. Inclusive, após o ano de 1963, a instituição passou a ser dirigida por outra ordem religiosa, os agostinianos, que assumiram a paróquia da cidade e também a direção do Patronato.

3.1.2 Alunos matriculados e sua origem

Com os dados do Livro de Matrícula, foi-nos possível levantar pontos importantes para discutir e avançar na análise que pretendemos verificar sobre a contribuição que o Patronato São José teve para a educação da região.

Descartou-se a possibilidade do atendimento a menores abandonados e partiu-se então para um atendimento de escola primária com regime de internato, dirigido pela ordem religiosa franciscana, a qual, possivelmente, utilizou o nome Patronato para angariar recursos, pois seria mais fácil e mais justificável arrecadar dinheiro para uma instituição que fosse de cunho de atendimento dos ‘desfavorecidos’ do que para filhos de fazendeiros e a associação do nome patronato à questão da religiosidade facilitaria o acesso aos recursos, pois não se tem presente nos registros, além da função das missas, nada que ligue essa instituição a uma educação franciscana. Era tão somente uma escola primária dirigida pelos párocos

franciscanos, embora possa ter existido uma influência dos franciscanos na formação desses alunos, não há porém registro escrito.

Algumas hipóteses que já haviam sido levantadas durante a análise de outros documentos, bem como dos depoimentos dos ex-alunos, permitiram-nos elaborar algumas tabelas que inferem nas questões que os alunos que frequentavam o Patronato não eram ‘desabrigados e desajustados’.

No Livro de Matrícula, existe um campo a ser preenchido com a profissão que era exercida pelos pais desses alunos, nesses anos analisados tem-se a maior parte dos pais como: fazendeiros, comerciantes, lavradores e funcionários públicos. São citadas outras profissões como: farmacêutico, sapateiro, aviador, ferroviário, motorista. Fato curioso é que, no ano de 1962, existe um aluno do estado de São Paulo, região próxima de Paranaíba, cuja profissão do pai é artista, não temos informação que tipo de artista seria, circense, pintor, escultor, etc. As profissões são citadas, mas não temos detalhes maiores que caracterizem esses pais. Nem é possível propor uma caracterização dada a diversidade de profissões exercidas pelos pais dos alunos da instituição.

Quando fazemos essa afirmação de descartar o atendimento a menores ‘abandonados’, fundamentamo-nos no Livro de Matrícula, no qual consta um número de quinze profissões, todas referentes ao pai; e no Regimento Interno, que também descreve um atendimento a crianças que possuem família. Ao analisar a tabela que segue, constatamos que os dois grandes focos de atendimento aconteciam para crianças da zona rural e, apesar do número diminuto das outras profissões, essas também não eram de sujeitos que se caracterizavam abandonados.

No ano de 1963, os padres deixaram de registrar no campo que deveria constar a profissão dos pais e passaram a escrever somente que são brasileiros. Não podemos dizer que isso seja um indício de sonegar informações, porém abre uma questão no sentido de compreender por que excluíram tal anotação.

Quadro 3 - Quadro de profissões dos Pais/ alunos PSJ.

Quadro 3 – Quadro de profissões dos Pais/ avós/ avós.				
	PROFISSÕES	1961	1962	1963
1	Fazendeiro, Pecuarista	14	31	Não cita a profissão dos pais
2	Lavrador	11	23	
3	Proprietário	02	12	
4	Motorista	03	03	
5	Comerciante	03	04	
6	Funcionário Público	03	-	
7	Proprietário Empresa Posto de Gasolina	01	01	
8	Tabelião	01	01	
9	Aviador	01	01	
10	Farmacêutico	-	01	
11	Sapateiro	-	01	
12	Ferrovário	-	01	
13	Operário	-	01	
14	Artista	-	01	
15	Marceneiro	-	01	
Fonte: Livro de Matrícula – Arquivo Igreja Matriz Santana				

A seguir, faremos uma demonstração em quadros com dados quantitativos que esclarecerão o local de moradia dos alunos, sua distribuição por sala, bem como número de aprovados, reprovados e desistentes. Nesse momento, entendemos por sala ou classe, um local onde meninos se reúnem para obter informações e instruções referentes a conhecimentos específicos que obedecem uma hierarquia respeitando o ritmo de aprendizagem.

Quadro 4- Alunos matriculados 1961.

	Matriculados	Aprovados	Reprovados	Desistiram
1º ano	23	12	04	07
2º ano	17	12	05	-
3º ano	09	01	04	04
4º ano	01	01	-	-
Total	50	26	13	11
Fonte: Livro de Matrícula – Igreja Matriz Santana				

No período letivo de 1961, ano que inicia o funcionamento no prédio próprio do Patronato São José e momento que se tem registro que de fato o atendimento escolar acontecia, existiu um número razoável de alunos matriculados de acordo com o quadro acima. “Os estudos sobre os alunos... são, numa primeira fase, de natureza serial, e numa segunda fase, biográficos, de diferenciação, aprofundamento e seguimento, sob a modalidade de história de vida” (MAGALHÃES, 2004, p. 159). Podemos imaginar afirmar que, para uma cidade que tinha na época uma população que girava em torno de quinze mil habitantes, cinquenta alunos internos é um número significativo de matrículas.

Fica evidente que o índice de aprovação era baixo, dos cinquenta alunos matriculados nas quatro séries iniciais do primário, somente vinte e seis foram aprovados. Dois alunos foram expulsos por “falta grave” contra o Regimento e insubordinação, quatro voltaram para casa, um ficou somente no mês de experiência, um por doença de “acesso” (acredita-se que esse termo deva se referir à epilepsia), dois que estavam na 3ª série saíram, pois “não tinham vontade de estudar”, como consta registrado no Livro de Matrícula.

A partir desses comentários, pressupomos que realmente o atendimento a crianças ‘desvalidas e desajustadas’ não existiu, entretanto, partindo do princípio que insubordinação é uma característica de alunos ‘desajustados’ e, se não havia tolerância para com esse comportamento, concluímos que ele não acontecia.

Fato curioso nestes apontamentos, pois o que leva uma pessoa a afirmar categoricamente que estas crianças realmente não queriam prosseguir com os estudos? O que analisamos para se chegar a essa conclusão? Remetemo-nos nesse momento à composição do currículo oferecido que provavelmente valorizava um tipo de conhecimento que não despertava curiosidade em uma parte desses alunos, alguns aprendiam, pois o corpo e a mente já estavam condicionados ou se sujeitavam a disciplinarização, outros se rebelavam por não perceber nenhum valor no conhecimento oferecido. O distanciamento dos familiares também é um fator que deve ser analisado como influência para o desgosto pelos estudos. Também não podemos descartar que

Tomando o movimento dos alunos como representativo da problemática da relação entre a instituição e a comunidade envolvente, a política de acesso e de sucesso educativos e de seguimento dos egressos, a relação entre oferta e procura, origem geográfica, econômica e sociocultural, recrutamento são indicadores fundamentais. Esses dados, uns de natureza atributiva e outros de natureza processual (construtiva e transformadora), permitem, quando trabalhados na sua internalidade e na sua relação, construir um eixo epistêmico, estruturado por categorias articulatórias, cuja diacronia cruza em cortes sincrônicos. (MAGALHÃES, 2004, p. 159).

Após os dados acima, continuamos a busca por alunos carentes ‘desabrigados ou desajustados’, o que fica em aberto, pois nesses anos analisados não encontramos nenhum aluno relacionado como carente no Livro de Matrícula, o que demonstra mais uma vez que a finalidade do Patronato não estava sendo contemplada conforme é mencionado no decreto de 1918, que os patronatos eram para privilegiar o atendimento a crianças pobres, e no próprio Estatuto do Patronato São José, publicado no Diário Oficial do Estado em 1952, que a finalidade era amparar os ‘abandonados’ e recuperar os ‘desajustados’. Apesar de haver

depoimentos que cite alunos carentes, esses ficam caracterizados somente pela fala dos alunos.

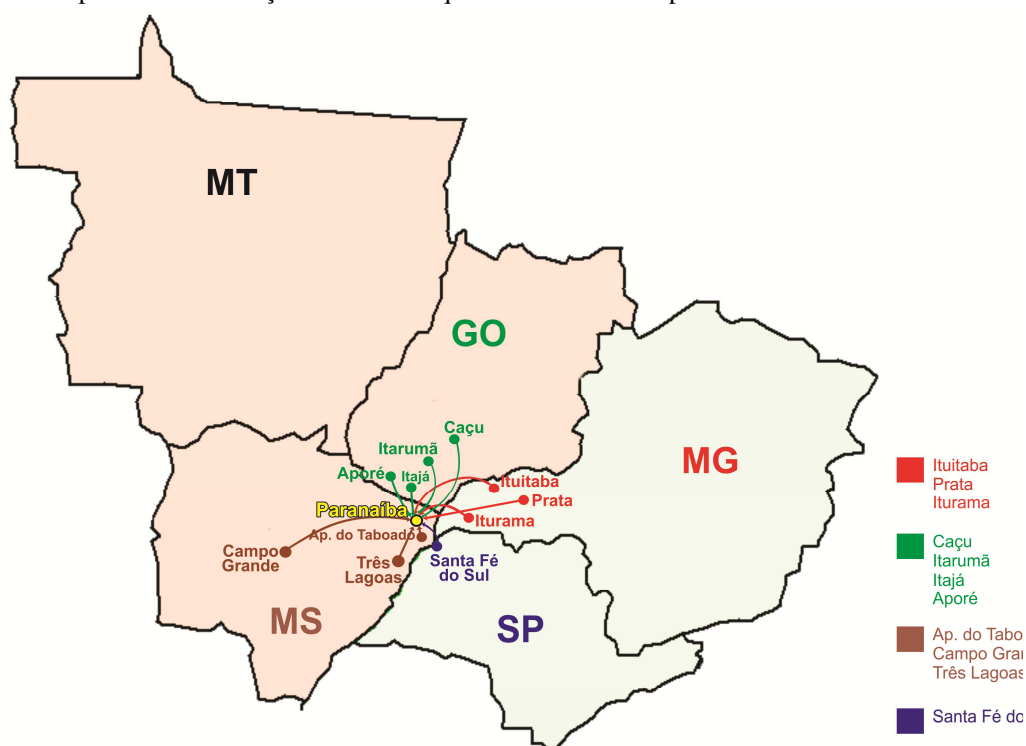
Quadro 5 - Alunos matriculados 1962.

	Matriculados	Aprovados	Reprovados	Desistiram
1º ano	28	13	07	18
2º ano	29	12	05	12
3º ano	19	12	03	04
4º ano	17	14	-	03
Total	103	51	15	37
Fonte: Livro de Matrícula – Igreja Matriz Santana				

O aumento considerável de alunos matriculados no segundo ano de funcionamento da instituição demonstra que ocorreu uma repercussão positiva desse tipo educacional de atendimento na região. Porém, há um número de desistência bastante elevado comparando com o ano anterior. Em 1961, esse índice gira em torno de vinte por cento, já em 1963, esse índice passa de trinta e cinco por cento. Acreditamos que a desistência se deva à distância da família, a um tipo de regime disciplinar ao qual as crianças não estavam habituadas. Pois, espera-se desses alunos que eles cumpram com as atividades escolares de forma rigorosa. Nesse momento, o tipo de educação oferecido nos colégios internos era de muito rigor com relação à disciplina comportamental e aos conteúdos oferecidos.

Por meio de registro fotográfico que aponta os alunos que receberam diploma no ano de 1962, há outra contradição que pode ser entendida de diferentes maneiras. No Livro de Matrícula, constam 14 alunos aprovados na 4ª série primária mas, na iconografia, observamos 13 alunos formandos, que são: Hilário Carlos, Manoel Gonçalves, Ademar Alves, Omar Socorro, Vital Assunção, Albená Borba, José Macedo, Nélio Ferraz, Ambrósio Queiroz, Odemar Socorro, Edilson Osório, Nelson Gonçalves, Adevaldo Machado. Em consulta ao Livro de Matrícula, constatamos que os nomes descritos acima constam como aprovados, inclusive existe uma média de nota na observação, entretanto no Livro aparece o aluno Valdemar Freitas que não está na foto do diploma, podemos pensar que o aluno não estava no dia da foto porque era aluno carente e, por isso, não teria como participar da cerimônia. Contudo, consta em seu registro, nome dos pais, profissão e local de moradia, o que faz a primeira hipótese cair em descrédito. Essa turma tinha como professor o Padre Barnabé que exercia duas funções, de professor e diretor.

Figura 17 - Mapa com a localização das cidades que enviavam alunos para o Internato



Fonte: Do próprio autor.

Quadro 6- Alunos matriculados 1963.

	Matriculados	Aprovados	Reprovados	Desistiram
1º ano	10	05	-	05
2º ano	12	06	-	06
3º ano	06	04	-	02
4º ano	15	11	-	04
Total	43	26	-	17
Fonte: Livro de Matrícula – Igreja Matriz Santana				

No ano de 1963, ocorre um fato estranho: não aconteceu como de costume nos anos anteriores nenhuma reprovação, provavelmente os alunos que iriam ser reprovados desistiram dos seus estudos antes mesmo da reprovação. Isso é somente uma hipótese, pois no Livro de Matrícula não existe nada registrado que confirme e comprove essa suposição. O número de alunos que desiste é elevado, em torno de trinta e nove por cento, fato que se assemelha ao ano de 1962.

Desde a inauguração do Patronato São José, no país borbulhavam as discussões em defesa da escola pública e das particulares, com defensores de ambos os lados que se opunham em batalhas intelectuais, cada qual defendendo o que era de seu interesse. A Igreja que defendia as instituições confessionais tinham medo de perder seu espaço, porém isso não é suficiente para afirmar que os alunos foram em busca de outras instituições, até mesmo

porque esses residiam na sua maioria na zona rural, o que tornava a permanência na escola pública inviável, já que não existiam internatos.

Analisando os documentos que se tem para a elaboração dessa tese, não percebemos discussões referentes aos aspectos pedagógicos. Sempre os párocos estão embuídos na busca de recurso para terminar a construção do prédio, que naquele momento parecia ser o mais importante. Com relação aos professores, esses parecem que não eram ouvidos pela direção. A impressão é que executavam as tarefas conforme lhes era solicitado pelos superiores.

As justificativas dos desligamentos dos alunos, nos três anos analisados, acontecem da seguinte maneira: doenças, retorno para casa, não retorno para o 2º semestre, expulsão por falta grave, mau comportamento e insubordinação, falta de vontade de estudar, saída sem motivo e resgate dos pais. Esses são os motivos elencados no Livro de Matrícula e assinado pelo diretor da instituição. Nos depoimentos, encontramos alguns indícios do que seja essa falta grave.

Eu lembro uma vez o padre pegou um menino querendo fazer sexo com outro, nossa senhora, puxou a orelha que descolou a orelha do menino, o menino ficou assim sabe, descolou de tanto puxar, os meninos tinham pavor deles. Na roupa deles tinha um cordão de amarrar a batina, eles ameaçavam que se fizesse arte ele ia bater. (ENTREVISTA JOSÉ SILVIO MARIANO DE OLIVEIRA, 2010).

De acordo com os depoimentos dos ex-alunos, era muito difícil ficar no internato, pois a saudade da família era grande, as visitas não eram frequentes, pela distância da propriedade dos pais, que na sua maioria era rural, e de outros municípios.

Era muito triste ficar sem os pais, foram 6 meses de muito sofrimento, morava na fazenda era muito apegado aos pais, foi complicado, mas depois vai acostumando e deu tudo certo. (ENTREVISTA ALAOR BATISTA FERREIRA LEAL, 2011).

Talvez esse seja um fator de desligamento, pois quando saem de férias, não retornam mais. Os alunos relatam que a visita

era limitada, os pais vinham aqui uma vez por mês, ia lá fora, tinha uma sala eles te recebiam, dava uma olhadinha, as vezes trazia um doce, uma roupa, você ficava ali uma meia hora com seus pais, e você era recolhido de novo, não podia entrar muito dentro da escola, via só por fora, a instituição não era aberta para eles ficarem lá dentro. (ENTREVISTA JOSÉ SILVIO MARIANO DE OLIVEIRA, 2010).

A declaração do entrevistado, quando informa que havia hora e local para as visitas acontecerem, leva-nos a supor que a instituição não era aberta para os pais, esse é um fato muito comum nas instituições até os dias atuais, em que se fecham seus espaços para que sua rotina, por medo ou despreparo, não possa ser analisada.

A escola não é um lugar ao qual uns podem procurar quando desejam realizar uma atividade formativa determinada. São estabelecidos seus dias e suas horas de abertura e distribuídas em um quadro-horário mensal, semanal e diário, para cada curso acadêmico, as atividades e tarefas que nela podem ser levadas a cabo. Essa é uma característica temporal básico. (FRAGO, 1990, p.78).

A organização da rotina é uma das práticas institucionalizadas nas escolas. O medo das críticas e o tradicionalismo no pensamento de que os pais não devem saber o que acontece no interior da instituição não permitem que estes compartilhem a forma como seu filho está sendo educado, como são os seus hábitos.

A família deve e tem que confiar a educação de seus filhos à instituição, mas, ao mesmo tempo, não sabe como acontece. Para os pais que viviam numa época em que pouco se contestavam os métodos utilizados para educar seus filhos sujeitavam-se a isso sem resistência, pois acreditavam que a escola era o lugar adequado para a educação dos filhos, que essa tinham seus ritos, rotinas e hábitos os quais os pais ou responsáveis pelas crianças deveriam respeitar.

A família é substituída pela escola e com seu próprio consentimento, é porque ela tem consciência de uma incapacidade estatutária: como toda educação é educação para a vida pública, a família, ao se tornar puramente privada, deixa de ser plenamente educativa. Os pais constataam o fato à sua maneira, mais concreta, ao dizer que não sabem como entreter os filhos. (PROST, 2009, p. 71).

É evidente que a instituição educativa tinha notória importância na vida de seus internos. Era a única possibilidade de continuarem a vida escolar, já que na zona rural, onde morava grande parte dos alunos, não havia instituições escolares.

3.1.3 O lazer e a sala de aula

Um fato curioso para um patronato, que em todos os depoimentos foi rememorado pelos alunos, é a prática esportiva. Esta era incentivada pelo pároco responsável, proporcionando aos alunos momentos de lazer e desenvolvimento. Porém, essa prática, também era utilizada como um prêmio de bom comportamento, pois se o aluno desobedecesse alguma regra, era proibido de jogar futebol com os demais. Isso demonstra uma prática compensatória, uma educação tradicional.

A introdução da educação física no programa do ensino primário justificava-se pela sua função moralizadora, higiênica e patriótica... buscando destacar as finalidade morais e sociais da ginástica: agente de prevenção dos hábitos perigosos da infância meio de constituição de corpos saudáveis, fortes e vigorosos, instrumento contra a degeneração da raça, ação disciplinar moralizadora dos hábitos e costumes responsável pelo cultivo dos valores cívicos e patrióticos imprescindíveis à defesa da pátria. (SOUZA, 2009, p.77-78).

Desde o momento em que a disciplina de educação física passa a compor o currículo das escolas brasileiras, ela tem no seu escopo essa finalidade. Até nos dias atuais a postura dos professores que não são da área da educação física a utilizam para penalizar a criança, caso descumpra as regras, o que gera conflito com os educadores físicos que sentem sua disciplina menos valorizada. Afinal, na aula de português nenhuma criança é proibida de participar, pelo contrário, é forçada a exercícios enfadonhos. Nesse momento, tratamos da atividade física como lazer, entretanto, no capítulo seguinte, esta será enfocada com detalhes.

[...] o que eu mais gostava era dos amigos e do futebol (ENTREVISTA UBALDO DE FREITAS E OLIVEIRA, 2011).

[...] O lazer eram esses jogos, futebol, tinha o campo a bola (ENTREVISTA JOSÉ SILVIO, 2010).

[...] Em 1962, nós ouvimos a final do Brasil na copa do mundo do Chile contra a Tchecoslováquia e o padre que botou o rádio pra gente escutar o jogo. O jogo era uma atividade para aplicar nos alunos quando estavam quietos [...] o padre era uma pessoa esportista, incentivava todos na prática do esporte, mesmo porque era uma boa técnica, até porque era uma prática que ele usava para castigar, o aluno que não fazia alguma coisa ele deixava sem jogar futebol. (ENTREVISTA HILÁRIO CARLOS DE OLIVEIRA, 2011).

[...] eu devo ter algumas fotos, pelo menos do time de futebol, tínhamos um campo de terra batida, o padre incentivava, o cozinheiro também incentivava. O padre que comprava as bolas. (ENTREVISTA ALAOR BATISTA FERREIRA LEAL, 2011).

Cabe dizer que construir as práticas culturais de qualquer instituição não é missão muito fácil, pois essas não deixam traços de como aconteciam, não existe um registro específico que determine como de fato ocorriam os acontecimentos e a própria rotina. Assim, são os depoimentos juntamente com alguns indícios que norteiam o trabalho do pesquisador que, por vezes, precisa voltar a um mesmo ponto para enxergar algo.

A figura abaixo mostra os alunos uniformizados, de acordo com o depoimento de Olídia Ribeiro de Jesus, caseira na instituição, tanto o padre como João, esposo de Olídia, se empenhavam em proporcionar aos alunos os momentos de recreação. Ela relata que apesar do esposo exercer várias funções, ele se comovia com a ausência dos pais e brincava com as crianças.

Figura 18 - Time de Futebol dos alunos do Patronato.



Fonte: Acervo do Museu e Arquivo Histórico de Paranaíba.

Percebemos que o envolvimento dos caseiros com os alunos acaba sendo um pouco paternalista, eles se condoíam com a ausência que as crianças sentiam de seus familiares, por isso dedicavam-se às horas de lazer.

Com todo serviço dele, ainda arranhou tempo para montar um time de futebol, mas não tinha como arranjar camisa, uniforme, por isso é que nós fizemos. Como eu era costureira, o padre comprou o tecido verde e um outro verde listradinho de branco, mas eu não sei que time que era, naquele tempo eu não conhecia essas coisas de time Corinthians, São Paulo, mas sei que era verde e branco. Mas era listrado, daí fundou o time eu fiz a camisa abertinha, com punho verde, golinha verde e calção verde, a camisa era listrada. Não

tinha um jogo que eles perdiam, ele era um bom treinador, seu João, era bom nisso. (ENTREVISTA OLÍDIA RIBEIRO DE JESUS, 28/09/2012).

Figura 19- Time de Futebol dos alunos do Patronato junto com o caseiro João.



Fonte: Acervo Pessoal Olídia (caseira e moradora no Patronato São José)

Fatos curiosos e interessantes são relatados pela caseira, como quando um dos padres adquiriu uma vitrola para ensinar os meninos a dançar, pois esses ficavam muito ociosos no período noturno. Para alegrá-los nada melhor que uma música,

Eu nunca esqueço quando ele comprou uma vitrola que era para ensinar os meninos a dançarem, era eu e ele os professores de dança, nos fins de semana, porque senão eles ficam tristes. Os que eram externos iam para casa, os que eram de longe ficavam e de noite colocávamos música. Naquele tempo os cantores eram “Pedro Bento e Zé da Estrada”, “Milionário e José Rico”, “Tião Carreiro e Pardinho”, ele comprou desses porque os meninos eram da fazenda, então bem coisas sertanejas. A gente brincava muito com eles. Eu toda vida gostei muito de movimento. (ENTREVISTA OLÍDIA RIBEIRO DE JESUS, 28/09/2012).

O outro fato é que existiam diversas brincadeiras entre eles organizadas principalmente pelos caseiros. Um deles chama muito a atenção pelo perigo a que as crianças eram submetidas, como o banho no rio, e isso provavelmente não era empecilho para que acontecesse, nem motivo de preocupação. Nada foi encontrado sobre esses programas registrado pelos párocos, tampouco se os pais dos alunos internos autorizavam tal programa.

Nas brincadeiras os padres participavam, eu inventava jogo, vôlei, mas eu não entendia nada daquilo, mas brincávamos muito. O João levava os meninos para tomar banho no rio, mas era difícil o padre ir junto. (ENTREVISTA OLÍDIA RIBEIRO DE JESUS, 28/09/2012).

Quando são indagados sobre a sala de aula, as práticas educativas, os conteúdos, o comportamento dos professores, como eram divididas as disciplinas escolares, esses alunos ficam envolvidos em descrever o quanto o ensino era eficaz, fazem comparação com o ensino de hoje. “A história oral continuará a explicitar, de várias maneiras, aspectos de nosso passado e a moldar sua expressão em nossas culturas” (THOMSON, FRISCH, HAMILTON, 2006, p.91).

Uma coisa que eu lembro, que é muito melhor que hoje nas escolas, era a aula de caligrafia, tinha um caderno com aquelas linhas que se fazia a letra minúscula e as letras maiúsculas, eu acho que era mais fácil os alunos daquela época terem uma letra melhor do que hoje, pelas minhas filhas que estudaram, exigia-se mais uma caligrafia melhor da gente, a caneta nossa era de tinta, você tinha que ter a tinta, não é BIC como é hoje. Os alunos caprichavam mais. Eu me lembro dessa parte da caligrafia e de matemática a gente estudava tabuada tinha que decorar que eu acho que era uma coisa melhor do que é hoje, eu sou bom de matemática faço conta rápida e foi pelo que me ensinaram naquela época, às vezes minhas filhas, meus netos querem fazer uma conta, enquanto eles estão pensando eu já fiz a conta. A matemática deles foi pior que a nossa daquela época. (ENTREVISTA JOSÉ SILVIO MARIANO DE OLIVEIRA, 2010).

Historiadores norte-americanos dimensionam a história oral em memória teórica e aplicada sendo que, na teórica, eles a utilizam para subverter a história ortodoxa, já na aplicada, eles fazem uso para reafirmar grandes mitos e a história dos dominantes. A memória é atualmente utilizada como algo engrandecedor na história, sendo aceita como uma ferramenta que pode ser analisada, para que contribua com a formação de panoramas históricos, antes não contados nos documentos oficiais.

É útil observar que a memória está envolta em um saudosismo, o que é bem pertinente quando se está trabalhando com a história, quando se remete ao passado, às lembranças da infância. Sob essa ótica, entendemos o quanto o espaço de sala de aula é um lugar de excelência e que exprime muito do que a instituição espera dos alunos. A disposição das “carteiras eram em fila, eram pequenas, me parece que eram de duas a duas, era cadeira mesmo, não era mesa (Entrevista Alaor Batista Ferreira Leal, 2011).

Os alunos são enfáticos nos depoimentos quando afirmam que a instituição era séria, que havia uma preocupação em atender as necessidades dos estudantes “a gente chegou no

internato, difícil sozinho, não eram muitos alunos, era aproximadamente uns 30 alunos dentro de todas as séries, não tinha aquela história de todas as séries numa mesma sala, naquele colégio era sala separada por série” (Entrevista Hilário Carlos de Oliveira, 2011). Nesse momento, o depoente está se referindo ao ensino multisseriado, o que para ele não é visto com bons olhos. Ao se pensar em Alistair Thomson, Michael Frisch e Paula Hamilton (2006, p.76), entendemos que os autores, quando afirmam que

É amplamente reconhecido que na sociedade moderna nossas imagens do passado são conservadas e transmitidas através do tempo não só por meio da experiência vernacular, mas também como construções culturais administradas e mediatizadas. Ao confrontar e transcender as limitações e exclusões dessas construções predominantemente ideológicas..., o trabalho paciente dos especialistas em história, que vem se aprimorando com o correr dos anos, foi de capital importância.

Inferimos que na entrevista o aluno pretendia descrever situações que permeavam suas experiências durante sua vida escolar e sabia que, mesmo naquele tempo, onde tudo parecia mais difícil, ele já comungava com a ideia contrária ao ensino multisseriado.

O colégio não é somente um lugar de aprendizagem de saberes, mas é, ao mesmo tempo, um lugar de inculcação de comportamentos e de habitus que exige uma ciência do governo transcendendo e dirigindo, segundo sua própria finalidade, tanto a formação cristã como as aprendizagens disciplinares. (JULIA, 2001 p.22).

A caseira da instituição afirma em seu relato que os meninos da instituição que eram da cidade, ou seja, não eram internos, eram mais ativos na desordem, “eu não tinha tempo de ver como era na sala de aula. Mas às vezes eu olhava, os meninos que eram da cidade sempre foram os mais danados” (Entrevista Olídia Ribeiro de Jesus, 28/09/2012).

No Patronato São José, os processos educativos do ensino primário não diferem do que acontecia nesse período no restante do país. Era função da escola primária, destinada à maioria do povo, expandir os saberes elementares e um pouco de ciências. “A instituição escolar é, em cada época, tributária de um complexo de objetivos que se entrelaçam e se combinam numa delicada arquitetura da qual alguns tentaram fazer um modelo” (CHERVEL, 1990 p. 188).

As disciplinas ministradas no Patronato São José eram: português, desenho, ciências naturais e físicas, história, geografia, aritmética, educação física, educação cívica, moral e

social e o ensino religioso¹³, que tem grande enfoque. Porém, não podemos deixar de pensar que “as finalidades de ensino não estão forçosamente inscritas nos textos” (CHERVEL, 1990 p. 188). Rosa Fátima de Souza (2008, p. 11) aponta a ideia que

A questão de saber por que a escola ensina o que ensina é fundamental para o entendimento da finalidade cultural das instituições educativas e do tipo de homens e mulheres que uma dada sociedade em determinado tempo deseja formar.

Era função da escola primária moldar o cidadão brasileiro. Os alunos relatam que seus professores tinham muita preocupação com a aprendizagem, eles viam nesses professores leigos compromisso e responsabilidade com a formação e o aprendizado da turma.

Tinha livro, caderno, era um livro grande¹⁴ com 4 matérias junto, história, ciências, geografia e educação moral. Eu não me lembro como eram os livros, porque de lá já se foram quase 50 anos. O professor Ignácio era jovem, ainda era jovem na época, e um excelente professor, a gente se dava muito bem com ele e aprendia. Eu tinha dificuldade demais em português, demais da conta. Agora as outras matérias a gente ia bem. (ENTREVISTA ALAOR BATISTA FERREIRA LEAL, 2011).

[...] o ensino era muito bom, bem enérgico. (ENTREVISTA UBALDO DE FREITAS E OLIVEIRA, 2011).

[...] eram livros, normais, aliás não tinha livro era caderno, você transcrevia as coisas do quadro era matéria dada pelo professor. Meus professores foram Geraldo e Genésio, teve uma moça, mas eu não lembro o nome dela, era de Minas Gerais, ela deu aula poucos dias, era muito bonita, foi embora para casar, alguma coisa assim. (ENTREVISTA HILÁRIO CARLOS DE OLIVEIRA, 2011).

Nos depoimentos acima, podemos perceber que a própria idade dos depoentes na época em que eram alunos não permite que tenham grandes detalhes sobre os livros, talvez porque não fossem tão interessantes ou até mesmo por se fazer pouco uso deles.

Nos cadernos de planos de aula que analisamos e que serão retomados no capítulo seguinte, não é mencionado o uso de livro didático. Um dos professores entrevistados diz que existiam livros, mas que esses eram utilizados somente pelos professores.

A presença de uma professora foi um fato interessante, procuramos informação sobre ela, mas na instituição não tem registro dessa professora e nenhum outro aluno, nem mesmo os caseiros entrevistados, citaram esse fato, ou se lembram dela. O que acabou ficando vago, pois não conseguimos levar adiante a informação, esse é um dos indícios que faz o

13 O nome dessas disciplinas foi retirado do programa curricular estadual, utilizado nos anos de 1961 a 1963.

14 Não conseguimos nenhum exemplar desse livro relatado.

pesquisador inquietar-se, pois nas fontes oficiais ela não aparece, mas no depoimento sim, talvez tenha sido somente uma professora substituta, contudo não existe registro para averiguar tal situação. Podemos dizer que nesse exato momento encontra-se um entrave, pois o fato de ter existido uma professora é de suma importância, porém ficou somente nesse depoimento, não se comprovou esse fato.

Trabalhar com memória, com a cultura, é bastante complicado e minucioso, os depoimentos são marcados por intencionalidades, esquecimentos, mas isso não diminui a contribuição da história oral para desenhar o painel da educação.

Desse conjunto de fatores, decorre que optamos por fundamentar o texto fazendo o cruzamento das fontes primárias, livro de matrícula e caderno de plano de aula dos professores com os fatos relatados nas entrevistas.

O homem por si só já é histórico e a partir do seu relato tem-se a possibilidade de construir essa teia cultural e ao mesmo tempo histórica, cheia de valores de um determinado tempo. Cabe dizer que

A história é culturalmente ordenada, o que se dá de modo diferente nas diferentes sociedades, em conformidade com o esquema significativo das coisas. O contrário também é verdadeiro: os esquemas culturais são historicamente ordenados, uma vez que, em maior ou menor grau, os significados são reavaliados à medida que são sancionados na prática. (HUNT, 2001, p. 116).

Durante a pesquisa, quando analisamos os depoimentos, levantamos as categorias como: a influência da arquitetura na educação, dormitórios e disciplina, que já foram tratados no capítulo anterior, lazer e a sala de aula e conseguimos fazer a intercessão com as fontes primárias, com isso realizamos um avanço, pois a partir desse ponto, essa instituição sai do anonimato, deixa de ser somente uma escola que existiu num determinado tempo, passa por meio do registro escrito, ou seja, do próprio texto, a compor a história da sociedade permitindo que se visualize e se intente penetrar nas relações sociais que existiam entre párocos, professores e alunos,

Nada na vida de uma instituição escolar acontece, ou aconteceu, por acaso, tanto o que se perdeu ou transformou, como aquilo que permaneceu. A memória de uma instituição é, não raro, um somatório de memórias e de olhares individuais ou grupais, que se contrapõem a um discurso científico. (MAGALHÃES, 2004, p. 155).

Roger Chartier considera “não haver prática ou estrutura que não seja produzida pelas representações, contraditórias e em confronto, pelas quais os indivíduos e os grupos dão sentido ao mundo que é o deles” (CHARTIER, 1991, p. 117).

Desse conjunto de fatores descritos acima, ressaltamos que o Patronato de Menores São José, levando em consideração o que analisamos, podemos dizer que este contemplava as expectativas dos alunos internos enquanto escola, que era obter sua alfabetização e concluir seu ensino primário.

Portanto, fere em vários momentos a sua função real, descrita em seu Estatuto, que era atender crianças ‘desvalidas’ e ‘desajustadas’. Torna-se claro que o Patronato estudado, a princípio, podia ter a intenção de atender alunos desvalidos, mas após sua inauguração não funcionou mais com tal objetivo.

O entrevistado Walter Faustino, já citado anteriormente, conclama que esse atendimento a menor abandonado nunca existiu, pois na cidade não tinha esse tipo de criança. Mas então quem são as crianças carentes e pobres que alguns entrevistados citaram? Pensamos o quanto a memória é realmente fiel ao que de fato aconteceu, pois “[...] muitos acontecimentos que pensamos recordar a partir de nossa própria experiência, na realidade nos foram contados e então tornaram-se parte indistinta de nossa memória”. (LOWENTHAL, 1998, p.81).

Para este autor, quando um grupo trabalha em conjunto passa a criar esquemas de narração e de interpretação dos fatos, que dão às suas lembranças uma forma histórica própria. Se, ao contrário, não acontece a elaboração grupal em torno de certos acontecimentos ou situações, o efeito será o de esquecer tudo quanto não seja significativo para o grupo de convívio da pessoa. Os fatos que não foram testemunhados se perdem, porque não costumam ser objeto de conversa e de narração e quando o sujeito os chama à memória não vem o reforço contínuo dos outros. Parece-lhe, assim, que sonhou ou imaginou tais situações. Então, fica a dúvida: alguns se lembram de alunos carentes, outros não; alguns se lembram da professora, outros não.

4 A ESCOLA PRIMÁRIA NO PATRONATO SÃO JOSÉ

Neste capítulo abordaremos o atendimento às crianças no período de internação no Patronato. Como aconteceu no país o ensino primário e como eram tratadas as disciplinas escolares dentro do Patronato São José, já que este foi um internato masculino para a escolarização no ensino primário e o perfil dos professores que atuaram nos anos de funcionamento da instituição sob a direção da Ordem Franciscana.

4.1 A escola primária e o patronato São José

Esse subtítulo inicia-se com uma indagação. Por que falar de escola primária se o foco da pesquisa é um Patronato? Como já discutido anteriormente sobre qual seria o foco de atendimento de um Patronato, concluímos que o seu objetivo não era de formação agrícola, portanto ao se observar o programa de ensino, seguido pela instituição pesquisada, verificamos que o “Patronato São José”, objeto dessa tese, carregava no seu nome esse título, mas na realidade era uma escola primária com regime de internato.

Nesse momento, podemos buscar em Franco Cambi (1999, p.205), o que ele pondera sobre o papel da escola, pois esse era um lugar instituído que deveria abrigar meninos em regime de internato.

Uma escola que instrui e que forma, que ensina conhecimentos mas também comportamentos, que se articula em torno da didática, da racionalização da aprendizagem dos diversos saberes, e em torno da disciplina, da conformação programada e das práticas repressivas (constritivas, mas por isso mesmo produtoras de novos comportamentos). Mas, sobretudo uma escola que reorganiza – racionalizando-as – suas próprias finalidades e seus meios específicos.

Mesmo não sendo um patronato com finalidades agrícolas de formação de mão de obra, de caráter assistencialista, o Patronato São José foi um local que tinha objetivos específicos na formação de seus alunos.

Por isso, nesse momento temos a necessidade de discorrer sobre a escola primária no Brasil para se ter um panorama do que estava sendo pensado para tal grau de ensino, bem como para subsidiar a análise do programa de ensino utilizado pelo Patronato São José.

Para os patronatos, existiu um decreto de 1919 que conduzia o programa escolar para o ensino intuitivo. Porém, na instituição pesquisada, pela característica do programa escolar

percebemos que o mesmo tem algumas influências do escolanovismo. Para tanto, abordaremos essa questão adiante, no momento em que discorreremos sobre as disciplinas e seus conteúdos.

A escola primária no Brasil, no final do século XIX, quando ganha centralidade nos discursos políticos, passa por discussões sobre a renovação no seu programa curricular, pois o foco era conceber uma educação que pudesse trazer para o país transformações sociais, econômicas e políticas. A formação desse novo cidadão pretendido pela classe política necessitava que sua escolarização passasse por uma modernização, conforme já estava ocorrendo em outros países civilizados. De acordo com Rosa Fátima Souza:

Os conteúdos selecionados eram aqueles que expressavam a evolução da sociedade e que, ensinados, seguindo as leis da natureza, possibilitariam o desenvolvimento físico, intelectual e moral das crianças. (SOUZA, 2008, p. 33).

A preocupação em educar o povo acontecia devido à necessidade de modernização do país e de sua republicanização, pois o povo estava carente de formação, sua função de regenerar combatendo os maus costumes, pondo-se contra a indisciplinarização e, sobretudo, sua função de moldar esse cidadão, acabaram sendo o foco daquela escola primária.

Estender para todo o território nacional as condições materiais e técnicas da escola de massas era o grande desafio que associava as largas dimensões do Brasil à sua diversidade cultural e populacional. Terra de imigrantes, educar o Brasil significava, para além de nacionalizar o estrangeiro, “abrasileirar o brasileiro”. (VIDAL, 2007, p. 514).

Com a República e os traços de modernização presentes na sociedade brasileira, a instrução pública passou a ser vista como um símbolo de civilização da sociedade, por isso os governos buscaram implantar reformas no ensino. A obrigatoriedade, o caráter laico, a multiplicação de vagas passaram a ser medidas formais do poder público, para caracterizar essa preocupação civilizatória. “No âmbito da renovação pedagógica, a instrução de novos métodos e processos de ensino, particularmente a adoção do método intuitivo, tornou-se o ícone da escola primária moderna” (SOUZA, 2008 p. 37).

O poder público, de maneira geral, ficava comprometido com a organização de prédios que iriam abrigar essas escolas, ocorria também a preocupação com a formação de professores para atuarem nas salas de aula, momento em que se fortaleciam as escolas

normais. Essa valorização no poder transformador que a escola teria sobre o povo permeava a representação que o governo tinha sobre civilização.

À escola primária foram atribuídas inúmeras finalidades e grandes expectativas. Caberia a ela moldar o caráter das crianças, futuros trabalhadores do país, inculcando-lhes especialmente valores e virtudes morais, normas de civilidade, o amor ao trabalho, o respeito pelos superiores, o apreço pela pontualidade, pela ordem e pelo asseio. E, de modo muito especial, deveria a escola popular colaborar na importantíssima obra de consolidação da nação brasileira, veiculando valores cívico-patrióticos, por meio dos quais cultivaria nas novas gerações o amor pela pátria. (SOUZA, 2008, p. 38).

Seria inocente acreditar que o Estado não tinha nenhuma intencionalidade quando passou a demonstrar essa preocupação com a classe popular. Inculcar valores num povo árido de conhecimento é no mínimo querer que esse passe a demonstrar certa gratidão por esse serviço, sendo ainda uma forma de educar para que o povo entendesse como deveria se comportar a partir daquele momento que lhe era facultado o acesso à educação. A escola primária era essencialmente republicana, destinada a uma finalidade civilizatória.

Para que essa escola se consolidasse com força perante a sociedade, procurou-se construir seus prédios em lugares nos quais ocupassem um determinado espaço imponente aos olhos civis. Para tanto, iniciam-se construções de escolas cuja arquitetura demonstrava o que estava sendo proposto.

A proposta pedagógica dos grupos escolares era muito clara: ensino seriado, classes, horários, disciplinas, programas, exames com o objetivo de ensinar a ler, escrever, contar e transmitir noções de história, geografia, conhecimentos gerais e a socializar crianças. A organização do espaço era adequado às diferentes atividades: prédios majestosos, de fino acabamento, prevendo espaços para salas de aula, ao redor do pátio, biblioteca, diretoria, secretaria e corredores. (BUFFA, 2007, p. 163).

Apesar da instituição pesquisada ser um patronato, ela se identifica, curricularmente falando, muito mais com um grupo escolar do que propriamente ao nome que carrega. A diferença dela com o grupo escolar encontra-se no regime de atendimento, que é o de internato, dadas as necessidades específicas de seu alunado.

A escola primária passava por diferentes tipos de atendimento com diferentes métodos de ensino. A princípio, havia as escolas unitárias, escolas isoladas, escolas reunidas para depois aparecerem os grupos escolares e isso é um dado importante, para compreender como aconteceu a passagem de um tipo de escola para outro. Os grupos escolares acabaram sendo

vistos como apropriados para a escola pública primária, com prédios suntuosos, professores normalistas, o que mais uma vez demonstra que a questão civilizatória acontecia na educação, pois o governo da época preocupava-se em demonstrar que dava educação ao povo.

O movimento educacional escolanovista surgia na contramão do que acontecia no país, ele pretendia propor novos caminhos para a educação. Os escolanovistas não mais desejavam uma criança em miniatura, seu objetivo era atendê-la nas suas especificidades e na sua integridade física e mental.

O movimento escolanovista não aconteceu somente no Brasil, ele teve proporção mundial. O período industrial exigia que se qualificasse mão de obra dotada de conhecimento científico que pudesse contribuir com o país em geral e com a indústria, em particular.

O ensino, no momento em que o Patronato São José tem início com as suas atividades educacionais, é influenciado por movimentos de mudanças com relação ao modo de ensinar. Percebemos isso quando analisamos os documentos que prescreviam o que o aluno deveria aprender e como isso tinha que acontecer. Por exemplo, no momento em que menciona, nas orientações para o professor, no ensino de história, que o aluno deveria refletir e exercer sua capacidade de interpretação e reflexão crítica.

Apesar dos professores do patronato terem em mãos um programa escolar, no qual há forte influência escolanovista, podemos perceber que tais professores não se encontravam engajados nesse movimento. Talvez pela sua formação precária, o que já não ocorria nos centros maiores com os professores que estavam recebendo formação dentro de um modelo que acreditava que os alunos deviam estar imbuídos no seu processo de formação.

O curso primário tinha duração de quatro anos nas zonas urbanas, porém nas escolas rurais, o programa era mais simplificado, tendo somente três anos de duração. No Patronato São José, o programa era desenvolvido também em quatro anos, a educação era dividida em séries, havia obrigatoriedade de cumprir o programa, existia um sistema de avaliação que era supervisionado pelo pároco diretor da instituição. A diferença dos grupos escolares estaduais com o Patronato São José é que o ensino religioso fazia parte do programa e tinha grande relevância no currículo.

Existia um calendário escolar a ser seguido, porém não se tem nenhum exemplar dele, mas podemos fazer essa afirmação quando analisamos o livro de chamada, bem como os cadernos de planejamento. Quando se conferem os dias letivos do caderno de planejamento e do livro de chamada esses se repetem, comprovando que seguiam um calendário.

como sendo 166 dias e, em 1963, como 163 dias, sendo que no ano de 1962 não se tem registro referente ao mês de novembro e do ano de 1961 não se encontrou o livro com a frequência e tampouco caderno de planejamento.

Os professores do ano de 1962, período pesquisado, que estão registrados no livro de chamada são:

Quadro 8 - Acervo: Arquivo e Museu Histórico de Paranaíba.

1962	Professores
1º ano primário	Jamir Garcia de Paula / Etelvino Zanella
2º ano primário	Etelvino Zanella
3º ano primário	Antônio Jacinto de Medeiros
4º ano primário	Frei Barnabé Geissner
Fonte: Livro de chamada de 1962.	

O professor Jamir Garcia de Paula ficou com o 1º ano primário somente durante um mês letivo, ou seja, ele inicia em fevereiro, mas em março o professor Etelvino Zanella passou a ministrar aula nessa turma junto com o 2º ano primário.

Quadro 9 - Acervo: Arquivo e Museu Histórico de Paranaíba.

1963	Professores
1º ano primário	Ignácio José da Silva
2º ano primário	Ignácio José da Silva
3º ano primário	Geraldo Paiva Pires/ João Pereira de Lima
4º ano primário	-
Fonte: Cadernos de planejamentos, 1963.	

No ano letivo de 1963, registrou-se a matrícula e a frequência dos alunos, mas não se registrou o nome do professor responsável pela sala de aula. Porém, como fonte primária, conseguimos três cadernos de planejamento do ano de 1963 e, a partir dessa informação, podemos concluir que os professores que lecionaram neste período são os descritos anteriormente. Conforme depoimento dos alunos, esses são realmente os nomes que aparecem quando se pergunta quem eram os seus professores.

Que eu me recordo tinha o Professor Ignácio, eu fiquei lá 2 anos, mas tinha outros professores. Eu só fiquei dois anos, porque arranjaram para o meu pai mudar para a cidade, daí fui estudar no Educandário Santa Clara. Mas eu me lembro bem do professor Ignácio, fiz o primeiro ano A e depois o C que foi no outro ano, mas não me lembro quem era professor do segundo ano mas tinha outros professores (ENTREVISTA JOSÉ SILVIO MARIANO DE OLIVEIRA, 2010).

O professor Ignácio era jovem, ainda era jovem na época, e um excelente professor, a gente se dava muito bem com ele e aprendia. (Entrevista ALAOR FERREIRA LEAL, 2011).

Tinha um professor carequinha que dava aula de ciências e matemática, mas não lembro o nome. Eram professores que para nós era uma bela escola (ENTREVISTA HILÁRIO CARLOS DE OLIVEIRA, 2011)

4.2 Os cadernos de planejamento e o programa escolar do patronato São José no período de 1961 a 1963

Neste subtítulo, pretendemos descrever o programa de ensino realizado dentro da instituição, bem como realizar uma comparação entre o que estava no programa escolar do Estado de Mato Grosso e o que está no caderno de planejamento dos professores. “Estima-se ordinariamente, de fato, que os conteúdos de ensino são impostos como tais à escola pela sociedade que a rodeia e pela cultura na qual se banha” (CHERVEL, 1990, p. 180). Portanto, com essa descrição e análise comparativa entre o programa e o caderno de planejamento, observamos que tipo de currículo era contemplado pela instituição.

Quando pensamos em analisar cadernos escolares, impossível não nos lembrarmos da pesquisa desenvolvida por Jean Hébrard (2001) e Anne Marie Chartier (2002). No momento em que o autor citado realiza seus estudos com os cadernos dos alunos na França nos séculos XIX e XX, faz com que se pense que essa análise pode ser realizada também com os cadernos de planejamento dos professores, com outras categorais, mas que muito se assemelham ao que ele propôs, que foi identificar o ensino da escrita e de que modo isso influenciou no avanço do uso desse material. No caso dessa pesquisa, os cadernos de planejamento servirão para que observemos de que modo as disciplinas foram tratadas e qual era o seu valor para o Patronato São José. Jean Hébrard (2001, p.118) pontua que

O caderno é um instrumento comum de colégio desde o século XVI. No *Ratio studiorum*, é freqüentemente designado pela expressão “livro branco” e seu uso é proposto em alternância com o do texto impresso com grandes espaços permitindo ao aluno anotar acima da linha a explicação, dada pelo regente da aula, sobre o texto clássico, grego ou latino, trabalhado [...] em contrapartida, o caderno torna-se ausente, na maior parte das vezes, das pequenas escolas até o século XIX.

Neste momento, não analisamos cadernos de alunos, pois não foi possível recuperar essa fonte valiosíssima que muito iria contribuir. Partimos para a compreensão de como acontecia a rotina escolar investigando os cadernos de planejamento que compõem as fontes desta tese.

Analisar o cotidiano escolar proposto para os alunos do Patronato possibilitará a compreensão sobre o tipo de aluno que essa instituição pretendeu formar. Para buscar indícios desse cotidiano, a rotina é um bom elemento quando abordada sob a perspectiva da cultura escolar. Aqui, pensamos em cultura escolar como uma categoria que fornecerá elementos substanciais para o delineamento desse dia a dia que envolve o programa curricular com a práxis diária, pois a escola não se define somente como transmissora de saberes.

É também objetivo dessa comparação, mais uma vez, averiguar se o atendimento realizado no Patronato São José tinha ou não enfoque na formação profissional das crianças que lá estavam internadas e/ou na sua recuperação. Neste momento, remetemo-nos ao que Anne Marie Chartier (2002, p.09) pontua quando afirma que “as representações que os mestres e os alunos fazem dos saberes escolares, de seus conteúdos, de sua hierarquia e de seu valor” é o que vai ser determinante na maneira de ensinar e agir da instituição. A autora nomeia essa situação com dispositivos, que também se pode chamar de técnica de ensino e esses serão classificados de diferentes maneiras em cada situação de aprendizagem.

O Patronato São José era um grupo escolar com sistema de internato, no qual o enfoque dado à religião católica era muito presente nas salas de aula e no cotidiano escolar. Podemos nos referir a esse enfoque religioso como diria Anne Marie Chartier (2002), como um dispositivo pedagógico real, quando sai do papel e torna-se prática.

O ensino da religião era nas aulas normal [sic].Tinha missa todo domingo (ENTREVISTA UBALDO DE FREITAS E OLIVEIRA, 2011).

Nós íamos à missa todo domingo, toda noite tinha um terço, mas nós não éramos obrigados a participar do terço, então aquela comunidade ia para o terço. Os alunos que quisessem participar podiam. Agora na missa tinham que ir (ENTREVISTA HILÁRIO CARLOS DE OLIVEIRA, 2011).

Não é nenhuma novidade dizer que as instituições escolares religiosas priorizavam a religião desde a colonização, pois o enfoque era a cristianização do povo. Observamos que essa perspectiva religiosa tinha como finalidade transmitir o conjunto de doutrina adotado pela religião católica aos seus alunos.

Embora na gênese do Patronato ficasse explícito que o atendimento priorizaria crianças abandonadas, não foi isso que constatamos durante a análise de toda a documentação e o acesso aos depoimentos com ex-alunos, professores e membro fundador.

Temos, para realizar a descrição e a análise que nos propusemos, três cadernos de planejamento de professores, bem como o programa do grupo escolar e as orientações para o

professor, vindos de Cuiabá, capital do estado de Mato Grosso. No qual se encontram as disciplinas juntamente com os conteúdos.

Como afirma Andre Chervel (1990, p.180)

Uma “disciplina” é igualmente, para nós, em qualquer campo que se encontre, um modo de disciplinar o espírito, quer dizer de lhe dar os métodos e as regras para abordar os diferentes domínios do pensamento, do conhecimento e da arte.

Fazendo a triangulação desses dados, observamos que as disciplinas que compunham o programa do 1º ano eram divididas em: Português, Aritmética, Geografia, História, Desenho, Ciências Naturais e Físicas, Educação Cívica, Moral e Social, Higiene, Trabalhos Manuais, Educação Física e Caligrafia. No 2º, 3º e 4º ano os nomes das disciplinas eram: Português, Aritmética e Geometria, Geografia, História, Desenho, Ciências Naturais e Físicas, Educação Cívica, Moral e Social, Higiene, Trabalhos Manuais, Educação Física, Caligrafia, Cantos e Hinos.

A mudança observada é que as disciplinas Geometria, Cantos e Hinos só entram no currículo a partir do segundo ano primário. Não encontramos documentos que possam corroborar a compreensão e descrição na pesquisa de qual era o método de ensino utilizado por eles. Obtivemos alguns indícios das influências que sofriam, tais como: quando analisamos o quadro com o conteúdo das disciplinas e as orientações para o professor, percebemos características do escolanovismo, entretanto ao analisar a prática dos professores por meio dos cadernos de planejamento, e da postura dos párocos por meio das entrevistas com os alunos encontramos forte tendência do ensino tradicional e não podemos nos esquecer que o *Ratio Studiourum* ainda exerce influência na postura de professores e administradores das instituições escolares, pois ele

preceitua a formação intelectual clássica estreitamente vinculada à formação moral embasada nas virtudes evangélicas, nos bons costumes e hábitos saudáveis, explicitando detalhadamente as modalidades curriculares; o processo de admissão, acompanhamento do progresso e a promoção dos alunos; métodos de ensino e de aprendizagem; condutas e posturas respeitadas dos professores e alunos; os textos indicados a estudo; a variedade dos exercícios e atividades escolares; a frequência e seriedade dos exercícios religiosos; a hierarquia organizacional; as subordinações. (NEGRÃO, p.155, 2000)

É notório que o modo de agir de professores e dirigentes ainda encontra raízes em formação passada. O modo de ser e agir de cada uma das pessoas que exerciam função

educativa na instituição é marcado pelas diretrizes do *Ratio Studiorum*, mesmo que de forma velada

Novamente, podemos nos basear no que Anne Marie Chartier (2002) caracteriza como dispositivo pedagógico: essas atitudes só se confirmarão após o uso sistemático, passando a ser um dispositivo assimilado, o qual irá se perpetuar se for usado frequentemente. Os alunos e os professores incorporam tal atitude e passam a agir de um certo modo, mesmo que isso aconteça e o professor não saiba nomear o que faz. Essa prática torna-se rotineira e os docentes ao usá-la não ficam pensando que método se adotou ou quais influências sofreram para utilizá-lo.

No programa vindo de Cuiabá, não encontramos nada que referencie o ensino religioso, porém compreendemos “que os conteúdos de ensino são impostos como tais à escola pela sociedade que a rodeia e pela cultura na qual se banha” (CHERVEL, 1990 p.180). Em tal perspectiva, entendemos que o ensino da religião católica dava-se devido ao fato de ser um colégio de propósito religioso, por isso a ênfase em tal disciplina que compunha o programa escolar, mesmo esse não fazendo parte do quadro vindo de Cuiabá.

Uma disciplina escolar comporta não somente as práticas docentes da aula, mas também as grandes finalidades que presidiram sua constituição e o fenômeno de aculturação de massa que ela determina, então a história das disciplinas escolares pode desempenhar um papel importante não somente na história da educação mas na história cultural. (CHERVEL, 1990, p. 184).

A título de comparação, apresentamos um quadro com as disciplinas oferecidas pelo estado de Mato Grosso e o estado de São Paulo com o objetivo de verificar se as disciplinas oferecidas nos dois estados são semelhantes, uma vez que o estado de São Paulo nesse período é o centro do qual as escolas primárias eram tomadas como modelo. Assim, essa comparação possibilitará averiguar se existe algo de semelhante e se realmente esse exemplo paulista era seguido pelo estado de Mato Grosso.

Quadro 10 – Quadro comparativo entre os estados de Mato Grosso do Sul e São Paulo

Programa para o ensino primário fundamental do Estado de São Paulo	Programa para o ensino primário fundamental do Estado de Mato Grosso
Leitura, Linguagem oral, Linguagem Escrita (gramática aplicada)	Português e Caligrafia
Aritmética e Geometria	Aritmética e Geometria
Desenho	Desenho
Educação Moral e Cívica	Educação Cívica, Moral e Social
Geografia	Geografia
Ciências Naturais – higiene	Ciências Naturais e Físicas, Higiene
História do Brasil	História
Canto	Canto
Trabalhos Manuais e Economia Doméstica	Trabalhos Manuais
Educação Física	Educação Física
Educação Sanitária	-
Fonte: Programas das escolas primárias do Estado de Mato Grosso. Fonte: Programas das escolas primárias do Estado de São Paulo (Souza, 2008, p.51).	

De acordo com o quadro, os programas oferecidos nos dois estados só diferem na disciplina de Educação Sanitária, o que não foi observado no programa de Mato Grosso e que permite inferir que, mesmo com a distância entre as capitais, ocorria uma sincronia com o que se pensava enquanto ensino. Podemos assim supor que o país estava imbuído em oferecer uma escola primária para a população. Fato que deve ser analisado com parcimônia, pois, pela afiniação entre os dois estados, não se pode afirmar que os demais o estivessem.

Com essa gama de disciplinas, cabe citarmos a definição de André Chervel (1990, p. 181) quando diz que disciplinas “não são mais do que combinações de saberes e de métodos pedagógicos” que são escolhidos por um determinado grupo que tem no seu íntimo um propósito para tal escolha. Para tanto, os professores tiveram que ampliar seu conhecimento, pois não bastava mais saber somente ler, escrever e realizar cálculos, o estado estava preocupado em dar uma formação mais ampla para essas crianças, principalmente com relação a sua formação geral.

No entanto, os professores que atuaram no Patronato São José eram leigos, não tinham formação de normalistas. O que de certo modo difere do estado de São Paulo que era famoso pelas suas Escolas Normais que preparavam os professores para esse nível de ensino. Isso acaba demonstrando que apesar do programa escolar ser semelhante, os dois estados estarem preocupados com o ato civilizatório da população, ainda não havia professores suficientes para esse tipo de atendimento em todo o país.

Apresentamos a seguir quadros com as disciplinas e os conteúdos desenvolvidos nos quatro anos do ensino primário do Patronato São José. Acontece uma distribuição dos

conteúdos em várias disciplinas, o que implica uma sistematização de como ensinar. e fazemos também algumas pontuações com relação ao caderno de planejamento dos professores utilizando essas fontes primárias, cadernos mais programa escolar, juntamente com os depoimentos dos alunos, para que se possa compreender como foi realizado o currículo, como o saber escolar estava presente no cotidiano dos alunos.

Ao se mencionar currículo em uma pesquisa de cunho historiográfico, faz-se necessário pontuar o que entendemos por currículo e como esse termo, apesar da sua modernidade, será utilizado. O conceito e a prática na utilização dessa terminologia não são correntes nem mesmo entre os docentes. Nessa pesquisa, quando nos referirmos a currículo, pressupõe-se uma construção cultural, ou seja, uma maneira de organizar os conhecimentos científicos, escolher o que se deve ensinar e como tornar esse conhecimento acessível dentro da escola. Neste caso particular, entenderemos currículo de maneira simplificada, como o programa das disciplinas com o seus conteúdos, uma vez que não é objeto de estudo enquanto tal. “Não podemos esquecer que o currículo supõe a concretização dos fins sociais e culturais, de socialização, que se atribui à educação escolarizada” (SACRISTÁN, 2000, p.15).

Quadro 11 - Programa dos Grupos Escolares do estado de Mato Grosso (Português).

PORTUGUÊS			
1ºANO	2ºANO	3ºANO	4ºANO
Leitura de sentenças palavras e sílabas no quadro negro utilizando o tipo comum de imprensa e manuscrito	Leitura oral expressiva	Leitura e interpretação do professor e do aluno	Leitura oral e expressiva – com rapidez e entonação adequada
Leitura oral e silenciosa, com interpretação oral da sentença e períodos muito pequenos, em livro ao alcance da sala	Interpretação da leitura pelo professor	Sinônimos, antônimos e homônimos	A sentença: sujeito e predicado- classificação- concordância- ordem direta e inversa
Estudo gradativo: fragmentação de sentenças, palavras e sílabas	Reprodução oral da lição pelos alunos, com significação de vocábulos	Formar, completar, ordenar e reduzir sentenças	Substantivo e adjetivo – concordância – número, gênero e grau
Conhecimento do alfabeto	Formar sentenças isoladas ou relacionadas, com palavras determinadas ou à vista de gravuras	Estudo completo sobre: substantivo, adjetivo, pronome, verbo e concordância	Emprego dos advérbios, preposições, conjunções e interjeições
Cópia de palavras e	Completar, ordenar,	Classificação das	Pronome pessoal – as

sentenças no quadro negro e no caderno	ampliar e reduzir sentenças	palavras quanto ao número das sílabas e acentuação tônica	peessoas gramaticais de uso comum
Ordenar palavras formando sentenças	Conhecer as vogais e consoantes – conhecer a sequência das letras do alfabeto	Conjunção de verbos regulares e irregulares (presente, passado e futuro)	Verbo – conjugação (tempos simples e compostos mais usados)
Completar sentenças onde falta uma palavra: nome, ação ou complemento	Sinônimos e antônimos	Pontuação e acentuação	Preposições as mais usadas – crase – casos bem simples – interjeições
Exercícios de grupos consonantais: er, dr, lh, nh, etc	Gênero, número e grau	Análise taxionômica	Formação de palavras por composição e derivação – prefixos e sufixos mais usados
Exercícios de vocabulário	Sílaba e sílaba tônica	Resumir contos lidos pelo professor ou pelo aluno	Pontuação e Acentuação
Emprego das letras maiúsculas e minúsculas	Reconhecer e empregar os pontos de: exclamação, interrogação, final, vírgula	Redigir bilhetes (tratamento: você ou senhor)	Empregar e desenvolver provérbios
Formar singular e plural das palavras	Empregar substantivo e adjetivos, atendendo à concordância entre eles. Empregar os substantivos de uso comum no aumentativo e diminutivo	Reproduzir Fábulas e histórias	Reproduzir histórias e fábulas
Estudos dos sinais diacríticos: agudo, circunflexo, til e cedilha	Nome – próprio e comum	Usar dicionário para dúvidas de ortografia e significação	Resumir assuntos do livro
Uso dos pontos: final, interrogação, exclamação	Pronome e verbo – noções	Ditado e Cópia	Descrever: gravuras, cenas e pessoas, etc
Cópia e ditado	Atender a concordância dos artigos e pronomes com os substantivos		Redigir: cartas, bilhetes, cartões, etc
	Exercícios de vocabulário		Ditado
	O parágrafo		
	Redação: bilhetes, cartinhas muito simples		
Fonte: Acervo do Arquivo e Museu Histórico de Paranaíba.			

Ao elencar primeiramente os conteúdos da disciplina Português, tivemos uma intenção, logicamente ela é dentre as outras que compõem o programa a merecedora de destaque, pois se trata do ensino da língua materna, isso por si só já a torna especial.

A importância da análise do currículo, tanto de seus conteúdos como de suas formas, é básica para entender a missão da instituição escolar em seus diferentes níveis e modalidades. As funções que o currículo cumpre como expressão do projeto de cultura e socialização são realizadas através de seus conteúdos, de seu formato e das práticas que cria em torno de si. (SACRISTÁN, 2000, p. 16).

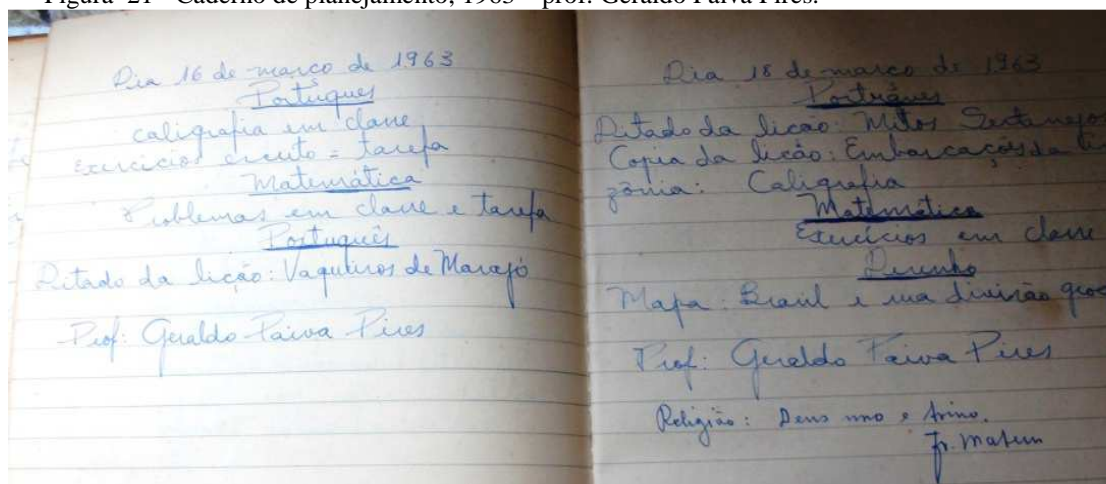
Portanto, podemos perceber que o programa escolhido para o ensino da língua portuguesa constitui-se da seleção de conteúdos que compõem o ensino tradicional da língua. Com grande ênfase na gramática, o ensino priorizava um estudo compartimentado da língua. Não percebemos dentro do programa a produção de texto, o que possibilitaria a formação de um aluno mais dinâmico no modelo de aprendizagem.

Quando se menciona ‘Português’, subentendemos que se trata tanto da escrita como da leitura. Ao observar a distribuição dos conteúdos e o planejamento dos professores, fica evidente que primeiro se ensina a escrever e, em consequência, a leitura. Essa é uma postura bem característica do escolanovismo.

O trabalho individual e eficiente tornava-se a base da construção do conhecimento infantil. Devia a escola, assim, oferecer situações em que o aluno, a partir da visão (observação), mas também da ação (experimentação) pudesse elaborar seu próprio saber. (VIDAL, 2007. p. 498).

De acordo com depoimentos de alunos percebemos que a alfabetização acontecia de forma bastante pertinente ao que era oferecido na época. Era utilizado o método silábico e a caligrafia era utilizada como recurso para se adquirir uma letra mais legível e bonita. “Rupturas sociais e históricas na noção de escrita promoveram alterações na maneira como foi sendo incorporada pela escola” (VIDAL, 2007, p. 499). Nesse período, acreditava-se que a beleza da letra estava estritamente ligada ao quanto o aluno praticasse a caligrafia.

Figura 21 - Caderno de planejamento, 1963 – prof: Geraldo Paiva Pires.



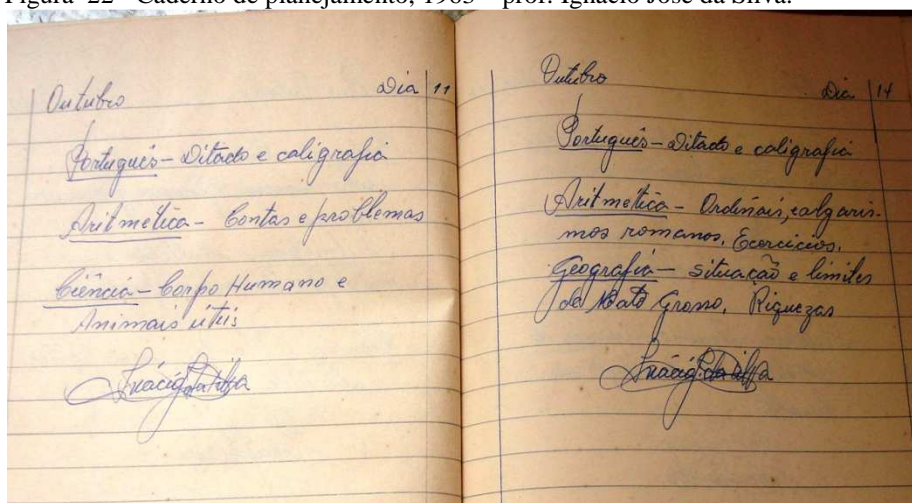
Fonte: Arquivo Histórico Municipal.

Eu lembro que era uma cartilha, que fazíamos o a, e, i, o, u. Dentro tinha os exercícios, ba, be, bi, aquelas coisas de primeiro ano. Uma coisa que eu lembro, que é muito melhor que hoje nas escolas era a aula de caligrafia tinha um caderno com aquelas linhas que se fazia a letra minúscula e as letras maiúsculas eu acho que era mais fácil os alunos daquela época terem uma letra melhor do que hoje. (ENTREVISTA JOSÉ SILVIO MARIANO DE OLIVEIRA, 2010).

O que nos chama atenção durante a análise dos conteúdos desenvolvidos para as quatro séries é que na 2ª série não consta o ditado na lista de conteúdos, sendo que desde o primeiro ano primário, ele aparece. Sempre foi utilizado com o firme propósito de desenvolver nos alunos aptidões referentes à língua.

Quando Hébrard (2001) realiza sua pesquisa sobre os cadernos dos alunos na França, constata que os ditados já estavam presentes e que essa era de forma concisa um tipo de atividade que se repetia desde os primeiros cadernos pesquisados no século XIX. “Nele o ditado reina soberano, sendo apenas suplantado nas classes dos primeiros anos escolares pelo exercício de escrita; ele é frequentemente seguido do exercício de análise gramatical ou sintática e de exercícios de vocabulário” (HÉBRARD, 2001, p.123). O fato descrito demonstra o quanto as escolas ainda exercitam antigas práticas, que estão incorporadas no cotidiano escolar e que os professores pouco refletem sobre elas. Isso é o que Anne Marie Chartier (2002) chamou de “dispositivos pedagógicos assimilados”.

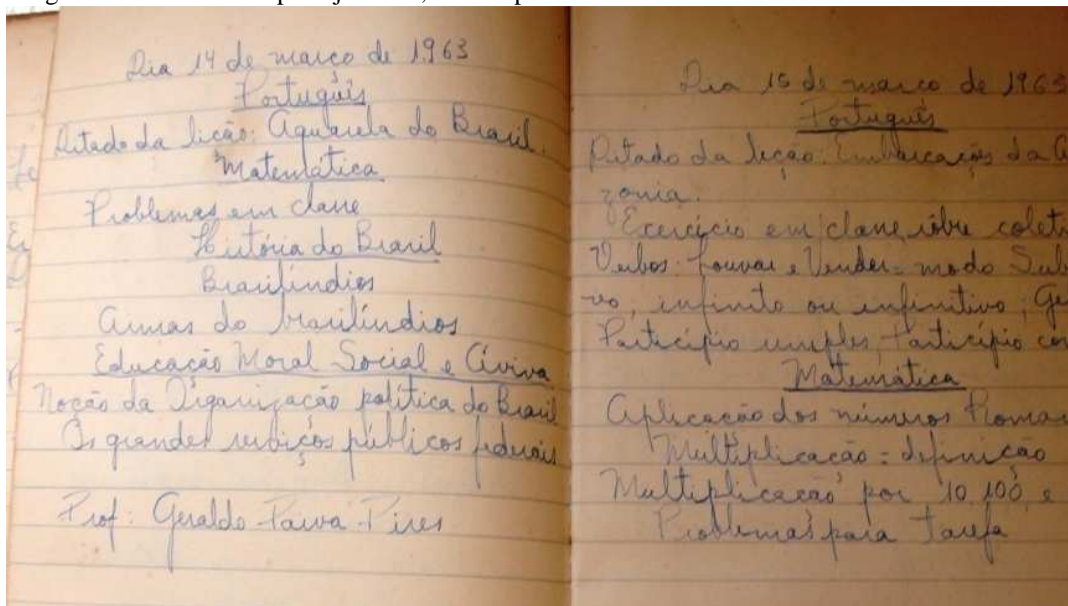
Figura 22 - Caderno de planejamento, 1963 – prof: Ignácio José da Silva.



Fonte: Arquivo Histórico Municipal.

Nas séries mais avançadas, pode-se verificar de acordo com os cadernos de planejamento, que a postura no ensino da língua portuguesa foi bastante conteudista, entretanto o planejamento contempla o que está previsto no programa escolar.

Figura 23 - Caderno de planejamento, 1963 – prof: Geraldo Paiva Pires.



Fonte: Arquivo Histórico Municipal.

O estudo da gramática da língua portuguesa é uma constante no caderno de planejamento. Ela é sempre colocada nos cadernos observados como a primeira disciplina a ser desenvolvida no dia, demonstrando assim o caráter de excelência e nobreza.

O segundo item mais verificado nos cadernos de alunos pesquisados por Hébrard (2001) é a aritmética, fato que pode-se dizer se repete até os dias de ensino no Patronato São José. Não temos cadernos de alunos para serem analisados, porém, pelos cadernos de planejamento dos professores constata-se que o ensino de aritmética está presente todos os dias.

Quadro 12- Programa dos Grupos Escolares do Estado de Mato Grosso (Aritmética e geometria).

ARITMÉTICA E GEOMETRIA			
1ºANO	2ºANO	3ºANO	4ºANO
Noções gerais de quantidade, tamanho e peso	Revisão das noções dadas no 1º ano	Revisão das noções dadas no 2º ano	Numeração decimal-classe e ordem. Números ordinais.
Início da leitura e contagem até 10	Valor do algarismo de acordo com a posição que ele ocupa no número: unidade, dezena e centena	Ampliação do conhecimento de ordinais	Numeração romana, ampliação do estudo feito
Escrita no caderno e no quadro negro	Noção de centena e milhar	Números decimais até centésimos	Frações decimais e ordinárias.
Noção do zero como representação de ausência	Noção de números ordinais	Frações: decimais e ordinárias.	Sistema métrico: medidas de superfície.
Estudo concreto até 100. Contagem e escrita	Números pares e ímpares.	Sistema legal de pesos e medidas: metro, quilo, litro, múltiplos e submúltiplos. Medidas de superfície.	Medidas de volume.
Formação de dezena e centena	Operações fundamentais com números inteiros.	Divisão de tempo: ano, mês, semana, dia, hora, minuto e segundo.	Medidas de tempo: unidades principais e suas abreviaturas.
Noção de dúzia	O zero: valor, utilidade, colocação.	Sistema monetário: leitura e escrita de quantias até milhares de cruzeiros. Valor aquisitivo das quantias estudadas.	Operações sobre inteiros e decimais.
Noção de números pares e ímpares: sequência de números pares de 2 a 100 e números ímpares de 1 a 99	Sistema monetário conhecimento prático	Problemas sobre os itens do programa.	Cálculo de porcentagem.
As quatro operações: exercícios com 1 algarismo (multiplicar e dividir), exercícios com 2 algarismos (somar e diminuir) sem reservas	Conhecimento prático do metro, litro, quilo e seus múltiplos e submúltiplos. Medição do tempo e relógio	Linhas: uso da régua, compasso e esquadro.	Sistema monetário brasileiro: conhecimento completo e prático – cálculos.
Sistema monetário: conhecimentos	Superfície – plano, curva, horizontal e	Ângulos: reto, agudo e obtuso	Estudo de paralelogramo,

práticos de moedas metálicas e papel moeda até 100 cruzeiros	vertical		losango e trapézio.
Estudo da esfera, do cubo e do cilindro	Linhas em geral	Triângulo:preliminares.	A circunferência e o círculo.
Problemas orais e escritos	Algarismos romanos até 30		Perímetro: área dos quadriláteros e triângulo.
Algarismos romanos até XII			Volume do paralelepípedo e do cubo.
Fonte: Arquivo e Museu Histórico de Paranaíba.			

Não foi sem intencionalidade que elencamos primeiro as disciplinas de Português, Aritmética e Geometria. Primeiramente, porque os conteúdos das duas disciplinas são bem mais extensos que de todas as outras, o que demonstra que são as disciplinas de excelência desse programa; segundo que, na análise dos cadernos dos professores, essas disciplinas ganham destaque especial, pois sempre as aulas começavam com uma das duas; por último, não se encontram em nenhum momento os professores utilizando uma das duas disciplinas para relacioná-la com as outras disciplinas, ou seja, as aulas e as crianças eram vistas pelos professores e pelo programa como compartimentos que deveriam ser preenchidos com conteúdos sistematicamente.

Quando intencionamos analisar o currículo, buscamos compreender o que a instituição espera dos alunos e o que pretende que eles alcancem.

A análise do currículo é uma condição para conhecer e analisar o que é a escola como instituição cultural e de socialização em termos reais e concretos. O valor da escola se manifesta fundamentalmente pelo que faz ao desenvolver um determinado currículo, independentemente de qualquer retórica e declaração grandiloquente de finalidades (SACRISTÁN, 2000, p. 17).

Quando André Chervel (1990) aponta que a escola tem uma dupla função na sociedade, que a instrução das crianças não é o seu único objetivo e que a criação das disciplinas escolares, conjunto de cultura acumulado por longo período, secretou que as disciplinas escolares são também parte da cultura escolar, isso faz com que algumas disciplinas sejam vistas como melhor resolvidas que outras. Fato que se pode atribuir ao ensino da língua portuguesa e da aritmética.

Apesar de uma aparente modernização do currículo, os professores e o próprio programa não conseguiam fazer essa ligação.

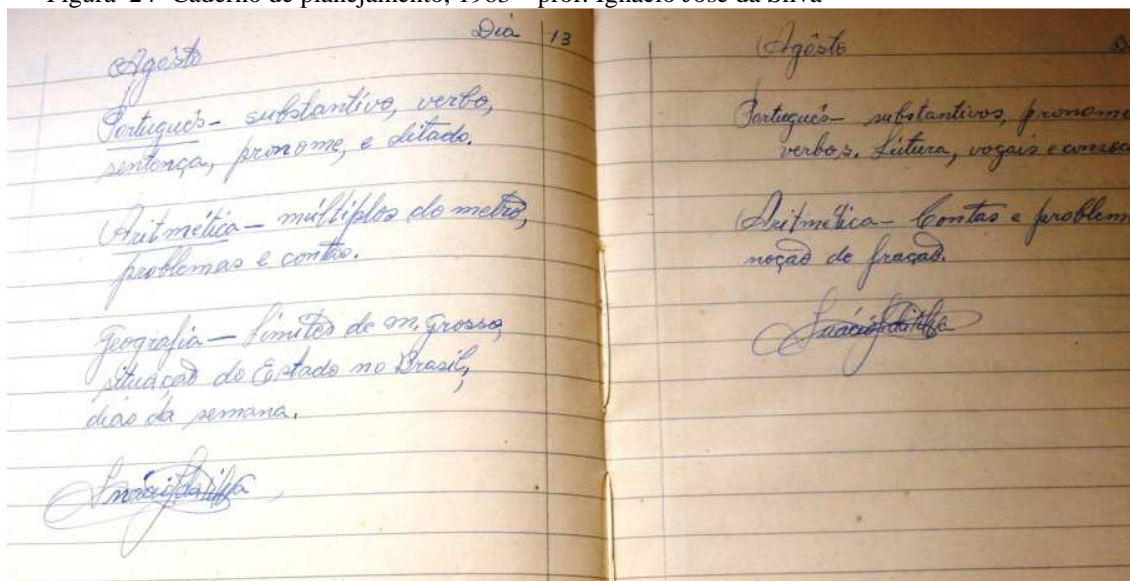
Na opinião comum, a escola ensina as ciências, as quais fizeram suas comprovações em outro local. Ela ensina à gramática porque a gramática, criação secular dos linguistas, expressa a verdade da língua; ela ensina as ciências exatas, como matemática, e, quando ela se envolve com a matemática moderna é, pensa-se, porque acaba de ocorrer uma revolução na ciência matemática (CHERVEL, 1990, p. 180).

Em seu conjunto, os dados analisados informam que o Patronato São José tinha no seu bojo a utilização do programa de ensino dos grupos escolares do Estado de Mato Grosso, a única diferença como já relatado é que, nessa instituição, os meninos eram internos. O *status* dado às disciplinas de Português e Aritmética no caderno dos professores aponta para a ideia de que seu conhecimento e o que eles julgavam importante ainda estava relacionado à trilogia leitura-escrita-cálculo.

No quadro de aritmética na primeira coluna que se refere ao primeiro ano, existe um item do conteúdo que chama atenção pela forma como foi colocado, ‘Estudo concreto até 100. Contagem e escrita’, como será que era realizado esse estudo para a construção do número até cem de forma concreta? Essa é uma dúvida que não conseguimos sanar, pois nos cadernos havia os conteúdos, mas não são mostradas as estratégias usadas para se chegar a esse fim e, nos depoimentos dos alunos e dos professores, essa categoria não aparece.

A metodologia desenvolvida para o ensino da língua materna é a sintética, que parte do ensino gradativo das sílabas, palavras, sentenças, para só depois chegar a um texto.

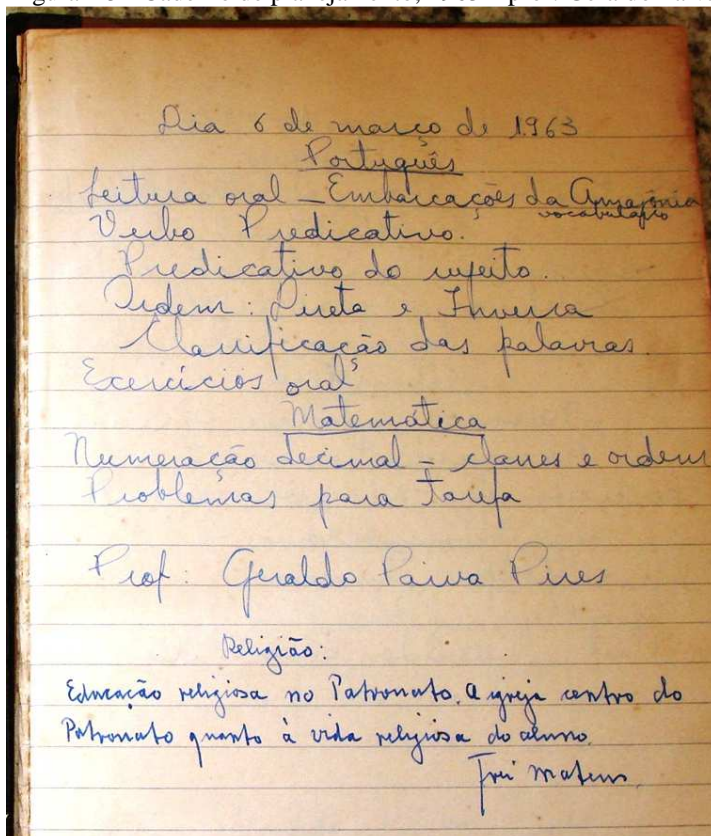
Figura 24- Caderno de planejamento, 1963 – prof: Ignácio José da Silva



Fonte: Arquivo Histórico Municipal.

Nas séries mais adiantadas, percebemos que o conteúdo também é trabalhado no mesmo formato das séries iniciais. Seria relevante que tivéssemos o caderno dos alunos para certificar-se de que o proposto no caderno de planejamento realmente foi feito em sala de aula.

Figura 25 - Caderno de planejamento, 1963 – prof: Geraldo Paiva Pires



Fonte: Arquivo Histórico Municipal.

Ao escolher a figura acima, tivemos uma intenção pois, além de ilustrar o ensino de aritmética que estava envolto como destaque no ensino, aparece no rodapé do planejamento uma observação sobre o ensino religioso, colocando a vida religiosa dos alunos como centro do atendimento no Patronato São José.

Quadro 13- Programa dos Grupos Escolares do Estado de Mato Grosso (Geografia).

GEOGRAFIA			
1ºANO	2ºANO	3ºANO	4ºANO
Divisão do tempo: dia, mês e ano.	Estações do ano.	Localização do estado de Mato Grosso no Brasil: estados limítrofes.	Estudo da geografia física de Mato Grosso: serras, rios, cidades, montanhas e limites.
Observação sobre o estado do tempo: calor, frio, chuva e vento. Dias claros e sombrios, etc.	Denominação das terras e águas: ilha, península, serra, rio, baía, etc.	Zonas em que está dividido o estado.	Recursos econômicos de Mato Grosso
Pontos cardeais.	A terra, o sol, a lua as estrelas, o dia e a noite.	Superfície e população.	Estudo da geografia física do Brasil – limites, superfície, população, serras, rios, cidades, etc. Territórios e capitais.
A escola: localização, situação da sala de aula no prédio.	Influência do sol e da chuva na vida da localidade.	Meios de transporte e comunicação.	Os continentes e os grandes oceanos.
Município, Estado e País.	Meios de transporte e comunicações.	Forma e movimento da Terra.	A Terra: linhas e círculos. Zonas.
Diferença entre: bairro, povoado, vila, cidade, etc.	Riquezas do Estado de Mato Grosso.	Pontos colaterais: ideia geral do globo, suas linhas e zona.	
Tráfego e trânsito.		Cartografia: mapa de Mato Grosso, contornos do Brasil.	
Fonte: Acervo Arquivo e Museu Histórico de Paranaíba.			

De acordo com a orientação que acompanha o programa:

O fator mais importante para a aprendizagem é a experiência ou atividade do educando; o método geral de ensino deve ser portanto, levar a criança a observar, por si mesmo, a realidade geográfica, que envolve diretamente excursões por exemplo, ou indiretamente através da objetivação por gravuras, plantas, mapas, globos terrestres celestes e gráfico. Tendo deixado de ser matéria puramente descritiva para se tornar principalmente, explicativa ou interpretativa, vem tornar obrigatório o uso constante de mapas para maior fixação da aprendizagem.

Ao professor não deve escapar o conselho de rospide: “em geografia como em tudo, deve-se fazer compreender o que se ensina, e para compreender geografia é indispensável saber ver o terreno em suas representações, ou seja, nos mapas”. (PROGRAMA DOS ESTUDOS ESCOLARES, ORIENTAÇÃO E METODOLOGIA GERAL, 1961).

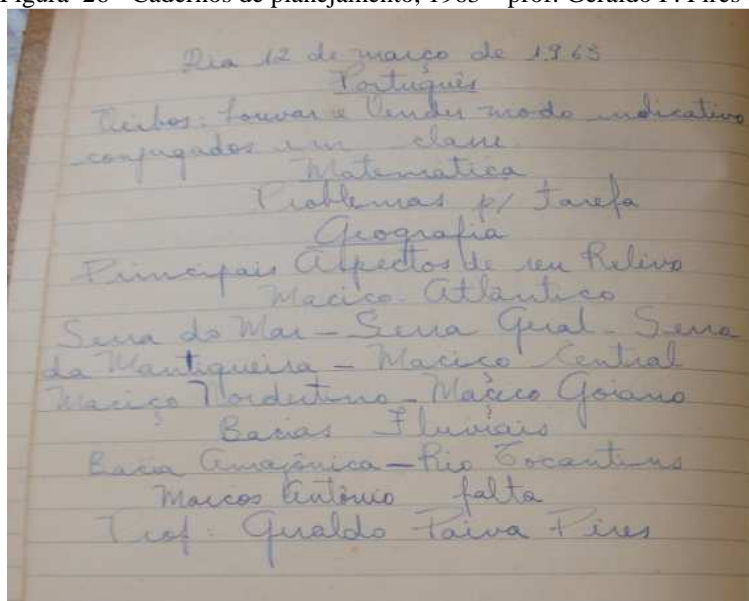
No início da citação, há um trecho que chama atenção, pois é possível perceber claramente a orientação escolanovista, “O fator mais importante para a aprendizagem é a

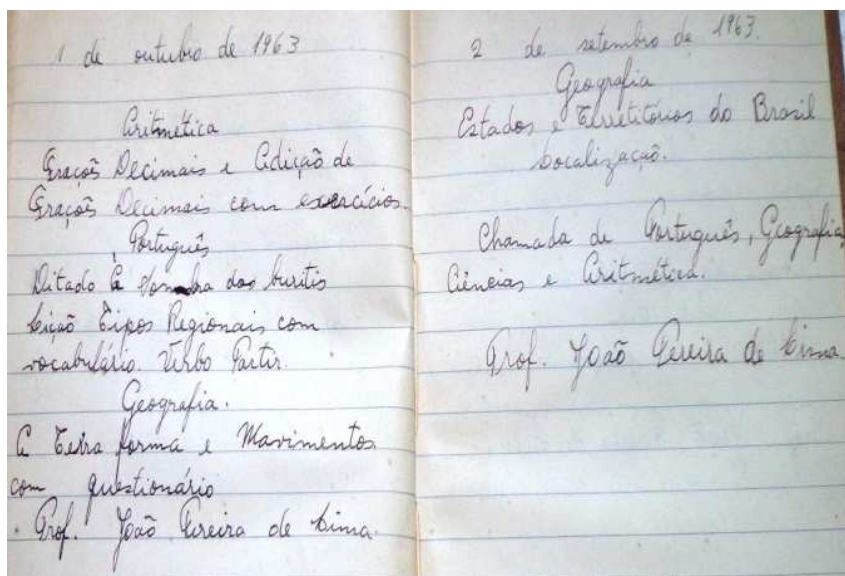
experiência ou atividade do educando”. Durante o embate entre escolanovistas e defensores do ensino intuitivo, a questão era justamente essa: a atividade da criança, a construção do conhecimento por ela, a sua centralidade no processo educativo, a relação método/conteúdo.

Qual o motivo para colocar a citação acima? A orientação para o trabalho da disciplina ao se pensar no período que foi escrito, está muito atual, a prática/conhecimento que se exigia do professor faz com que ele tenha um conhecimento mais amplo para realizar tal trabalho, mas a simples confrontação do programa/orientação com os cadernos de planejamento demonstram que a disciplina era trabalhada de forma bastante descritiva e não foi encontrado nenhum relatório de algo que leve a inferir que os alunos tinham contato com material que possibilitasse essa interpretação para a compreensão.

Nessa orientação metodológica, percebemos que o escolanovismo estava presente, mas a prática dos professores descrita nos cadernos de planejamento não era a de propor a observação para a construção do conhecimento pelo aluno, simplesmente a memorização era cobrada, com lições enfadonhas.

Figura 26 - Cadernos de planejamento, 1963 – prof: Geraldo P. Pires e João P. de Lima.

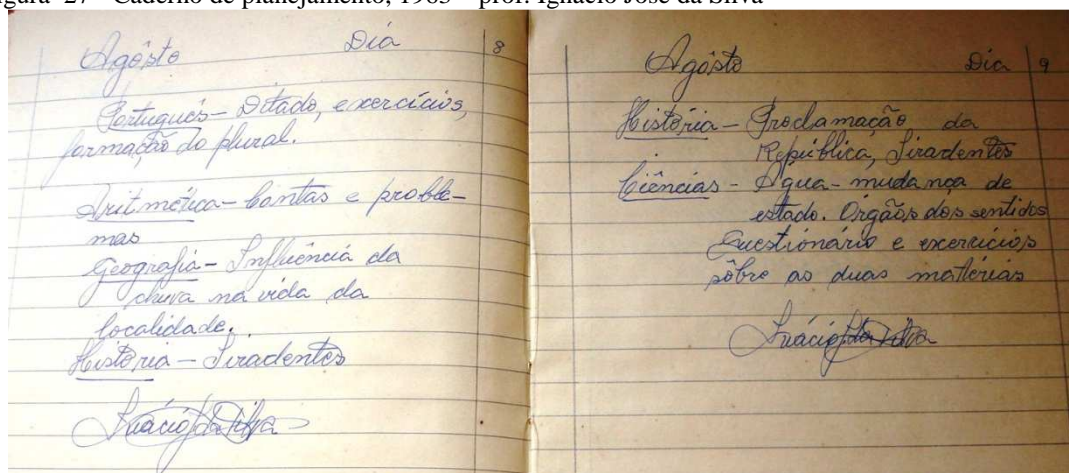




Fonte: Arquivo Histórico Municipal.

Conforme Souza (2008, p. 29), “o ensino de geografia, por sua vez, encontrava-se em plena transformação, isto é, deixava de apenas descrever o meio físico para também explicar”. Os modernos métodos pedagógicos exigiam a utilização de mapas em relevo, globos e atlas. Observando o que orienta a conduta dos professores com relação ao ensino de Geografia, percebemos que a essa disciplina era dada pouca ênfase.

Figura 27 - Caderno de planejamento, 1963 – prof: Ignácio José da Silva



Fonte: Arquivo Histórico Municipal.

A figura 22 ilustra como foi o ensino de Geografia e também o de História. e é fato interessante que, na disciplina de História, nesse caderno, as datas cívicas, Tiradentes, Independência e Proclamação da República, começam a ser curiosamente trabalhadas no mês de agosto, pois Tiradentes comemora-se em abril, Independência, em setembro e Proclamação da República, em novembro. Qual seria o motivo para que essas datas ficassem aglomeradas? As datas cívicas eram contempladas no planejamento especialmente para atender a um fim para o qual a escola primária foi criada, civilizar os alunos. Mais uma vez, podemos perceber que as disciplinas nobres sempre são as primeiras no caderno de planejamento.

Por um lado, ao pensarmos em história como disciplina escolar, buscamos a sua gênese na França em um “cenário das transformações revolucionárias do final do século XVIII, em meio à defesa da educação universal, pública, gratuita, laica e obrigatória (CAIMI, 2005, p.01), por outro lado no Brasil, sua constituição enquanto disciplina ocorre “algumas décadas mais tarde, com a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB, em 1838. Sua missão primordial era elaborar uma história nacional e difundi-la nas salas de aula” (CAIMI, 2005, p.01)

Quadro 14- Programa dos Grupos Escolares do Estado de Mato Grosso (História)

HISTÓRIA			
1ºANO	2ºANO	3ºANO	4ºANO
Conhecimentos sucintos relacionados com as grandes datas nacionais.	Fundação de Cuiabá.	Descobrimento do Brasil: indígenas	Descobrimento da América e do Brasil – indígenas.
Descobrimento do Brasil.	Indígenas: usos e costumes.	Inconfidência Mineira: o grito do Ipiranga.	Colonização – a expedição de Martin Afonso de Souza. Capitânias hereditárias. Governos gerais.
Independência.	Tiradentes.	Os governos gerais: Tomé de Souza, Duarte	Domínio Espanhol. Invasão dos franceses e

		da Costa e Mem de Sá.	holandeses.
Proclamação da República.	Independência da República.	Abolição dos escravos- o governo de D. Pedro II.	Bandeiras e Bandeirantes.
	Bandeirantes.	A proclamação da República – primeiros atos do novo governo.	A independência – Inconfidência – o grito do Ipiranga.
	Vultos históricos: Duque de Caxias, Feijó, José Bonifácio, etc.	Principais episódios da guerra do Paraguai relacionados com o estado de MT.	1º e 2º Império.
		Resumo histórico de Mato Grosso.	Proclamação. Os grandes republicanos, os presidentes. O Brasil atual e seus vultos.
Fonte: Acervo Arquivo e Museu Histórico de Paranaíba.			

A história é utilizada como disciplina com o propósito de que a educação tenha o papel de desenvolver o ser humano e o faça crescer socialmente. Nesse período, tinha o formato de ensinar a história dos heróis, dos grandes fatos, das datas cívicas de importância para o país e o mundo. Ao observarmos o programa e os cadernos deparamo-nos com essa situação que contempla grandes acontecimentos, grandes vultos, uma história que acontece de forma linear. No entanto, a orientação/metodologia tem uma proposta que contradiz com os documentos citados, num primeiro momento ela orienta para se ensinar os grandes fatos, mas em seguida ressalta que o professor tem que desenvolver no aluno competências para que ele perceba a causalidade e continuidade histórica. O aparecimento da palavra competência, nos anos 1960, foi um tanto quanto surpreendente. Ela é muito próxima do se propõe para o ensino atualmente.

São as seguintes as principais características da moderna orientação do ensino de história:

- a) a importância maior atribuída à história da civilização, pela qual se procura conhecer os resultados dos esforços do homem através do tempo, principalmente as suas realizações culturais;
- b) o apelo maior a reflexão do aluno, o exercício de sua capacidade interpretativa e de relacionamento e crítica dos fatos históricos;
- c) o essencial não é a memorização de datas e nome (daí a redução da nomenclatura e da cronologia ao mínimo indispensável). Mas a compreensão, pelos alunos, da causalidade ou da continuidade histórica, e de que o presente é uma consequência do passado e uma preparação para o futuro. As lições devem ser cuidadosamente preparadas e ilustradas e o professor dará a criança indispensável compreensão do fato, levando-a depois a descobrir por si mesma, os acontecimentos que o motivaram e as consequências decorrentes (PROGRAMA DOS ESTUDOS ESCOLARES, ORIENTAÇÃO E METODOLOGIA GERAL, 1961).

Novamente, observamos a proximidade entre essa orientação metodológica e o que era proposto no escolanovismo que enfatizava:

a história, conteúdo à primeira vista tão pouco adequado à observação, pode ser ensinada por esse método, desde que tenha seu início com a observação dos fatos contemporâneos, prosseguindo com aproximações graduais e sucessivas dos acontecimentos passados, por meio de seus traços materiais observáveis, fazendo-se uso da história pitoresca, da história dos costumes, dos hábitos e da indústria, que são temas acessíveis às crianças (VALDEMARIN, 2006 p. 95).

No ideário da Escola Nova, o que se propagava era a centralidade do aluno no processo pedagógico, portanto não observamos tal ênfase quando analisamos os cadernos de planejamento dos professores.

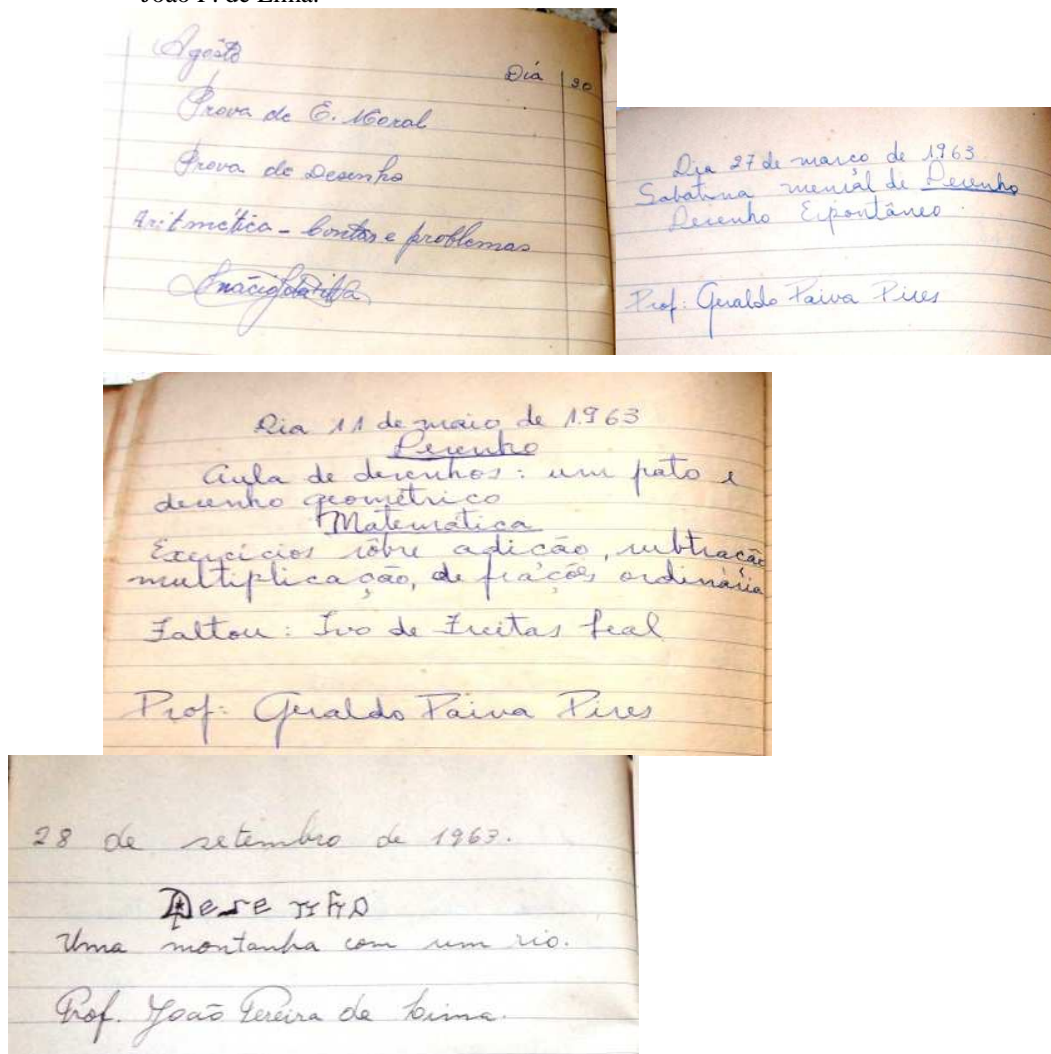
Quadro 15- Programa dos Grupos Escolares do Estado de Mato Grosso (Desenho).

DESENHO			
1ºANO	2ºANO	3ºANO	4ºANO
Desenho espontâneo e livre.	Desenho geométrico.	Desenho de imaginação.	Desenho espontâneo e livre.
Desenho orientado, visando à coordenação visomotora e colorido.	Cópia natural.	Desenho geométrico.	Desenho sugerido.
	Desenho livre e espontâneo.	Desenho ornamental e sua aplicação.	Desenho geométrico.
Fonte: Acervo Arquivo e Museu Histórico de Paranaíba.			

As disciplinas de Desenho, Trabalhos Manuais e Canto têm a mesma orientação, porém, no Patronato São José, as disciplinas de Trabalhos Manuais, Cantos e Hinos não aparecem no caderno de planejamento, tampouco nas avaliações. Concluímos então que existia somente a disciplina de Desenho.

Observando os conteúdos que constam no programa e comparando com os cadernos de planejamento, notamos que não eram disciplinas consideradas relevantes pelos professores. Em determinado momento, não se encontra conteúdo registrado no caderno, porém no período de avaliação o nome da disciplina consta, disso deduzimos que de fato ela existia, mas era considerada menos importante, ou somente aparecia no quadro de avaliações e não era desenvolvida regularmente.

Figura 28- Caderno de planejamento, 1963 – professores: Geraldo P. Pires, Ignácio J. da Silva e João P. de Lima.



Fonte: Arquivo Histórico Municipal.

Durante o mês de agosto, a disciplina de Desenho, no caderno de planejamento do Professor Ignácio, não foi trabalhada em nenhum momento, no entanto aparece no dia da avaliação, não sabemos de que modo esse conteúdo foi abordado com os discentes. Porém, no planejamento do professor Geraldo, a disciplina é contemplada sistematicamente.

A disciplina de Desenho deveria seguir a seguinte orientação/metodologia:

Visando a escola popular dar à criança elementos que a formem cidadão útil a si e a coletividade, terá ele que se manter no campo do aprendizado do desenho dentro das normas que o bom senso determina, pondo de lado as opiniões extremadas. Assim, a criança do 1º ano, se dará a oportunidade para desenvolver a coordenação viso-motora, ao mesmo tempo que fixa no papel seus sentimentos; as de 2º ano, dará uma certa orientação estética, as do 3º ano e do 4º ano já com manifestação de personalidade mais definidas, dará a escola oportunidade para que possam demonstrar pendores artísticos bem claros e, conseqüentemente, o seu desenvolvimento no campo da arte,

enquanto que as dotadas de simples habilidades desenhísticas a orientação será dirigida para fins práticos e utilitários. (PROGRAMA DOS ESTUDOS ESCOLARES, ORIENTAÇÃO E METODOLOGIA GERAL, 1961).

Novamente, fica ilustrada a influência que o escolanovismo tinha na elaboração dos documentos oficiais, mas que não foram suficientemente motivadora para que se tornasse prática no cotidiano escolar.

Em conformidade com os cadernos de planejamento, os professores imprimiam à disciplina um simples cumprir currículo, não era despertado nesses alunos nenhum gosto artístico e o que era pedido pelos professores eram desenhos espontâneos e alguns desenhos dirigidos, como por exemplo: desenhe uma casa, uma igreja, um navio etc.

Quadro 16 - Programa dos Grupos Escolares do Estado de Mato Grosso (Ciências naturais e físicas).

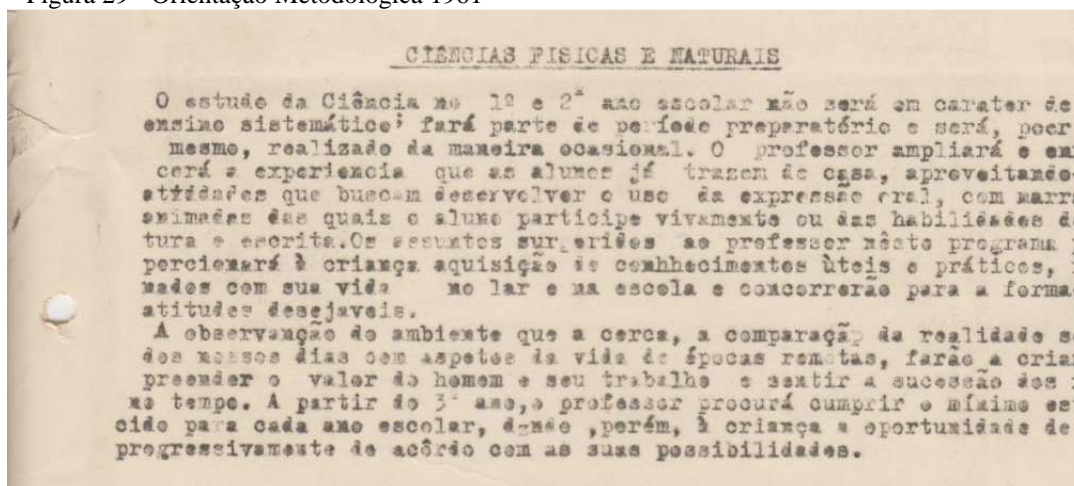
CIÊNCIAS NATURAIS E FÍSICAS			
1ºANO	2ºANO	3ºANO	4ºANO
Estudo sumário de animais, plantas do meio ambiente das crianças.	Classificação dos animais.	Noções sobre digestão, respiração e circulação.	Revisão do 3º ano.
Noções de corpo humano, para identificação dos órgãos dos sentidos, dos membros e suas funções.	Estados dos corpos na natureza: sólido, líquido e gasoso.	Os 5 sentidos.	Corpo humano.
A água, o ar e o sol como elementos indispensáveis à vida.	A água: mudança de estado.	Animais: classificação dos animais, classificação dos mamíferos.	Animais: estudo sumário dos vertebrados e invertebrados.
Fontes de luz e calor.	Noções sobre o corpo humano.	Plantas: estudo das suas partes- utilidade.	Plantas: órgão de nutrição.
	Plantas – estudo de suas principais partes.	Minerais.	Água e o ar.
	Os três reinos da natureza: minérios, apenas citações.		Calor: fontes, efeitos e propagação
			Eletricidade e magnetismo – breve noção.
Fonte: Acervo Arquivo e Museu Histórico de Paranaíba.			

Fato curioso na disciplina de Ciências Físicas e Naturais é que nas orientações é sugerido ao professor que ele avance com os conteúdos de acordo com a possibilidade da criança. Isso era para acontecer a partir do 3º ano, porém não foi possível encontrar nos cadernos de planejamento nada que demonstrasse como ocorria de fato, o que não deixa de ser algo instigante. Já nas séries iniciais, fica subentendido que os trabalhos deveriam

acontecer com assuntos próximos às crianças, ou seja, a simplificação, noções elementares e o próprio caráter prático induzem a pensar que acontecia dessa maneira.

A noção dos conceitos deveriam ser construídas à partir do que o aluno sabe, certo ou errado, isso deveria ser averiguado para depois ser melhorado.

Figura 29 - Orientação Metodológica 1961

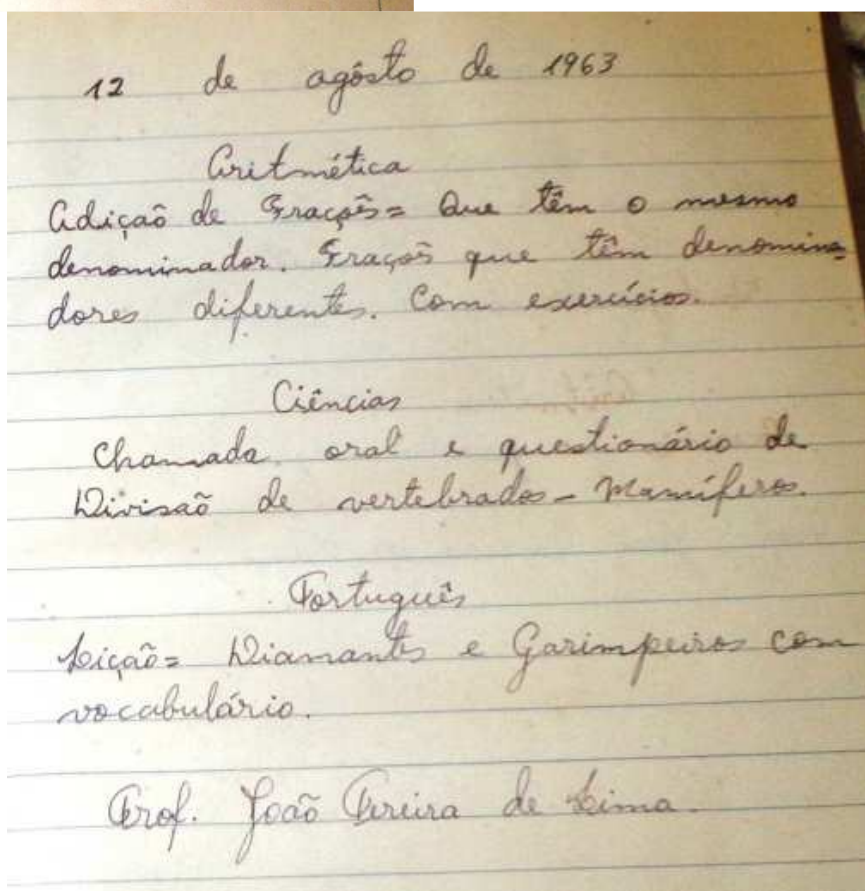
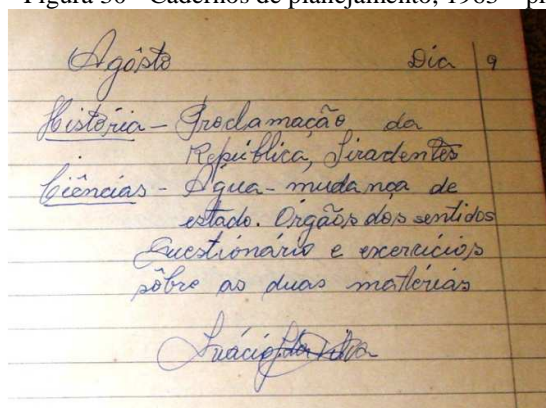


Fonte: Arquivo Histórico Municipal.

De acordo com a figura 24, a orientação é bastante subjetiva. O que seria ter um caráter sistematizado de ensino? Podemos pensar que não seria necessário um desenvolvimento mais aprofundado dos temas, ou talvez, trabalhar somente o que fosse de interesse do aluno nessa faixa etária, ou já estava sendo proposto que os professores agissem de forma diferenciada, que o conhecimento deixasse de ser ensinado e passasse a fazer parte de um aprendizado? Isso demonstra como os programas educacionais tinham a influência do movimento escolanovista, mesmo que de forma implícita.

A proposta de um ensino de ciência com base no conhecimento empírico e prático é uma característica do escolanovismo, “o aluno era instado a observar fatos e objetos com o intuito de conhecer-lhes as características em situações de aprendizagem” (VIDAL, 2007, p.509). Não temos indícios, nem nos depoimentos e tampouco nos cadernos de planejamento, de que o ensino de Ciências acontecesse em conformidade ao que era proposto pelo movimento escolanovista.

Figura 30 - Cadernos de planejamento, 1963 – professores: João Pereira de Lima e Ignácio José da Silva.



Fonte: Arquivo Histórico Municipal.

Percebemos, ao analisar os cadernos, que o estudo das ciências acontecia muito por meio de pontos, questionários e chamada oral, o que reflete o despreparo dos professores, pois esses não tinham formação específica para atuarem no ensino primário, o que os tornava repetidores de práticas já vivenciadas por eles no período que estudaram, assim não conseguiam ter uma postura que envolvesse experiências práticas conforme sugerido nas orientações. O movimento escolanovista está implícito no programa, porém, os professores não eram capazes de propor essa mudança.

Quadro 17 - Programa dos Grupos Escolares do Estado de Mato Grosso (Educação Cívica Moral e Social).

EDUCAÇÃO CÍVICA MORAL E SOCIAL			
1ºANO	2ºANO	3ºANO	4ºANO
A vida da criança no lar, na escola e na sociedade.	Colaboração com as benfeitorias estaduais e municipais: o respeito à rua, aos monumentos, jardins, etc.	Pátria: deveres do cidadão.	Revisão dos anos anteriores
Bandeira Nacional: significação das suas cores e de seu dístico.	Comemorações cívicas e o símbolo da pátria.	Formas de governo e seus poderes.	Noção da organização política da República.
Hino Nacional: palestra	Noções de autoridade e ordem no lar, na escola e na sociedade.	Como são constituídos os governos estaduais e municipais.	Deveres do cidadão: registro civil, impostos, serviço militar, eleições.
		O voto e as eleições.	O trabalho e o voto.
Fonte: Acervo Arquivo e Museu Histórico de Paranaíba.			

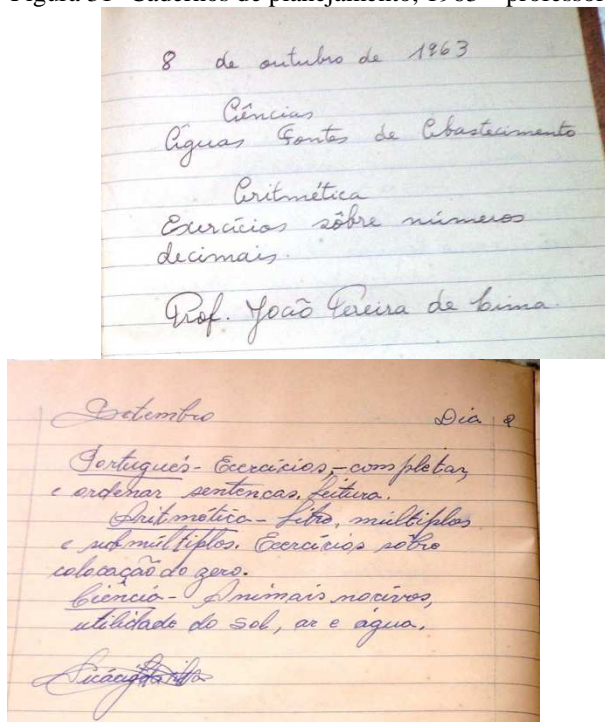
Nada consta na orientação/metodologia sobre as disciplinas de Educação Cívica, Moral e Social e Higiene. Portanto, nos cadernos de planejamento a disciplina de Educação Cívica aparece em um caderno quinzenalmente e no outro, no início do caderno, aparecia nos planos, depois passa a ser registrada somente no período de avaliação. Entretanto, essa disciplina teve um caráter civilizatório, pois o país precisava que seu povo se abrisse, que ele fosse envolvido no amor à pátria. Essa era a função primeira da disciplina, a patriotização das crianças. O período político do país exigia que fosse ensinado nas escolas o culto à bandeira e os hinos eram obrigatórios nas escolas. Ensinar como se constitui o governo e quais obrigações tem-se enquanto cidadão era função da escola.

Quadro 18- Programa dos Grupos Escolares do Estado de Mato Grosso (Higiene)

HIGIENE			
1ºANO	2ºANO	3ºANO	4ºANO
Asseio em geral: vestuário, corpo, casa, etc.	Arejamento das habitações.	Compreender e evitar as moléstias comuns: sarampo, varicela, verminoses, etc.	Alimentação racional: importância.
Limpeza: unhas, dentes, nariz, boca, etc.	Moléstias contraídas através dos animais domésticos.	Alimentação: asseio na maneira de fazer e comer.	A boa nutrição: suas características.
Uso do calçado (ancilostomose - amarelão)	Combate aos insetos caseiros.	A água: sua utilidade.	A saúde: histórico do conceito de contágio - portas de entrada dos micróbios.
			Noções sobre as doenças: verminoses, tuberculose, difteria, febre tifóide, varíola.
Fonte: Acervo Arquivo e Museu Histórico de Paranaíba.			

Na análise dos cadernos, percebemos que alguns dos conteúdos de higiene eram trabalhados na disciplina de ciências. Não é possível afirmar que isso ocorreu intencionalmente, sendo um fato observado, mas não uma constante que seja capaz de afirmar que não se diferenciavam os conteúdos das duas disciplinas.

Figura 31- Cadernos de planejamento, 1963 – professores: João Pereira de Lima e Ignácio José da Silva.



Fonte: Arquivo Histórico Municipal.

Pensando nos cadernos de planejamento, é instigante e curioso refletir como seria o conteúdo de acordo com o que está descrito no caderno de planejamento do professor Ignácio como 'ciências – animais nocivos, utilidade do sol, ar e água'. Qual seria a relação dos animais com os demais elementos? Com qual intenção esses itens foram abordados juntos? Fica uma questão que provavelmente não conseguiremos responder.

Quadro 19- Programa dos Grupos Escolares do Estado de Mato Grosso (cantos e hinos).

CANTOS E HINOS			
1ºANO	2ºANO	3ºANO	4ºANO
Não consta no programa.	Hinos patrióticos.	Canções e hinos escolares.	Hinos oficiais.
	Cantos recreativos.	Hinos patrióticos	Estudo biográfico de compositores célebres.
		Cantos folclóricos de Mato Grosso.	Canções, marchas e hinos escolares.
Fonte: Acervo Arquivo e Museu Histórico de Paranaíba.			

Conforme analisado no programa para os grupos escolares, a disciplina de Trabalhos Manuais é a única que separa o conteúdo em feminino e masculino. Entretanto, como o Patronato São José atendia somente meninos, podemos desconsiderar o que se reporta ao sexo feminino.

Quadro 20- Programa dos Grupos Escolares do estado de Mato Grosso (trabalhos manuais masculino e feminino).

TRABALHOS MANUAIS (masculino e feminino)			
1ºANO	2ºANO	3ºANO	4ºANO
Recortes e dobraduras	Cartonagem e modelagem (masc.)	Recorte, modelagem, cartonagem e tecelagem (masc.)	Recorte, cartonagem, modelagem, tecelagem (masc.)
Tecelagem e modelagem	Pequenos trabalhos com barbante (masc.)	Trabalhos de barbantes e madeira(masc.)	Trabalhos de barbantes e madeira (masc.)
Pontos de agulha: pontos de marca e alinhavo.	Agulha: ponto cruz, haste, chuleio, franzir (fem.)	Agulha: ponto nó, arroz, pé de galinha e mais os dos anos anteriores (fem.)	Tricô e crochê – revisão dos anos anteriores (fem.)
	Tricô: direito e avesso (fem.).	Tricô: direito, avesso e sanfona (fem.)	Agulha: ponto paris, bainha e laçada, pregamento de botões, alças e casas (fem.)
			Economia doméstica – alimentação, habitação, asseio, e enfermagem.
Fonte: Acervo Arquivo e Museu Histórico de Paranaíba.			

É forçoso constatar que, ao analisarmos os cadernos de planos de aula, não encontramos em nenhum momento algo que se referisse à disciplina de Trabalhos Manuais então conclui-se que ela fazia parte do programa, mas não foi ministrada nessa instituição, ao menos no período em estudo.

Quadro 21- Programa dos Grupos Escolares do estado de Mato Grosso (Educação Física).

EDUCAÇÃO FÍSICA			
1ºANO	2ºANO	3ºANO	4ºANO
Exercícios respiratórios, marcha, corrida, saltos, ataque e defesa.	Programa o 1º ano	Vide o programa o do 2º ano.	Evoluções e formações – atividades rítmicas.
Sessões de jogos e recreação	Flexionamento simples	Sessões de pequenos jogos.	Sessões de jogo.
	Exercícios mínimos.		Iniciação esportiva.
	Marcha com canto.		
Fonte: Acervo Arquivo e Museu Histórico de Paranaíba.			

A disciplina de Educação Física também não compõe atividade regular no caderno de planejamento dos professores. O que torna perfeitamente plausível a hipótese de que a disciplina era oferecida por outro professor pois, nos depoimentos dos alunos, eles se recordam de atividades com bola (futebol), provavelmente oferecidas como lazer e não propriamente como disciplina.

A diversão era jogo de futebol, a gente passava a semana inteira esperando para jogar com outros times. Teve um domingo que não teve jogo, porque nós inventamos de incentivar um amigo o Ivo Leal, filho, já falecido, irmão do Ivon, filho do Senhor Bastiãozinho Leal, família grande aqui de Paranaíba, a pular lá de cima do quarto, fazer uma espécie de paraquedas, e nós buscamos com o carrinho de pedreiro a areia para colocar onde ele ia pular para amortecer a queda dele. Com cobertor ou lençol, não me lembro, fizemos uma armação, graças a Deus ele pulou mas não aconteceu nada com ele, mas por ter feito isso o padre colocou todo mundo de castigo, então naquele domingo não teve jogo de futebol, todo mundo ficou trancado dentro do dormitório deitado e eu não sei se teve que cobrir com o cobertor. (ENTREVISTA ANTONIO JOÃO GRANDE DE MELLO, 23/09/2011).

A atividade física era usada como forma de premiação. Dependia do comportamento do aluno para que pudesse ou não participar desses momentos, em vários depoimentos essa mesma fala se repete, bem como de que os responsáveis por essas atividades de recreação e físicas eram um pároco e o zelador.

Eu era craque em pião, esse brinquedo que com cordinha você joga e ele fica rodando, o prédio era composto de dois andares e eu do andar de baixo lembro que eu consegui fazer ele tocar lá em cima no primeiro andar. Os nossos brinquedos eram futebol, pião, biloquê e birola, bolita bola de gude, a não ser pega pega, pique salva. O padre era uma pessoa esportista, incentivava todos na prática do esporte, mesmo porque era uma boa técnica até porque era uma prática que ele usava para castigar, o aluno que não fazia alguma coisa ele deixava sem jogar futebol. (ENTREVISTA HILÁRIO CARLOS DE OLIVEIRA, 2011).

O depoimento anterior comprova que a atividade física fez parte do currículo da escola e era utilizada e vista como um meio de conter as crianças nas suas peraltices. Não se percebia a atividade física como construtora do desenvolvimento e das capacidades motoras da infância. O que remete-nos a pensar que não era uma disciplina de excelência para os construtores da prática curricular e as crianças com certeza a tinham como o melhor momento na instituição o que foi possível depreender dos depoimentos dos alunos.

Quadro 22- Programa dos Grupos Escolares do estado de Mato Grosso (Caligrafia).

CALIGRAFIA			
1ºANO	2ºANO	3ºANO	4ºANO
Exercícios em cadernos apropriados: letras e palavras.	Programa do 1º ano.	Não consta no programa.	Não consta no programa.
	Sentenças.		
Fonte: Acervo Arquivo e Museu Histórico de Paranaíba.			

Antigamente, a caligrafia, aqui remetemos ao início do século XIX, era oferecida somente a uma parcela privilegiada da população, “mesmo se o professor estivesse plenamente habilitado a ensinar caligrafia, tal ensino era reservado àqueles alunos que não tinham abandonado a sala de aula depois dos dois ou três curtos anos necessários para aprender a ler” (HÉBRARD, 2001, p.117). Com a popularização da escola, ela passou a compor o cotidiano escolar. Pode-se afirmar que se tornou um dispositivo pedagógico o qual, segundo Anne Marie Chartier (2002), pode ser nomeado como um dispositivo assimilado. Os professores utilizavam tão frequentemente que não se questionava sobre sua eficácia.

Caligrafia foi uma disciplina que gerou curiosidade ao ser analisada, pois ela não consta nos programas do 3º e 4º ano, porém nos cadernos de planejamento ela aparece com frequência e os alunos realizavam sabatinas dessa disciplina. Sabe-se que a caligrafia foi objeto de muitas pesquisas que afirmavam que ela tinha a capacidade de dominar o corpo das crianças, por isso era cobrada com tanta ênfase nas escolas. Realmente a caligrafia era para ser utilizada somente nos anos iniciais do ensino, no entanto isso se prolonga.

Apesar de não hegemônica a proposta da “caligrafia muscular”, que associava à disciplinarização corporal do aluno um controle mais minucioso do tempo individual, permitia compreender os novos desafios da escrita. (VIDAL, 2007, p. 500).

Os pesquisadores da época (1920-1930) debatiam que a frequência na utilização de tal exercício teria influência positiva na postura do aluno, pois se exigia uma forma adequada de

sentar-se, de aproximar-se do caderno. Com isso, foram desenvolvidos diversos manuais e cadernos adaptados para este fim.

A partir de exercícios preparatórios, quando a criança era instada a apurar o controle dos movimentos da mão e do antebraço, seja com desenhos no ar ou no papel, iniciava-se o aprendizado do traçado das letras, palavras e frases. A caligrafia muscular prescrevia uma escrita tipo inclinado e sem talhe, obtida por tração e não pressão, resultado da unidade entre o movimento dos músculos do antebraço e da mão, a postura corporal do aluno na carteira, a posição levemente oblíqua do caderno, o ritmo regular do traçado da letra e a manutenção do lápis ou da pena constantemente sobre o papel. (VIDAL, 2007, p. 501).

Essa postura com relação à caligrafia muscular prolongou-se até 1960. De acordo com Diana Gonçalves Vidal (2007, p. 501), a prática era tão usual que “a Cia Melhoramentos de São Paulo, reedita em 1950, e também a edição, entre 1950 e 1960 [...] vários cadernos de caligrafia adaptados as diferentes séries da escola elementar”. O que demonstra que era uma prática usual e acreditava-se no seu resultado.

4.3 Qual era o perfil profissional do professor do patronato de menores São José

Os profissionais docentes que atuaram nesse período nas escolas primárias nem sempre tinham formação específica, eram leigos que se sentiam atraídos pela profissão, ou mesmo por troca de favores, como é o caso do professor Ignácio José da Silva¹⁵.

Figura 32 - Professor José Ignácio da Silva



Fonte: Arquivo pessoal

¹⁵ Ignácio José da Silva- professor entrevistado, que atuou no Patronato São José.

No seu depoimento, ele ressalta que em troca da moradia, hospedagem e possibilidade de continuar seus estudos, ministrava aulas na instituição, no período matutino. No período vespertino, frequentava o ginásio em uma escola estadual. Durante a noite, cuidava dos alunos internos até o momento de irem para os dormitórios.

Eu morava no Patronato, dormia e comia. De tarde eu saía para ir para a escola eu estudava 5ª série, na Escola José Garcia Leal, eu era estudante, mas para mim foi bom demais, porque eu morava aqui e ia lecionar na fazenda do Antenor Baiano, tinha que viajar 10 km de bicicleta, então quando eles me trouxeram para o Patronato foi bom demais, uma benção. Foi uma vida difícil, mas muito agradável, de muita luta até divertido. (ENTREVISTA PROFº IGNÁCIO JOSÉ DA SILVA, 2010).

Conforme depoimento do professor, ele não recebia salário e o seu trabalho era utilizado como moeda de troca. Ainda assim, sentia-se agradecido por ter possibilidade de um trabalho na cidade e continuar a frequentar o ginásio.

Ao ser indagado sobre sua formação o professor diz:

Eu não era muito jovem, porque comecei a estudar tarde, tinha um pouco de conhecimento porque fiz o ensino de 1ª a 4ª na fazenda, só que não tinha certificado, mas tinha um pouquinho de conhecimento. Com esse pouco de conhecimento o Edyl Ferraz e o Bento Macedo, que era meu patrão, arranjaram para eu lecionar na fazenda figueira. Eu só tinha aquele conhecimentozinho lá da fazenda, mas pela escassez de pessoas qualificadas eles conseguiram para mim. Eu não tinha nem o certificado da 4ª série. Mas nessa época que eu vim para o Patronato é que eu comecei a fazer a quinta série no Wladislau, que no início funcionou junto com o Grupo José Garcia, a dona Esther era diretora do Grupo Escolar José Garcia, e o José Álvaro do Wladislau. (ENTREVISTA PROFº IGNÁCIO JOSÉ DA SILVA, 2010).

Apontamos aqui a ideia de que para ser professor, lecionar em uma escola no interior de Mato Grosso, já nos anos 1960, não se exigia formação qualificada, bastava que tivesse um pouco de conhecimento, boa intenção, uma pessoa que indicasse e tudo estava resolvido. Esse é o perfil do professor que se encontrava na instituição.

Por isso, quando analisamos o caderno de planejamento do professor percebemos que as disciplinas como Português e Aritmética tinham um peso maior nas aulas, pois o próprio professor pouco tinha a oferecer sobre os outros conteúdos. “A concepção de escola como puro e simples agente de transmissão de saberes elaborados fora dela está na origem da ideia, muito amplamente partilhada no mundo das ciências humanas, o lugar do conservadorismo, da inércia e da rotina” (CHERVEL, 1990, p. 182).

Quando questionado sobre como realizava o seu planejamento, o que ele usava de critério para fazer a seleção dos conteúdos que iriam compor o currículo ele afirma que:

Tinham os livros que pegávamos na escola, não sei se vinha da prefeitura, nós pegávamos tudo lá. Não precisa correr atrás de nada, não tinha muito material, era o livro. O caderno os alunos conseguiam. Mas era aquele conhecimento que a gente tinha, não tinha muita assistência igual tem hoje, tem curso, escola tem orientador, naquela época ficava a critério da gente o que ensinar, era aquele conhecimento básico. (ENTREVISTA PROFº IGNÁCIO JOSÉ DA SILVA, 2010).

Ao relatar ‘conhecimento básico’, foi indagado sobre o que seria. Conta que era aprender a ler, a escrever, as quatro operações e um pouquinho de história e geografia. Novamente a declaração faz perceber porque as outras disciplinas não se destacavam no planejamento. E mais ainda, o motivo e a importância dada às matérias clássicas, ou seja, o mais importante na escola é apreender a ler, escrever e contar. Como poderia o professor se aprofundar em outros conteúdos se ele próprio os desconhecia?

As entrevistas são capazes de auxiliar na pesquisa de maneira muito peculiar pois, em situações diferentes, conseguimos realizar a triangulação dos dados e se fôssemos levar em consideração o que está escrito no programa curricular, teríamos um conteúdo muito mais amplo que quando confrontado com o depoimento do professor, faz perceber as dificuldades encontradas, bem como suas singularidades.

Outro professor entrevistado, Génesio Antunes, afirma que ainda cursava o ginásio, mas foi convidado para substituir um professor no Patronato e prontamente aceitou, pois além da possibilidade de ganhar um dinheiro que ajudaria no sustento da sua família, teria um emprego, declarando também que sua família tinha dificuldades financeiras.

Eu fazendo terceira série ginásial, apareceu esse serviço, daí pensei se eu tiver coragem vou arranjar esse emprego, porque daí, posso ajudar em casa. Entrei para substituir um professor. (ENTREVISTA PROFº GENÉSIO ANTUNES, 2010).

Os depoimentos são permeados de valores morais que, ao serem analisados, exigem atenção já que é claro que essa é também função do historiador, atentar-se ao que está nas entrelinhas. O homem aceita o trabalho de professor como uma profissão secundária, algo temporário e assim que tiver uma oportunidade mudará de profissão. Ao ser questionado sobre a dificuldade de entrar numa sala de aula, sendo também aluno, ele prontamente responde:

Eu não tinha experiência, mas não sei se hoje ainda é assim, mas tinha um programa que vinha em um livrinho que você tinha que obedecer durante o ano, das matérias tudo, e lá tinha tudo que precisa ensinar, então eu li tudo aquele programa e eu aplicava aquele programa tudo certinho, eu lecionava 3º e 4º ano tudo junto na mesma classe. (ENTREVISTA PROFº GENÉSIO ANTUNES, 2010).

Outro dado interessante que aparece nessa parte do depoimento é a questão da classe multisseriada, prática essa que não está descrita em nenhum registro escrito do Patronato. Apesar de saber que isso era comum na época de funcionamento do Patronato, nos documentos oficiais isso não aparece registrado. O enfoque dado pelo professor ao manual de instrução de como ensinar determinados conteúdos é feito de um modo tão simplista que parece ser fácil ler e interpretar tais determinações, não julga necessário ter formação para que aquilo seja ensinado, isto é, a partir do que ele vivenciou enquanto aluno, irá buscar em sua memória postura de ex-professores e a partir desse modelo ministrará suas aulas.

O currículo já estava prescrito e mais uma vez identificamos que para ser professor, bastava boa intenção e um pouquinho de conhecimento. O professor Genésio Antunes, no decorrer do seu depoimento, diz “eu lecionei uns dois anos lá. Quando o Banco Financeiro foi inaugurar aqui em Paranaíba, teve o concurso do banco, eu fiz inscrição e passei, quando chamaram eu estava dando aula, daí eu deixei as aulas” (Entrevista Profº Genésio Antunes, 2010). A função de professor era temporária. Nesse local, os professores não tinham formação específica para a docência e as aulas ministradas tinham um valor de moeda de troca.

Analisando um documento de prestação de contas da instituição do ano de 1961, verificamos que o Presidente do Patronato São José, Frei Pedro Holz, contrata dois professores leigos, vindos do estado de Santa Catarina, com curso ginásial e científico, que assumiram em caráter provisório o cargo de professor em março do ano de 1961, porém não se encontram em nenhum outro documento os nomes desses professores, e os entrevistados também não se referem a outros professores, além do Frei Barnabé, professor Geraldo, João Pereira e Ignácio.

Com todas essas ocorrências, sabemos que o ato de educar exige muito mais que o conhecimento amplo do conteúdo, isso não quer dizer que saber os conhecimentos científicos não seja importante, mas a cultura na qual estavam envoltos esses alunos e professores, a cumplicidade e o compromisso em fazer algo por alguém é inquestionável.

É necessário reconhecer que, se toda educação é sempre educação de alguém por alguém, ela supõe sempre também, necessariamente, a comunicação, a transmissão, a aquisição de alguma coisa: conhecimentos, competências, crenças, hábitos, valores, que constituem o que se chama precisamente de ‘conteúdo’ da educação. (FORQUIN, 1993, p. 10).

Indagamos sobre qual era a sensação de ser professor, como ele sentia o trabalho junto aos padres e as crianças, então o professor Ignácio José da Silva conta que o “relacionamento com os padres era muito bom, eles me tratavam muito bem” (Entrevista, 2010), e com relação às crianças é enfático ao afirmar que “aquelas crianças eram muito levadas, mas era agradável, aquelas artes que não maltratava a gente, era arte de criança” (Entrevista Profº Ignácio José da Silva, 2010).

No que tange às obrigações do professor encontram-se junto ao programa do grupo escolar as instruções de conduta do professor como que lhe compete e o que lhe é proibido.

Ao professor compete:

Abrir o prédio, onde funciona a escola, 15 minutos, pelo menos, antes do início do trabalho;

Zelar pela conservação do material escolar;

Manter em classe, a máxima ordem e disciplina;

Preparar com um dia de antecedência, as lições a serem ministradas;

Dar exemplo de moralidade, polidez, pontualidade, assiduidade e amor ao trabalho;

Comparecer as funções educativas e pedagógicas, a convite de autoridade de ensino;

Permanecer na escola durante todo horário oficial;

Escriturar, em todas as colunas, o livro de matrícula e chamada;

Esforçar-se no sentido de obter dos alunos, a máxima assiduidade, pontualidade e aproveitamento;

Cumprir fielmente todas as ordens e determinações emanadas de autoridade de ensino;

Cumprir e observar fielmente o horário e programa oficializado, bem como conservá-lo em lugar visível e de fácil consulta;

Tratar os alunos com carinho, desvelo e polidez;

Organizar, apresentar e enviar a autoridade competente o resumo mensal extraído fielmente do livro de chamada;

Comunicar aos pais ou responsáveis, a falta de frequência dos alunos ou faltas graves cometidas pelos mesmos.

Ao professor é proibido:

Não fazer constar no resumo mensal as suas faltas;

Ocupar-se ou ocupar os alunos, durante as aulas, em mistérios estranhos ao ensino;

Permitir que pessoas estranhas, mesmo as da família do professor, penetrar na hora da aula, interrompendo o trabalho, exceto os visitantes e as autoridades de ensino;

Aplicar castigos físicos a seus alunos;

Ceder o prédio escolar para diversões ou outros fins que não sejam o ensino

Deixar de comemorar as festas nacionais. (PROGRAMA DOS GRUPOS ESCOLARES DE MATO GROSSO, 1961).

Dentre os itens relacionados, observamos que os professores depoentes não se referem a essas regras propriamente. Porém, mencionam que deviam cumprir com o programa curricular, a disciplina, o horário dos alunos, “a aula era de manhã das 7 horas às 10, o relacionamento com os alunos era bom, sempre tinha aqueles levados, mas quando se recorria ao superior tudo saía do jeito que a gente queria” (Entrevista Prof^o Ignácio José da Silva, 2010).

Em seu conjunto, os dados analisados informam que, com as fontes primárias disponíveis mais as entrevistas realizadas com os alunos e professores, foi possível entender como o cotidiano escolar do Patronato São José estava construído. Junto a isso podemos afirmar que a instituição funcionou como uma escola primária, sem fim de formação profissional de seus alunos, dirigida pelos franciscanos, por isso a religião tinha tanto peso na formação dos alunos e obedecia a um programa curricular do estado. Seus professores eram leigos e as crianças na sua maioria, eram oriundas da zona rural, não eram ‘abandonadas e tampouco desajustadas’.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O momento no qual decidimos realizar uma pesquisa é sempre um instante desafiador. Período em que pessoas se isolam e inquietações constantes permeiam o cotidiano. É um retorno ao passado nem sempre fácil, principalmente a pesquisadores que são historiadores. Ao fazer essa afirmativa, partimos do princípio que angariar dados, fontes, documentos não é tarefa muito simples. Quase nunca o que se procura está posto. É necessário construir o panorama de uma época, transformar informações em fatos históricos.

Sabemos que uma instituição escolar tem sua origem de maneira pouco peculiar. Os porquês dela passar a existir são variáveis e sempre diferenciadas. Pode ter surgido por questões políticas, por movimentos sindicalistas, por necessidade da sociedade ou até mesmo por algum movimento da sociedade civil ou religiosa. Quando se descobre a origem de uma instituição podemos ter várias surpresas.

As instituições escolares são muito diferentes entre elas, cada qual tem o seu público frequentador, a idade cronológica dos alunos, o seu lugar territorial, as diferenças sócio-econômicas e, principalmente, a diferença de atendimento. Algumas são somente para meninos, outras para meninas e outras ainda são mistas.

A instituição pesquisada teve caráter confessional, de atendimento integral e atendia somente meninos. Apesar da escolha ter sido planejada propositadamente, pois intencionávamos pesquisar sobre infância ‘desvalida e desabrigada’, algumas surpresas surgiram no decorrer do processo de pesquisa. Foram essas surpresas que fizeram com que o *corpus* da tese se formasse. Dentre elas, aparece, apesar da instituição ser dirigida por uma ordem religiosa, a influência na formação religiosa da criança, porém, ela não atendia crianças ‘desajustadas e desabrigadas’ conforme preconizavam os documentos oficiais da instituição.

O conceito do nome ‘Patronato’ é utilizado para receber fundos financeiros para sua construção e manutenção. Por diversos momentos, perguntamos, por que não abriram um seminário somente? Pois, na cidade já havia um internato com essa função para meninas. A conclusão é que se usou a denominação ‘patronato’ para o recebimento de fundos financeiros e, futuramente, transformar o local em uma escola agrícola, conforme Walter Faustino relata em seu depoimento.

Estar preparado e aceitar determinados momentos de surpresa é um movimento de amadurecimento para nós, pesquisadores, pois ao iniciar a investigação já formulamos algumas hipóteses acerca do nosso objeto. O desenrolar da investigação permite-nos perceber que novos rumos, novas hipóteses serão possíveis. Isso acrescenta estímulo ao nosso trabalho

e foi o que aconteceu conosco. Esse fato descoberto de que não mais pesquisáramos um patronato e sim uma escola primária com regime de internato, gerou muita expectativa e uma certa angústia, pois, esperávamos compreender como era o atendimento a crianças ‘desajustadas e desabrigadas’, no entanto isso não aconteceu.

É na construção da tese que se averíguam as hipóteses, essas são confirmadas ou não, caso a resposta seja afirmativa, busca-se construir o contexto no qual funcionou, em caso negativo busca-se também construir o contexto de seu funcionamento e explicar o porquê das mudanças ocorridas. Foi nesse contexto, que passamos a pesquisar uma escola primária com regime de internato, na qual eram atendidas crianças da cidade e região.

Pesquisar uma instituição escolar pode parecer muito simples, mas não o é. Qualquer instituição escolar é merecedora de estudo desde que tenha contribuído de alguma forma com a sociedade local. Por isso, observamos no desenrolar da pesquisa os aspectos arquitetônicos e geográficos, assim como o público a que ela estava destinada e o contexto social do local onde estava inserida. Vale notar que a instituição escolar forma indivíduos, que esse espaço está permeado de valores, de objetivos educacionais, por isso, ela responde a interesses diversos, políticos, culturais, morais e religiosos. A análise dos dados poderá responder o que determinada instituição escolar pretendia, quais eram seus objetivos, qual era sua ideologia, quais eram os pressupostos teóricos que permeavam o seu currículo. Por isso, a identidade de uma instituição é sempre singular.

Em vista dessas observações, foi definido o objeto e voltamos o olhar para uma instituição confessional ‘Patronato de Menores São José’, considerando sua relevância para a cidade de Paranaíba e o tipo de atendimento que um patronato se propunha.

Com base no conceito de como seria o funcionamento de um patronato associado a uma ordem religiosa, entendemos que a instituição preconizava nos documentos que era o atendimento a crianças ‘abandonadas e desajustadas’ deveria essa função por ele ser exercida. Pois, a Ordem dos Frades Menores, franciscanos, deveria dedicar-se à pobreza e estava imbuída na criação de um patronato. Tudo levava a crer que este abrigaria tais crianças pobres, abandonadas e/ou desajustadas.

No desenrolar da investigação, percebemos que, de fato, esse não era o objetivo principal da instituição. Ela foi construída para atender sim as crianças da região, mas não necessariamente com o caráter de formação agrícola e tampouco de atender ‘desabrigados e desajustados’ ou portadores de qualquer carência.

Na sua gênese, essa afirmava que seria uma instituição cujo foco era atender a crianças ‘abandonadas e desajustadas’, porém quando buscamos pelas fontes documentais e nas

entrevistas realizadas, chegamos à conclusão que este atendimento de fato não ocorreu. Fato esse revelador e que compromete o objetivo principal da pesquisa, que era trabalhar com o fato de existirem crianças abandonadas na cidade de Paranaíba- MT e compreender como acontecia o atendimento educacional.

Portanto, após esse episódio, o contorno da pesquisa passa a ser outro e, nesse momento, decidimos que, apesar da descoberta, ainda assim a instituição merecia ser pesquisada, pois ela atendia crianças da região, inclusive de outros estados, em regime de internato e procuramos descobrir se o enfoque agrícola permaneceu mesmo não tendo um caráter de formação de mão de obra.

Mais uma descoberta aconteceu no transitar da pesquisa, a escolha pelo nome Patronato foi tão somente para que se pudesse obter recursos para a construção do prédio e depois para sua manutenção. Isto justificaria recursos federais, estaduais e municipais em uma obra de cunho religioso. Não se pode afirmar que o governo compactuava com tal fato, pois nos documentos oficiais, bem como nas demais fontes encontradas, esse era o ponto forte do atendimento. Sabemos que o governo nesse período não conseguia atender a todas as pessoas que necessitavam de escola, então permitia que outros o fizessem em seu lugar. Talvez isso tenha sido um episódio comum para a época. Uma maneira de justificar o motivo pelo qual o Estado estaria ajudando a Igreja.

Porém, isso não retira a importância da Instituição para a cidade de Paranaíba, pois na busca de mais informações constatamos que ela atendeu meninos em regime de internato já que na região não havia nenhuma instituição com essa função. Mais ainda, os meninos que frequentavam a escola, na sua maioria eram filhos de pecuaristas e fazendeiros da região, ou seja uma classe social que, em princípio, teria recursos para financiar os estudos de seus rebentos e a escolha de um internato/patronato acontecia devido à falta de possibilidade deles continuarem seus estudos na zona rural.

Embora pareça fácil uma instituição ser construída e colocada para funcionar, na época isso não foi, pois a cidade estava no interior de um grande estado em extensão territorial, na época estado de Mato Grosso, distante da capital, onde a força de trabalho era escassa e o acesso aos bens materiais para essa construção eram diminutos. O relato de que os próprios párocos colocavam-se à frente da obra demonstra a necessidade de homens para esse serviço e não podemos deixar de observar, nesse momento, a representação que isso tinha para a população local, quando observavam que os padres estavam realmente envolvidos e trabalhando braçalmente para que a instituição se erguesse. Com tal atitude dos párocos, esses

ficavam em evidência e isso facilitava o acesso aos bens que eram necessários para continuar a construção.

É perfeitamente aceitável que a sociedade da época sabia que a instituição não atendia crianças carentes, pois em depoimento, um dos fundadores entrevistados é categórico ao afirmar que na cidade não havia crianças com essas características de ‘abandonado e desajustado’.

Alguns fatos sobre a instituição precisam ser elencados, apesar de já terem sido pontuados no corpo da pesquisa pois, como se trata da conclusão do trabalho, é relevante que sejam rememorados.

Primeiro, embora a instituição por diversas vezes afirmasse que teria seu início de funcionamento no ano de 1953, no Colégio Educandário Santa Clara, um internato feminino, dirigido também pelos franciscanos, esse fato não foi comprovado, não existe nenhum documento oficial e também não foi encontrado nenhum aluno que o pudesse fazer. Portanto, ele começa a ser construído em 1953 e tem o seu primeiro ano letivo em 1961, já funcionando em prédio próprio, dirigido pela Ordem Franciscana.

Segundo, o termo “patronato” indica que o atendimento aos alunos que estivessem matriculados deveria oferecer uma formação agrícola de acordo com a região do país em que estivessem instalados, fato que também não ocorreu. A instituição funcionava como internato de meninos com escola primária. Não existia nenhum tipo de formação profissional para as crianças que lá estavam.

Pode parecer que após esses fatos a instituição caia em descrédito, passando-se por mentirosa. Mas não é isso que percebemos nos depoimentos dos alunos, professores e zeladores. Ela foi um local onde as crianças matriculadas puderam ter a oportunidade de cursar o ensino primário. Grande parte dos alunos que frequentaram a instituição, como já descrito no capítulo três, são oriundas da zona rural, seus pais eram fazendeiros da região. A instituição atendeu crianças de quatro estados: Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás e São Paulo.

Terceiro, o projeto educativo da instituição era o de ensino primário com grande ênfase nas questões religiosas. Por ser uma instituição confessional denotava de forma expressiva seu caráter doutrinário, isso é perfeitamente percebido no depoimento dos alunos. Os professores entrevistados confirmam tal fato e elucidam que deles também era cobrada a doutrinação religiosa. É visível a preocupação da instituição com as questões doutrinárias e esses utilizam o espaço escolar para a divulgação de sua doutrina e de seus valores. No livro de matrícula consta, na frente do nome dos pais, a religião a qual pertenciam. Não foi

encontrado em nenhum dos nomes dos alunos que esses pertenciam a outra religião senão a católica. Fato esse que talvez possa ter sido omitido pelos pais para garantir a matrícula do filho.

A instituição seguiu o modelo de educação primária do estado de Mato Grosso, que muito se assemelhava ao do estado de São Paulo. Teve influência no programa escolar o movimento escolanovista. Entretanto, na prática dos professores, isso tem conotação diminuta. A postura inovadora dos escolanovistas era mais visível no programa escolar, vindo de Cuiabá – MT, porém, nos cadernos de planejamento dos professores, percebemos uma postura bastante tradicional.

Foi incluída no programa curricular a disciplina de religião, isso demonstra a intencionalidade dos dirigentes franciscanos de propagar a fé católica. Sendo que os alunos, por diversas vezes, em seus depoimentos, afirmaram que ir à missa, era um ato obrigatório e participar da sua celebração era um dos momentos mais importantes da rotina. Isso evidencia o aspecto confessional da instituição. Não podemos afirmar que esses alunos efetivamente sejam católicos, porém podemos dizer que os princípios doutrinários foram compreendidos e esses tornaram-se simpatizantes, pois contam com entusiasmo como era importante participar da celebração da missa junto ao padre.

Finalmente, podemos dizer que a história do Patronato de Menores São José de Paranaíba teve elementos que lhe conferiram o *status* de um internato religioso masculino, construindo assim sua identidade como uma escola primária, não como um patronato. Esse nome ficou vulgarizado com outra finalidade.

Portanto, o atendimento realizado na instituição durante a permanência dos franciscanos na cidade aconteceu desde sua gênese em 1952 até o final do ano de 1963, quando essa ordem religiosa deixa a instituição, a paróquia e a cidade. Alguns padres retornaram ao seu país de origem, outros permanecem no país em diferentes cidades e todos os que estiveram atuando no patronato neste período já faleceram, fato também que impossibilitou as entrevistas com esses membros. A partir desse momento, a instituição passa a ser dirigida pelos padres Agostinianos. Limitamos a pesquisa a desenhar o cenário do atendimento somente no período dos franciscanos, pois nas hipóteses levantadas, acreditávamos que seria um período em que o atendimento ter fundo caritativo devido à ordem religiosa que o administrava. Mesmo que a cidade não tivesse meninos ‘abandonados e desajustados’, esses poderiam ter vindo de outros lugares.

Após a Ordem de Santo Agostinho (OSA) ter assumido a direção da instituição, essa funcionou como internato masculino até o ano de 1965, depois passa a ter atendimento misto, com meninos e meninas, porém o internato permaneceu com crianças do sexo masculino.

No livro de matrícula, o registro de alunos acontece até o ano de 1968. Depois desse período, o prédio é utilizado pelo poder público da cidade como escola de atendimento social, como artes manuais, capoeira e creche. Quando a creche foi desativada, a instituição passou a servir como moradia para os padres que hoje atuam na Paróquia da cidade.

Portanto, o objetivo inicial dessa pesquisa que pretendia investigar como acontecia o atendimento às crianças abandonada ou desajustadas, o que não foi alcançado, pois os fatos mostram que esse atendimento não aconteceu, porém o objetivo de compreender como era o atendimento educacional na instituição, sua função como escola primária e sua dignificação enquanto um internato masculino, asseveramos que este sim, aconteceu e que trouxe benefícios para os usuários.

Concluimos com essa tese a respeito da história e da cultura escolar do Patronato São José e após a análise dos dados que formaram o mosaico anteriormente falado, que a instituição colaborou para o desenvolvimento da cidade no sentido de permitir que os filhos dos moradores da zona rural tivessem acesso ao ensino primário, que crianças de diferentes estados e regiões pudessem compor o cenário escolar contribuindo para que as questões culturais e regionais fossem miscigenadas na relação entre eles. Porém, o ensino não teve enfoque no cultivo da terra, foi tão somente uma escola primária com regime de internato.

Por outro viés, fica o benefício da dúvida, termo tão utilizado em peças judiciais, por que os dirigentes da instituição foram tão incisivos afirmando em documentos oficiais que existia o atendimento a crianças ‘abandonadas e desajustadas’, sendo que no decorrer da tese não conseguimos chegar a nenhuma dessas crianças.

Como em história nada é dado como definitivo, fica aqui demonstrado como aconteceu o atendimento durante a direção dos franciscanos. Levamos em consideração as contribuições da história oral como recurso para complementar as fontes oficiais, sem as quais esta tese não se formaria.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. Histórias dentro da história. In: PINSKY, Carla (org). **Fontes históricas**. 3ed. São Paulo: Contexto, 2011.
- ALVES, Gilberto Luiz. O seminário de Olinda. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA Cynthia Greive. **500 Anos de educação no Brasil**. 3ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
- ARAUJO, José Carlos Souza; GATTI, Décio Junior. (org). **Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa**. Campinas: Autores Associados, 2002.
- ARAUJO, José Carlos Souza; INÁCIO FILHO, Geraldo. Inventário e interpretação sobre a produção histórico-educacional na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. In: GATTI JUNIOR, Décio; INÁCIO FILHO, Geraldo (org). **História da educação em perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações**. Campinas: Autores Associados, 2005.
- AZEVEDO, Fernando de. Os sistemas escolares. In: PEREIRA, Luiz & FORACCHI, Marialice M. (orgs). **Educação e sociedade (leituras de sociologia da educação)**. 9ª ed. São Paulo: Editora Nacional, 1978, p.138-149.
- BITTAR, Marisa. **Mato Grosso do Sul: a construção de um estado**. v.1. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2009.
- BOUDON, R.; BOURRICAUD, F. **Dicionário crítico de sociologia**. 2.ed. São Paulo: Ática, 2000.
- BUFFA, Esther. Os estudos sobre instituições escolares: organização do espaço e propostas pedagógicas. In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (org). **Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica**. Campinas: Autores Associados, 2007.
- BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Trad. Sérgio Goes de Paula. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- CAIMI, Flávia Eloisa. Escola nova e ensino de história no Brasil. **ANPUH – XXIII Simpósio nacional de história**. Londrina, 2005. <http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.1234.pdf>. Acesso em 25/03/2014.
- CAMBI, Franco. **História da pedagogia**. Trad. Álvaro Lorencini. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1999.
- CAMPESTRINI, Hildebrando. **Santana do Paranaíba: de 1700 a 2002**. Campo Grande – Ms: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2ed, 2002.
- CÂNDIDO, Antonio. A estrutura da escola. In: PEREIRA, Luiz & FORACCHI, Marialice M. (orgs). **Educação e sociedade (leituras de sociologia da educação)**. 9.ed. São Paulo: Editora Nacional, 1978, p.107-128.

CHARTIER, Anne Marie. Um dispositivo sem autor: cadernos e fichários na escola primária. **Revista Brasileira de História da Educação**. Sociedade Brasileira de História da Educação – SBHE, jan- jun, p. 9-26, 2002.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos avançados**, vol. 11, nº5, São Paulo, 1991.

CRUIKSHANK, Julie. Tradição oral e história oral: revendo algumas questões. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (org). **Usos & abusos da história oral**. 8.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

DICIONÁRIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS. Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas, 1986, verbetes: instituição.

DURKHEIM, Émile; WEBER, Max; MARX, Karl; PARSONS, Talcot. **Introdução ao pensamento sociológico**. São Paulo: Centauro, 2001.

FORQUIN, Jean Claude. Saberes Escolares, imperativos didáticos e dinâmicas sociais. **Teoria e educação**. Porto Alegre, n. 5, 1992, p.28-49.

_____. **Escola e cultura**: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar. Trad. Guacira Lopes Louro. Porto Alegre: Artmed, 1993.

FRAGO, Antonio Viñao. **História de La educación y historia cultural**. Revista de Educação nº 0, ANPED, 1990, pp63-82.

FRAGO, Antonio Viñao; ESCOLANO, Agustín. **Currículo, espaço e subjetividade**: a arquitetura como programa. Trad. VEIGA-NETO, Alfredo. 2ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

FREITAS, Sônia Maria de. **História oral**: possibilidades e procedimentos. 2ed. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

GARAY, Lucia. A questão institucional da educação e as escolas: conceitos e reflexões. In: BUTELMAN, Ida (org.). **Pensando as instituições**: teorias e práticas em educação. Porto Alegre: Artmed, 1998.

GATTI JUNIOR, Décio. Reflexões teóricas sobre a história das instituições educacionais. **Ícone**, Centro Universitário do Triângulo, Uberlândia, n.6 vol. 2, p. 131-147, jul./dez. 2000.

_____. Inventário e Interpretação sobre a produção Histórico-Educacional na Região do Triângulo mineiro e Alto Paranaíba. In GATTI, Décio Junior; INÁCIO FILHO, Geraldo (org). **História da educação em perspectiva**: ensino, pesquisa, produção e novas investigações. Campinas-SP. Autores Associados, 2005.

GATTI JUNIOR, Décio; INÁCIO FILHO, Geraldo (org). **História da educação em perspectiva**: ensino, pesquisa, produção e novas investigações. Campinas – SP. Autores Associados, 2005.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GONDRA, José Gonçalves; SCHULER, Alessandra. **Educação, poder e sociedade no Império brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2008.

GONDRA, José. **História, infância e escolarização**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2002.

HÉBRARD, Jean. Por uma bibliografia material das escritas ordinárias: o espaço gráfico do caderno escolar (França – séculos XIX e XX). **Revista Brasileira de História da Educação**. Campinas, SP: Autores Associados, nº 1, p. 115-141, jan-jun. 2001.

HUNT, Lynn. **A nova história cultural**. Trad. Jefferson Luiz Camargo. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. In: **Revista Brasileira de História da Educação**. n. 1. Campinas: Autores Associados, 2001.

KNOB, Frei Pedro O.F.M. **A missão franciscana do Mato Grosso**. Campo Grande: Edições Loyola, 1988.

LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. Trad. Lúcia Haddad e Marina Maluf. **Projeto história: trabalhos da memória**. São Paulo, n.17, nov.98, p.01-495.

LOZANO, Jorge Eduardo Aceves. Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (coord). **Usos & abusos da história oral**. 8.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. **Tecendo nexos: história das instituições educativas**. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.

MAZZOTTI, Alda Judith Alves; GERVANDSZNAJDER, Fernando. **O método nas ciências naturais e sociais: Pesquisa quantitativa e qualitativa**. 2.ed. Pioneira, 1998.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Guia prático de história oral: para empresas, universidades, comunidades e famílias**. Contexto, 2011.

MENDONÇA, Sonia Regina de. **Estado e ensino agrícola no Brasil: da dimensão escolar ao extensionismo – assistencialismo (1930 a 1950)**. 2006. Disponível em: <<http://www.alasru.org/cdalasru2006/17%20GT%20Sonia%20Mendon%C3%A7a.pdf>>. Acesso em: 17 dez.2008.

NEGRÃO, Ana Maria Melo. O método pedagógico dos jesuítas:o "Ratio Studiorum". **Revista Brasileira de Educação**. 2000, n.14, pp. 154-157.

NERY, Marco Arlindo Amorim Melo. **A regeneração da infância pobre Sergipana no início do século XX: o patronato agrícola de Sergipe e suas práticas educativas**. Dissertação de mestrado. Aracaju: UFSE, 2006.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. **Instituições escolares: por que e como pesquisar**. Campinas, SP: Alínea, 2009.

_____. **As pesquisas sobre instituições escolares:** balanço crítico. O texto foi elaborado, junto com a Professora Ester Buffa, embasado na palestra proferida pelo professor Paolo Nosella durante a Vídeo Conferência promovida pelo HISTEDBR-20anos, UNICAMP, em 24/11/2005, interligada com o II Colóquio sobre Pesquisa de Instituições Escolares UNINOVE, São Paulo. São Carlos, 2006.

_____. **Schola mater:** a antiga escola normal de São Carlos 1911-1933. São Carlos: EdUFSCar, 2002

NUNES, C.; CARVALHO, M. M. C. de. Historiografia da educação e fontes. **Cadernos ANPED**. Porto Alegre, nº5, 1993, p.7- 64.

NUNES, Deise Gonçalves. Reconhecimento social da infância no Brasil: da menoridade à cidadania. In: VASCONCELLOS, Vera Maria Ramos de. **Educação da infância:** história e política. Rio de Janeiro:DP&A, 2005.

OLIVEIRA, Milton Ramos Pires de. **Formar cidadãos úteis:** os patronatos agrícolas e a infância pobre na Primeira República. Tese de Doutorado. Fortaleza: UFC, 2000. Disponível em:<<http://servicos.capes.gov.br/capesdw/resumo.html?idtese=200020222001018001P9>>. Acesso em: 22/01/2009.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e história cultural**. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

PRINS, Gwyn. História oral. In: BURKE, Peter (org). **A escrita da história:** novas perspectivas. São Paulo. Editora da UNESP: 1992.

PROST, Antoine. Fronteiras e espaços do privado. In: **História da vida privada 5:** da primeira guerra a nossos dias. PROST, Antoine; VICENT Gérard, (org). Trad: Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

RANZI, Serlei Maria Fischer. Memória e história das disciplinas escolares: possibilidades de uma aproximação. (In) BENCOSTTA, Marcos Levy Albino (org). **Culturas escolares, saberes e práticas educativas:** itinerários históricos. São Paulo: Cortez, 2007.

RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irmã. **A institucionalização de crianças no Brasil:** percurso histórico e desafios. Rio de Janeiro: Ed.PUC. Rio. São Paulo: Loyola, 2004.

SACRISTÁN, J. Gimeno. **O currículo:** uma reflexão sobre a prática. Trad.Ernani F. da F. Rosa. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SANFELICE, José Luís. História das instituições escolares. In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (org). **Instituições escolares no Brasil:** conceito e reconstrução histórica. Campinas: Autores Associados, 2007.

SANFELICE, José Luis. História de instituições escolares: apontamentos e preliminares. **Revista HISTEDBR**, on line, nº 08, 2002.

SANGENIS, Luiz Fernando Conde. **Gênese do pensamento único em educação:** franciscanismo e jesuitismo na história de educação brasileira. Petrópolis: Vozes, 2006.

SAVIANI, Demerval. Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica. (In) NASCIMENTO, Isabel Moura (orgs). **Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica**. Campinas, SP. Editora Autores Associados, 2007.

SAVIANI, Dermeval. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. 2.ed. rev. e amp. Campinas: Autores Associados, 2008.

SILVA, Alexandra Lourenço da. **Combate à pobreza política na educação básica: papel do professor básico na Escola Patronato Santo Antônio (Um estudo de caso)**. Dissertação de Mestrado. Brasília: UnB, 2001. Disponível em: <<http://servicos.capes.gov.br/capesdw/resumo.html?idtese=20013853001010035P1>>. Acesso em: 22/01/2009.

SOARES, Lindamar Etelvino Santos. **Escola de iniciação agrícola “Gustavo Dutra”: o poder disciplinador no contexto do ensino agrícola de Mato Grosso (1947-1956)**. Dissertação de Mestrado. Cuiabá: UFMT, 2007.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Alicerces da pátria: história da escola primária no Estado de São Paulo (1890 – 1976)**. Campinas: Mercado de Letras, 2009.

_____. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX: ensino primário e secundário no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2008.

THOMSON, Alistair; FRISCH, Michael; HAMILTON, Paula. Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (org). **Usos & abusos da história oral**. 8.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

VALDEMARIN, Vera Teresa. **O legado educacional do século XX**. Campinas: Autores Associados, 2006.

VALDEMARIN, Vera Teresa. SOUZA, Rosa Fátima de. **Cadernos Cedes**, nº 52. Campinas, 2000.

VIDAL, Diana Gonçalves. Escola Nova e Processo Educativo. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA Cynthia Greive. **500 Anos de educação no Brasil**. 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

FONTES ORAIS

DIAS, Walter Faustino. **Depoimentos**. Paranaíba – MS. 2011. 17 janeiro 2011 e 03 janeiro, 2012. Entrevistadora: Georgea Suppo Prado Veiga. Entrevista concedida para elaboração da Tese da Entrevistadora.

GRANDE, José Carlos. **Depoimento**. Paranaíba – MS, 2012. 23 janeiro 2012. Entrevistadora: Georgea Suppo Prado Veiga. Entrevista concedida para elaboração da Tese da Entrevistadora.

JESUS, Olídia Ribeiro de. **Depoimento.** Paranaíba – MS, 2012. 28 setembro 2012. Entrevistadora: Georgea Suppo Prado Veiga.. Entrevista concedida para elaboração da Tese da Entrevistadora.

LEAL, Alaor Batista Ferreira. **Depoimento.** Paranaíba – MS. 2011. 03 janeiro 2011. Entrevistadora: Georgea Suppo Prado Veiga. Entrevista concedida para elaboração da Tese da Entrevistadora.

MARIANO, José Silvio. **Depoimento.** Paranaíba – MS. 2010. 27 dezembro 2010. Entrevistadora: Georgea Suppo Prado Veiga. Entrevista concedida para elaboração da Tese da Entrevistadora.

MELLO, Antônio João Grande. **Depoimento.** Paranaíba – MS. 2011. 23 setembro 2011. Entrevistadora: Georgea Suppo Prado Veiga. Entrevista concedida para elaboração da Tese da Entrevistadora.

NETO, Ambrósio Queiroz. **Depoimento.** Paranaíba – MS, 2012. 27 fevereiro 2012. Entrevistadora: Georgea Suppo Prado Veiga. Entrevista concedida para elaboração da Tese da Entrevistadora.

OLIVEIRA, Hilário Carlos. **Depoimento.** Paranaíba – MS. 2011. 09 março 2011. Entrevistadora: Georgea Suppo Prado Veiga. Entrevista concedida para elaboração da Tese da Entrevistadora.

OLIVEIRA, Ubaldo de Freitas. **Depoimento.** Paranaíba – MS. 2011. 07 janeiro 2011. Entrevistadora: Georgea Suppo Prado Veiga. Entrevista concedida para elaboração da Tese da Entrevistadora.

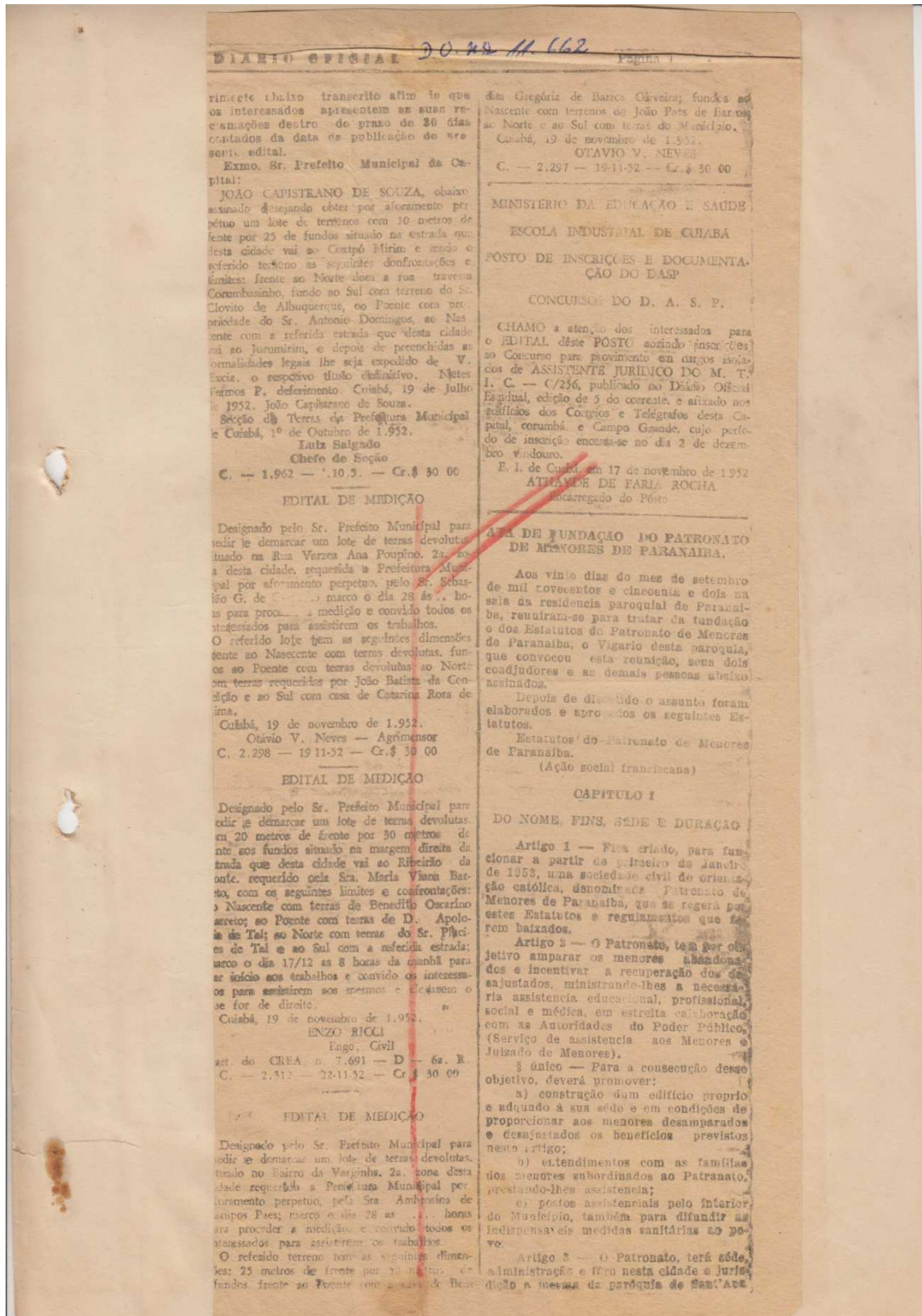
RIBEIRO, Genésio Antunes. **Depoimento.** Paranaíba – MS, 2010. 28 dezembro 2010. Entrevistadora: Georgea Suppo Prado Veiga. Entrevista concedida para elaboração da Tese da Entrevistadora.

SILVA, Dinovam de Freitas da. **Depoimento.** Paranaíba – MS, 2012. 08 março 2012. Entrevistadora: Georgea Suppo Prado Veiga. Entrevista concedida para elaboração da Tese da Entrevistadora.

SILVA, Ignácio José. **Depoimento.** Paranaíba – MS. 2010. 12 dezembro 2010. Entrevistadora: Georgea Suppo Prado Veiga. Entrevista concedida para elaboração da Tese da Entrevistadora.

ANEXOS

Anexo 1 - Diário Oficial do Estado de Mato Grosso - 1953



Anexo 2 - Continuação do Diário Oficial do Estado de Mato Grosso - 1953

do Patronato, funcionando provisoriamente em uma das salas da residência paroquial.

Artigo 4 — A duração do Patronato é por tempo indeterminado.

CAPÍTULO II

DO PATRIMÔNIO

Artigo 5 — O Patrimônio do Patronato é constituído:

- a) pelos bens móveis e imóveis adquiridos com os recursos próprios ou dos por entidades públicas ou particulares;
- b) pelas contribuições dos sócios;
- c) pelos rendimentos de festas e doativos.

CAPÍTULO III

DA ADMINISTRAÇÃO

Artigo 6 — É administrado o Patronato por uma diretoria, composta de um Presidente, um Vice-Presidente, dois Secretários e dois Tesoureiros.

§ 1. — Dela fará parte obrigatoriamente o Presidente da Irmandade de Santo Antônio, existente nesta paróquia, por intermédio da qual o Patronato promoverá auxílio à pobreza nas magnas datas religiosas.

§ 2. — Os cargos serão providos por nomeações do Vigário da Paróquia, que se tornará automaticamente o seu Presidente, no caso de não ter indicado outra pessoa.

Artigo 7 — O mandato da Diretoria será de três anos, admitindo-se reeleição.

Artigo 8 — Compete ao Presidente

- a) cumprir e fazer observar este Estatuto, baixando regulamentos e superintendendo a atividade do Patronato;
- b) representar o Patronato, ativa, passiva, judicial e extrajudicialmente;
- c) abrir e movimentar contas bancárias e outras do Patronato, assinando cheques e recibos, de acordo com a Tesouraria;
- d) admitir e despensar empregados;
- e) elaborar até o dia 15 de janeiro de cada um ano um plano ou programa de atividades dentro da receita que for, de tudo dando conhecimento à Diretoria;

f) prestar anualmente, a Diretoria, contas da administração lida;

g) celebrar contratos ou acordos sob expressa autorização da maioria da Diretoria quando tais compromissos acarretarem patrimônio imobiliário do Patronato;

h) convocar, sempre que julgar necessário, ou entender a maioria dos Diretores, a Diretoria.

Artigo 9 — Ao Vice-Presidente compete substituir o Presidente em seus impedimentos.

Artigo 10 — Incumbe ao primeiro Secretário, expedir toda a correspondência do Patronato, a lavratura das atas, o registro e a publicidade dos atos da sociedade e organização e a manutenção do arquivo e o registro dos sócios.

Artigo 11 — O Segundo Secretário substituirá o primeiro em todos os seus impedimentos.

Artigo 12 — ao Primeiro Tesoureiro compete arrecadar as contribuições do Patronato, suas rendas, a tudo escrevendo, e pagar as despesas ordinárias e extraordinárias, autorizadas pelo Presidente.

Artigo 13 — Cabe ao Segundo Tesoureiro auxiliar a substituir o Primeiro em seus impedimentos.

CAPÍTULO IV

DOS SÓCIOS

Artigo 14 — Serão admitidos como sócios, sem limite numérico, pessoas e instituições a critério da Diretoria, que se interessem pelos fins do Patronato.

Artigo 15 — O Sócio não responderá subsidiariamente pelas obrigações sociais.

Artigo 16 — Os sócios do Patronato serão classificados nas seguintes categorias:

- a) Fundadores — os que deliberaram na assembleia de sua fundação;
- b) Contribuintes — os que concorram mensalmente para o Patronato, a critério do Presidente;
- c) Benfiteiros — os que fizerem doação de um só ato de quantia ou valor igual ou superior a Cr\$ 5.000,00;
- d) Protetores — os que fizerem doação de um só ato de quantia igual ou superior a Cr\$ 20.000,00;
- e) Benemeritos — os que prestarem serviços relevantes ao Patronato, dentro de sua finalidade filantrópica;
- f) Colaboradores — os que, não pertencendo a qualquer outra categoria, trouxerem ao Patronato seu recurso e esforço pessoal, a critério da Diretoria.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 17 — O Patronato filiar-se-á à Missão Franciscana da Primeira Ordem de São Francisco em Mato Grosso, com sede em Campo Grande, ou a sociedade em que esta última venha a converter-se.

Artigo 18 — A Diretoria só poderá dispor de imóveis do Patronato por votação unânime, presentes todos os seus membros.

Artigo 19 — Extinguindo-se o Patronato, o seu acervo pertencerá à Paróquia de Sant'Ana do Paranabalba.

Artigo 20 — Anualmente, a Diretoria, prestará contas, em Assembleia Geral, aos sócios, presente a sua maioria em primeira reunião, e com qualquer número, em segunda.

Artigo 21 — Dentro de 30 dias, depois de pessoa jurídica, o Presidente deverá nomear a primeira Diretoria que regerá os destinos do Patronato.

Artigo 22 — Os presentes Estatutos entrarão em vigor na data de sua aprovação.

Nada mais havendo a tratar, o Frei Pedro Holz, O.F.M. Vigário da Paróquia encerrou a sessão lavrando o mesmo, secretário ad-hoc, a presente ata que vai assinada, por todos os presentes.

Sala da residência Paroquial de Paranabalba, 29 de Setembro de 1952.

a) Frei Pedro Holz, Vigário e Secretário ad-hoc.
 Frei Liberato Kettler, coadjutor
 Frei Edelino Hasenratz, coadjutor
 Dr. Tongatê de Almeida Rodrigues
 Ir. Arinda de Almeida Rodrigues
 Marinho de Palma e Oliveira
 Walter Faustino Dias
 Nancyla Salgueiro Dias
 João Rodrigues de Melo
 José Francisco Sales
 Walfemar da Rocha Dias
 Antenor de Rodrigues da Silva
 Tereza Maria Garcia
 Fica reconhecida pelo Tabelião Antenor de Rodrigues da Silva.
 C 2152 — 4-11-52 — Cr\$ 400,00

Anexo 3 - Ata de Criação do Patronato São José. 1

CARTÓRIO DO 1.º OFÍCIO
Nilda Alves Diniz
Escritvente Juruamentada
PARANAÍBA — Mato Grosso

CARTÓRIO DO 1.º OFÍCIO
José Oriente de Souza
Titular
Dier de Freitas Queiroz
Substituto
PARANAÍBA — Mato Grosso

Certifica e dá fé, em virtude de pedido /

verbal de pessoa interessada que, revendo o arquivo do Cartório do 1º Ofício a seu cargo, nele verifiquei às fls., 25mo L.º A-nº 01 de Registro de Pessoa Jurídicas, consta o termo do Têor seguinte: ANO:— 1.953.— REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS. LIVRO Anº 1.— NÚMERO DE ORDEM.— Oito (8).— MÊS:— Fevereiro.— DIA:— 4.— (quatro).— INSCRIÇÃO:— Ata de Fundação do Patronato de Menores de Paranaíba, Estatutos:— Aos vinte dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e cinquenta e dois, na sala da residência paraquial de Paranaíba, reuniu-se para tratar da fundações e dos Estatutos do Patronato de Menores de Paranaíba, o vigário de Paranaíba, que convocou esta reunião, seus dois coadjutores e as demais pessoas abaixo assinados:— Depois de discutidos os assuntos foram elaborados e aprovados os seguintes estatutos:— Estatutos do Patronato de Menores de Paranaíba. (Ação Social Franciscana.) Capítulo I.— Do Nome, Fins, Sede e Duração.— Art. 1º.— Fica criado para funcionar a partir de primeiro de Janeiro de 1.953, uma sociedade civil de orientação católica, denominado Patronato de Menores de Paranaíba, que se regerá por estes Estatuto e regulamentos que foram baixados. Art. 2º.— O Patronato tem o objetivo de amparar os menores abandonados e incentivar a recuperação dos desajustados, ministrando-lhes a necessária assistência educacional, profissional, social e médica, em estrita colaboração com as autoridades do poder Público, (Serviço de Assistência aos Menores e Juizado de Menores). Parágrafo Único:— Para a concessão desse objetivo deverá promover:— a) construção de um edifício próprio e adequado à sede e em condições de proporcionar aos menores desamparados e desajustados os benefícios previstos neste arti-

Anexo 4 - Continuação da Ata de Criação do Patronato 2

PARAN.

go; b-) Entendimentos com as famílias dos menores subordinados ao Patronato, prestando-lhes assistência;- c)- postos assistenciais pelo interior do Município, também para difundir as indispensáveis medidas sanitárias ao povo.- Art. 3- O Patronato terá sede, administração e fôre nesta cidade, e jurisdição a margem da Paróquia de Santa'Ana do Paranaíba, funcionando provisoriamente em uma das salas da residência Paroquial.- Artigo 4-) A duração do Patronato é por tempo indeterminado. Capítulo II DO PATRIMÔNIO:- Art. 5ª- O Patrimônio do Patronato é constituído. a-) Pelo bens móveis e imóveis adquiridos com recursos próprios ou doados por entidade pública ou particulares.- b-) pelas contribuições dos sócios.- c-) pelos rendimentos de festas e donativos.- CAPÍTULO III- DA ADMINISTRAÇÃO:- Art. 6ª- É administrado o Patronato composto por uma diretoria, composta de do - um Presidente, um Vice-Presidente, dois secretários e dois Tesoureiros. Parag. 1ª- Dele fará parte obrigatoriamente o Presidente da Irmandade de Santo Antônio Existentes nesta Paróquia, por intermédio do qual o Patronato promoverá auxílio às pobres nas datas magnas, digo, na magnas datas religiosas. Parag 2.- Os cargos serão promovidos por nomeação do vigário da Paróquia, que se tornará automaticamente o seu presidente, no caso de não ter indicado outra pessoa. Artigo 7ª- O mandato da Diretoria será de tres anos, admitindo-se a reeleição.- Artigo 8ª-) Compete ao Presidente:- a-) Cumprir e fazer observar este Estatuto, baixando regulamentos e superintendendo as atividades do Patronato.- b-) Representar o Patronato, ativa, passiva, judicial e extra-judicialmente; c-) abrir e movimentar contas bancárias e outras do Patronato, assinando cheques, recibos de acordo com a Tesouraria. d-) Admitir-se, digo admitir e dispensar empregados;- e-) Organizar até o dia 25 de janeiro de cada ano, digo, um ano um amplo programa de atividades dentro da receita que orçar de tudo dando conhecimento à diretoria; f-) - prestar anualmente à Diretoria constas da administração finda. g-) Celebrar contratos ou acordos sob expressão autorização da maioria da Diretoria quando tais compromissos agravarem o patrimônio imobiliário do Patronato.- H-) Convocar, sempre que julgar necessário, ou atender a maioria dos diretores, a Diretoria.- Art. 9-) Ao Vice-Presidente compete substituir o Presidente em seus impedimentos.- Artigo 10-) Incumbe ao primeiro - secretário, expedir toda a correspondência do Patronato, a lavratura dos atos, registros e a publicidade dos atos da sociedade da organização e a manutenção de arquivo e o registro dos sócios

Anexo 5 - Continuação da Ata de Criação do Patronato 3

Atas Diniz
ante Jursamentada
IBA - Mato Grosso

Artigo 11-) O segundo Secretário substituirá o primeiro em todos os seus impedimentos:- Artigo 12-) Ao Primeiro Tesoureiro compete arrecadar e pagar as despesas, digo as contribuições do Patronato, suas rendas, a tudo escriturando e pagas as despesas ordinárias e extraordinárias autorizadas pelo Presidente. Artigo 13 Cabe ao segundo Tesoureiro auxiliar e substituir o primeiro em seus impedimentos.- CAPITULO IV:- DOS SÓCIOS:- Artigo 14- Serão admitidos como sócios, sem limites numérico, pessoa e instituição a critério da diretoria, que se interessarem pelos fins do Patronato. Artigo 15- O sócio não responderá subsidiariamente pelas obrigações sociais. Artigo 16- Os sócios do Patronato serão classificados nas seguintes categorias:- a-) Fundadores- os que deliberaram na assembleia de sua fundação. b-) Contribuintes:- os que concordarem mensalmente para o Patronato, a critério do Presidente:- c- Benfeitorias:- Os que fizerem doação de um só ato de garantia, digo da quantia ou valor igual ou superior de Cr\$ 5.000,00. d-) Protetores:- Os que fizerem doação de um só ato de quantia igual ou superior de Cr\$ 20.000,00 e-) Beneméritos:- os que prestarem serviços relevantes ao Patronato dentro de sua finalidade filantrópica; f-) Colaboradores.- Os que não pertencendo a qualquer outra categoria, trouxeram ao Patronato, seu concurso e esforço pessoal a critério da diretoria. CAPITULO V- Das DISPOSIÇÕES GERAIS:- Artigo 17- O patronato Filial-se-á a Missão Franciscana da Primeira Ordem de São Francisco em Mato Grosso, com sede em Campo Grande, ou a sociedade em que esta última venha a converter-se. Artigo 18- A diretoria só poderá dispor de imóveis do Patronato por votação unânime, presentes todos os seus membros. Artigo 19- Extinguindo-se o Patronato, o seu acervo pertencerá a Paróquia de Santa Ana de Paranaíba. Artigo 20- Atualmente a diretoria, prestará contas, em assembleia Geral, aos sócios, presente a sua maioria em primeira reunião, e com qualquer número, em segunda. Artigo 21.- Dentro de trinta dias (30) dias depois de pessoa jurídica, o Presidente deverá nomear a primeira Diretoria que regerá os destinos do Patronato, digo Patronato. - Art. 22.- Os presentes Estatutos entrarão, digo, entrarão em vigor na data de sua aprovação. Nada mais havendo a tratar, o Frei Pedro Holz, O. F. M, vigário da Paróquia encerrou a sessão lavrando o mesmo, Secretário Ad-Hoc, a presente ata que vai assinada, por todos os presentes. Sala da Residência Paroquial de Paranaíba, 20 de setembro de 1.952. (Ass) Frei Pedro Holz. Vigário e Secretário Ad-Hoc, Frei Liberato Kettzer, coadjutor Frei Fredolino Ha

Anexo 6 - Continuação da Ata de Criação do Patronato 4

da/ Pallma e Oliveira, Walter Faustino Dias, Nancylta Salgueiro Dias, João Rodrigues de Melo. José Francisco Sales. Waldemar da Rocha Dias, Autogamis Rodrigues da Silva, Teresa Maria Garcia.-- Firma reconhecida pelo Tabelião Autogamis Rodrigues da Silva. -- Nada mais se continha (Nos presentes), digo em os referido Estatutos, que bem e fiemeh, digo fielmente para aqui transcrevi, dou fé, e assino. Paranaíba, 04 de Fevereiro de 1.953. (a) Autogamis Rodrigues da Silva- Oficial do Registro. Nada mais continha O referido é verdade e dou fé.--

Paranaíba, 17 de fevereiro de 1.972.

Nilda Alves Diniz

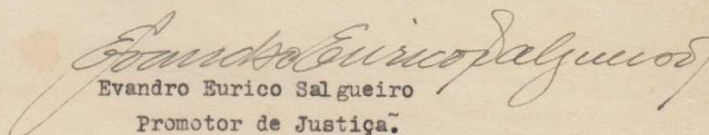
CARTÓRIO DO 1.º OFÍCIO
Nilda Alves Diniz
Escrivente Jursamentada
PARANAÍBA -- Mato Grosso

Anexo 7 - Atestado de funcionamento - 1955.A T E S T A D O

Evandro Eurico Salgueiro, Promotor de Justiça
nesta comarca de Paranaíba, Estado de Mato Gro-
sso, na forma da lei etc..., etc...

A t e s t a que o "Patronato de Menores de Pa-
ranaíba", sediado nesta cidade de Paranaíba, tendo como finalida-
de amparar os Menores abandonados e incentivar a recuperação dos
Desajustados, ministrando-lhes a necessária assistência educacio-
nal, continua em pleno e regular funcionamento sob a direção do
Revmo. Frei Pedro Holz, O.P.M., sendo este o seu Presidente e com-
petente para receber auxílio ou subvenção, representar o Patrona-
to ativa, passiva, judicial e extrajudicialmente, abrir e movimen-
tar contas bancárias e outras do Patronato, assinar cheques e re-
cibos em nome da mencionada entidade de acôrdo com a Tezouraria.

Dado e passado nesta cidade de Paranaíba, aos vinte
e dois (22) dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e
cincoenta e cinco (1.955).


Evandro Eurico Salgueiro
Promotor de Justiça.

Anexo 8 - Atestado de Funcionamento – 1961

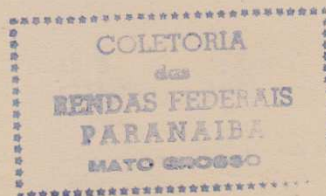
AT E S T A D O

Milton Garcia Leal, Coletor Federal
nesta cidade de Paranaíba, Estado de Mato Grosso,
na Forma da Lei, etc....etc.....

A t e s t a para os devidos fins, que o "Patronato de Menores de Paranaíba", na cidade do mesmo nome, neste Estado de Mato Grosso, vem funcionando regularmente, tendo por finalidade beneficente "amparar os menores abandonados e incentivar a recuperação dos desajustados, ministrando-lhes a necessária assistência" e que, pelo conhecimento que tenho o atual Presidente é o Frei Pedro Holz, OFM., pessoa competente à vista dos Estatutos, para movimentar todos os haveres do aludido Instituto, inclusive receber subvenções.

Fado e passado em a cidade de Paranaíba, aos 15 de Maio de 1.961.

Milton Garcia Leal
Milton Garcia Leal, Coletor Federal.



Anexo 9 - Atestado de Funcionamento 1962

A TESTADO.

Azarias Alves de Freitas, Coletor Estadual, nesta cidade de Paranaíba, na Forma da Lei, etc.... etc....

Atesta para os devidos fins que o "Patronato de Menores de Paranaíba", nesta cidade de Paranaíba, MT, vem funcionando regularmente, tendo por finalidade beneficente "amparar os menores abandonados e incentivar a recuperação dos desajustados, ministrando-lhes a necessária assistência" e que, pelo conhecimento que tem o atual Presidente é o Revmo. Frei Pedro Holz, O.F.M., pessoa competente à vista dos Estatutos, para movimentar todos os haveres do aludido Instituto, inclusive receber subvenções.

Paranaíba, 21 de Dezembro de 1962

Azarias Alves de Freitas
 Azarias Alves de Freitas, Col. Est.
Coletor



Reconheço a firma *[assinatura]*

Azarias Alves de Freitas

Paranaíba, *21-12-62*


Em Test. *[assinatura]* de verdade

Anexo 10 - Página de livro tomo nº01 contendo despesas do PSJ. - 1956

29

Móveis para o Internato (armários carteiras)	35.300,-
Despesas para Documentos e Banco, selos	1.317,-
Compra de Arroz em casca para o Internato	17.191,-
8) Despesas para o Internato dos Meninos (Nova	
Construção:	
Transmissão para a Doação do Sr. Dr. Julio Castro	
Pinto (2 alqueiros na Paz. da Flecha)	140,-
Compra de uma parte de terreno e escritura do Mesmo	10.800,-
Pago pela planta da nova construção	5.000,-
Materiais na obra: tijolos	235.880,-
2000 kilos de ferro	28.000,-
Cimento	69.975,-
Cal	90.465,-
Ferramentas	2.508,-
Areia grossa e fina	35.150,-
Taboas de pinho	16.800,-
Cascalho	12.000,-
Manilhas	2.050,-
Frete	15.364,-
Madeiramento para o depósito	4.013,-
Poço d'água	6.875,-
Mão de obra até 29.12.1956	90.481,-
Total da despesa	1.752.075,-
III. Resumo:	
Receitas :	1.773.011,-
Despesas :	1.752.075,-
Saldo :	20.936,-
Ita in fide parochi	
Paranaíba, 31 de Dezembro de 1956.	
Frei Pedro Holz, O.F.M. Vigário	Frei Fredolino Hasenfratz, O.F.
	Coadjutor.

Anexo 11 - Página de livro contendo despesas do PSJ. - 1958


<u>Patronato de Menores de Paranaíba - Paróquia de St. Ana de Paranaíba</u>		
<u>I. Auxílios de Particulares em 1957.</u>		
Casa Regional das Irmãs Franciscanas em Agudos	8	15.000,00
José Alves de Lima Filho		5.000,00
Cel Gustavo Rodrigues da Silva		3.000,00
Gerente do Banco de Brasil, em Três Lagoas		1.500,00
Anônimo		500,00
José Francisco Furtado		200,00
	8	25.200,00
<u>II. Despesas feitas na Construção do Patronato de Menores:</u>		
1) Serviço de aterros, inclusive combustível e gratificação do tratorista.....	8	77.240,00
2) Cimento.....		97.000,00
3) Cal hidratada.....		73.880,00
4) Ferro para cimento armado.....		129.000,00
5) Tijolos.....		325.585,00
6) Cascalho, areia grossa, fina e fretes diversos..		61.165,00
7) Madeira, taboas para andaime, vigas elages....		31.385,00
8) Manilhas..para..esgoto etc.....		2.800,00
9) Ladrilhos.....		9.434,00
10) Material elétrico: conduits e caixas para embutir		1.300,00
11) Ferramentas, ferragens, pregos, areia lisa etc.		6.864,00
12) Mão de obra.....		348.330,00
13) Moeda para o Internato das Meninas (Educatório)		10.000,00
14) Motor a Óleo Grá (Diesel).....		85.000,00
	Total	8 1.258.983,00
<u>III. Campanha "Pro Vitreaux" da Matriz</u>		
Lista da Da. Olíria	8	6.350,00
Paranaíba, 1 de Janeiro de 1.958.		
<div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <div>  <p><i>Frei Pedro Holz, O.F.M., Vig.</i></p> </div> <div> <p><i>Frei Fredeline Hasenfratz, O.F.M. Coadjuv.</i></p> </div> </div>		

Anexo 12 - Certificado de Compra de parte do terreno para construção do PSJ

REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

ESTADO DE MATO GROSSO

COMARCA DE PARANAIBA



TABELIONATO RODRIGUES

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO

Autogamis Rodrigues da Silva
TABELIÃO VITALÍCIO

Marcelo Rodrigues de Freitas
Substituto

ESCRITURA DE COMPRA E VENDA

OUTORGANTE ARLETE LOPES CORDEIRO

OUTORGADO PATRONATO DOS MENORES DESTA CIDADE.

DATA 22/11/1.962.

VALOR R\$ 40.000,00

Livro de Notas N. 73 Fôlhas N. 74

S A I B A M

quantos esta pública escritura de compra e venda virem que aos **Vinte e dois**
(22) dias do mês de **Novembro** do ano de Mil Novecentos
e sessenta e dois (1962), nesta cidade de Paranaíba, Estado de Mato Grosso,
em o Cartório do 2.º Ofício à **rua Visconde de Taunay nº 38** perante mim
Tabelião, compareceram partes entre si, justas e contratadas a saber: **de um lado, co-**
mo outorgante vendedora ARLETE LOPES CORDEIRO, brasileira, sol-
teira, doméstica, residente nesta cidade; e de outro lado como -
outorgado comprador PATRONATO DE MENORES DE PARANAIBA, anexo a
MISSÃO DA PRIMEIRA ORDEM DE SÃO FRANCISCO DE ASSIS, com Sede em
Campo Grande-M-T, neste ato representado pelo o REVERENDÍSSIMO-
FREI PEDRO HOLZ, residente nesta cidade; todos maiores, capazes, -
meus conhecidos e das duas testemunhas adeante nomeadas e ao -
fim assinadas do que dou fé. Em presença das mesmas tesmunhas -
pela a outorgante vendedora ARLETE LOPES CORDEIRO, me foi dito-
que e' senhora e legítima possuidora de um terreno na Zona su-
rbana, Zona Rural do Patrimônio desta cidade, com a area de -
(9,68,00 ha) nove hectares e sessenta e oito ares, havido por -

Anexo 13 - Certificado de compra de parte do terreno para construção do PSJ - cont.

 titulo definitivo de concessão expedido pela a Prefeitura Municipal desta cidade em 11 de maio de 1.955, devidamente transcrita sob nº 10.827 fls 190 do livro 3=R do Registro de Imovel - desta Comarca, e que o dito terreno tem o seguinte limite - "do 1º) marco serve ao terceiro do terreno de OROZIMBO RAMOS CORDEIRO, cravado a 258 metros ao nascente da cerca da fazenda do Dr. Julio Castro Pinto; o 2º) é esta cravado a 210 metros do 1º -; ao rumo de nascente, dividindo com terreno de quem de direito; o terceiro 3º) 312,20 metros do 2º ao rumo sul; dividindo também de quem de direito; o 4º) a 310 metros do 3º, ao rumo do poente com terreno de quem de direito, digo, direito é de Jorge de Souza Queiroz; do 4º) ao 1º marco a distancia é de 312,20 metros, e rumo ao norte dividindo com terreno de OROZIMBO RAMOS CORDEIRO, onde principiou"; que se acha livre e desembaraçado de todo e qualquer onus Judicial ou extra-judicial e inteiramente quites com as fazenda Estadual e Municipal de quaisquer impostos, como se vê das certidões apresentada em cartório; - acha-se contrado com o outorgado comprador o mencionado comprador PATRONATO DE MENORES, já descrito, para vender-lhe o referido terreno acima descrito, digo, acima caracterizado, como efetivamente o vendem pela a presente escritura e na melhor forma de direito pelo o preço e quantia certa de R\$ 40.000,00 que do mesmo outorgado, comprador, confessa haver recibo em moeda corrente nacional, que contou e achou certa, pelo o que lhe dá plena e geral quitação, para em tempo nenhum lha pedir em qualquer outro por motivo da presente venda, obrigando-se por si e seus sucessores, a fazerem, boa firme e valiosa esta mesma venda, e a responder pela a evicção de direito, pondo o outorgado comprador a par e a salvo de contestações futuras, transmitindo a este todo o direito, ação, posse, dominio e servidões ativas que até o presente momento tinha sobre o terreno ~~hora~~ vendido, para que o concidere seu doravante e desde de já, por impossado em virtude da presente escritura e da cláusula constituti. Pelo o recibo nº 160 expedido pela a coletoria Federal local, verifica-se haver pago o imposto referente a lucros imobiliário. Pelo o outorgado comprador me foi dito ante as mesmas testemunhas que aceitava esta escritura em todos os seus termos e tal, como se acha redigida, por se achar ~~em~~ conforme seus ajustes com a outorgante vendedora me apresentou a nota de distribuição, certidão de quitação e os conhecimentos, que a seguir em resumo, vão transcrito; "Prefeitura Municipal de Paranaíba, Imposto municipais-inter-vivos R\$ 4.800,00, Laudemio R\$ 2.400,00-Taxa Hospitalar R\$ 420,00

Anexo 14 - Certificado de Compra de parte do terreno para construção do PSJ- cont.

expediente R\$ 2,00 -Soma- R\$ 7.922,00, Recibido do Patronato dos Menores de Paranaíba. (a) Jb Camargo Tesoureiro "Tesouro do Estado n.º 1263. Exercício de 1.962. Expediente R\$ 10,00 Planejamento R\$ - 96,00 Eletrificação R\$ 400,00 -Soma R\$ 506. Recebida do Patronato dos Menores de Paranaíba, Repartição arrecadadora em Paranaíba 21 de novembro de 1.962. (a) DR Lopes - o escrivão, de acôrdo AA Freitas chefe da repartição". Depois de escrita esta eu, Tabelião a l.º em voz alta perante eles que reciprocamente aceita e acina com as testemunhas Olavo Miranda Ramos e Gercino Ferreira de Freitas, - brasileiras, maiores, capases, residentes nesta cidade e meus conhecidos, Eu, Oder Pereira Lopes, Excrevente Juramentado que o escrevi e também assino por falta ocasinal do Titular. (aa) Oder Pereira Lopes, Arlete Lopes Cordeiro, Frei Pedro Holz, Olavo Miranda Ramos e Gercino Ferreira de Freitas. Nada Mais. O referido é verdade e dou fé.....

Paranaíba, 22 de novembro de 1.962.

Em testmº da Oder Pereira Lopes verdade

Oder Pereira Lopes

Oder Pereira Lopes - Exc, Juramentado.

Apresentado hoje às _____ horas _____

Registrado sob n.º 16.774 fls. 93 do Livro 3.º

Protocolado n.º _____ fls. _____ do Livro _____

Paranaíba, 23 de novembro de 19 62

Arlay Tiago de Souza
OFICIAL DO REGISTRO

TABELIÃO ORIENTE
JOSE ORIENTE DA SILVA

Oficial do Registro de Imóveis
Escritório Tabelião - Paranaíba

Arlay Tiago de Souza
Substituto

Paranaíba

Anexo 15 - Plano de aplicação de subvenção - 1961.

PATRONATO DE MENORES

PARANAÍBA — Estado de Mato Grosso

Plano de Aplicação da subvenção de @ 100.000,00
(Cem Mil Cruzeiros) "Assistência Social" para o Orçamento
de 1.961.

Consignou o Ministério da Justiça e Negócios Interiores
 no Orçamento da República para o ano de 1.961 a importância
 de @ 100.000,00 relativa "à Assistência social (Patronato de
 Menores de Paranaíba - Ação Social Franciscana).

Dão Patronato de Menores neste ano de 1.961 inteira assistên-
 cia a 6 Menores internos (Cama, comida, lavagem de roupa,
 assistência médica) entre os seus 25 Meninos internos, comple-
 tamente gratis.

Para aliviar as encremas despesas da manutenção gratuita para
 estes internos, pretende a Diretoria do Patronato aplicar esta
 verba de @ 100.000,00 para o pagamento das despesas da manutenção
 gratuita dos 6 internos na medida de @ 3.000,00 mensais para
 cada um, começando com o mês de Junho em curso até Novembro
 deste ano inclusive ou sejam @ 90.000,00 (Noventa Mil Cruzeiros).
 O restante, ou sejam @ 10.000,00 (Dez Mil Cruzeiros) serão apli-
 cados para a compra de remédios.

Paranaíba, 7 de Junho de 1961.

Frei Pedro Holz O.F.M.

Frei Pedro Holz, O.F.M., Presidente



Reconheço a firma supra de
Frei Pedro Holz O.F.M.

Paranaíba, 8/junho/1961.

Em Test. de verdade

Anexo 16 - Modelo de Diploma de aluno do curso Primário.



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

PARANAIBA ★ MATO GROSSO

O Patronato de Menores, São José

far saber que, à vista da aprovação obtida no 4.º ano deste estabelecimento pelo aluno

José Macedo dos Santos nascido em

Paranaíba - Mt. a 21 de fevereiro de 1949,

lhe confere no uso da faculdade que é dada pelas leis do Estado, a presente certificação de habilitação, visto haver concluído os estudos do curso primário em 25 de

Novembro de 1962, conforme se verifica a fls. 617 do livro competente.


Walter Baustz
Presidente

Pe. Frei Barnabé Zeissner O.F.M.
Diretor do Internato

Anexo 17 - Escritura de Doação de terreno – Maio/1956.

República dos Estados Unidos do Brasil

Paranaíba Mato Grosso


Cartório 3.º Ofício
Nilo Genaro Klafke
 3.º Tabelião

ESCRITURA PÚBLICA DE DOAÇÃO Fls. 21 L.º N.º 3

OUTORGANTES - TOMAZ DE AQUINO GARCIA e sua mulher
 MARIA SEVERINA GARCIA,
 ACHILES DA PALMA E MELO e sua mulher
 WALKIRIA GRANDE DE MELO,
 EVANDRO EURICO SALGUEIRO e sua mulher
 LUCIOLA RODRIGUES SALGUEIRO,
 OSMAR PIRES DA SILVA e sua mulher
 FLORINDA CANDIDA DA SILVA e
 OSWALDO SEVERINO DE OLIVEIRA

OUTORGADO - PATRONATO DE MENORES DE PARANAÍBA

D A T A - Quinze (15) de maio de 1956

V A L O R - Cr\$5.000,00

S A I B A M quantos esta pública escritura -
 de doação virem que no dia quinze (15) do mês de maio do ano
 de mil novecentos e cinquenta e seis (1956), nesta cidade de
 Paranaíba, estado de Mato Grosso, em o Cartório do 3º Ofício -
 a meu cargo, perante mim Tabelião Substituto compareceram par
 tes entre si justas e contratadas, a saber: de um lado como -
 outorgantes doadores Tomaz de Aquino Garcia e sua mulher Ma
 ria Severina Garcia, Achiles da Palma e Melo e sua mulher Wal
 kiria Grande de Melo, Evandro Eurico Salgueiro e sua mulher -
 Luciola Rodrigues Salgueiro, Osmar Pires da Silva e sua mulher

Anexo 18 - Escritura de Doação de terreno – Maio/1956.

Florinda Candida da Silva, casados, e Oswaldo Severino de Oliveira, solteiro, este último por si e como procurador dos demais outorgantes, com exceção do primeiro casal, conforme procuração lavrada em 7 de dezembro de 1955 as fls 4 do L^a 3 destas Notas, todos brasileiros, proprietários, residentes nesta cidade, e, de outro lado como outorgado donatário o Patronato de Menores de Paranaíba, neste ato representado pelo Superior da residência dos Franciscanos nesta cidade, Frei Pedro Holz, O. F. M., alemão, residente nesta cidade, todos maiores, capazes, meus conhecidos e das duas testemunhas adeante nomeadas e ao fim assinadas do que dou fé. - Em presença das mesmas testemunhas pelos outorgantes doadores TOMAZ DE AQUINO GARCIA e sua mulher MARIA SEVERINA GARCIA, ACHILES DA PALMA E MELO e sua mulher WALKIRIA GRANDE DE MELO, EVANDRO EURICO SALGUEIRO e sua mulher LUCIOLA RODRIGUES SALGUEIRO, OSMAR PIRES DA SILVA e sua mulher FLORINDA CANDIDA DA SILVA e OSWALDO SEVERINO DE OLIVEIRA, me foi dito, que sendo senhores e legítimos possuidores de um lote de terreno sito na zona suburbana desta cidade, com as áreas respectivas de 0,39,64 hectares, limitando-se ao Norte com terreno de propriedade dos outorgantes, ao Sul com terreno pertencente aos também ora outorgantes e adiante descrito, ao Nascente com a rua Dez, e ao Poente com o Valo Velho, havido por compra feita a Amaro Eduardo Lamble e sua mulher conforme escritura pública lavrada em 7 de fevereiro de 1949 as fls 164 do L^a 39 pelo 2^a Tabelião, transcrita sob N^a 7.099 fls 18 L^a 3-N no Registro de Imóveis; pertencente ao primeiro casal-outorgante; e 0,46,83 hectares, limitando-se ao Norte com terreno pertencente aos primeiros outorgantes e acima descrito, ao Sul com terreno pertencente aos outorgantes, ao Nascente com a rua Dez, e ao Poente com o Valo Velho, havido por compra feita ao Dr. Walter Faustino Dias e sua mulher conforme escritura pública lavrada em 30 de maio de 1955 as fls 66 do L^a 2 destas Notas, transcrita sob N^a 10.127 fls 43 L^a 3-R, no Registro de Imóveis, pertencente aos últimos outorgantes; perfazendo a área total de OITENTA E SEIS ARES E QUARENTA E SETE CENTIARES (0,86,47 ha.), limitando-se ao Norte, em uma extensão de 81 metros com terreno pertencente ao primeiro casal outorgante e onde futuramente deverá ser aberta uma avenida; ao Sul, em uma extensão de 92 metros com terreno de propriedade dos últimos outorgantes e onde já se acha aberta uma rua com a denominação provisória de rua "C"; ao -

Anexo 19 - Escritura de Doação de terreno – Maio/1956

Nascente, em uma extensão de 100 metros com a rua Dez; e ao Poente, em uma extensão de 100,50 metros com o Valo Velho; - que se acha livre e desembarçado de todo e qualquer onus judicial ou extra judicial e inteiramente quite com as Fazendas - Estadual e Municipal de quaisquer impostos, como se vê das - certidões apresentadas em Cartório; acham-se contratados com o outorgado donatário PATRONATO DE MENORES DE PARANAÍBA, para por suas livre e espontânea vontade, doar-lhe gratuitamente, como efetivamente doado têm pelo presente escritura e na melhor forma de direito, o lote de terreno acima descrito, transmitindo desde já ao outorgado donatário todo direito, ação, posse, domínio e servidões ativas que até o momento tinham sobre o aludido imóvel, para que o considere seu dora em diante, podendo do mesmo dispor livremente, havendo-o, além disto e desde já por empossado, em virtude da presente escritura e da cláusula constituti. - Pelo outorgado donatário - me foi dito, por intermédio de seu referido representante, na presença das mesmas testemunhas, que, agradecido, aceitava a presente escritura nos termos em que está redigida e me apresentou a nota de distribuição e os conhecimentos que a seguir, em resumo transcrevo: Nº 43.561. Imposto inter vivos Cr\$600,00 Taxa expediente Cr\$1,00. Taxa planejamento Cr\$10,00. Total - Cr\$611,00. Paranaíba, 14 de maio de 1956. (a) A. Freitas. Nº 941. Imposto laudêmio Cr\$Isento. Taxa expediente Cr\$2,00. Total Cr\$2,00. Paranaíba, 14 de maio de 1956. (a) Gustavo R. - Silva. - Depois de escrita esta eu Tabelião a l'í em voz alta perante eles que reciprocamente a outorgaram, aceitaram e assinam com as testemunhas a tudo presentes Debrair Elias Ferreira e Aristoteles de Lima Raujo, maiores, capazes, residentes nesta cidade e conhecidas de mim Euriclea da Palma Klafke Tabelião Substituto, que a escrevi, assino e dou fé. (selada) Paranaíba, 15 de maio de 1956. (a) Euriclea da Palma Klafke. - Tomaz de Aquino Garcia. Maria Severina Garcia. Oswaldo Severino de Oliveira. Frei Pedro Holz, O.F.M. Debrair Elias Ferreira. Aristoteles de Lima Araújo. - N A D A M A I S. - O referido é verdade e dou fé.


Em testemunho da verdade.
Paranaíba, 15 de maio de 1956.

Nilo Gervasio Klafke
Nilo Gervasio Klafke - 3º Tabelião

Anexo 20 - Escritura de Doação de terreno – Fevereiro/1956.

República dos Estados Unidos do Brasil

Paranaíba Mato Grosso


Cartório 3.º Ofício
Nilo Genaro Klafke
 3.º Tabelião

ESCRITURA PÚBLICA DE DOAÇÃO Fls. 185 L.º N.º 2

OUTORGANTES - JÚLIO MÁRIO ABBOTT DE CASTRO PINTO (Dr.)
e sua mulher NELLY DE CASTRO PINTO

OUTORGADO - PATRONATO DOS MENORES

D A T A - Dezoito (18) de fevereiro de 1956.

V A L O R - Cr\$1.000,00

S A I B A M quantos esta pública escritura -
de doação virem que no dia dezoito (18) do mês de fevereiro -
do ano de mil novecentos e cinquenta e seis (1956), nesta ci-
dade de Paranaíba, estado de Mato Grosso, em o Cartório do 3º
Ofício a meu cargo, perante mim Tabelião Substituto comparece
ram partes entre si justas e contratadas, a saber: de um lado
como outorgantes doadores o Dr. Júlio Mário Abbott de Castro-
Pinto e sua mulher Nelly de Castro Pinto, brasileiros, casa-
dos, ele advogado, ela doméstica, residentes em Tres Lagoas,-
neste Estado, esta neste ato representada por seu marido e -
bastante procurador, conforme procuração lavrada em 20 de ja-
neiro de 1949 as fls 11 do Lº 66 pelo 1º Tabelião da Comarca-
de Tres Lagoas, e de outro lado como outorgado donatário o Pa-
tronato dos Menores, neste ato representado pelo Superior da
residência dos Franciscanos nesta cidade, Frei Pedro Holz, O.
F. M., alemão, residente nesta cidade, todos maiores, capazes,
meus conhecidos e das duas testemunhas adeante nomeadas e ao

Anexo 21 - Escritura de Doação de terreno – Fevereiro/1956.

fim assinadas, do que dou fé. - Em presença das mesmas testemunhas pelos outorgantes doadores Dr. JÚLIO MÁRIO ABBOT DE CASTRO PINTO e sua mulher NELLY DE CASTRO PINTO, me foi dito que sendo senhores e legítimos possuidores de uma gleba de terras lavradas e pastais com a área de DEZ HECTARES, VINTE E UM ARES E QUARENTA E TRES CENTIARES - (10,21,43 ha.), sita na Fazenda "FLEXA", neste município, dentro dos seguintes limites: "Começa no aramado da divisa do imóvel com terras patrimoniais, propriamente em frente ao mata burro construído na rodovia que se dirige à Caci-lândia e segue pelo referido aramado afora, confinando com estas terras patrimoniais sob a orientação 20° 38' e 29° 30' SW bem como 51° 18' e 49° 00' NW, medindo as distâncias respectivas de 49,60 - 207,60 - 232 e 83 metros, a um marco nele cravado, de onde passando a confinar com terras da Fazenda Flexa de propriedade dos outorgantes, se dirige com o rumo 49° 07' NE e com a distância de 504 metros, a um marco cravado na beira da já citada rodovia, pela qual segue, dividindo ainda com terras da mesma Fazenda, indo ter com o rumo 3° 25' SW à distância de 300 metros novamente ao ponto de partida, situado em frente ao mata burro", havida por compra feita a João de Brito da Cunha e sua mulher conforme escritura lavrada pelo 1º Tabelião desta Comarca, transcrita sob Nº 7.136 fls 32 Lº 3-N no Registro de Imóveis, que se acha livre e desembarcada de todo e qualquer onus judicial ou extra judicial e inteiramente quita com as Fazendas Estadual e Municipal de quaisquer impostos, como se vê das certidões apresentadas em Cartório; acham-se contratados com o outorgado donatário PATRONATO DOS MENORES, para por suas livre e espontânea vontade, doar-lhe, gratuitamente, como efetivamente doado tem pela presente escritura e na melhor forma de direito, a gleba de terras acima descrita, transmitindo desde já ao outorgado donatário todo - direito, ação, posse, domínio e servidões ativas que até o momento tinham sobre o aludido imóvel, para que o considere seu dora em diante, podendo do mesmo dispor livremente, havendo-o além disto e desde já por empossado, em virtude da presente escritura e da cláusula constituti. Que para os efeitos fiscais, foi dado ao imóvel o valor de HUM MIL CRUZEIROS (Cr\$ 1.000,00). - Pelo outorgado donatário me foi dito, por intermédio de seu referido representante, na presença das mesmas testemunhas, que, agradecido, aceitava a presente escritura de doação nos termos em que está redigida e me apresentou a nota de distribuição Nº 951 e os conhecimentos e certidões que

Anexo 22 - Escritura de Doação de terreno – Fevereiro/1956.


a seguir em resumo transcrevo: Nº 42.099. Imposto inter vivos Cr\$120,00. Taxa expediente Cr\$1,00. Taxa planejamento Cr\$2,00 Total Cr\$123,00. Paranaíba, 18 de fevereiro de 1956. (a) Azarias Alves de Freitas. Certidão: Certifico que o imóvel a que se refere este conhecimento acha-se quite com a Fazenda Estadual, o que afirmo sob o compromisso do cargo que exerço. (selada). Coletoria Estadual de Paranaíba, 18 de fevereiro de 1956. (a) Azarias Alves de Freitas. - Depois de escrita esta eu Tabelião Substituto a li em voz alta perante eles que reciprocamente a outorgaram, aceitaram e assinam com as testemunhas a tudo presentes Aristoteles de Lima Araujo e Romeu Valim de Melo, maiores, capazes, residentes nesta cidade e conhecidas de mim Euriclea da Palma Klafke, Tabelião Substituto que a escrevi, assino e dou fé. (selada) Paranaíba, 18 de fevereiro de 1956. (a) Euriclea da Palma Klafke. Julio Mario - Abbott de Castro Pinto. Frei Pedro Holz, O. F. M. Superior. - Aristoteles de Lima Araujo. Romeu Valim de Melo. - N A D A M A I S. - O referido é verdade e dou fé.

Em testemunho da verdade.
Paranaíba, 18 de fevereiro de 1956.

Nilo Genaro Klafke - 3º Tabelião

[illegible]

Anexo 23 - Estatística do Ensino Primário Geral – 1962.

 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA SERVIÇO DE ESTATÍSTICA DA EDUCAÇÃO E CULTURA	JEP-01	1962	Mato Grosso	Paranaíba	Sede
	Modelo	Ano	Unidade da Federação	Município	Distrito

ESTATÍSTICA DO ENSINO PRIMÁRIO GERAL

INSTRUÇÕES — O presente questionário destina-se à coleta de dados estatísticos dos estabelecimentos, públicos e particulares, que mantêm cursos de ensino elementar, tais como o *Pré-primário infantil*, para crianças até 6 ou 7 anos, o *Primário (fundamental) comum*, para menores a partir dos 6 ou 7 anos de idade e o *Supletivo*, destinado a categorias especiais de alunos, tais como menores abandonados, operários, soldados, presos e adultos em geral, os da Campanha de Educação de Adultos, Escolas Radiofônicas, etc. — 2. Em virtude da Lei de Diretrizes e Bases, os antigos "Cursos complementares ou de admissão" serão considerados nas séries que seguem às do ensino *primário (fundamental) comum*, ministrado na escola.

I — ESTABELECIMENTO ESCOLAR

Nome: Patronato de menores 2. Endereço: Paranaíba / Mato Grosso
(Rua, número, bairro, ou nome do povoado, pólo, estrada, rio, propriedade agrícola, etc.)

O estabelecimento está situado na sede do município (cidade), na sede do distrito (vila) ou na zona rural? Sede 4. Dependência administrativa da escola: Particular 5. Se particular, o ensino primário (fundamental) comum é gratuito ou remunerado? Remunerado

Quais os cursos de ensino elementar mantidos pelo estabelecimento? a) Infantil? Não b) Primário (fundamental) comum? Sim c) Supletivo? Não
(sim ou não)

Outros cursos mantidos pelo estabelecimento: Não existem 8. Pessoal em exercício no fim do ano letivo: a) total de professores (Ginásia, comercial, industrial, agrícola, normal, etc.) 3 dos quais: do sexo feminino: 1 normalistas: 1 b) pessoal exclusivamente de Direção e Secretaria: 1 c) pessoal subalterno: 1

II — PRÉDIO ESCOLAR

O prédio onde funciona o estabelecimento é de propriedade do Governo Federal, Estadual, Municipal, ou de Particular? Particular 2. É próprio, cedido gratuitamente ou alugado? Próprio 3. Se alugado, esclarecer no caso de estabelecimento público, qual o responsável pelo aluguel: Sim

O prédio foi construído especialmente para fins escolares? Sim 5. Reside o professor (a) no mesmo prédio da escola? Sim 6. Funciona outra escola ou curso em outra direção, no mesmo prédio? Não 7. Em caso afirmativo, dar o nome e os cursos ministrados: Casa do tijolo

Material empregado na construção das paredes: Telhas francesas 9. Tipo de cobertura: Telhas francesas 10. Dispõe de: a) iluminação elétrica? Sim b) instalações sanitárias higiênicas? Sim c) água encanada? Sim 11. Quantas salas de aula possui o prédio? 4 das quais: 3 são utilizadas para o ensino primário (fundamental) comum. 12. Informar em metros (m) o comprimento (comp.) e a largura (larg.) de cada uma das salas de ensino primário (fundamental) comum: a) 10 m comp. 4 m larg.; b) 15 m comp. 11 m larg.; c) 6 m comp. 4 m larg.; d) 10 m comp. 7 m larg.; e) comp. larg.; f) comp. larg.; g) comp. larg.; h) comp. larg.; i) comp. larg.; j) comp. larg.; k) comp. larg.; l) comp. larg.; m) comp. larg.

III — APARELHAMENTO ESCOLAR

O estabelecimento possui: a) biblioteca? Sim com 100 volumes; b) equipamento para projeção cinematográfica? Sim; c) receptores de rádio? Não e televisão? Não d) consultório médico? Não e) gabinete dentário? Não f) auditório? Não g) área para recreio e práticas desportivas? Sim 2. Os alunos realizam ou praticam: a) trabalhos agrícolas com regularidade? Não b) trabalhos manuais? Sim c) educação física? Sim

IV — INSTITUIÇÕES ESCOLARES

Existem no estabelecimento instituições escolares, tais como: 1. Caixa escolar? Não 2. Merenda escolar? Sim 3. Associação de pais e professores? Não 4. Pelotão de saúde? Não 5. Orfeão? Não 6. Clube de leitura? Não 7. Assistência: a) dentária? Sim b) médica? Sim 8. Clube agrícola? Não 9. Cooperativa escolar? Não 10. Outras? (especificar): —

V — ENSINO PRIMÁRIO (FUNDAMENTAL) COMUM

Número de turnos: 4 2. Qual o horário de funcionamento de cada turno? 1.º de 7 a 10:30; 2.º de 12:30 a 15:30; 3.º de 7 a 10:30; 4.º de 13:00 a 16:00 3. Número de cadeiras ou turmas: a) total: 4; b) de uma série: 4; c) de duas séries: —; d) de três séries: —; e) de quatro séries: —; f) de cinco séries: —; g) de seis séries: — 4. Qual a extensão do curso em anos letivos? 4 5. Regime do curso: a) externo? Sim; b) semi-internato? —; c) internato? Sim

Anexo 24 - Estatística do Ensino Primário Geral – 1962.

V — ENSINO PRIMÁRIO (FUNDAMENTAL) COMUM (conclusão)																
PRINCIPAIS ASPECTOS SEGUNDO AS SÉRIES DIDÁTICAS (*)							2. MATRÍCULA EFETIVA, SEGUNDO A IDADE E AS SÉRIES DIDÁTICAS									
ESPECIFICAÇÃO		Total	SÉRIES DIDÁTICAS						IDADE DOS ALUNOS (anos)	Total	SÉRIES DIDÁTICAS					
			1.ª	2.ª	3.ª	4.ª	5.ª	6.ª			1.ª	2.ª	3.ª	4.ª	5.ª	6.ª
Matrícula Geral	Masculino	92	32	25	22	13		6.	✓							
	Feminino	✓	✓	✓	✓	✓			✓							
	Total	92	32	25	22	13										
Matrícula Efetiva	Masculino	68	22	16	17	13		8.	3	2	1					
	Feminino	✓	✓	✓	✓	✓			7	4	3					
	Total	68	22	16	17	13			10	7	6	6				
Alunos aprovados	Masculino	58	12	11	14	13		10.	9	5	1	1	2			
	Feminino	✓	✓	✓	✓	✓			11	1	2	6	1			
	Total	58	12	11	14	13			12.	7	1	4	2	1		
Total de professores	Normalistas	3						13.	7	2		3	3			
	Não normalistas	3							14.	2		1	2			
	Total	3							15.	4			4			
Prof. com regência de classe	Normalistas	✓						Mais de 15....	4				4			
	Não normalistas	✓							TOTAL	68	22	16	17	13		
	Total	✓														
Prof. sem regência de classe (auxiliares)	Normalistas	✓														
	Não normalistas	✓														
	Total	✓														

Ver nota 2 nas INSTRUÇÕES referente ao antigo "curso complementar"

VI — ENSINO SUPLETIVO							VII — ENSINO INFANTIL							
ESPECIFICAÇÃO		Total	SÉRIES DIDÁTICAS						ESPECIFICAÇÃO		Total	SÉRIES DIDÁTICAS		
			1.ª	2.ª	3.ª	4.ª	5.ª	6.ª				1.ª	2.ª	3.ª
Matrícula Geral	Masculino							Matrícula Geral	Masculino					
	Feminino								Feminino					
	Total								Total					
Matrícula Efetiva	Masculino							Matrícula Efetiva	Masculino					
	Feminino								Feminino					
	Total								Total					
Alunos aprovados	Masculino							Alunos aprovados	Masculino					
	Feminino								Feminino					
	Total								Total					
Total de professores	Com regência de classe							Total de professores	Com regência de classe					
	Sem regência de classe								Sem regência de classe					
	Normalistas								Normalistas					
Professores	Não normalistas							Professores	Não normalistas					

OBSERVAÇÕES:

Parauaíba, 6 de dezembro 1962

(Local e data da informação)

Pe. Frei Barnabé Leisner

(Assinatura do Diretor ou Professor responsável)

Anexo 25 - Frei Pedro Holz – título de cidadão Paranaibense.

Paranaíba, 3 de Fevereiro de 1963.
 Frei Pedro Holz, g.b. liz.

Como novo Vigário de Sant'Ana do Paranaíba mudei para esta Paroquia depois da Semana Santa. Conforme as decisões dos meus superiores ficou esta paróquia entregue aos PP. Augustiniano da Ilha Malta. Até o primeiro Padre Regas, eu fiquei sozinho trabalhando todo dia, de manhã e noite nestas duas paróquias, Camilândia e Paranaíba. Nestes 4 meses - 23 de Abril até o começo de Agosto atendi tudo, na sede e fora, às vezes fazendo casamentos e batizados em Camilândia ou numa fazenda e no mesmo dia me fedi. Foi também neste tempo, já tendo um padre Augustiniano em Paranaíba, 3 vezes à Inocência e uma vez a São Pedro para a festa de Bom Jesus e de Assunção ou N.ª tra. de Abadia. Em Inocência fiz também 1.ª Comunhão das crianças da Escola no dia 12 de Outubro.

Em Paranaíba fiz a festa de N.ª tra. de Sant'Ana com novena em Julho. No dia da Festa do Santo Rei fizemos 1.ª Comunhão de mais de 100 crianças das Escolas da cidade.

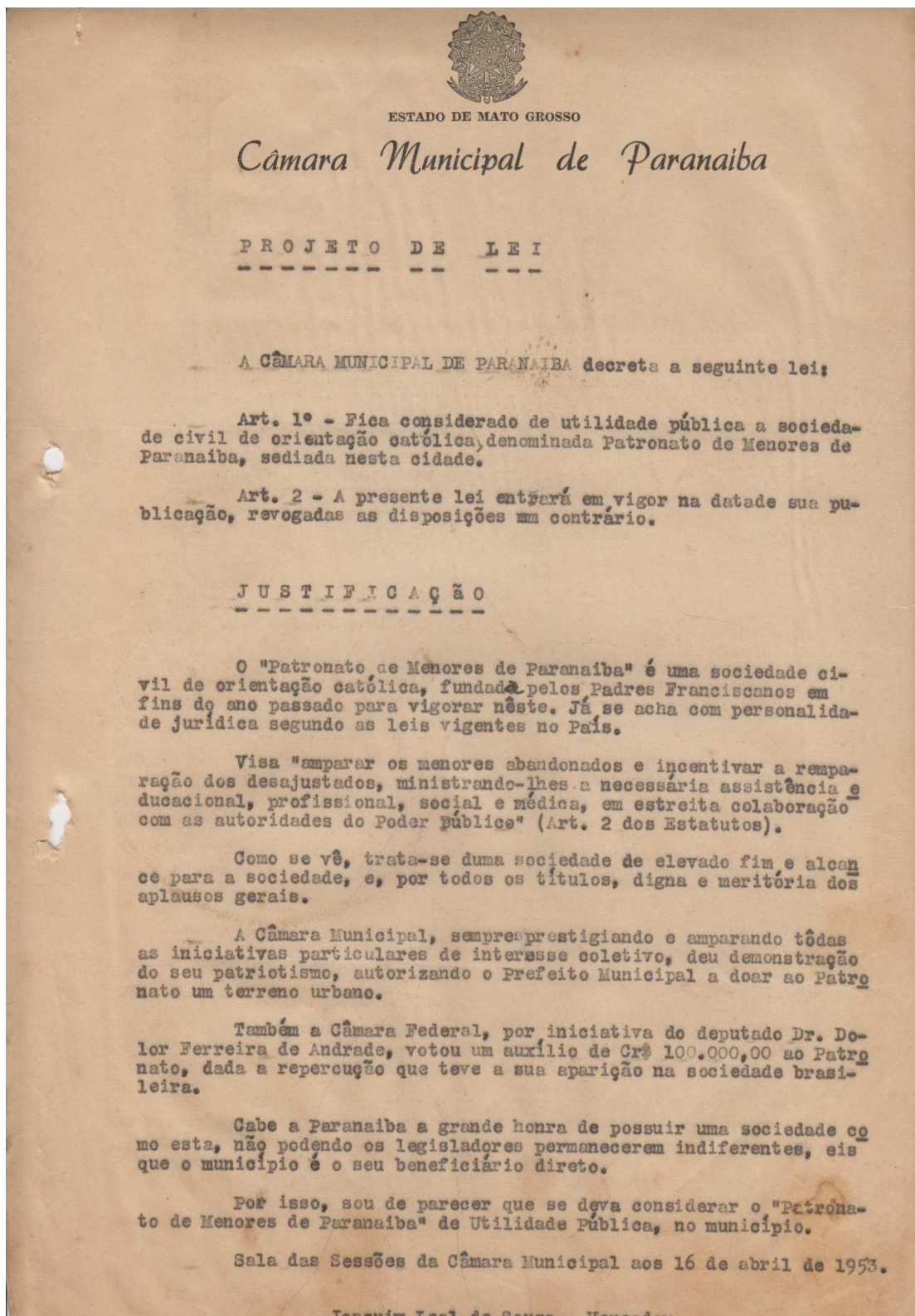
Agora já há 2 Padres - Piracolo e Bernardes - o último ficou no dia 1.º de Dezembro suplantado como novo Vigário da paróquia.

Em meu antecesor, o P. Frei Pedro Holz, OFM, deixou no fim de Abril a paróquia para ir a Alcanunha, tratar de saúde. Percebi antes de sair ainda o honroso título de Cidadão de Honra da Cidade de Sant'Ana do Paranaíba e uma maleta com o nome dele.

Entreguei também para o Superior R. Paulo, da Vila Piloto, a importância de 2.000.000,00 cruzeiros - e já antes uns 300.000, - cruzeiros para a viagem do novo vigário e o carro "Corubi". Vão com tempo repor este dinheiro à caixa da Freja.

Sant'Ana do Paranaíba, aos 3 de Dezembro de 1963,

Anexo 26 - Lei Municipal que declara PSJ de utilidade pública.



Anexo 27 - Lei Estadual que declara de utilidade pública PSJ.



ESTADO DE MATO GROSSO
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

C E R T I D ã O

CERTIFICO, a pedido verbal de parte interessada que revendo o nosso arquivo na parte refernete a LEIS encontrei a LEI NÚMERO OITOCENTOS E SEIS, data de sete de dezembro do ano de hum mil novecentos e cinquenta e cinco do seguinte teor : "Declara de utilidade pública o "Educandário Santa Clara", o "Patronato de Menores" e o "Abrigo à Velhice Desamparada", de Paranaíba. - O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO : Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado decreta e eu sanciono a seguinte Lei : - Artigo 1º - Ficam declarados de utilidade pública o estabelecimento de ensino, "Educandário Santa Clara", as sociedades filantrópicas, "Patronato de Menores" e "Abrigo à Velhice Desamparada", de Paranaíba. - Artigo 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação; revogadas as disposições em contrário. - Palácio Alencastro, em Cuiabá, 7 de dezembro de 1955, 134ª da Independência e 67ª da República. as) - FERNANDO CORREIA DA COSTA, Demosthenes Martins. O referido é verdade, do que para constar, eu *Benedicta F. Pinheiro da Silva*, Sub Diretor desta Assembléia datilografei a presente certidão, que vai assinada pelo Senhor Doutor - ZELIRIO DALL'AGLIO, Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

Secretaria da Assembléia Legislativa, em
Cuiabá, 11 de junho de 1973.



Zelirio Dall'Aglio
DR. ZELIRIO DALL'AGLIO
Diretor Geral

LEI PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DO DIA 14 DE DEZEMBRO DE
1955.

Anexo 28 - PSJ e Educandário Santa Clara - relatório.

EDUCANDÁRIO SANTA CLARA

PARANAÍBA — ESTADO DE MATO GROSSO

fls. 2

PATRONATO DE MENORES DE PARANAÍBA

Na Paróquia de Nossa Senhora Sant'Ana, o Vigário Frei Pedro Holz, em 20 de setembro de 1952, assessorado pelos coadjutores Frei Liberato Ketterer e Frei Fredolino Hasenfratz, todos Padres regulares da Missão Franciscana da 1ª. Ordem de São Francisco em Mato Grosso, criou sob a inspiração do advogado Walter Faustino Dias uma sociedade civil de orientação religiosa obrigatória para amparar os menores abandonados e recuperar os desajustados, denominada Patronato de Menores de Paranaíba. Aprovados os Estatutos, publicados e registrados em 4 de fevereiro de 1953 no livro próprio da comarca, Reg. nº 8, fls. 25 do Lº A, nº I, passou o Patronato a existir como pessoa jurídica, da ação social franciscana.

Teve grande repercussão o empreendimento e acolhida geral da população. O Estado de Mato Grosso, por iniciativa do Deputado Walter Faustino Dias, considerou-o de utilidade pública pela Lei nº 806, de 7 de dezembro de 1955.

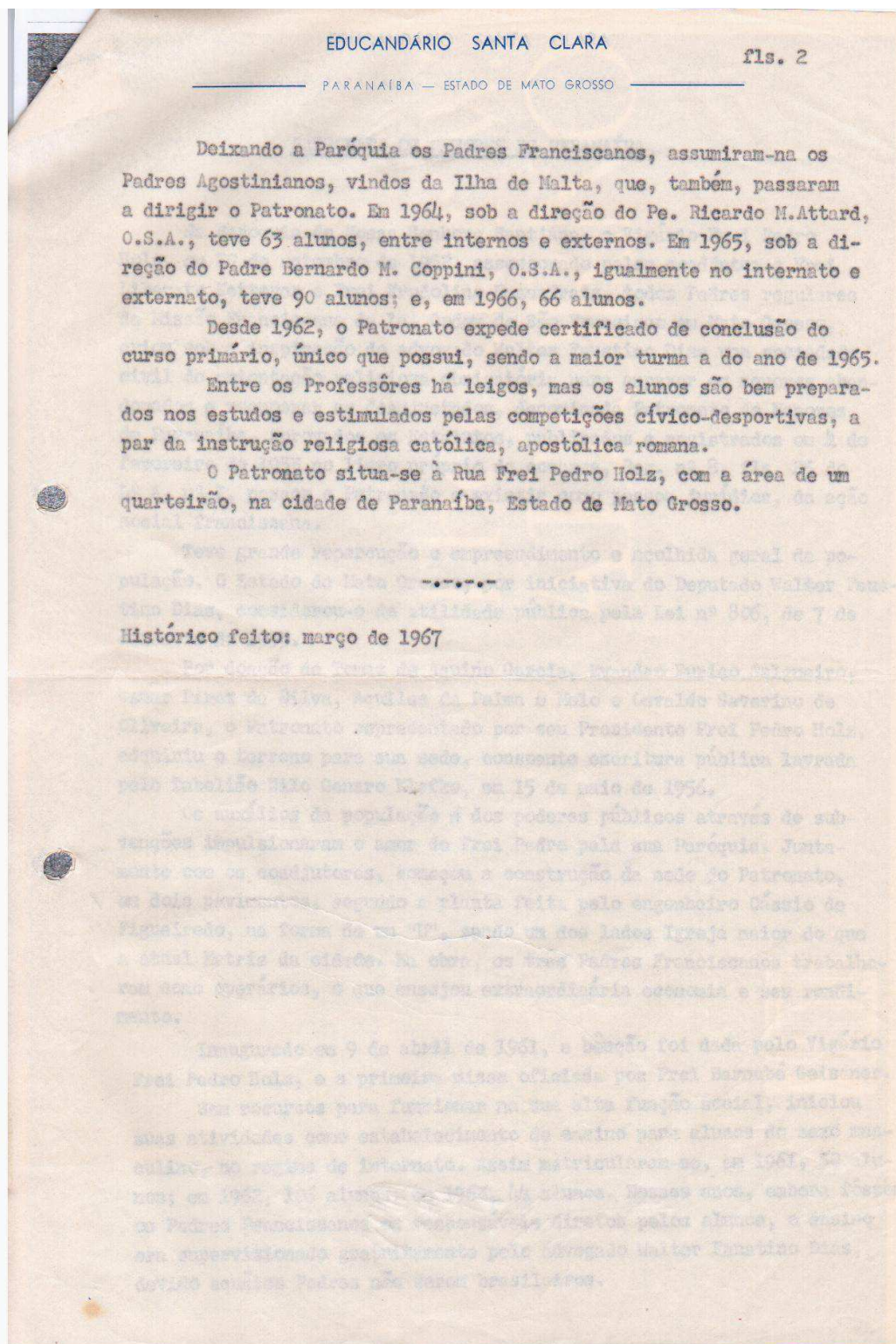
Por doação de Tomaz de Aquino Garcia, Evandro Eurico Salgueiro, Osmar Pires da Silva, Aquiles da Palma e Melo e Osvaldo Severino de Oliveira, o Patronato representado por seu Presidente Frei Pedro Holz, adquiriu o terreno para sua sede, consoante escritura pública lavrada pelo Tabelião Nilo Genaro Klafke, em 15 de maio de 1956.

Os auxílios da população e dos poderes públicos através de subvenções impulsionaram o amor de Frei Pedro pela sua Paróquia. Juntamente com os coadjutores, começou a construção da sede do Patronato, em dois pavimentos, segundo a planta feita pelo engenheiro Cássio de Figueiredo, na forma de um "U", sendo um dos lados Igreja maior do que a atual Matriz da cidade. Na obra, os três Padres Franciscanos trabalharam como operários, o que ensejou extraordinária economia e seu rendimento.

Inaugurado em 9 de abril de 1961, a bênção foi dada pelo Vigário Frei Pedro Holz, e a primeira missa oficiada por Frei Barnabé Geissner.

Sem recursos para funcionar na sua alta função social, iniciou suas atividades como estabelecimento de ensino para alunos do sexo masculino, no regime de internato. Assim matricularam-se, em 1961, 50 alunos; em 1962, 106 alunos; em 1963, 44 alunos. Nesses anos, embora fossem os Padres Franciscanos os responsáveis diretos pelos alunos, o ensino era supervisionado gratuitamente pelo advogado Walter Faustino Dias, devido aqueles Padres não serem brasileiros.

Anexo 29 - PSJ e Educandário Santa Clara – relatório continuação anexo 26.



Anexo 30 - Plano de ação de aplicação do dinheiro do PSJ. 1961

Plano de Aplicação da subvenção de \$ 100.000,00
(Cem Mil Cruzeiros) "Assistência Social" para o Orçamento
de 1.961.

Consignou o Ministério da Justiça e Negócios Interiores no Orçamento da República para o ano de 1.961 a importância de \$ 100.000,00 relativa "à Assistência social (Patronato de Menores de Paranaíba - Ação Social Franciscana).

Dão Patronato de Menores neste ano de 1.961 inteira assistência a 6 Menores internos (Cama, comida, lavagem de roupa, assistência médica) entre os seus 25 Meninos internos, completamente gratis.

Para aliviar as enormes despesas da manutenção gratuita para estes internos, pretende a Diretoria do Patronato aplicar esta verba de \$ 100.000,00 para o pagamento das despesas da manutenção gratuita dos 5 internos na medida de \$ 3.000,00 mensais para cada um, começando com o mês de Junho em curso até Novembro deste ano inclusive ou sejam \$ 90.000,00 (Noventa Mil Cruzeiros). O restante, ou sejam \$ 10.000,00 (Dez Mil Cruzeiros) serão aplicados para a compra de remédios.

Paranaíba, 7 de Junho de 1961.

Frei Pedro Halz, O.F.M.
Frei Pedro Halz, O.F.M., Presidente

Anexo 31 - Regulamento do internato

<p style="text-align: center;"><u>PATRONATO DE MENORES</u> <u>SANT'ANA DO PARANAIBA -- ESTADO DE MATO GROSSO</u> <u>INTERNATO SÃO JOSÉ</u> <u>REGULAMENTO</u></p>	
Fim:	O Internato de São José tem por finalidade uma esmerada educação-religiosa moral e física-no espirito da Igreja Catolica.
Ensino:	Curso primario para meninos de 8 a 14 anos. Serão admitidos alunos de todas as classes de curso primario até a admissão.
Matricula:	A matricula pode ser efetuada no mês de Fevereiro com o Padre Diretor do Internato. Os alunos do ano escolar findo podem renovar a matricula no fim do ano escolar.
Ano escolar:	O ano escolar tem inicio nos primeiros dias de Março e vai até os fins do Novembro. Há ferias no mês de Julho e no fim do ano (Dezembro-Março). As férias passam os alunos em casa dos pais.
Visitas:	Serão admitidas visitas, especialmentedos Srs. Pais e Responsaveis nos domingos depois da Santa Missa até a hora de estudo. Para visitas durante da semana precisa um aviso antes. A licença para sair do Clégio será dado só em companhia dos Srs. Pais ou Responsaveis.
Educação:	O Internato de São José, sendo colégio religioso, não só ensina a religião como também exorta insistentemente os seus internos a que a pratiquem. Espera portanto , o golegio que os Srs. Pais e Responsaveis façam todo o empenho para que os alunos cumpram fielmente os deveres religiosos aos dias que passarem em casa.
Boletim:	O Internato informa mensalmente as familias, em forma de boletim do procedimento do aluno. O boletim escolar entregue-se cada semestre. Um aluno que em tres boletins obtiver nota 2 em procedimento e aplicação não pode continuar no Internato no ano seguinte. O aluno que incidir em qualquer das seguintes faltas, será afastado do colegio: reincidenciaem furto, falta grave contra a moralidade, abandono do colegio sem autorização, insubmissão grave e repetida, aversão habitual ao estudo. Nestes casos serão os Pais avisados imediatamente.

Anexo 32 - continuação do regulamento.

Espirito e Disciplina: O Internato de São José deseja ser para os alunos, como um prolongamento do lar. a disciplina potanto e paternal baseado no espirito catolico. Exige-se obediencia e respeito aos Padres e Professores, dedicacão ao estudo e honestidade de conduta. Nos recreios, a liberdade é ampla e sadia, sob olhar atento de vigilantes.

O Internato São José não sendo um instito disciplinar corretivo, não recebe meninos rebeldes, avessos á ordem á disciplina ou ao estudo, nem pode conservar aquêles que se tornarem tais. As matriculas concedidas em boa fé, ficarão sem efeito logo que fique patente o novo aluno não possuir as condições requeridas e não dar mostras de ser corrigivel. Os Senhores Pais que querem internar seus filhos neste internatô atentem bem para este ponto do regulamento.

Alimentação: A alimentação é abuntante e de qualidade. Por isso os alunos não precisam trazer ou receber da casa lata de doce, queijo etc... Permite-se, entrtanto, que recebem biscoitos e mel de abelha. Estas coisas serão guardados em armários especias que são abertos durante das refeições de manha e da tarde.

Assistência medica: A saude dos alunos fica sempre sob a vigilancia dos superiores, ajudado do medico da casa. Caso o aluno adoeca, encarrega-se o internato de seu tratamento, correndo porém por conta dos pais as despesas em remedios e assistência medica. Caso de uma doença grave serão informados os pais imediatamente.

Pensão: A pansão de Cr. por mês, paga-se na tabela abaixo.

No caso de matricula de 2 ou mais irmãos, concede-se o seguinte desconto: o primeiro paga o pagamento normal, o segundo terá um desconto de 10 %, o terceiro terá um desconto de 20 %.

Todos os alunos farão um deposito para cobrir as despesas extraordinarias. Por este fim deixem os pais uns Cr. 2,000,000 nas mãos do Padre Diretor. Nenhum aluno tem direito guardar e usar dinheiro sem licença do Padre Diretor.

Anexo 33 - Plano de aplicação de verbas 1961.

Plano de Aplicação

da Verba Extraordinária de R\$ 50.000,00 obtida pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores no Orçamento de 1.961.

O Patronato de Menores de Paranaíba desde a sua fundação aos 20 de Setembro de 1.952 vinha funcionando junto ao Educandário Santa Clara nesta cidade de Paranaíba.

Começou a construção da sua própria sede com as instalações apropriadas para o Internato como sejam dormitórios, salas de aula, sala de refeições, cozinha etc, moradia para a sua Diretoria, professores e o pessoal empregado no ano de 1.956.

Infelizmente, desde o ano de 1.958 sofreu o estabelecimento as consequências prejudiciais dos cortes substanciais das subvenções e auxílios federais.

Mesmo assim - com recursos próprios, auxílios da paróquia e de particulares, conseguiu a Diretoria do Patronato fazer funcionar o seu Internato - embora em escala reduzida - no começo desde ano de 1.961, dando assistência e ensino a 25 internos, enquanto continua o acabamento de suas instalações.

Os R\$ 50.000,00 (Cinquenta Mil Cruzeiros), relativos à subvenção extraordinária, consignados em tão boa hora ao Estabelecimento pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, pretende a Diretoria aplicar para a aquisição de uma parcela de material necessário para a construção da escadaria da entrada principal do Patronato - tantas vezes já adiantada por falta de recursos, ou seja:

50 sacos de cimento a R\$ 480,00 por unidade.....	R\$ 24.000,00
10 000 tijelos posts na obra a R\$ 2.600,00	R\$ 26.000,00
	<hr/>
	R\$ 50.000,00

Paranaíba, 7 de Junho de 1.961.

Frei Pedro Holz, O.F.M., Pres.

Anexo 34 - Relatório de atividades - 1958.

PARANAÍBA — Estado de Mato Grosso

Doc 10

Doc 11 - Feb

ATIVIDADES DO PATRONATO DE MENORES DE PARANAÍBA
Relatório de 1.958.

Lentamente, o Patronato de Menores prossegue a construção de sua Sêde e Internato Masculino para, com o tempo, separar-se do Educandário Santa Clara, na alta missão de "amparar os menores abandonados e incentivar a recuperação dos desajustados. A obra é de volta e os poucos recursos financeiros não permitam maior celeridade.

Contudo, há visível progresso, como se pode notar nas fotografias anexas se, comparadas com as vistas apresentadas nas prestações de contas de 1.957.

Durante o ano de 1.958 empregou - se a quantia de \$ 1.800.000,00, provenientes de recursos consignados no Orçamento da União pelos Ministérios da Justiça e da Educação, de auxílios da Paróquia de Sant'Ana do Paranaíba, através de seus muitos e grandes benfeitores e diversas festas religiosas. Não se caminhou mais devido não terem sido pagas diversas subvenções extraordinárias, entre elas uma de \$ 650.000,00, previstos nas dotações dos Ministérios da Educação e da Justiça, respectivamente.

No setor agrícola, nada se fez, havendo maior esperança neste ano. Eis que se adquiriu na Alemanha um trator "Unimog" com recursos angariados por este Presidente, quando em viagem de férias e de tratamento de saúde, na sua terra.

Na dependência do Patronato anexo ao Educandário Santa Clara, reformaram-se e ampliaram-se os sistemas sanitários, nestas férias escolares. Manteve também, nesse estabelecimento, diversos empregados, um professora e alunas internas, tudo com os recursos ordinários recebidos da União.

Promoveu-se o Natal das Crianças Pobres, fazendo distribuição de roupas e alimentos a Centenas de crianças pobres.

Dêsse modo, a Direção do Patronato satisfeito por ter contribuído com o seu modesto esforço e trabalho na solução do problema social brasileiro, encerra o movimento de 1958.

Paranaíba, 19 de Fevereiro de 1959.

Frei Pedro Holz, O.F.M., Presidente do Patronato de Menores de Paranaíba.

Anexo 35 - Relatório de atividades - 1961.

Prestação de Contas do Patronato de Menores de Paranaíba - MT
em 1.961.

Relatório de atividades.

O "Patronato de Menores de Paranaíba", desde a sua fundação aos 20 de Setembro de 1.952, vinha funcionando junto ao Educandário Santa Clara.

Começou a construção da sua própria sede com as instalações adequadas para o Internato masculino em 1956. Infelizmente retardou-se o seu funcionamento em suas instalações próprias desde o ano de 1958, quando o Patronato de Menores começou a sofrer certas substanciais nas suas verbas ordinárias e anulamento quasi total das suas verbas extraordinárias.

Mesmo assim esforçou-se a sua Diretoria - amparada com auxílios da Paróquia de Sant'Ana de Paranaíba, dos Franciscanos e substanciais auxílios de particulares para iniciar as suas atividades na sua própria sede no ano de 1.961 pp.

Cedeu o Superior da Ordem de São Francisco de Assis, com sede em Campo Grande, Estado de Mato Grosso, um sacerdote com a finalidade especial de dirigir o Internato do Patronato de Menores de Paranaíba. Este sacerdote, Pe. Frei Barnabé Geissner, OFM, chegou a esta cidade aos 14 de Fevereiro de 1.961.

Contratou também a Diretoria do Patronato de Menores dois (2) professores leigos - vindo do Estado de Santa Catarina - com cursos ginásial e científicos, que assumiram em caráter provisório os seus cargos no mês de Março.

Atrazou - se o ano letivo por algumas semanas, visto que as suas instalações sanitárias não estarem prontas de tudo. No dia 9 de Abril de 1.961 foi inaugurada solenemente o Internato e as aulas para o Primário começaram oficialmente no dia seguinte, isto é no dia 10 de Abril. Contou naquela época o Internato com trize Internos e alguns Externos, número este que se chegou até o período das Férias de Julho para 35, mantendo este numero até o fim do ano letivo em Dezembro pp.

Fei deveras encrese para a Diretoria este primeiro ano de funcionamento do Internato, pois, se as contribuições dos pais dos internos renderam @ 553.260,00, gastou a Diretoria do Patronato para a manutenção e administração do mesmo @ 940.863, -(Mantimentos, pessoal empregado, professores, carteiras, armários, camas etc, etc.), fora dos gastos para a construção e acabamento (Instalações, sanitárias, rede de agua encanada, luz electrica, Caixa d'agua para 13 000 litros, acabamentos, caiações e pinturas a óleo). Para estes serviços foram gastos @ 1.824,401,00.

Se de um lado ficou claramente evidenciado

Anexo 36 - Relatório de atividades - 1962.

PATRONATO DE MENORES
PARANAÍBA — Estado de Mato Grosso

Relatório das Atividades do Patronato de Menores em 1962.

Como já foi dito no relatório de 1961, o Patronato de Menores de Paranaíba começou naquele ano funcionar na sua própria sede, tendo até o fim do mesmo ano 35 internos e alguns externos.

Tendo conseguido a sua Diretoria os melhoramentos nas suas instalações, elevou-se no início do ano letivo de 1962 o número dos seus internos para 74. Aceitaram-se, também, alunos semi-internos e externos em escala maior, variando o número dos alunos durante o ano com saídas e entradas novas: saíram 23 e entraram 17 alunos.

Funcionaram todas as quatro séries do curso primário, havendo no primeiro ano inicialmente 25, no fim 22 alunos; no segundo ano 21 e 16; no terceiro 20 e 17 e no quarto ano 8 e 13 respectivamente.

Foram reprovados, 18 alunos, sendo 10 do primeiro, 5 de segundo e 3 do terceiro ano, enquanto todos os alunos de quarto ano, em número de 13, foram aprovados e receberam o diploma da conclusão do curso primário.

Muito reconhecida e grata registra a Diretoria do Patronato de Menores os auxílios e subvenções recebidos dos Governos Federal e Estadual de Mato Grosso como da população da cidade e da paróquia de Paranaíba.

Em parcelas "Restosa Pagar", "Exercício Findo de 1961" ou do Exercício de 1962 recebeu o Patronato do Governo Federal as seguintes importâncias:

Do Ministério da Justiça e Negócios Interiores Cr. 1.585.000,00
Do Ministério da Educação e Cultura Cr. 297.000,00
Do Governo de Mato Grosso Cr. 300.000,00 e, mais, ainda, os vencimentos mensais para 2 professores.

Igualmente agradece a Diretoria do Patronato de Menores à população paranaibense, que, com o mesmo entusiasmo de sempre, não mede sacrifícios, por meio das Festas paroquiais, em ajudar as obras de "seu" Patronato.

Deste modo foi facilitado o acabamento das obras da construção do Patronato. Durante este ano foram comprados os moveis necessários, acabadas as pinturas de dentro e de fora, a da Capela, instalado o transformador e a rede da iluminação e força elétricas, quasi terminados o muramento da area numa extensão de quasi 400 metros e as escadarias. Se, no entanto, estes ultimos serviços não foram terminados por completo, deve-se isso não a falta de recursos, mas somente à estação de chuvas e ao mau tempo, de maneira, que não se conseguiu a quantidade necessária de tijolos!

Estando à disposição da Diretoria no fim do ano um saldo de quasi um milhão de Cruzeiros, acha-se em condição mais favorável de enfrentar no novo ano de 1963 as dificuldades do aumento do custo de vida e terminar a construção do Patronato com a collocação de calhas e condutores d'agua e das calçadas para melhorar o Patrimônio do Patronato.

Pretende também o Patronato no ano de 1963 inaugurar o serviço de agricultura no seu próprio terreno, nos arredores da cidade, dando aos seus alunos não somente os conhecimentos do ensino primário, como também os do trabalho manual e de agricultura, estando à disposição do Patronato um Irmão leigo Franciscano como mestre diplomado.

Paranaíba, 4 de Fevereiro de 1963.

Frei Pedro Holz
Frei Pedro Holz, OFM., Pres.

BRASIL
RESERVA NACIONAL
4/4
63

Reconheço a firma supra de
Frei Pedro Holz, OFM.

Paranaíba, 11/fevereiro/1963.

Em Test. _____ de _____

TABELIONATO
SERVENTUARIO
NILO GENARO KLAFKE
PARANAIBA
ESTADO DE MATO GROSSO

Anexo 37 - Declaração de gastos - 1962.

Declaração.

Autegamis Rodrigues da Silva, 1º te-
seureiro do Patronato de Menores de Parana-
iba, Estado de Mato Grosso.....

Declara, que da verba ordinária, obtida pelo Ministério da
Justiça e Negócios Interiores do Exercício de 1961, recebida
em Março do corrente ano (1.962), foram gastas para o peixeal
empregado as seguintes parcelas:

Março de 1962:

Empregados.....	@	14.000,00
Lavadeira.....	@	4.000,00
Professores.....	@	18.000,00

Abril de 1962:

Professores.....	@	18.000,00
Manutenção dos mesmos p/ os mē- ses Março e Abril a @ 5.000,00		
mensais.....	@	20.000,00
Lavadeira.....	@	7.900,00

Maio de 1962:

Professores.....	@	18.000,00
Manutenção dos mesmos.....	@	10.000,00
Lavadeira.....	@	4.400,00

Junho de 1962:

Professores.....	@	18.000,00
Manutenção dos mesmos	@	10.000,00
	@	142.300,00

(Cente e quarenta e dois Mil e trezentos Cruzeiros)

Paranaíba, 1 de Julho de 1.962.

Autegamis Rodrigues da Silva
Autegamis Rodrigues da Silva, 1º tesseureiro
do Patronato de Menores de
Paranaíba, MT.

Anexo 38 - Resumo da Paróquia 1.PARÓQUIA NOSSA SENHORA SANT'ANA DE PARANAÍBA

A freguesia foi fundada em 1835 por decreto imperial com a denominação de Sant'Ana de Paranaíba (Divisão eclesiástica e civil), sendo realizado o primeiro batizado na Igreja Matriz do Rozário aos 29 de outubro de 1835, pelo Revo. Pe. José Martinho Rego, vindo como outros vigários a mandato do Exmo. Bispo de Uberaba, estado de Minas. Estiveram em Sant'Ana de Paranaíba naquela época os padres:

Jerônimo Gonçalves de Macedo (1837), Pe. Francisco Sales Fleury (1837-1877), Pe. Manoel Martins Ferraz (1888 - 1894), apesar de pertencer à Paróquia de Sant'Ana desde o início ao único bispado de Mato Grosso com sede em Cuiabá.

Aos 3 de março de 1912, criado o Bispado de Corumbá, sendo nomeado Bispo D. Cirilo de Paula Freitas, vindo por assistência religiosa à Paróquia de Sant'Ana o Pe. Angelo Negro.

De dezembro de 1916 à 1921, a paróquia ficou sem vigário. Em 1921 ficou sendo encarregado da Paróquia o Pe. Nino Galina, até 18 de dezembro de 1926. Ele morava afastado da Paróquia com residência em Três Lagoas vindo para Sant'Ana nas ocasiões das festas dos padroeiros.

Até 24 de abril de 1926 foi nomeado vigário para Três Lagoas, o Pe. Agostinho e no mesmo ato episcopal, encarregado com a Paróquia de Sant'Ana. Tomando posse, achou a Igreja de N. Senhora do Rozário em condições deploráveis, como consta o livro de Tombo da Paróquia. Fixando sua residência em Três Lagoas, resolveu em 1928 nomear uma série de juizes, um para cada semana, com a incumbência de conservar a limpeza e abrir a Igreja nos domingos e dias santos, promovendo práticas devotas. No mesmo ano, obteve uma velha propriedade, sita à rua Rio Branco, esquina com rua Cel. Carlos, que D. Balbina Ferreira de Castro, a 20 anos queria doar à Sant'Ana, mas sempre se opunha, por vários obstáculos.

Houve também em junho do mesmo ano, uma visita canônica, pelo Administrador Apostólico do Bispado de Corumbá, Mos. Pedro Massa. Na presença de todas as autoridades em homenagem ao Visconde de Taunay, lançou a primeira pedra de uma estátua, que posteriormente seria levantada ao grande escritor Brasileiro, que tanto enalteceu Sant'Ana, escrevendo aí um de seus admiráveis livros.

No dia 21 de junho de 1929, no Patrimônio de "parecida do Taboado foi inaugurada solenemente a Capela de N. Sra. do Rozário, sendo bento o Cruzeiro e a Imagem da padroeira.

Pe. Agostinho Colli ficou vigário desta Paróquia até fins de 1939, entregando-a aos padres Franciscanos da Província de Fulda na Alemanha, que vieram para o Brasil em 1937, formando o comissário dos Franciscanos em Mato Grosso com a primeira Paróquia Entre Rios, hoje, Rio Brilhante.

Anexo 39 - Resumo da Paróquia - continuação.

Antes de deixar a Paróquia, o Pe. Agostinho tinha começado a construção da Torre para a Nova Matriz em louvor a Nossa Senhora Sant'Ana, padroeira da Paróquia, satisfazendo um anseio antigo de seus paroquianos.

Entre os anos de 1926 a 1939 o velhinho Pe. Agostinho teve diversos coadjutores, entre eles merece menção especial o Pe. Bernardo Chico, que residiu por muito tempo na Paróquia.

O primeiro vigário de Sant'Ana, da Ordem de São Francisco de Assis, foi Frei Wunibaldo Talleur, tomando posse da Paróquia em 10 de janeiro de 1940, ajudado por Frei Bruno Kelber. Ficou somente 18 meses como vigário, pois em agosto do ano seguinte foi pela Sé Apostólica, nomeado Prelado da Prelazia de Sant'Ana da Chapada, passando a Paróquia ao vigário Frei Pedro Holz, também da Ordem dos Frades Franciscanos.

Frei Pedro encontrou tempos agitados, provocados em parte pela segunda guerra mundial, que até nestas regiões trouxe ondas de agitação e de desconfiança.

Entre outros acontecimentos, foi obstruída a escola Paroquial administrada por irmãs Franciscanas norte-americanas, e o vigário por duas vezes foi afastado de sua Paróquia. Com o tempo, todas as dificuldades foram vencidas. Foi reformada a velha casa paroquial, que antes era uma tapeira.

Em 1947 foi iniciada com o auxílio de toda a população a Nova Matriz de N. Senhora Sant'Ana, especialmente com as rendas das Festas Religiosas, as quais o vigário soube dar seu destino natural. O Templo novo foi solenemente inaugurado em 24 de julho de 1949, pelo Bispo Diocesano Dom Orlando Chaves, por ocasião de sua visita Canônica a esta Paróquia.

Em 1941, o destrito de Aparecida do Taboado foi desmembrado da Paróquia de Sant'Ana e erigida a Nova e independente Paróquia do mesmo nome, sendo o primeiro vigário Frei Antônio Schwenger, mais tarde, Frei Canuto Amann, ambos frades Franciscanos.

Estando à disposição do vigário desde 1950 dois coadjutores, foi também intensificada a assistência religiosa rural.

Já existia a antiga Capela de São Sebastião do Paraíso. Com o decorrer dos anos, foram construídas outras Capelas como:

Em 1946 a nova Capela de Inocência, antigamente São Pedro.

Em 1949 a Capela de São José das Três Barras, iniciativa do Sr. Waldir Lopes Cançado e Senhora.

Em 1953 a Capela de Nossa Senhora Aparecida no Povoado da Lagoa do Areré.

Em 1953 a Capela na Fazenda Corrego do Mato, por iniciativa do Sr. Athos.

Em 1954 a Capela na Fazenda Divisa, de iniciativa particular.

Em 1955 a Nova Igreja em Cassilândia, sob a administração do coadjutor Fredolino Hasenfratz, vila nova que já no ano passa passou à categoria de município.

Anexo 40 - Resumo da Paróquia continuação.

Na ordem administrativa do Bispado de Corumbá, esta Paróquia mereceu especial atenção do Bispo Diocesano, quando por ato do Exmo. Dom Orlando Chaves passou de uma simples Paróquia para a categoria de Vigaria, a qual pertencem as vizinhas Paróquias de Aparecida do Taboado e Três Lagoas, sendo nomeado para o seu primeiro vigário forense, o mesmo vigário Frei Pedro Holz, em 1950.

Terminada a construção da Nova Matriz e sendo o terreno já favorável, iniciou-se em 1952, com auxílios generosos da população santanense do Estado e da Federação, a construção de um amplo conjunto de 4 pavilhões para a Escola Paroquial "Santa Clara" para curso primário, atendendo ao mesmo tempo as necessidades de instrução da população rural, com um internato para crianças. Esta escola Paroquial foi confiada às irmãs Franciscanas da Associação Brasileiras das Franciscanas de Agudos, estado de São Paulo. As atividades tiveram início desde o começo do ano letivo em 1955.

Desde o dia 26 de outubro de 1941 até o presente momento continua na frente da Paróquia de Sant'Ana do Paranaíba o Frei Pedro Holz, ajudado eficientemente pelos coadjutores:

Frei Bruno Kelber

Frei Everaldo Kremper

Frei Paulino Gelissen

Frei Otaviano Hirt

Frei Liberato Retterer e

Frei Fredolino Hasenfratz

Todos eles auxiliares dignos e honrados, que contribuíram em grande escala para o desenvolvimento espiritual e material desta grande Paróquia de Sant'Ana do Paranaíba.

Paranaíba, 12 de junho de 1955.

a) Frei Pedro Holz - O.F.M.

Vigário

Anexo 41 - Modelo de Boletim de aluno

PATRONATO DE MENORES
INTERNATO SÃO JOSÉ
Sant'Ana do Paranaíba — Estado de Mato Grosso

Boletim
— do —

Aluno

no mês de

..... Comportamento geral Ordem
..... Asselo Aplicação

Nota:

Paraniba, *de* *de* 196


.....
DIRETOR

Anexo 42 - Termo de abertura do Livro de matrícula – vol.I

Livro de matricula 1º vol

TÉRMO DE ABERTURA

Contém este livro 50 folhas e destina-se ao fim
supra indicado para fazer as matriculas
dos alunos do "Internato São José"
no Patronato de Menores, Paranaíba
Paranaíba, dia 21 de abril 1961

 Pe. Frei Barnabé Geissner
Diretor

Anexo 43 - Termo de abertura do livro de chamada – 1962

SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA EDUCAÇÃO
ESTADO DE SÃO PAULO

LIVRO DE CHAMADA

Têrmo de Abertura

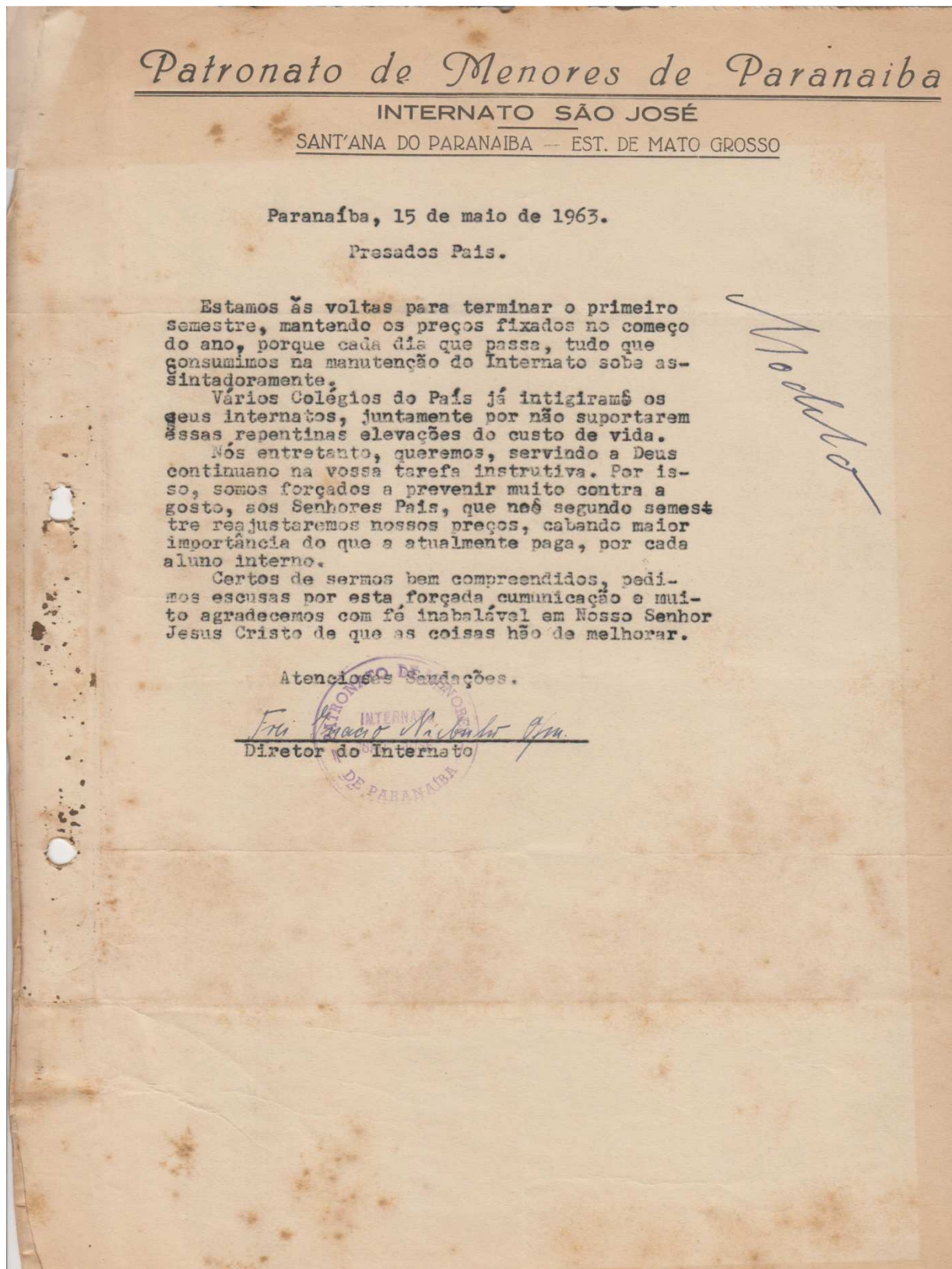
Contém êste livro 50 fôlhas e destina-se ao fim supra indicado para

o Internato São José
no Patronato de Menores de Paranaíba
Paranaíba primeiro de março de 1962

Padre Frei Barnabé Gassner
Director

PATRONATO DE MENORES
INTERNATO
SÃO JOSÉ
DE PARANAÍBA

Anexo 44 - Aviso de aumento da mensalidade.



Anexo 45 - Período de Avaliação

PATRONATO DE MENORES	
INTERNATO SÃO JOSÉ	
EXAME SEMESTRAL 1961	
<u>Explicação:</u>	L = Livro da Leitura E = Caderno dos Exercícios
1) <u>Portugues:</u>	<u>Para Ditado</u> : L pg.50,65,84,88 <u>Para Reprodução</u> : L pg 20,58,69 <u>Gramatica</u> : E pg 19 até 39 (O Substantivo) E pg 39 - 50 (Adjetivo) Exame oral
2) <u>Matematica:</u>	Problemas da Fração ordinaria Regras L pg 169 ate' 176
3) <u>Historia:</u>	Por escrito: E pg 56 até 59 (tempo colonial) Oral: E pg 60 - 70 (tempo moderno)
4) <u>Geografia:</u>	<u>Por escrito</u> : L pg 104 até 108 (Mato Grosso) Oral : L pg 109 até 114 (Brasil)
5) <u>Ciências:</u>	<u>Por escrito</u> : E pg 93 até 100 (Animais) <u>Oral</u> : E pg 85 até 92 (Os Orgãos humanos)
6) <u>Religião:</u>	Historia Sagrada pg.20 até 27 (Historia do Abraão)
7) <u>Educação civica:</u>	<u>Oral</u> : E pg. 118 até 123)